

OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

R
E
V
I
S
T
A

D
O

C
E
S
O
P

Vol. 16, nº 2

**CENTRO DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA**

Conselho Orientador

Marcus Faria Figueiredo
(IUPERJ)
Antônio Flávio Pierucci
(FFLCH - USP)
Carlos Eduardo Meirelles Matheus
(PUC - SP)
Fernando Antônio Lourenço
(IFCH - UNICAMP)
Hélgio Trindade
(NUPERGS- UFRGS)
Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH - USP)
Mauro Francisco Paulino
(Inst. DATAFOLHA)
Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)
Ney Lima Figueiredo
(CEPAC)
Örjan Olsén
(Analítica Consultoria)
Rachel Meneguello
(IFCH - UNICAMP)
João Francisco Meira
(Instituto Vox Populi)
José Roberto Rus Perez
(FE - UNICAMP)
Maria Inês Fini
(FE - UNICAMP)
Gustavo Venturi
(Criterium Pesquisas)
Valeriano Ferreira Mendes da Costa
(IFCH - UNICAMP)

Direção

Rachel Meneguello

Equipe de Projetos Permanentes

Fabiola Brigante Del Porto
Rosilene Sydney Gelape

Estagiários

João Rodrigo Vedovato Martins
Joel Cirilo Júnior
Luciana de Farias
Fernanda M. de Moraes Sarmento

Secretaria Geral

Lais Helena Cardoso C. de Oliveira

**OPINIÃO PÚBLICA
Vol. 16, Nº 2, Novembro, 2010**

Conselho Editorial:

Amaury de Souza
(IDESP)
Antônio Lavareda
(MCI)
Carlos Vogt
(IEL e LABJOR - UNICAMP)
Charles Pessanha
(IUPERJ)
Fábio Wanderley Reis
(DCP - UFMG)
Frederick Turner
(University of Connecticut, EUA;
Universidad de San Andrés, Ar.)
Juarez Rubens Brandão Lopes
(IFCH - UNICAMP, FFLCH - USP)
Leôncio Martins Rodrigues
(IFCH - UNICAMP, FFLCH - USP)
Lúcia Avelar
(DCP - UNB)
Nelly de Camargo
(IA - UNICAMP)
Nelson do Valle Silva
(LNCC - CNPq; IUPERJ)
Ruy Martins Altenfelder Silva
(Instituto Roberto Simonsen - FIESP)

Comitê Editorial:

Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH - USP)
Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)
Marcus Faria Figueiredo
(IUPERJ)
Rachel Meneguello
(IFCH e CESOP - UNICAMP)

Editora Responsável:

Rachel Meneguello

Editora Assistente:

Fabiola Brigante Del Porto

Produção Gráfica:

Luciana de Farias

Opinião Pública é publicada pelo CESOP desde 1993 e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial.

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Publicação Indexada no Sociological Abstracts; HAPI (Hispanic American Periodicals Index); IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); Data Índice - IUPERJ; HLAS (Handbook of Latin American Studies); Portal QUÓRUM de Revistas Iberoamericanas; Scielo (www.scielo.br/op) e Red ALyC (www.redalyc.com)

**Centro de Estudos de
Opinião Pública**

Universidade Estadual
de Campinas
Cidade Universitária
"Zeferino Vaz"
IFCH/CESOP
Rua Cora Coralina s/n
Campinas - São Paulo
CEP: 13083-896
Tel: (55-19) 3521-7093
Tel/Fax: (55-19) 3289-4309
e-mail: opcesop@unicamp.br
cesop@unicamp.br

Home Page:

<http://www.cesop.unicamp.br>

Apoio:



Ministério da Educação
Ministério da Ciência e Tecnologia



Tiragem
300 exemplares

OPINIÃO PÚBLICA

Novembro de 2010

Vol. 16, nº 2

ISSN 0104-6276

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
<i>Os significados da democracia segundo os brasileiros</i>	269
<i>José Álvaro Moisés</i>	
<i>As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio</i>	310
<i>Sonia Luiza Terron</i>	
<i>Gláucio Ary Dillon Soares</i>	
<i>O Papel do Estado e Cultura Política na Argentina e no Brasil</i>	338
<i>Daniel Jaime Capistrano</i>	
<i>Henrique Carlos de O. Castro</i>	
<i>Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006</i>	366
<i>Leany Barreiro Lemos</i>	
<i>João Henrique Pederiva</i>	
<i>Daniel Marcelino</i>	
<i>Um modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto: teste nas eleições de 2002 e 2006</i>	394
<i>Pedro Santos Mundim</i>	
<i>Campanhas Online: O percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009</i>	426
<i>Camilo Aggio</i>	
<i>Participação e Deliberação na Internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte</i>	446
<i>Rafael Cardoso Sampaio</i>	
<i>Rousiley Celi Moreira Maia</i>	
<i>Francisco Paulo Jamil Almeida Marques</i>	
<i>Cultura política e valores de cidadania na Região Metropolitana de São Paulo</i>	478
<i>Edison Nunes</i>	
<i>Félix Sanches</i>	
<i>Vera Chaia</i>	
<i>Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006</i>	516
<i>Jairo Pimentel Jr.</i>	
<i>O PT e o impeachment de Collor</i>	542
<i>Danilo Enrico Martuscelli</i>	
<i>TENDÊNCIAS Encarte de Dados</i>	569
<i>Editores de Opinião Pública</i>	



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. 16, nº 2 - p. 269-586
Novembro de 2010
ISSN 0104-6276



OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas –
vol. 16, nº 2, Novembro 2010 – Campinas: CESOP, 2010.
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade
Estadual de Campinas.

Semestral

ISSN 0104-6276

1. Ciências Sociais 2. Ciência Política 3. Sociologia 4. Opinião Pública
I. Universidade de Campinas II. CESOP

Os significados da democracia segundo os brasileiros

José Álvaro Moisés

Departamento de Ciência Política
Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas
Universidade de São Paulo

Resumo: 20 anos depois de reinstalada a democracia no Brasil, a maioria dos brasileiros apóia o regime, mas desconfia das instituições democráticas. O artigo examina os significados atribuídos à democracia por pessoas comuns com base na análise das respostas à pergunta aberta "O que é democracia". O estudo se baseia em análises bivariadas e multivariadas de dados de pesquisas coordenadas pelo autor em 1989, 1990, 1993 e 2006. Os testes tiveram por objetivo verificar os significados mais importantes do conceito, assim como os seus determinantes, de modo a permitir um conhecimento mais aprofundado sobre a crescente adesão normativa dos brasileiros à democracia. Os resultados mostram que os brasileiros definem a democracia em termos tanto de liberdades como de procedimentos institucionais; surpreendentemente, o conteúdo relativo à dimensão social da democracia tem pouco impacto nos resultados. Ao longo de quase 20 anos, os brasileiros confirmam a sua crescente adesão à democracia, e combinam sobre o conceito uma ideia normativa com outra de natureza pragmática, mas que se refere à função das instituições. Isoladas, essas dimensões dizem pouco, mas, juntas, definem a natureza singular do processo democrático e têm relação com a sua qualidade.

Palavras-chave: democracia; apoio político; instituições representativas; cultura política

Abstract: 20 years after democracy was reestablished in Brazil, Brazilians give support to the democratic regime but distrust public institutions. The paper exams the meanings of democracy according to common people's answers to an open-end question: "What is democracy?", included in surveys undertaken by the author in 1989, 1990, 1993 and 2006. Bivariate and multivariate statistical analyses were undertaken in order to advance the knowledge about the meanings of democracy, its determinants and the nature of the growing normative adherence to the democratic regime in the country. Data has shown that Brazilians define democracy in terms of liberties, freedom and institutional procedures; surprisingly the dimension relative to social benefits has no important impact on the results. Both definitions, related to a normative and a pragmatic perspectives, are relevant for democratic consolidation and the quality of democracy, and are integral components of the democratic process.

Keywords: democracy; political support; representative institutions; political culture

Introdução¹

Perto de completar um quarto de século depois de ter sido restabelecida no Brasil, a democracia é o regime político preferido por mais de 2/3 dos cidadãos brasileiros². O significado desse fato para a história política contemporânea do país não pode, no entanto, ser bem compreendido se não se levar em conta que, em mais de um século de regime republicano, os brasileiros experimentaram as virtudes do regime democrático em apenas dois períodos de duas décadas cada, ou seja, entre 1946 e 1964 e, mais recentemente, entre 1988 até o presente. Fora desses curtos períodos de tempo, predominaram no país, durante a maior parte do século XX, sistemas políticos oligárquicos, autoritários ou semi-liberais que, por definição, não asseguravam as liberdades fundamentais, a competição política, a participação popular ou os direitos de cidadania. Em uma perspectiva temporal longa, portanto, a democracia é um fenômeno político relativamente novo no Brasil e, ao mesmo tempo, frágil e descontínuo na experiência política dos brasileiros. Por si só, esta é uma razão importante para se tentar avançar o conhecimento sobre o que os brasileiros pensam a respeito do regime democrático.

No presente, diferente de outros períodos de sua história, a atitude positiva a respeito da democracia é majoritária no país e, mais importante que isso, a adesão dos cidadãos ao regime democrático é validada pela rejeição de mais de 2/3 do público a alternativas antidemocráticas, como a volta dos militares ao poder ou o estabelecimento de um sistema de partido único (Gráfico 1). A relevância do apoio estável dos cidadãos ao regime democrático foi enfatizada por diversos autores da literatura comparada sobre democratização. Nesse sentido, Shin (2005) e Linz e Stepan (1996), ao discutirem os diferentes aspectos dos processos de consolidação democrática, consideraram que a dimensão atitudinal é uma das mais importantes, uma vez que

¹ Versão revista do texto apresentado à mesa redonda “*Os significados da democracia na América Latina e suas medidas*”, IV Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política – ALACIP, 5-7/8/08, Costa Rica e ao *Seminário Internacional de Estudos sobre o Legislativo - 20 anos da Constituição*, 9-11/9/08, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

² Segundo o World Values Survey, da Universidade de Michigan - que cobre atualmente mais de 80% da população mundial - a democracia é hoje o regime político preferido pela maioria dos consultados (INGLEHART, 2003). O Latinobarometro, por sua vez, confirma os resultados para a América Latina: em que pesem casos específicos de alguns países, a preferência pela democracia supera a marca dos 50% no continente ao longo de mais de dez anos (Informe Latinobarometro 2007, <www.latinobarometro.org>).

“um regime democrático só está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo mais apropriado de governar a vida coletiva numa sociedade como a deles, e quando o apoio a alternativas anti-sistêmicas é pequeno ou isolado da atitude predominante entre as forças pró-democráticas” (LINZ e STEPAN, 1996, p. 6).

Essa observação reatualiza a perspectiva predominante em parte da literatura que tratou do tema e que, de modo geral, se apoiou nas conhecidas formulações de Max Weber (1974), segundo as quais, a legitimidade atribuída às instituições pelos cidadãos é um aspecto central do funcionamento da vida política de qualquer regime e, no caso da democracia, é particularmente mais relevante porque a aquiescência dos cidadãos às decisões que afetam a sua vida – a exemplo das políticas públicas - não depende da coerção política, mas é voluntária.

A despeito disso, pesquisas recentes sobre o tema demonstraram que o crescimento da adesão normativa do público de massas à democracia convive com um paradoxo caracterizado por proporções muito altas de desconfiança das instituições democráticas (MOISÉS, 1995; 2008a; 2008b), inclusive na maior parte dos países latino-americanos. É como se as pessoas comuns ouvidas pelas pesquisas de opinião estivessem dizendo, por uma parte, que amam a democracia, mas, de outra que, se não odeiam, têm sentimentos contraditórios ou ambíguos a respeito de normas, procedimentos e regras que caracterizam as instituições democráticas, cuja função é assegurar a sua participação na competição pelo poder e nos mecanismos pelos quais as decisões públicas são tomadas. Com efeito, sem que os membros da comunidade política sejam motivados a recorrer às instituições e referenciar a sua ação por elas, as principais promessas da democracia – como a liberdade política, a igualdade dos cidadãos perante a lei, os seus direitos individuais e coletivos, e a obrigação dos governos de prestarem contas à sociedade de suas ações – ficam limitadas às formalidades da ordem constitucional. Criadas para assegurar a distribuição do poder na sociedade e também a possibilidade de os cidadãos, em sua condição de eleitores, avaliarem e julgarem o desempenho dos que governam em seu nome, o descrédito ou a desvalorização pública das instituições podem provocar o seu esvaziamento e a perda do seu significado (MOISÉS, 2007).

Os dados da Tabela 1 demonstram, com efeito, que, a despeito de a adesão normativa à democracia ser majoritária no Brasil, os brasileiros desconfiam das instituições democráticas em geral e, em particular, dos partidos políticos, do Congresso Nacional e do sistema judiciário. Os índices mais altos de confiança se referem a poucas instituições públicas e privadas que são baseadas em estruturas

hierárquicas, como a igreja e as forças armadas; além disso, os brasileiros também se caracterizam por sua escassa confiança nas pessoas - em especial, as que estão longe de sua intimidade ou da convivência caracterizada por laços de sangue -, como colegas de trabalho e estranhos em geral. Os baixos índices de confiança interpessoal entre os brasileiros oferecem, assim, uma alternativa para se entender os também baixos níveis de participação política no país. Testes de associação realizados pelo autor (mas não apresentadas aqui) tendem a confirmar essa hipótese, ou seja, que depositando pouca confiança uns nos outros, os brasileiros padecem de um estímulo importante para vencer os obstáculos que dificultam a decisão de enfrentar os dilemas da ação coletiva.

Tabela 1
Confiança em pessoas e em instituições – Brasil, junho, 2006

Confiança interpessoal	Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita	Média
Família	1,5	9,9	16,0	72,5	2,59
Pessoas que frequentam mesma igreja	11,3	32,6	37,7	18,4q	1,63
Amigos	12,3	39,1	34,6	14,0	1,5
Vizinhos	21,3	42,1	29,3	7,2	1,22
Colegas de trabalho	22,3	42,3	27,8	7,5	1,21
Maioria das pessoas	22,3	54,5	21,2	2,1	1,03
Confiança nas instituições	Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita	Média
Bombeiros	2,8	11,1	32,4	53,7	2,37
Igreja	6,0	18,7	34,3	40,9	2,10
Forças Armadas	9,8	28,9	40,1	21,3	1,73
Televisão	8,0	34,1	46,0	11,9	1,62
Poder Judiciário	13,7	42,0	33,4	11,0	1,42
Presidente	23,0	33,8	31,2	12,0	1,32
Polícia	18,8	43,2	29,4	8,7	1,28
Leis do País	20,8	41,3	30,6	7,3	1,24
Sindicatos	19,4	44,3	30,6	5,7	1,23
Governo	24,9	40,8	28,5	5,9	1,15
Congresso Nacional	26,7	45,9	22,6	4,7	1,05
Empresários	26,9	44,3	25,7	3,0	1,05
Partidos Políticos	36,8	44,2	16,9	2,1	0,84

Nota: A tabela apresenta frequências simples e a confiança varia de 0 a 3; as médias foram calculadas com base neste intervalo. As médias mais altas são para a confiança na família, nos bombeiros e na igreja, e as mais baixas para os partidos, a maioria das pessoas, os empresários e o Congresso Nacional.

Uma vez que as atitudes contraditórias de adesão à democracia e de desconfiança das instituições são vistas por parte da literatura como referentes a uma única e mesma dimensão do fenômeno de apoio político, analistas céticos têm sido levados a questionar se as expressões de apoio popular a muitas das novas democracias não são desprovidas de sentido. Com efeito, esses céticos argumentam, em primeiro lugar, que a despeito de convalidarem o estabelecimento dos novos regimes democráticos através da sua participação em eleições para formar governos, as populações dos países pobres ou em desenvolvimento estão mais preocupadas com as suas necessidades econômicas e sociais do que com as virtudes ou os valores da democracia. Além disso, os que sustentam essas posições também consideram que os cidadãos desses países - em muitos casos caracterizados por baixos níveis de escolaridade e de renda e, portanto, em tese, detentores de cognição política insuficiente para compreender a complexidade do sistema democrático -, ao expressarem apoio à democracia podem estar simplesmente manifestando a sua simpatia a uma noção cercada de conotação positiva - particularmente após o fracasso de suas alternativas em escala mundial - que, ademais, teria apenas um sentido vago para eles. Os céticos sugerem também que, devido à difusão internacional das imagens positivas do regime democrático após os acontecimentos que culminaram com a queda do Muro de Berlim, no final dos anos 80, a atual adesão do público de massas à democracia representativa, sob crescente influência dos meios massivos de comunicação, pode estar traduzindo, mais do que a aceitação de valores políticos, o desejo das pessoas comuns de conquistarem os níveis de renda e de consumo usualmente associados com a realidade das democracias ocidentais. Por outras palavras, mais do que expressar a escolha pelos princípios de um regime político específico, a preferência majoritária pela democracia seria, de fato, uma função de escolhas de outra natureza (SCHAFFER, 1998; BAVISKAR e MALONE, 2004; SCHEDLER e SANSFIELD, 2004; DALTON, SHIN e JOU, 2007).

As implicações deste cenário, caso a realidade empírica viesse a confirmar essas previsões, são bem conhecidas: elas apontariam para a possibilidade de formação de uma **democracia sem democratas** que, a exemplo da República de Weimar, entre 1919 e 1933 (GAY, 1978), poderia colocar em risco os novos regimes, na eventualidade de enfrentarem crises econômicas e sociais (déficits fiscais, quedas de investimento, inflação, desemprego, migrações em massa, etc.), às quais os governos e as lideranças políticas do dia não fossem capazes de responder com a eficiência e a agilidade necessárias. Assim, mesmo tendo em conta que os últimos trinta anos de mudanças de regime político mostraram alguns países avançando o processo de sua democratização a despeito das crises econômicas e sociais enfrentadas na fase final da transição, como Argentina, Brasil e Espanha, a hipótese anterior envolve um dilema político e uma exigência de

conhecimento: sem menosprezar o que já sabemos a respeito, é preciso avançar mais na análise dos conteúdos atribuídos pelos cidadãos comuns ao conceito de democracia nos novos sistemas políticos surgidos da terceira onda de democratização mundial. Assim, como os entrevistados de pesquisas de opinião definem o conceito de democracia? Essa definição permite distinguir a democracia de outros regimes políticos? E no caso de países como o Brasil, cujas estruturas econômicas e sociais são caracterizadas por profundas desigualdades, os indivíduos consultados pelas pesquisas expressam preferência por conteúdos relacionados com suas carências materiais, em detrimento de definições relativas aos valores e aos procedimentos típicos da democracia?

Este artigo procura responder a algumas dessas indagações com base na análise de dados de quatro pesquisas nacionais de opinião e atitudes dirigidas pelo autor entre 1989 e 2006³. A análise é exploratória e o estudo examina o significado do conceito de democracia para as pessoas comuns a partir da pergunta aberta "*Para você, o que é democracia?*", incluída em quatro surveys realizados em um espaço de 17 anos. A codificação das respostas foi feita com o objetivo de elucidar os significados mais importantes do conceito, ou seja, se eles são relativos à dimensão de procedimentos, de princípios e liberdades ou de conteúdos substantivos, de modo a permitir avançar o nosso conhecimento sobre a crescente adesão dos brasileiros ao regime democrático. A análise empírica mais extensa utilizou os dados do survey de 2006, começando pela descrição de frequências e, em seguida, pela análise fatorial de variáveis que, em tese, poderiam estar associadas com a respostas à pergunta aberta mencionada. Por último são apresentados os resultados de uma análise de regressão logística com a variável construída com base nas respostas dos entrevistados que souberam definir o que é a democracia. O objetivo, neste caso, era entender os determinantes das respostas.

Os resultados mostram que os brasileiros associam a democracia majoritariamente a uma noção normativa fundamental, relativa às liberdades, mas, também, com os procedimentos desse regime. Embora também citado nas entrevistas, o conteúdo relativo à dimensão social ou à substantivação da democracia tem surpreendentemente pouco peso no conjunto das amostras. Ou

³ As pesquisas "Democratização e Cultura Política", realizadas em 1989 (setembro e dezembro), 1990 (março) e 1993 (março), foram elaboradas e dirigidas por José Álvaro Moisés, e realizadas com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – CNPq e Fundação Ford, tendo contado, em alguns casos, com a parceria do Datafolha. Os bancos de dados correspondentes podem ser obtidos por solicitação ao autor ou ao Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP, onde estão depositados para uso público. A pesquisa "A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas", realizada em 2006 (junho), foi dirigida por José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello (UNICAMP), com apoio da FAPESP e do CNPq. Dados da pesquisa "Cultura Política e Cidadania", da Fundação Perseu Abramo, realizada em 1997, também são utilizados neste estudo, assim como dos surveys ESEB, de 2002 e 2006, coordenados por Rachel Meneguello, do CESOP/Unicamp.

seja, desde que a democracia está vigente no país, a partir de 1988, os brasileiros confirmaram a sua adesão ao regime em termos que se referem, ao mesmo tempo, às liberdades fundamentais e aos procedimentos institucionais, combinando, portanto, uma ideia normativa ligada aos princípios democráticos com outra de natureza prática, relativa ao desempenho das instituições. As duas dimensões são importantes e estão relacionadas com a qualidade da democracia que, precisamente, supõe a integração desses fatores (DIAMOND e MORLINO, 2005).

Sobre as definições de democracia

A experiência de pesquisas de opinião e de atitudes políticas mostra que, ao serem interrogadas sobre o que pensam do conceito de democracia, as pessoas comuns podem mostrar-se com frequência hesitantes ou mesmo perplexas diante de um estímulo que não é usual em sua vida cotidiana. Em tal situação, não é incomum os entrevistadores obterem como primeira reação afirmações como “*Eu não sei bem, preciso pensar mais...*”, para depois ouvirem um comentário complementar como “*Eu acho que é uma coisa importante...*” ou “*Acho que precisamos dela...*”, recebendo respostas típicas ou incompletas. Em sentido semelhante, Dalton, Shin e Jou (2007) lembraram, recentemente, em um texto dedicado ao exame do “*entendimento da democracia em lugares improváveis*”, que em 1989 um estudante chinês que participava das famosas manifestações anti-autoritárias na praça de Tiananmen portava um cartaz com a mensagem: “*Eu não sei o que significa democracia, mas sei que precisamos dela*”.

Que implicações têm essas observações? Ambas apontam para duas questões importantes para a pesquisa do tema. Em primeiro lugar, mostram as dificuldades que uma parte das pessoas comuns enfrenta ao serem colocadas diante da solicitação de definir um conceito complexo como o de democracia: afora as que se sentem à vontade para responder por conta de sua formação educacional ou de sua experiência, muitas hesitam, mencionam aspectos parciais, respondem equivocadamente ou simplesmente não sabem responder. O problema não diz respeito apenas aos cidadãos de nações pobres ou em desenvolvimento, que estabeleceram o regime democrático nas últimas décadas, mas também aos habitantes de nações ricas ou mais desenvolvidas, onde a experiência democrática é longa e está consolidada há décadas ou séculos. A literatura sobre a sofisticação e o conhecimento político dos públicos de massa mostrou, já há algum tempo, que as pessoas comuns podem ter limites na sua compreensão do mundo da política por fatores como o seu insuficiente interesse por ela, a pouca centralidade atribuída às diferentes dimensões do sistema político e, principalmente, os seus níveis insuficientes de escolarização ou de educação formal (NEUMAN, 1986). Mesmo em países como os Estados Unidos, Inglaterra ou

Alemanha verificou-se a existência de porções importantes do público que, não obstante serem favoráveis ao regime democrático e terem ideias sobre ele, têm dificuldades para defini-lo em termos precisos. Nada disso desqualifica as convicções e percepções dos entrevistados, quaisquer que sejam elas, mas sugere que talvez não seja o caso de esperar, por exemplo, que nos países latino-americanos, da mesma forma que na Rússia, na Ucrânia, no Afeganistão ou na África do Sul, onde os níveis de desigualdades econômicas e sociais afetam a escolarização de importantes contingentes de suas populações e, em consequência, também a sua cognição política, sejam encontradas uma maioria de respostas com graus elevados de elaboração ou de complexidade para a indagação “O que é democracia?”. Uma hipótese aparentemente mais realista, neste caso, recomendaria esperar que contingentes minoritários dotados de níveis mais altos de escolarização sejam capazes de responder à pergunta, mas não necessariamente a maioria dos entrevistados; mas essa alternativa desconsidera tanto os efeitos negativos da experiência autoritária para mudar as convicções das pessoas, como a influência de mudanças culturais provocadas por processos de modernização econômica e social (SOARES, 1973; MOISÉS, 1995; INGLEHART e WELZEL, 2005). Em consequência, uma das questões relevantes de pesquisa consiste em saber como respondem os diferentes segmentos do público que passaram por essas experiências, qual a variância das respostas e qual a relação delas com o funcionamento do regime. Ou seja, além de fatores contingenciais – como a difusão internacional da democracia ou sua associação com o êxito econômico de governos do dia -, outras variáveis de efeito mais duradouro também precisam ser levadas em conta na análise do tema. Seu exame precisa levar em conta a sua multidimensionalidade.

Outra questão importante refere-se ao fato de a democracia ter diferentes significados que podem ser expressos diferentemente pelos diferentes segmentos dos públicos de massa. Em si mesmo, o conceito de democracia envolve diferentes conteúdos, formulados e articulados no longo processo histórico de sua formação, os quais resultaram na variedade de significações que ele tem hoje, mas, como é evidente, eles não se opõem ou se anulam. Não é tão simples, então, mesmo para os segmentos mais escolarizados, oferecer de pronto uma definição capaz de sintetizar as diversas significações que o conceito adquiriu ao longo de séculos de desenvolvimento da tradição democrática. Embora pesquisas anteriores tenham, às vezes, sugerido que existe um sentido comum na compreensão geral do termo pelo público, estudos recentes envolvendo países que se democratizaram nas últimas décadas mostraram que as compreensões do conceito de democracia variam bastante entre as nações e entre os seus públicos, sem envolver um padrão único ou completamente definido (BRATTON, MATTES e GYIMAH-BOADI, 2004; CAMP, 2001). Isso também não desqualifica as respostas, mas significa que uma hipótese

realista levaria a esperar uma resposta capaz de integrar as diferentes dimensões do conceito, menções desagregadas com diferentes significações, traduzindo visões distintas do público a respeito do regime democrático. Além disso, qualquer que seja o percentual de entrevistados capazes de oferecer essas visões, a segunda questão relevante do estudo consiste em saber que fatores estão associados às suas respostas, e quais aspectos do desempenho do regime eles reforçam ou fragilizam.

Na literatura acadêmica, o significado mais usual da democracia se refere aos procedimentos e aos mecanismos competitivos de escolha de governos através de eleições, mas existem outras perspectivas que ampliam a compreensão do conceito, incluindo tanto as dimensões que se referem aos conteúdos da democracia, como também os seus resultados práticos esperados no terreno da economia e da sociedade. Por uma parte, acompanhando a abordagem minimalista de Schumpeter (1950) e a procedimentalista de Dahl (1971), vários autores definiram a democracia em termos de competição, participação e contestação pacífica do poder. Assim, o estabelecimento de um regime democrático implicaria basicamente em condições mínimas como: 1) direito dos cidadãos escolherem governos por meio de eleições com a participação de todos os membros adultos da comunidade política; 2) eleições regulares, livres, competitivas, abertas e significativas; 3) garantia de direitos de expressão, reunião e organização, em especial, de partidos políticos para competir pelo poder; e 4) acesso a fontes alternativas de informação sobre a ação de governos e a política em geral. Essa definição deixa claro que qualquer sistema político que não se baseie em processos competitivos de escolha de autoridades públicas, capazes de torná-las dependentes do voto da massa de cidadãos, isto é, do mecanismo por excelência de *accountability* vertical, não pode ser definido como uma democracia.

Mas a ênfase minimalista de Schumpeter e de seus seguidores é vulnerável ao que outros autores classificaram como uma “falácia eleitoralista”, isto é, a tendência de privilegiar as eleições sobre outras dimensões da democracia (KARL, 2000). De fato, ao definir a democracia essencialmente como um método de escolha de governos dentre as elites que competem pela posição, essa perspectiva desconsidera o fato de que mesmo nações que adotam o mecanismo eleitoral podem conviver com eleições não inteiramente livres, tornando discutíveis os seus resultados. Além disso, a vertente minimalista dá pouca importância ao que acontece com as demais instituições durante a democratização. Instituições como o parlamento, os partidos, o judiciário ou a polícia podem funcionar de forma deficitária ou incompatível com a doutrina da separação de poderes, mesmo convivendo com um regime de regras eleitorais. Exemplos recentes são os casos da Rússia, do Paquistão e, no contexto latino-americano, do Peru sob Fujimori, da

Bolívia e do Equador na fase de decisão sobre as suas novas constituições, e da Venezuela sob os governos de Chávez.

Em vista de limitações desse tipo, Dahl (1971) ampliou e completou a definição da democracia com sua abordagem das poliarquias, mostrando que para que o princípio de contestação do poder esteja assegurado é também indispensável que condições específicas assegurem a participação dos cidadãos na escolha de governos e, inclusive, a possibilidade de eles próprios serem escolhidos para formá-los; outra característica central da democracia, segundo o autor, é a exigência de *responsabilização* de governos e lideranças políticas diante dos cidadãos. Essas condições implicam em garantias relativas ao direito de organização e representação da sociedade civil, em especial, em partidos políticos, por intermédio do que a pluralidade de concepções e interesses que constituem a sociedade pode se expressar e se realizar. Mas elas implicam também na tradição do que se designou como constitucionalismo, isto é, a necessidade de que princípios internalizados em instituições – como mecanismos de pesos e contrapesos – sejam garantidos por uma constituição legitimada pela sociedade, isto é, pela dimensão jurídico-legal que envolve valores compartilhados pela maioria dos membros da comunidade política. Embora essa visão faça referência a alguns conteúdos da democracia, é evidente que a sua ênfase mais importante são os procedimentos democráticos, cujo funcionamento depende da existência e do desempenho adequado de instituições específicas.

Uma perspectiva concorrente (e complementar) com as anteriores define a democracia em termos da sua qualidade, tornando explícito o foco nos conteúdos do regime democrático. Utilizando-se de uma analogia com o funcionamento do mercado, o conceito refere-se à qualidade do produto ou serviço produzido segundo procedimentos, conteúdos e resultados singulares. A qualidade envolve processos controlados por métodos e *timing* precisos, capazes de atribuir características específicas ao produto ou serviço, de modo a satisfazer as expectativas de seus consumidores potenciais. No caso da democracia, espera-se que esse regime seja capaz de satisfazer as expectativas dos cidadãos quanto à missão que eles atribuem aos governos (qualidade de resultados); confia-se que ele assegurará aos cidadãos e às suas associações o gozo de amplas liberdades e de igualdade políticas necessárias para que possam alcançar suas aspirações ou interesses (qualidade de conteúdo); e conta-se que suas instituições permitirão, por meio de eleições e de mecanismos de *checks and balances*, que os cidadãos avaliem e julguem o desempenho de governos e de representantes (qualidade de procedimentos). Instituições e procedimentos são vistos, neste caso, como meios de realização de princípios, conteúdos e resultados esperados pela sociedade do processo político que envolve a governança democrática.

Com base nos pressupostos anteriores, Diamond e Morlino (2004) identificaram oito dimensões segundo as quais a qualidade da democracia pode variar. As cinco primeiras correspondem a regras de procedimentos, embora também sejam relativas ao seu conteúdo: o primado da lei, a participação e a competição políticas, e as modalidades de *accountability* (vertical, social e horizontal); as duas seguintes são essencialmente substantivas: de um lado, o respeito por liberdades civis e os direitos políticos e, de outro, como consequência do anterior, a progressiva implementação da igualdade política e de seus correlatos, como a igualdade social e econômica; por último, é mencionado um atributo que integra procedimentos a conteúdos, ou seja, a *responsividade* de governos e dos representantes, por meio do que os cidadãos podem avaliar e julgar se as políticas públicas, assim como o funcionamento prático do regime (leis, instituições, procedimentos e estrutura de gastos públicos) correspondem aos seus interesses e preferências. Embora esta perspectiva defina a democracia fundamentalmente em termos dos seus princípios e conteúdos mais importantes, fica claro que ela integra procedimentos institucionais e conteúdos, sem deixar de se referir aos resultados práticos do regime por meio do pressuposto de que a igualdade social e econômica pode ser alcançada *se e quando* a igualdade política seja efetiva.

Não obstante essas definições que focalizam procedimentos, princípios e conteúdos da democracia, uma terceira abordagem enfoca primordialmente a dimensão social do regime democrático, enfatizando a contraposição entre a sua substância e a sua formalidade, segundo a argumentação de autores que analisaram o processo de democratização de países pobres ou em vias de desenvolvimento. Ou seja, em acréscimo às noções que fazem referência aos direitos civis e políticos, as definições inspiradas nas tradições social-democrata, socialista e comunista européias tendem a incluir direitos sociais como serviços de saúde, educação, habitação, etc. na formulação do conceito; baseada na crítica marxista da estrutura assimétrica da sociedade de classes, essa perspectiva argumenta que, a menos que os membros da comunidade política tenham condições suficientes para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência e expressão, os princípios de liberdade, igualdade e participação política são destituídos de significação para eles (HUBER, RUESCHEMEYER and STEPHENS, 1997). Por outro lado, Dalton, Shin e Jou (2007) observaram que a dimensão substantiva da democracia é enfatizada também pela perspectiva que tende a ver o apoio do público de massas ao regime democrático como uma consequência da demanda por níveis de vida identificados com aqueles vigentes nas sociedades industriais avançadas, cuja riqueza e afluência são associadas com a experiência da democracia consolidada e estável. A ideia é que as respostas positivas a respeito da democracia pressupõem que, junto com a instalação do regime, vem o advento de níveis elevados de renda e de consumo. Neste caso, longe de considerações sobre

os procedimentos institucionais ou os princípios fundamentais do sistema democrático, as percepções do público estariam conformadas por uma perspectiva essencialmente instrumental da democracia.

É evidente que, ao responder espontaneamente aos pesquisadores, os públicos de massas podem dar outras respostas às perguntas sobre a democracia, mas as perspectivas mencionadas acima, além de ser parte constitutiva do debate público contemporâneo, referem-se a escolhas substantivas que aparecem nos resultados de diferentes pesquisas internacionais sobre o assunto. Nesse sentido, as três abordagens mencionadas oferecem um enquadramento analítico útil para o exame dos níveis de apoio dos cidadãos ao regime democrático, mesmo a correspondência entre essas abordagens e as respostas dos entrevistados não sendo mecânica. Cada alternativa tem, de fato, implicações diferentes para a interpretação do apoio da opinião pública aos regimes resultantes dos processos de democratização das últimas três décadas. Por isso, neste estudo, considerou-se que elas oferecem uma base útil para a análise dos dados empíricos.

Opiniões e atitudes sobre a democracia

Na tradição brasileira de estudos de cultura política, as opiniões e as atitudes quanto ao regime democrático têm sido medidas preferencialmente por estímulos nominais diretos, isto é, por perguntas fechadas ou estruturadas que mencionam a palavra democracia. A alternativa mais comum usada no país (MOISÉS, 1995; MENEGUELLO, 2007) é a utilizada também na Europa e na América Latina (neste caso, pelo Consórcio Latinobarometro), e leva em conta a memória do público dos regimes autoritário e democrático com o objetivo de captar, ao mesmo tempo, a escolha por um deles ou a indiferença dos entrevistados diante de alternativas que se referem a diferentes experiências históricas e legados político-culturais. É um teste, portanto, de envolvimento político e de preferência entre alternativas políticas antitéticas. A formulação usual da pergunta é a seguinte:

“Com qual dessas três afirmações você concorda mais?

- A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo;*
- Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático;*
- Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura”.*

Os dados da Tabela 2 apresentam os resultados para os anos em que a pergunta foi incluída nas pesquisas relatadas. Dois aspectos mais importantes sobressaem desses resultados desde logo: por um lado, fica claro que em um período de quase 20 anos de experiência com o novo regime, independentemente de algumas oscilações, a preferência pela democracia cresceu aproximadamente 28

pontos, ultrapassando a marca de 2/3 do público, mesmo se se considerar que os resultados do survey de dezembro de 2006 foram provavelmente influenciados pela mobilização política das eleições presidenciais; de fato, observando-se os resultados do survey de junho de 2006, quando a campanha eleitoral ainda não havia mobilizado a opinião pública, a diferença a favor da preferência pela democracia em relação à pesquisa de 1989 é de 21 pontos, totalizando cerca de 2/3 dos entrevistados; em dezembro, no entanto, a diferença chegou perto de 30 pontos.

Tabela 2
Preferência por Regime Político no Brasil (%)
1989 – 2006

	1989[1]	1990[2]	1993[3]	1997[4]	2006 [5]	2006 [6]
Democracia	43,6	54,7	57,9	56,1	64,8	71,4
Ditadura	19,4	16,7	13,7	12,3	13,5	14,2
Indiferença	21,3	17,1	13,7	16,9	16,9	6,9
NS/NR	15,7	11,5	14,7	14,7	4,8	7,6

Fonte: 1, 2 e 3: Pesquisas “Democratização e Cultura Política ”; 4: Pesquisa “Cultura Política e Cidadania” (Fund. Perseu Abramo); 5: Pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”; 6: Pesquisa “Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB” 2006.

O segundo aspecto a se ter em conta é mais relevante: o crescimento da preferência pela alternativa democrática ao longo do tempo se dá às expensas, principalmente, da opção de indiferença quanto ao regime político e de diminuição do contingente dos que não souberam ou preferiram não responder à pergunta: no primeiro caso, a escolha da alternativa “Tanto faz a democracia ou a ditadura” diminui mais de três vezes, enquanto no segundo, os que antes não tinham condições de responder caem pela metade. Por outras palavras, embora o percentual dos que preferem o autoritarismo tenha se mantido em torno de 15% por todo o período, na resposta ao estímulo nominal direto a maioria absoluta dos brasileiros escolheu a democracia. A se levar em conta as teorias originárias de cultura política (ALMOND e VERBA, 1965), este fato seria indicador de que no Brasil as estruturas do regime democrático tornaram-se, no período considerado, congruentes com os valores e as orientações majoritárias na sociedade. Mas pesquisas anteriores mostraram que a cultura política dos brasileiros começou a se transformar mesmo antes da mudança do regime político, sob influência de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais: a modernização da sociedade, sob impulso do crescimento econômico dos anos 1960 e início dos 1970, a experiência generalizada de terror do Estado e a sobrevivência contraditória de um sistema eleitoral semi-competitivo durante todo o regime autoritário (MOISÉS, 1995).

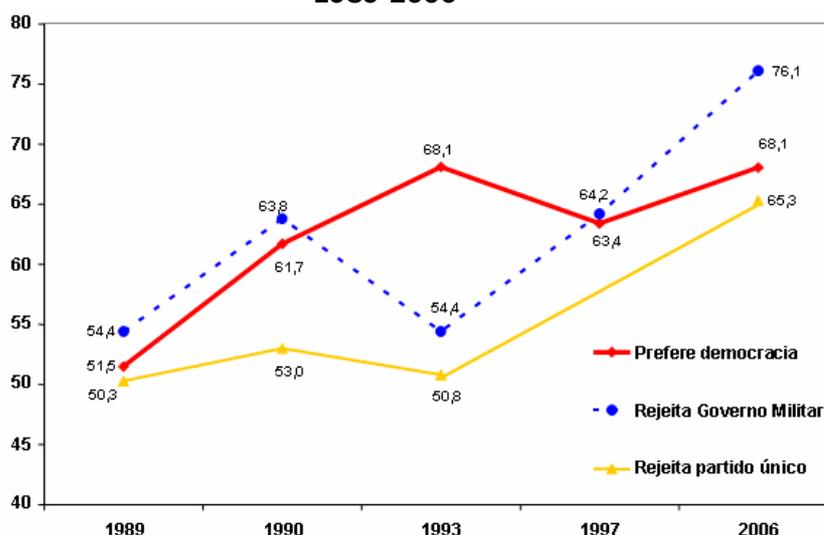
Autores como Inglehart e Welzel (2005) sustentam que a cultura política tem grande capacidade de duração no tempo, mas admitem que ela se transforma sob o impacto dos efeitos da modernização e do próprio processo político. Para eles, o fator determinante de mudança das convicções políticas está associado com a emergência de valores pós-materialistas. No entanto, os processos de democratização do Brasil e de outros países latino-americanos, do mesmo modo que de africanos, apontam para uma direção diferente: mesmo nações que não se modernizaram ou que conheceram processos incompletos de modernização – como é o caso de vários países latino-americanos – passaram pela mudança dos valores políticos de seus cidadãos antes ou durante os processos de transição e consolidação políticas. A mobilização e a politização da sociedade civil jogaram papel importante para isso. Ou seja, a cultura política foi um fator importante, mesmo que isso não tenha significado a emergência generalizada de valores pós-materialistas, indicando assim que ela muda ao longo do tempo sob efeito de condições que envolvem transformações econômicas e sociais e mobilização da sociedade.

Alguns autores argumentam, no entanto, que pesquisas realizadas com perguntas diretas sobre a democracia podem não revelar as efetivas opiniões e atitudes dos entrevistados que, em face da crescente difusão mundial de valores democráticos que se seguiu à queda do Muro de Berlim, tenderiam a responder positivamente à indagação sobre a preferência por regimes políticos⁴. Por causa das implicações metodológicas desses argumentos, as pesquisas mencionadas incluíram nos questionários, em ordem de apresentação destinada a evitar a influência de uma questão sobre a outra, estímulos relativos a atitudes antidemocráticas sem fazer menção direta ao termo democracia, de modo a permitir que convicções diferentes da formulação nominal direta viessem à tona. Os resultados dessas perguntas são comparados no Gráfico 1 com os índices de adesão nominal à democracia. Todos os indicadores crescem ao longo do tempo, mas a rejeição à volta dos militares ao poder, assim como o apoio a um sistema de partido único são significativos. Apesar disso, registrou-se um leve declínio de ambas as tendências em 1993, imediatamente após a grave crise política que resultou no *impeachment* do ex-presidente Collor de Mello; isso poderia indicar uma restrição quanto à efetividade da adesão à democracia ou mesmo uma atenuação

⁴ Em sentido semelhante, Porto, em um artigo de 2000, argumentou que o uso da pergunta mencionada acima produziria resultados espúrios, “pois as pessoas teriam que optar entre dois extremos: democracia ou ditadura”, e a preferência pela primeira alternativa expressaria a adesão pelo lado “correto” da vida. Ele desconsiderou, no entanto, o fato de a pergunta oferecer uma terceira alternativa, “Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura”, além de os entrevistados poderem dizer que não sabiam ou não queriam responder. Por outro lado, em contradição com a sua crítica de 2000, o próprio Porto se baseou na mesma pergunta, em um texto de 2004, para discutir o grau de apoio difuso à democracia em 17 países latino-americanos com base em dados do Latinobarometro (PORTO, 2000; 2004).

da memória crítica em relação ao período do autoritarismo, mas na pesquisa daquele ano a preferência pelo regime democrático cresceu levemente, indicando que, mesmo divididos em face de uma situação crítica para o novo regime, os brasileiros confirmaram a sua escolha democrática anterior à crise.

Gráfico 1
Preferência pela democracia, rejeição a governo militar e a partido único (%)
Brasil
1989-2006



Fontes: Pesquisas "Democratização e Cultura Política": 1989, 1990 e 1993; "Cultura e Cidadania": 1997; "A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas, 2006

Ainda com o objetivo de testar a efetividade da adesão à democracia, foram incluídas nos surveys perguntas sobre a concordância dos entrevistados quanto a ações que o Estado poderia adotar em face de conflitos sociais e políticos típicos das sociedades complexas e desiguais. As perguntas abordaram ações adotadas por governos militares ou não envolvendo a quebra da legalidade democrática. A ideia foi oferecer um estímulo antitético capaz de oferecer parâmetros para avaliação da consistência das convicções reveladas pelas respostas aos estímulos nominais diretos. Os dados da Tabela 3 revelam que, para cinco alternativas apresentadas sem menção à palavra democracia, a maioria dos entrevistados rejeitou a possibilidade de os governos adotarem ações antidemocráticas, embora, no caso de conflito entre trabalhadores e empresários, a aceitação de proibição do direito de greve tenha passado de 32 para 50% em 17 anos. Nos outros casos, apenas $\frac{1}{4}$ ou menos dos entrevistados concordaram que o governo pode intervir em sindicatos, proibir a existência de algum partido político, censurar os meios de

comunicação ou fechar o Congresso Nacional, confirmando a predominância das orientações democráticas sobre as autoritárias. Ainda que os patamares sejam ligeiramente superiores aos índices de indicadores diretos de preferência por um regime autoritário, a tendência geral segue o sentido esperado. Duas observações, no entanto, são necessárias: quanto ao direito de greve, é provável que a diminuição da rejeição dos democratas em autorizar os governos a adotarem medidas que proíbam os movimentos grevistas, mais do que uma recusa do direito em si, esteja ligada à percepção dos efeitos do aumento do número de greves semi-legais que afetaram serviços públicos fundamentais ao longo das últimas décadas. De fato, ainda que o direito de greve seja garantido pela Constituição de 1988, do mesmo modo como ocorreu após a Constituinte de 1946, o seu exercício não foi regulamentado pelo Congresso Nacional, deixando em aberto a possibilidade de que profissionais dos serviços públicos de saúde, educação, segurança e previdência social, para não falar de bancos e outros serviços públicos, paralise suas atividades a qualquer tempo, mesmo contrariando determinações da Justiça do Trabalho e, assim, prejudicando o atendimento à população. Nessas circunstâncias, a aceitação da alternativa que autoriza em tese os governos a agirem contra os movimentos grevistas pode expressar uma demanda por regulação das condições de ocorrência do conflito no sistema democrático.

Tabela 3
Ações que o governo poderia tomar em situações de conflito social e político (%)
1989/2002

Tipos de ações		Set. 1989 (1)	Dez. 1989 (2)	1990 (3)	1993 (4)	1997 (5)	2002 (6)
Proibir greves	Sim	32,5	33,3	26,5	28,3	28,6	49,7
	Não	55,1	50,8	60,8	67,5	64,5	47,3
	NS/NR	12,5	15,9	12,7	4,1	6,9	2,9
Intervir em sindicatos	Sim	28,2	27,0	-	25,5	26,0	-
	Não	57,7	50,4	-	65,3	59,5	-
	NS/NR	14,0	22,6	-	9,1	14,4	-
Proibir a existência de algum partido	Sim	19,5	17,5	-	24,5	18,2	-
	Não	69,5	67,9	-	67,3	69,1	-
	NS/NR	11,0	14,6	-	8,1	12,8	-
Censurar os meios de comunicação	Sim	23,4	19,3	-	24,6	-	24,6
	Não	64,8	64,9	-	68,3	-	67,3
	NS/NR	11,8	15,8	-	7,0	-	8,0
Fechar o Congresso Nacional	Sim	15,5	11,6	-	21,9	17,3	-
	Não	68,6	70,3	-	66,4	64,0	-
	NS/NR	15,9	18,0	-	11,6	18,8	-
Proibir greves	Sim	32,5	33,3	26,5	28,3	28,6	49,7
	Não	55,1	50,8	60,8	67,5	64,5	47,3
	NS/NR	12,5	15,9	12,7	4,1	6,9	2,9
Intervir em sindicatos	Sim	28,2	27,0	-	25,5	26,0	-
	Não	57,7	50,4	-	65,3	59,5	-
	NS/NR	14,0	22,6	-	9,1	14,4	-
Proibir a existência de algum partido	Sim	19,5	17,5	-	24,5	18,2	-
	Não	69,5	67,9	-	67,3	69,1	-
	NS/NR	11,0	14,6	-	8,1	12,8	-
Censurar os meios de comunicação	Sim	23,4	19,3	-	24,6	-	24,6
	Não	64,8	64,9	-	68,3	-	67,3
	NS/NR	11,8	15,8	-	7,0	-	8,0
Fechar o Congresso Nacional	Sim	15,5	11,6	-	21,9	17,3	-
	Não	68,6	70,3	-	66,4	64,0	-
	NS/NR	15,9	18,0	-	11,6	18,8	-

Fonte: 1, 2, 3, 4: Cultura Política e Democratização; 5: Fund. Perseu Abramo; 6: Eseb 2002.

A segunda observação é sobre o fato de que, ao longo dos quase vinte anos considerados, para quase todas as alternativas propostas a porcentagem dos que disseram que não sabiam ou não queriam responder diminuiu, indicando outra vez que o crescimento da rejeição de ações antidemocráticas se deu às expensas dessas categorias de respostas. Ou seja, ao longo do tempo, um contingente importante de respondentes que não sabia ou não queria se pronunciar sobre o papel do Estado quanto a importantes questões que afetam os direitos dos cidadãos tornou-se capaz de definir a sua preferência.

A efetividade da adesão à democracia também transparece de outro tipo de dados: dois dos surveys realizados no período considerado incluíram questões fechadas que estimulavam os entrevistados a dizer a que princípios, direitos e valores eles associavam a noção de democracia. A ideia, neste caso, foi testar com a menção de elementos conceituais mais estruturados a percepção do público quanto a diferentes dimensões do regime democrático. Os dados da Tabela 4 chamam a atenção para alguns aspectos importantes: em primeiro lugar, nas duas pesquisas - separadas por um período de 13 anos - todas as porcentagens de respostas “tem muito a ver” e “tem a ver” para os conteúdos da democracia cresceram entre 7 e 32 pontos, com exceção daquele que associa a democracia com a igualdade de direitos para as mulheres, que teve 1,5% a menos na segunda pesquisa; por outro lado, nos dois anos os conteúdos mais associados com a democracia foram o direito de escolher governos através de eleições, as liberdades de organização e de expressão e a ideia de que cabe aos governos atender às necessidades de emprego, saúde, educação, etc. Com efeito, entre 1993 e 2006, as alternativas que mais cresceram na preferência estimulada dos respondentes foram as relativas às liberdades em questões morais e sexuais (31,9% a mais), o combate à corrupção e ao tráfico de influência nos governos (31,5% a mais), o princípio de igualdade social (26,1% a mais), a ideia de que os governos devem ser fiscalizados pelo Congresso Nacional e pelo poder judiciário (24,5% a mais) e o primado da lei (21,3%). Todas essas alternativas estão relacionadas com a perspectiva da qualidade da democracia, referindo-se ao primado da lei, aos princípios de liberdade e igualdade, e aos procedimentos destinados a tornar efetiva a *responsabilização* dos governos. Ou seja, os indicadores mostram como os cidadãos conceituam o regime democrático quando são estimulados a fazer isso. Nos treze anos entre uma pesquisa e outra, os percentuais dos que não sabiam ou não queriam responder às perguntas diminuíram entre 6 e 11%, tendo caído mais para os que identificaram a democracia com o combate à corrupção e ao tráfico de influência (10,8%). Mesmo admitindo-se que a crise do *mensalão*, entre 2005 e 2006, tenha influenciado as respostas sobre esse aspecto, não se pode desconsiderar o fato de que, já em 1993, 50% dos respondentes identificavam a democracia com o combate a práticas políticas contra o patrimônio público; ou seja, esses elementos formam as visões do público a respeito do regime. Controlar a corrupção é uma função dos mecanismos de *accountability* que, por sua vez, são centrais para o conceito de qualidade da democracia.

Tabela 4
Conteúdos Associados com a Democracia - resposta estimulada (%)
1993 – 2006

Você acha que a democracia tem a ver com	1993 (1)					2006 (2)				
	Muito a ver	Tem a ver	Pouco a ver	Não tem a ver	NS/NR	Muito a ver	Tem a ver	Pouco a ver	Não tem a ver	NS/NR
Direito de escolher o governo através de eleições	57,1	21,3	8,1	5,2	8,3	57,6	31,9	3,7	4,9	1,9
Liberdades políticas de organização e expressão (sind., movimentos, etc.)	44,8	20,5	15,4	6,7	12,5	48,2	35,1	7,3	5,9	3,5
Igualdade social	36,7	18,7	19,1	12,8	12,6	50,8	30,7	8,4	7,0	3
Igualdade perante a lei	41,9	18,4	16,1	12,2	11,4	51,9	29,7	8,6	6,8	2,9
Fiscalização do governo p/ Congresso e Tribunais de Justiça	35,6	16,9	21,2	11,4	14,9	45	32	10,6	7,8	4,6
Menos corrupção e tráfico de influência	35,3	14,5	15,9	19,3	15,0	40,3	31,2	10,5	13,8	4,2
Governo como provedor de saúde, emprego, educação, etc	49,1	20,1	13,4	7,5	9,9	55,6	32,3	5,3	4,4	2,3
Igualdade de direitos p/ as mulheres	47,6	20,4	14,7	7,3	10,1	54	32,5	6,2	4,8	2,5
Liberdade em questões morais e sexuais	33,9	15,9	17,5	18,3	14,5	44,3	33,4	9,4	8,5	4,4

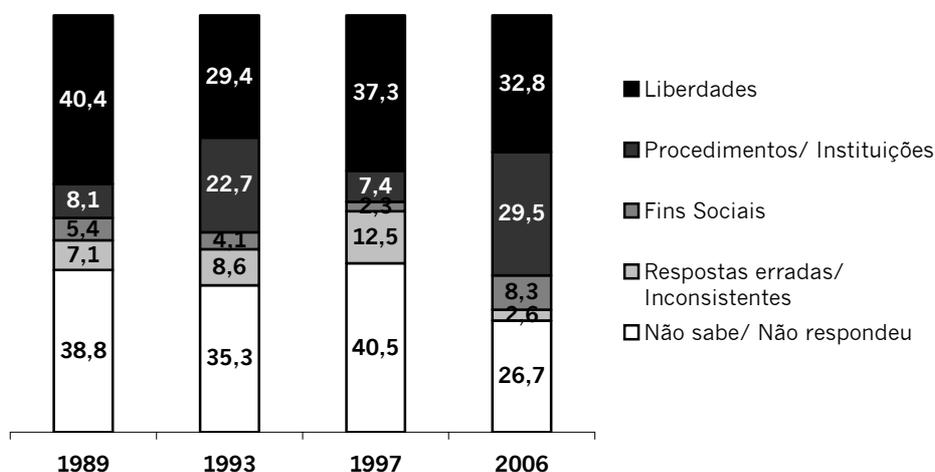
Fonte: 1: Cultura Política e Democratização; 2: A Desconfiança das Instituições Democráticas

A democracia nas palavras dos brasileiros

Em que pesem os resultados apresentados acima, a validade de pesquisas que se referem diretamente ao conceito de democracia continua sendo objeto de controvérsia. Em vista disso, com o objetivo de oferecer uma nova alternativa para o exame da questão, o estudo voltou-se para os significados atribuídos pelos brasileiros à democracia **em suas próprias palavras**, ou seja, analisou as respostas à pergunta aberta sobre o assunto incluída nos questionários aplicados no período. A vantagem do uso de perguntas abertas em pesquisas de opinião é conhecida: elas solicitam e garantem, ao mesmo tempo, que os respondentes definam conceitos, categorias e situações de vida em seus próprios termos, mobilizando a sua familiaridade e o seu repertório verbal a respeito do assunto com base em sua experiência e cognição políticas. Trata-se de um teste rigoroso de captação da opinião dos entrevistados que é complementar e confirmatório da metodologia usual baseada em perguntas fechadas ou estruturadas sobre termos como democracia e outros.

Ambos os procedimentos de mensuração foram utilizados neste estudo. No caso das respostas à pergunta aberta sobre o significado da democracia, elas foram codificadas de modo a contemplar as três perspectivas discutidas em seções anteriores, ou seja, *princípios/liberdades*, *procedimentos/instituições* e *dimensão social* e, na prática, o procedimento mostrou que elas incluíam a maior parte das respostas dadas, para além das inconsistentes. *Princípios e liberdades* incluem, neste caso, menções a liberdades políticas, liberdade de organização e de expressão, liberdade de participação, direito de ir e vir e outros correlatos; *procedimentos e instituições* incluem menções a governo do povo, direito de voto, eleições livres, direito de escolher governo, regra de maioria, representação política, acesso à justiça e fiscalização e controle de governos; *dimensão social* inclui igualdade social, acesso a serviços de saúde, educação, habitação, emprego, salários justos e desenvolvimento econômico; e, finalmente, as *respostas inconsistentes* envolveram menções como “a democracia é boa”, “é governo honesto”, “é corrupção”, “é governo de brigas” e semelhantes (vide Anexo 1 com a lista completa de menções). Os resultados da codificação indicada são apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2
Significados de democracia (%)
Brasil



Fontes: Pesquisas “Democratização e Cultura Política”: 1989, 1990 e 1993; “Cultura e Cidadania”: 1997; “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas, 2006

Os dados revelam que, entre 1989 e 2006, a maior parte dos brasileiros consultados foi capaz de definir a democracia nos termos discutidos antes; de fato, 54% fizeram isso em 1989, 65% quatro anos mais tarde, 47% em 1997 e quase 71% em 2006; ou seja, entre o primeiro e o último survey a diferença é de quase 18 pontos para mais, em que pese a tendência ter oscilado para baixo em 1997, quando nada menos que 53% dos entrevistados não souberam responder a pergunta ou ofereceram respostas inconsistentes. Em suas respostas espontâneas, mais de 32% definiram a democracia em termos dos princípios de liberdade e direitos correlatos em 2006. O contingente dos que definiram a democracia assim era superior a 40% no início do período, provavelmente refletindo a percepção de falta de liberdade durante o regime militar, mas nos anos seguintes a taxa se estabilizou em cerca de 1/3 do público pesquisado. Os dados também mostram que um contingente de entrevistados quase igual ao anterior definiu a democracia em termos de procedimentos e instituições na última pesquisa, chamando a atenção ainda o fato de que, embora essa escolha oscile ao longo do período, ela cresce no último ano considerado, totalizando cerca 30% do público que, a esta altura, tinha passado por vários anos de experiência com o funcionamento relativamente estável das instituições democráticas. Surpreendentemente, no entanto, levando-se em consideração o peso das desigualdades sociais e econômicas para a maior parte da população brasileira, a alternativa que recebeu a menor taxa de preferência dos entrevistados nas quatro pesquisas é a que se refere à dimensão social; assim, ao final do período analisado, quando a taxa alcança o

seu patamar mais elevado, apenas 8 em cada 100 brasileiros definiram a democracia em termos de objetivos substantivos, o que coloca em questão a hipótese segundo a qual as pessoas comuns preferem a democracia porque identificam esse regime apenas com o atendimento de suas necessidades sociais; em realidade, as análises relatada a seguir mostram que, sem descartar completamente esses objetivos, os indivíduos definem preferencialmente a democracia em termos de princípios, conteúdos e procedimentos.

Outro achado importante desse exame preliminar dos dados é que, somadas as respostas inconsistentes com as dos que não sabem ou não respondem à pergunta, o volume de brasileiros incapazes de definir a democracia diminuiu ao longo do tempo: eles eram cerca de 46% em 1989 e são menos de 30% em 2006. De fato, o número de entrevistados que responde de modo inconsistente cai de 7 em cada 100, em 1989, para menos de 3 em 2006, o que contraria uma observação de Dalton, Shin e Jou (2007) sobre o Brasil em seu artigo sobre o tema⁵. Por outras palavras, no último ano do período considerado, depois do regime democrático ter completado cerca de duas décadas de existência no país, mais de 70% dos entrevistados brasileiros foram capazes de oferecer respostas consistentes sobre o significado da democracia, uma proporção comparável à encontrada em alguns países de democracia consolidada e em países do Leste Europeu, como o estudo dos autores citados acima indica. Mas a grande novidade dos dados sobre o Brasil está no fato de a maior parte dos indivíduos consultados definirem o regime em termos de dois dos mais importantes componentes do processo democrático, isto é, as liberdades e os procedimentos institucionais criados para defendê-las e para realizar os seus corolários. Isso evidencia que, ao contrário das suposições dos céticos e de parte da literatura, para a maioria dos brasileiros a democracia não é apenas “lip service”, ou seja, a suposta repetição do lado “correto” da vida, mas algo que se refere a aspectos fundamentais da sua experiência política recente.

Uma interpretação usual desses resultados baseia-se na premissa de teorias institucionalistas segundo a qual a adesão dos cidadãos à democracia decorre precisamente da sua experiência com esse regime, ou seja, que a sua continuidade no tempo levaria as pessoas comuns a se habituarem às suas vantagens e a aderirem a valores democráticos como princípios, liberdades e seus procedimentos institucionais (RUSTOW, 1970). Outros autores, no entanto, enfatizam o efeito dos

⁵ Dalton, Shin e Jou (2007, p. 7), depois de analisarem a série histórica de dados do Latinobarometro dos últimos dez anos, observaram que a maioria dos brasileiros, em 2001, não foi capaz de dar uma resposta à pergunta sobre a democracia e acrescentaram que, em vários outros países da América Latina, os entrevistados se caracterizam por níveis baixos de consciência democrática. Os dados das minhas pesquisas desconfirmam esse diagnóstico para o Brasil, e uma explicação possível refere-se ao fato de o Latinobarometro não ter usado amostras representativas em todos os anos pesquisados, envolvendo amostras reduzidas ao público das capitais de Estados em algumas pesquisas no Brasil.

valores sobre as instituições em decorrência da modernização das estruturas econômicas e sociais, com implicações para o papel da escolaridade e dos meios de comunicação de massa (INGLEHART e WELZEL, 2005). Com efeito, adotando uma perspectiva probabilística em contraposição às abordagens deterministas, esses autores ressaltam a importância da cultura política para explicar o crescimento da preferência pela democracia. Em vista de que o atendimento de ensino fundamental no país ultrapassou a marca dos 95%, nos anos 1990, e de que mais de 90% da população brasileira tem acesso à televisão, esses aspectos foram incluídos na análise. A premissa adotada neste artigo, no entanto, não considera essas alternativas contraditórias, mas complementares como o autor argumentou em outra ocasião (MOISÉS, 2008b). Além disso, pesquisas anteriores mostraram que a percepção da democracia pelo público se desdobra em duas dimensões, uma baseada em valores e ideais, e outra apoiada em sua expressão prática; no primeiro caso, a dimensão da cultura e dos valores políticos é importante; no segundo, o papel das instituições e do seu desempenho é decisivo para definir como os cidadãos percebem o regime (SHIN, 2005; MOISÉS, 2007). Na perspectiva da qualidade da democracia, as duas dimensões são relevantes porque enquanto a primeira se refere aos conteúdos e princípios fundamentais do regime, a segunda diz respeito aos meios através dos quais aqueles conteúdos se tornam efetivos; mas essas dimensões têm expressão e mensuração empíricas distintas. As respostas dos brasileiros às perguntas estruturadas sobre a democracia, assim como à pergunta aberta sugerem que para eles princípios como a liberdade ou os procedimentos democráticos tomados isoladamente são insuficientes para definir o conceito: a democracia significa mais do que essas partes, e este significado está relacionado tanto a aspectos que afetam a capacidade dos indivíduos de controlar a sua própria vida - através do gozo da liberdade -, como os procedimentos através dos quais isso se torna possível pelo desempenho das instituições. Em certo sentido, é como se os brasileiros estivessem sugerindo, em suas próprias palavras, que forma e conteúdo não podem ser separados na consideração sobre o significado da democracia, pois ambos fazem parte do mesmo processo.

Os testes de associação relatados na Tabela 5 oferecem uma primeira aproximação com a questão. As associações apresentadas entre a variável formada pelos que souberam responder o que é a democracia - com base na soma dos que mencionaram as dimensões de liberdades, procedimentos e fins sociais - com indicadores sócio-demográficos, de cultura política, confiança interpessoal e institucional, memória política, avaliação do funcionamento do regime e de suas instituições, são as que se mostraram significantes ao nível de 0,01 e 0,05. As variáveis usadas no teste são binárias, a exemplo da preferência pela democracia, cuja escolha é tomada aqui em contraposição a todos os que preferiram outras opções (vide relação completa de variáveis testadas no Anexo 2).

Tabela 5
Associação entre ‘sabe o que é democracia’ e indicadores atitudinais

Variáveis Sociodemográficas	Coef. de contingência
Renda mensal familiar (baixa - até R\$780,00)	.086
Idade (acima de 39 anos)	.059
Regiões (Sul e Sudeste)	.059
Sexo masculino	.089
Escolaridade (baixa: analfabetos e até colegial incompleto)	.195
Democracia	
Preferência por regime: democracia	.171
Democracia= direito de escolher governo	.185
Democracia= liberdades políticas	.150
Democracia= igualdade social	.135
Democracia= igualdade perante a lei	.161
Democracia= fiscalização do governo pelo Congresso	.130
Democracia= controle da corrupção e do tráfico de influência	.069
Democracia= educação, saúde, emprego, etc.	.133
Democracia= fiscalização do governo pelo Ministério Público e Justiça	.141
Democracia= igualdade de direitos para as mulheres	.105
Democracia= liberdades em questões morais e sexuais	.131
Democracia= multipartidarismo	.114
Partidos são indispensáveis à democracia	.125
Presidente pode tomar decisões sem ouvir o Congresso	.075
O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder	-.164
O Brasil seria melhor se existisse apenas um partido político	-.155
Só uma ditadura daria jeito no Brasil	-.130
Cidadania	
Votaria mesmo que o voto não fosse obrigatório	.133
Existe igualdade perante a lei	.058
As leis trabalhistas protegem os cidadãos	.065
Entrevistados não compreendem a política	.069
Prestam atenção a notícias políticas na TV	.149
Têm interesse por política	.181
Confiança	
Confiança interpessoal	.062
Avaliação / Satisfação	
As eleições no Brasil são limpas e honestas	.083
Apesar de problemas, democracia é a melhor forma de governo	.081

Fonte: Pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas” (2006).
 NB – As variáveis consideradas são binárias, sendo o seu atributo = 1, e o contrário = 0.

Os dados indicam que, além da escolaridade, existe associação entre as respostas de quem sabe o que é a democracia e diferentes indicadores atitudinais como preferência pelo regime e aos conteúdos da democracia, valores políticos, interesse por política, participação eleitoral, percepções da cidadania e atenção às informações políticas através da televisão. Vários indicadores de avaliação de desempenho do regime ou de governos incluídos na análise não se mostraram significantes, a exemplo da satisfação com a democracia, avaliação da economia e outros (excluídos da Tabela 5). Os poucos indicadores de avaliação do regime que são significantes apresentaram, no entanto, coeficientes de associação muito baixos. Os resultados sugerem que a opinião dos que sabem o que é a democracia se associa tanto com indicadores de cultura política e valores políticos como de percepção sobre o papel reservado às instituições democráticas. Esses resultados são parcialmente diferentes dos que foram encontrados por Meneguello (2007) em um estudo sobre as bases da adesão democrática no Brasil entre 2002 e 2006, em que a avaliação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e da situação econômica surgiram como fatores explicativos daquela adesão. Alguns testes apresentados a seguir retomam a questão a partir do ângulo adotado neste capítulo.

Fatores associados com a definição de democracia

Uma análise fatorial da variável formada pelos que souberam responder a pergunta sobre a democracia e de outros indicadores (Tabela 6) foi feita em seguida (vide Anexo 3 para a relação completa das variáveis incluídas no modelo). O teste serviu para a averiguação do sentido de agregação de variáveis relativas a duas abordagens concorrentes, a institucionalista e a culturalista, a respeito das percepções do público sobre a democracia.

Tabela 6
Fatores formadores das visões da democracia no Brasil- 2006

Rotated Component Matrix(a)										
	Component									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Significado de democracia					,406					
Atenção às notícias sobre política na TV					,681					
Confia na maioria das pessoas	,304									
Confia no Poder Judiciário	,718									
Confia no Congresso Nacional	,794									
Confia nos Partidos Políticos	,766									
Confia no Governo	,661									
Partidos Políticos são necessários ao país			,812							
Deputados e Senadores são necessários ao país			,808							
Tribunais de Justiça são necessários ao país			,733							
Orgulho de ser brasileiro										,746
Igualdade perante a lei									,642	
Os brasileiros cumprem as leis									,713	
A lei deve ser obedecida sempre				,388						
Sente-se protegido pelas leis trabalhistas									,453	
Viveria em outro país										,700
Satisfeito com a democracia									,540	
Democracia pode funcionar sem partidos						,833				
Democracia pode funcionar sem Congresso						,835				
Não importa que o governo passe por cima de leis, Congresso e instituições, em situação de crise								,782		

analíticas: a) o primeiro fator ficou formado pelas variáveis de confiança em instituições (com peso entre .60 e .70) e confiança interpessoal (neste caso, com um peso bastante mais baixo, de .30); b) o segundo fator agrupou as variáveis de avaliação de instituições como o governo, partidos, congresso e o judiciário (com peso entre .60 e .80); c) o terceiro fator revelou a agregação de variáveis que se referem a instituições consideradas necessárias para que o país siga em frente, como partidos, o congresso e o poder judiciário (com peso variando entre .70 e .80); d) o quarto fator agrupou duas variáveis de avaliação, uma do governo Lula, e outra da economia do país e, além disso, uma variável sobre a submissão à lei e outra sobre a disposição de participação no processo eleitoral (enquanto as duas primeiras tiveram pesos em torno de .70, as duas últimas ficaram em torno de .30); e) o quinto fator foi formado pela variável relativa aos que sabem o que é a democracia e mais as variáveis de exposição à informação política através da televisão, o interesse pela política e proximidade com os partidos políticos (estas, com peso variando entre .50 e .70, enquanto a primeira ficou abaixo de .50); f) o sexto fator agregou duas variáveis sobre a necessidade de partidos e do Congresso para que a democracia possa existir (com peso superior a .80); g) o sétimo fator ficou formado por duas variáveis que expressam orientações autoritárias (com peso superior a .80); h) o oitavo fator agregou outras variáveis relativas à escolha entre o autoritarismo e a democracia (com peso entre .60 e .70); i) o nono fator mostrou que variáveis relativas à satisfação com a democracia, a percepção sobre o princípio de igualdade perante a lei, assim como de cumprimento da lei e proteção das leis trabalhistas estão juntas (com peso variando entre .50 e .70, mas a última não chegou a .50); j) finalmente, o último fator foi formado por duas variáveis relativas ao sentimento de pertencimento à comunidade política (com peso variando em torno de .70).

Algumas observações importantes derivam da análise apresentada. *Prima facie*, as respostas dos entrevistados sobre a democracia se agregam apenas com a sua exposição às notícias sobre política na televisão, ao seu interesse geral por política e, de forma notável, à sua proximidade dos partidos políticos; em princípio, isso pareceria dar razão, por uma parte, às hipóteses que se referem ao efeito da difusão internacional da democracia, mas também à identificação deste regime com uma das mais importantes instituições de representação, isto é, o partido político. Chama a atenção ainda que fatores como confiança política, avaliação de instituições, escolha de instituições necessárias para o país seguir em frente e indicadores de pertencimento à comunidade política apareçam distribuídos em fatores distintos. Isto confirma as hipóteses de Pippa Norris (1999), baseadas na contribuição de David Easton (1963), de que o fenômeno de apoio político não pode ser considerado em bloco, mas tem de ser visto a partir da distinção de diferentes dimensões que funcionam com lógica própria, às vezes separando-as e outras

indicando a existência de pontos de conexão entre elas. Esse parece ser o caso das dimensões que se referem à comunidade política, ao apoio a valores políticos e, finalmente, à avaliação do desempenho de governos e de instituições. Note-se ainda que a participação em eleições e o reconhecimento da importância de partidos, do parlamento e do judiciário estão agregados em um mesmo fator, mas aparecem separados de indicadores atitudinais semelhantes. Por outras palavras, enquanto há aparentemente mais coerência na percepção em torno de variáveis que envolvem as liberdades, a perspectiva a respeito dos procedimentos institucionais da democracia revela-se bastante mais dispersa. Meneguello (2007) também relatou alguma dispersão dos fatores institucionais ao tratar da adesão democrática no texto mencionado antes.

Determinantes dos significados atribuídos à democracia

Os resultados relatados até aqui mostram que, ao contrário das expectativas pessimistas, a maior parte dos entrevistados brasileiros tem ideias definidas sobre a democracia como um ideal, mas os testes anteriores não permitiram identificar os determinantes dessas convicções. Por essa razão, o passo seguinte do estudo consistiu na realização de uma análise de regressão logística da variável dependente formada pelas respostas dos que sabem o que é democracia e, como explicativas, um conjunto de indicadores sócio-demográficos, de cultura cívica, de confiança interpessoal, de participação política, de avaliação de instituições e de avaliação do desempenho do governo do dia (vide Anexo 4 para a relação completa de variáveis testadas). O procedimento teve por objetivo testar o efeito de indicadores associados com hipóteses concorrentes, ou seja, tanto com as sustentadas por este artigo, como as relativas ao papel da difusão internacional em torno da democracia, o efeito da modernização econômica e social, a influência do desempenho do governo – especialmente da economia -, a influência das crenças religiosas, do capital social e de diferentes modos de participação política. O modelo não é parcimonioso; o seu R quadrado ajustado está perto de .30. As linhas em negrito indicam as variáveis que não são significantes e que, portanto, descomprovam as hipóteses correspondentes discutidas pela literatura (Tabela 7).

Tabela 7
Regressão logística de “sabe o que é democracia” – 2006

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	B	Sig.	Exp(B)
Intercept	-2,752	.000	
Homens	0,298	,014	1,347
Escolaridade média ou mais	0,651	.000	1,917
Renda familiar + de R\$ 1.300	0,312	,071	1,366
Integra a PEA	0,344	,006	1,410
Cidades + 500 mi habitantes	0,022	,869	1,022
Regiões Sudeste e Sul	-0,539	.000	0,583
Confiança interpessoal	0,322	,025	1,380
Católicos	0,109	,372	1,115
Branços	0,410	,001	1,507
Atenção às not. Políticas na TV	0,423	,003	1,526
Tem interesse por política	0,620	,001	1,859
Gov. tem de respeitar leis e instituições, mesmo na crise	0,315	,007	1,371
Rejeita retorno dos militares	0,688	.000	1,990
Rejeita sist. De partido único	0,507	.000	1,661
Votaria se voto ã fosse obrigat.	0,264	,027	1,302
Conversa sobre política	0,534	,001	1,706
Assinaria abaixo-assinado	0,359	,005	1,432
Participaria de boicotes	0,302	,047	1,353
Participa de grupo religioso	-0,225	,093	0,798
Existe igualdade perante a lei	-0,273	,054	0,761
Partidos representam população e eleitores	0,271	,040	1,311
Eleições são limpas no Brasil	0,321	,007	1,378
Gov. dev. intervir + na economia	0,319	,015	1,376
Funcionários ã levam em conta o q. cidadãos pensam	0,283	,061	1,327
Órgãos públicos ã prestam informações aos cidadãos	0,229	,046	1,257
Confia na policia	-0,205	,130	0,815
Confia no Congresso Nacional	0,248	,095	1,282
Prefeituras são necessárias	-0,290	,126	0,748
Avalia bem habitação	-0,259	,033	0,772
Avalia bem previdência social	-0,294	,023	0,745
Avalia bem transportes públicos	0,411	,002	1,508
Corrupção é problema sério	0,905	,011	2,473
Políticos usam caixa dois em campanhas eleitorais	0,511	,007	1,666
Brasileiros usariam caixa dois (no lugar de políticos)	-0,534	,002	0,586
Brasileiros faturariam obras públicas (no lugar de políticos)	0,369	,020	1,446

Sit. econômica familiar é boa	-0,105	,372	0,900
Votou em Lula em 2004	-0,176	,146	0,839
Sit. econômica do país melhorou com Lula	-0,108	,382	0,898

Fonte: "A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas", 2006
Nagelkerke R Square: .286; as variáveis do modelo são binárias.

No modelo adotado, os determinantes mais importantes das respostas capazes de definir a democracia em termos de liberdades, procedimentos institucionais e fins sociais são – pela ordem derivada dos coeficientes de significância e das *odds ratio* das variáveis explicativas – a percepção de que a corrupção é um problema sério (duas vezes e meia mais de chance), a rejeição ao retorno dos militares ao poder (99% mais de chance), a escolaridade de níveis médio e superior (91% a mais de chance), o interesse pela política (85% a mais de chance), o hábito de conversar com amigos a respeito (70% mais chance), a rejeição a um sistema de partido único (66% mais chance) e a percepção pública de que os políticos brasileiros se utilizam do “caixa dois” em suas campanhas eleitorais (66% mais de chance também). É notável, por outro lado, que diferente de suposições de parte da literatura especializada, na interação produzida pelas variáveis incluídas no modelo adotado, em comparação com os habitantes de cidades médias e pequenas, a variável correspondente à resposta dos habitantes das cidades de mais de 500 mil não interfere nos resultados, nem aquela relativa aos que têm renda familiar superior a R\$ 1.300 ao mês mostra-os como mais propensos a definir a democracia. Ou seja, controlando-se pelas demais variáveis, esses fatores não são definidores da capacidade das pessoas de responder à pergunta, essa possibilidade está espalhada entre os entrevistados de renda inferior e também entre os que vivem em cidades pequenas e médias, o que pode indicar que mudanças na cultura política dos brasileiros não dependem diretamente desses fatores. A percepção crítica de que os funcionários do governo não prestam a atenção ao que pensam os cidadãos não é significativa, mas de que os órgãos públicos não dão as informações necessárias ao público sim (25% mais de chance). A confiança na polícia e no Congresso Nacional, a convicção de que as prefeituras são importantes, da mesma forma que as crenças religiosas não exercem influência para a definição da democracia; neste caso, aliás, os dados desconfirmam uma das hipóteses de Inglehart, segundo a qual o Brasil como parte da América Latina faria parte do mapa cultural caracterizado pela tradição ibérica e católica. Ser católico ou professar outra crença não influi nos resultados.

Os resultados mais surpreendentes, no entanto, referem-se às hipóteses a respeito da influência da avaliação positiva do desempenho do governo do dia, em especial, da situação da economia do país e da situação econômica da família dos entrevistados: nenhuma dessas variáveis se revelou significativa no modelo rodado, nem mesmo aquela relativa ao voto no presidente Lula em 2002. Ou seja, diferente

de uma das conclusões de Pippa Norris (1999), os **vencedores** do jogo político, no caso brasileiro, não são os mais propensos a saber definir a democracia. São os cidadãos críticos quanto ao desempenho das instituições no que se refere à corrupção e quanto a alguns serviços públicos, os que têm maior chance de saber o que é a democracia. Diferente, nesse sentido, de achados de Meneguello (2008), as variáveis de avaliação positiva dos resultados da ação do governo, pelo menos, no que se refere à economia do país ou ao governo de modo geral, não ajudam a explicar a variável dependente. Isso sugere que precisamos de mais pesquisa sobre a relação entre o desempenho de governos e da economia com os indicadores de adesão ou de preferência pela democracia.

Chama a atenção ainda que, com *odds ratio* mais próximas de 1, entre as variáveis sócio-demográficas, estar integrado à população economicamente ativa (41% mais de chance) ou pertencer ao sexo masculino (34% a mais) são indicadores de capacidade de responder à pergunta; entre as variáveis de cultura política, ser branco (50% mais de chance), prestar a atenção às notícias políticas na TV (52% mais), confiar na maioria das pessoas (38% mais) e acreditar que o governo não está autorizado a desrespeitar as leis e as instituições do país, mesmo em situações de crise (37% mais), são fatores favoráveis à capacidade de responder a pergunta. Um aspecto importante tem de ser destacado aqui: as razões de chance da variável relativa ao papel da mídia (e, portanto, da difusão internacional da democracia) não apresenta nenhum resultado espetacular, indicando que embora ela conte quando considerada em conjunto com os outros fatores incluídos no modelo, a sua capacidade de explicação não tem a força suposta por parte da literatura discutida antes. Saber o que é democracia está ligado também a outros fatores como indicado a seguir. Entre as variáveis de avaliação do funcionamento das instituições, a crença de que os partidos representam a população e os eleitores (em contraposição à noção de que eles representam basicamente os próprios políticos) e de que as eleições no país não estão sujeitas a fraudes são fatores determinantes das respostas sobre a democracia (nos dois casos, essa percepção aumenta em mais de 30% a chance das pessoas saberem o que é a democracia). Mas a percepção de que os políticos brasileiros usam o caixa dois (66% mais de chance) e de que superfaturariam as obras públicas, como a maioria acredita que fazem os políticos (44% a mais), são fatores determinantes da capacidade de responder o que é democracia, embora não a crença de que os brasileiros, no lugar dos políticos, usariam o caixa dois. Há nisto uma clara conexão entre a democracia vista como um ideal e as funções normativas atribuídas às instituições. No que se refere à avaliação dos serviços públicos, são os que avaliam negativamente a habitação e a previdência social os que têm mais chance de saber o que é a democracia, enquanto no caso dos transportes são os que têm uma avaliação positiva dos serviços. Aparentemente, os resultados são contraditórios,

mas não é impossível que os mais críticos em relação a áreas de atendimento consideradas mais deficitárias – habitação e previdência social – são os que esperam mais do regime democrático, enquanto os que estão satisfeitos com os serviços de transportes públicos – de mais fácil acesso, em que pesem déficits existentes – podem manifestar-se assim porque acreditam que a situação relativamente positiva do setor deriva do funcionamento da democracia.

Em conjunto, os fatores listados dizem respeito tanto à tradição das teorias de cultura política, como às que enfatizam o desenho e o desempenho das instituições democráticas. O modelo adotado neste artigo mostra, ainda, que os preditores dos significados escolhidos pelos entrevistados para definir a democracia supõem o envolvimento das pessoas comuns com o mundo da política e com os mecanismos de escolha de governos: os que conversam sobre política com os outros (70% mais chance) os que assinariam abaixo-assinados de petições ou de protestos (43% mais de chance), os que participariam de boicotes se necessário (35% mais de chance) e os que votariam mesmo se o voto não fosse obrigatório (aproximadamente metade da amostra, com 30% a mais de chance) têm mais chance de saber o que é democracia. Os resultados sugerem que a memória do regime militar e a velha tradição brasileira de pouca participação na vida pública podem estar perdendo força na atualidade. Ao mesmo tempo, confirmando algumas hipóteses de Putnam (1998), a confiança interpessoal tem importância para os resultados relatados. Nos termos das análises de Linz e Stepan (1996), esses resultados sugerem que a adesão à democracia no Brasil - além da transformação das próprias instituições políticas -, está baseada em atitudes favoráveis ao regime, expressas na rejeição de alternativas que poderiam colocá-lo em risco, mas também em uma visão que reflete uma demanda quanto à qualidade da democracia: a preocupação com a situação da corrupção sugere ainda que existe na sociedade brasileira uma demanda por maior eficiência dos mecanismos de *accountability*.

Breves conclusões

O estudo sugere algumas conclusões. Em primeiro lugar, os dados mostram que, diferente do que pensam os céticos, a maior parte dos brasileiros é capaz de definir a democracia em termos que envolvem duas das mais importantes dimensões do conceito, isto é, por um lado, o princípio de liberdade e, por outro, os procedimentos e estruturas institucionais. Essas definições da democracia distinguem, claramente, este regime de suas alternativas concorrentes, ou seja, não são ideias vagas e imprecisas que, sob influência da difusão internacional, apenas reproduzem a imagem positiva adquirida pela democracia. Os testes mostram que as respostas majoritárias sobre a democracia, envolvendo as liberdades e os procedimentos do regime, são influenciadas pela atenção dos entrevistados às

notícias políticas na TV, mas ao mesmo tempo, por valores políticos como a rejeição de alternativas autoritárias, o reconhecimento do papel das instituições de representação, o interesse pela vida pública e a participação política. Neste sentido, os dados confirmam os achados de Dalton, Shin e Jou (2007) sobre os entrevistados do Leste Europeu, da Ásia, da África e de outros países da América Latina: pessoas comuns, mesmo em ambientes não inteiramente favoráveis, sabem definir a democracia e essa definição está associada, por uma parte, com o seu apoio normativo ao regime, isto é, aos ideais que ele envolve e, por outra, com as expectativas que ele suscita a respeito do desempenho prático de suas instituições como meio de realizar aqueles ideais.

As definições de democracia dos brasileiros são influenciadas por alguns valores da cultura política e por sua percepção a respeito do desempenho das instituições, mas chama a atenção que, incluídas nos modelos de análise, as variáveis de avaliação do desempenho da economia e do governo do dia não se mostrem importantes para explicar as respostas dos entrevistados. As definições envolvendo as duas dimensões mais importantes do conceito de democracia - liberdades e procedimentos - são determinadas basicamente por valores e outros fatores políticos, como a avaliação da situação da corrupção e das instituições em geral, a escolaridade e a influência das informações transmitidas pela mídia. Da perspectiva da abordagem da qualidade da democracia isso significa que, no Brasil, a democracia é vista sim como expressão de procedimentos institucionais - a exemplo da participação em eleições, mas ao mesmo tempo como uma construção referida também a princípios e valores do regime, como as liberdades, que distinguem claramente o processo democrático das alternativas autoritárias. Como chamaram a atenção Inglehart e Welzel (2005), essas dimensões são fundamentais para a percepção do regime como causa e efeito do desenvolvimento humano, ou seja, como uma perspectiva que concebe os indivíduos como capazes de definir os rumos e o sentido de suas vidas, o que implica que se reconheçam como livres e iguais para fazê-lo.

Uma nota final de cautela, no entanto, é necessária. Como observaram Dalton, Shin e Jou (2007), saber definir o que é a democracia é muito importante, mas é insuficiente *per se* para consolidar o regime porque o processo democrático exige mais do que a sua simples definição. O funcionamento do sistema democrático, assim como a sua qualidade, exige o envolvimento público com as instituições e o acompanhamento dos cidadãos - através da mídia, de partidos e de associações da sociedade civil - do desempenho de governos e do poder público. No caso brasileiro, o paradoxo representado por níveis elevados de contínua desconfiança dos cidadãos das instituições políticas poderia se constituir em um fator desfavorável para isso, uma vez que a desconfiança está associada com os déficits de funcionamento das instituições democráticas (MOISÉS, 1995; 2008b).

Neste sentido, o fato de as definições comuns de democracia envolverem, no período de quase 20 anos de pesquisas, significados que se referem a valores humanos fundamentais como as liberdades políticas e individuais, e os meios que permitem torná-los efetivos, como os procedimentos assegurados pelo funcionamento das instituições democráticas, sugere uma possibilidade de saída do paradoxo. Os resultados sugerem que pode estar emergindo um novo padrão da cultura política dos brasileiros: diferente dos sinais apontados por estudos sobre países de tradição democrática frágil (ALMOND e VERBA, 1965), as visões da democracia das pessoas comuns no Brasil mostram-se mais complexas do que no passado e envolvem, ao mesmo tempo, valores humanos e os meios de sua realização, oferecendo uma base potencial de apoio político para a superação das atuais distorções e déficits institucionais. A percepção sobre a corrupção, por um lado, e sobre o papel dos partidos e instituições de representação, de outro, são exemplares nesse sentido. Nos significados atribuídos à democracia pelos brasileiros, pode estar contida a base do que Pippa Norris (1999), analisando casos de democracias consolidadas, chamou de **cidadãos críticos**. Com efeito, ao mesmo tempo em que os partidos são reconhecidos como indispensáveis à democracia, o seu desempenho concreto é severamente avaliado, como exemplifica a atitude de desconfiança dos cidadãos dos mesmos; mas mais do que querer eliminá-los, a maioria dos cidadãos parece estar dizendo que deseja que eles funcionem efetivamente como mecanismos de representação. A percepção razoavelmente sofisticada dos cidadãos brasileiros sobre a democracia pode servir de base para iniciativas de pressão sobre o sistema político no sentido da reforma das instituições de representação. Por último, a preocupação com a corrupção também mostra que existe uma demanda sobre o desempenho das instituições encarregadas da *responsabilização* de políticos e governos. Para um país cuja experiência democrática é relativamente recente, esses sinais não são de pouca importância.

Referências Bibliográficas

ALMOND, G. e VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston: Little Brown, 1965.

BAVISKAR, S. e MALONE, M. F. T. "What democracy means to citizens – and why it matters". *Revista Europea de Estudos Latinoamericanos y del Caribe*, vol. 76, p.3-23, 2004.

BRATTON, M; MATTES, R. e GYIMAH-BOADI, E. *Public Opinion, Democracy and Market Reform in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CAMP, R. *Citizens Views of Democracy in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2001.

DAHL, R. *Political Oppositions in Western Democracies*. New Haven: Yale University Press, 1971.

DALTON, R. J; SHIN, D. C. and JOU, W. "The meaning of democracy: democratic understanding in unlikely places". Paper to the Annual Meetings of the Midwest Political Science Association, Chicago, IL, 2007.

DIAMOND, L. & MORLINO, L. *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.

_____. "The Quality of Democracy". *Journal of Democracy*, vol.15, nº4, p.20-31, 2004.

DURAND PONTE, V. M. *Ciudadanía y Cultura Política: México 1993-2001*. México D. F.: Ed. Siglo Veintiuno, 2004.

GAY, P. *A Cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

GUNTHER, R. and MONTERO, J. R. "Legitimacy, Satisfaction and Disaffection in New Democracies". Paper presented to the conference Political Disaffection in the European Democracies, Santiago de Compostela, 2000.

HUBER, E; RUESCHEMEYER, D. and STEPHENS, J. D. "The paradoxes of Contemporary Democracy: Formal, Participatory and Social Democracy". *Comparative Politics*, vol. 29 nº3, p.323-42, 1997.

HUNEEUS, C. *Chile, un país dividido*. Santiago: Catalonia, 2003.

HUNTINGTON, S. P. *The third wave: democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

INGLEHART, R. "How Solid is Mass support for Democracy – and how can we measure it". *Political Science and Politics*, vol. 36, nº01, 2003.

INGLEHART, R. and WELZEL, C. *Modernization, Cultural Change and Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2005.

KARL, T. L. Electoralism, In: ROSE, R. et al. *The international encyclopedia of elections*. Washington DC: Congressional Quarterly Press, 2000.

KLINGEMANN, H-D. Mapping Political Support in the 1990s: A Global Analysis. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*, Oxford: Oxford University Press, 1999.

KLINGEMANN, H-D. and FUCHS, D. (orgs.). *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

LINZ, J. J. and STEPAN, A. *Problems of Democratic Transition and Consolidation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

MENEGUELLO, R. "Trust in government and democratic adherence in Brazil: 2002-2006", paper to the Seminar 'Democracy and Distrust of Public Institutions in Brazil in comparative perspective'. Center for Brazilian Studies, University of Oxford, 2007.

_____. Tendencias Electorales tras 12 años de democracia. In: SÁEZ, A. M. y MELO, C. R. (eds). *La Democracia Brasileña. Balance y Perspectivas para el Siglo XXI*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2008.

MILLER, A. H. and LISTHAUNG, O. "Conceptions of Democracy Across Mass and Elite in Post-Soviet Societies". *British Journal of Political Science*, vol. 29, p.553-581, 1999.

MOISÉS, J. A. *Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. "A desconfiança das instituições democráticas". *Opinião Pública*, vol. XI, nº1, p.33-63, 2005.

_____. "Democracy, Trust and Democratic Institutions in Brazil". Revised version of a paper presented to the 20th IPSA World Congress, Fukuoka, July, 8-13, 2007.

_____. "Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, p.1-42, jun. 2008.

_____. "Cultura Política, Instituições e Democracia – lições da experiência brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, nº 66, p.11-44, fev. 2008.

NEUMAN, W. R. *The Paradox of Mass Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

NORRIS, P. *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1999.

NYE, J. S., ZELIKOW, P. D, e KING, D. C. *Why People Don't Trust Government*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1997.

PORTO, M. "La Crisis de Confianza en la Política y sus Instituciones: Los Medios Y la Legitimidad de la Democracia en Brasil". *América Latina hoy*, nº 25, p.23-33, 2000.

PUTNAM, R. *Making Democracy Work*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RUSTOW, D. "Transitions to Democracy". *Comparative Politics*, vol.2, nº 2, p.337-63, 1970.

SCHAFFER, F. G. *Democracy in Translation: Understanding Politics in an Unfamiliar Culture*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.

SCHELER, A. and SARFIELD, R. "Democratas with adjectives: Linking direct and indirect measures of democratic support". *Afrobarometer Working-paper*, nº 45, 2004.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper Torchbooks, 1950.

SHIN, D. C. "Popular Support for Democracy and Institutional Trust in Korea", original não publicado, 2005.

TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América*. São Paulo: Edusp, 1969.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia e Outros Escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

ANEXO 1
Recodificação das respostas à pergunta 'o que é democracia' - 1989 a 2006

Liberdades – menções a:	Direitos e deveres legislados e aplicados
Liberdade de criticar o governo	Punir Políticos que roubam o povo
Direito de ir e vir	Fins Sociais – Menção a:
Liberdade de expressar-se	Direito à saúde pública independente de raça, sexo, cor
Poder lutar por melhores salários	Direito a um transporte digno
Todos podem exercer seus direitos	Direito a trabalho
Liberdade para organizar-se	Governo dar melhores condições de vida para as pessoas de baixa renda
Liberdade sem repressão	País com muito trabalho, onde não falte emprego
Liberdade de informação	Direitos iguais entre os povos
Governo garantir a segurança do povo	Igualdade entre os cidadãos
Direito de opinar	Igualdade entre homens e mulheres/direitos iguais
Consciência de direitos e deveres	Não ter discriminação de cor/raça
País livre onde não se vive como escravos	Inconsistentes/NS/NR
Procedimentos/Instituições – menções a:	É violência
Cidadão exercer seus direitos e deveres	Falta de respeito ao cidadão
Obrigação de votar	É bom
Necessidade de leis severas	Brigas entre políticos / Brigas na política
Governo não ser corrupto	País com política honesta
Partidos políticos c/ igual espaço nos meios de comunicação	Não cumprimento das leis
Governo com leis através de um parlamento	Presidente corrupto no governo / políticos
País governado pelo Congresso	Diferença entre ricos e pobres / desigualdade social
Cumprimento da Constituição	Discriminação entre raças
Povo poder fiscalizar o governo	Falta de honestidade
Organização do povo respeitando as leis	Governantes impor leis não compatíveis com as necessidades do povo
Governo cumprir com suas obrigações	Regime dominado por políticos da elite
Forma de governo	Sistema onde todo mundo manda
Governo com participação de todas as classes sociais	Não sabe/ Não repondeu
Governo onde vence a maioria	
É saber exigir seus direitos, cobrar seus direitos	Regime dominado por políticos da elite
País onde leis para ricos e pobres são as mesmas	Sistema onde todo mundo manda
Direito dos cidadãos serem reconhecidos por lei	
Mesma lei para ricos e pobres	
Equilíbrio entre três poderes: judiciário, legislativo e executivo	
Respeito ao cidadão	

ANEXO 2

Variáveis binárias utilizadas na análise bivariada, mas na Tabela 4 foram incluídas apenas as variáveis que são significantes. Atributo=1; outros=0.

Renda mensal familiar (baixa - até R\$780,00)	O Brasil seria melhor se existisse apenas um partido político
Idade (acima de 39 anos)	Só uma ditadura daria jeito no Brasil
Regiões (Sul e Sudeste)	Votaria mesmo que o voto não fosse obrigatório
Sexo masculino	Existe igualdade perante a lei
Cidades com mais de 500 mil habitantes	Os brasileiros são cumpridores das leis
Escolaridade (baixa: analfabetos e até colegial incompleto)	A lei deve ser obedecida sempre
Preferência por regime: democracia	Os brasileiros fazem valer os seus direitos
Democracia está associada com:	Os brasileiros são conscientes de suas obrigações
Direito de escolher governo	Os brasileiros são conscientes de seus direitos
Liberdades políticas	Sente-se próximo de partidos políticos brasileiros
Igualdade social	Votou nas últimas eleições presidenciais (2002)
Igualdade perante a lei	Confiança interpessoal
Fiscalização dos atos do governo pelo Congresso	Confiança no Poder Judiciário
Menos corrupção e controle do tráfico de influência	Confiança no Congresso Nacional
Educação, saúde e emprego	Confiança nos Partidos Políticos
Fiscalização do governo pelo Ministério Público e Tribunais de Justiça	Confiança no Governo
Igualdade de direitos para as mulheres	As eleições no Brasil são limpas e honestas
Liberdades em questões morais	Nos últimos 5 anos a corrupção não aumentou
Multipartidarismo	No último ano a corrupção não aumentou
A democracia não pode funcionar sem partidos	Está satisfeito com a democracia
A democracia não pode funcionar sem Congresso Nacional	Avaliação positiva da situação política do país
Os partidos são indispensáveis à democracia	Apesar de problemas, democracia é melhor forma de governo
O Presidente da República deve ser identificado com um partido político	O governo pode passar por cima das leis e das instituições do país para resolver uma situação difícil
Partidos políticos são necessários para o progresso do país	A situação econômica melhorou durante o governo Lula
Deputados e Senadores são necessários para o progresso do país	A situação econômica melhorou durante o governo FHC
Tribunais de Justiça são necessários para o progresso do país	A situação econômica melhorou durante a Ditadura Militar
Prefere a democracia a um líder salvador não controlado por leis	Os Direitos Humanos melhoraram durante o governo FHC
Se o país enfrenta dificuldades, o presidente pode tomar as decisões sozinho independentemente do Congresso e das leis	Os Direitos Humanos melhoraram durante o governo Lula
O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder	Os Direitos Humanos melhoraram durante a Ditadura Militar
Daria um cheque em branco a um líder salvador que resolvesse os problemas do país	

ANEXO 3

Variáveis utilizadas na análise fatorial (Tabela 5)

Interesse por política; Até 2 horas de TV por dia; Atenção em notícias políticas na TV; Baixa escolaridade; Cidades + 500 mil habitantes; Democracia é melhor forma de governo; Preferência por regime democrático; Democracia=direito de escolher governo; Democracia=liberdades políticas; Democracia=igualdade social; Democracia=igualdade perante a lei; Democracia=fiscalização do governo pelo Congresso; Democracia=controle da corrupção e tráfico de influência; Democracia=atendimento necessidades saúde, emprego e educação; Democracia=fiscalização do governo p/ tribunais de justiça e Ministério Público; Democracia=direitos das mulheres; Democracia=liberdades morais e sexuais; Partidos são necessários p/ democracia; Congresso é necessário p/ democracia; Proximidade de partidos; Partidos indispensáveis p/ democracia; Presidente deve ser identificado com partido; Partidos são necessários ao país; Deputados e Senadores são necessários ao país; Tribunais são necessários ao país; Votou nas últimas eleições; Votaria se o voto não fosse obrigatório; Sabe o que é democracia.

ANEXO 4

Variáveis utilizadas na regressão logística (Tabela 6)

Sexo (homens), Escolaridade (média ou mais), Renda (+ de R\$ 1.300), PEA (íntegra), Cidades (+ 500 mil habitantes), Região (sul e sudeste), Confia na maioria das pessoas, Religião (católicos), Cor (brancos), Presta atenção às notícias políticas na TV, Tem interesse por política, Acha q. Governo deve respeitar leis e instituições em crises, Rejeita o retorno dos militares, Rejeita sistema de partido único, Votaria se voto não fosse obrigatório, Conversa sobre política, Assinaria abaixo-assinados, Participaria de boicotes, Participa de comunidades religiosas, Existe igualdade perante a lei, Partidos representam a população e os eleitores, Eleições são limpas, Acha q. governo deve intervir + na economia, Funcionários não levam em conta a opinião dos cidadãos, Órgãos públicos não prestam informações aos cidadãos, Confia na policia, Confia no Congresso Nacional, Prefeituras são necessárias ao país, Avalia bem habitação, Avalia bem previdência social, Avalia bem transportes, A maioria dos políticos usam caixa 2 em campanhas eleitorais, Brasileiros, no lugar dos políticos, usariam caixa dois, Brasileiros, no lugar dos políticos, superfaturariam obras públicas, Situação econômica familiar é boa, Votou em Lula, Situação econômica do país melhorou com o governo Lula.

José Álvaro Moisés – jamoises@gmail.com

Recebido para publicação em fevereiro de 2010.
Aprovada para publicação em maio de 2010.

As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio

Sonia Luiza Terron

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Diretoria de Geociências

Gláucio Ary Dillon Soares

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Resumo: O debate sobre o distanciamento entre Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou corpo na eleição de 2006, quando a popularidade de Lula e de seu governo não se estendeu ao PT, como seria esperado. Pela primeira vez o partido não melhorou o desempenho na votação para a Câmara dos Deputados em relação à eleição anterior. Analisamos as bases eleitorais de Lula e do PT nas quatro últimas eleições para presidente e deputado federal (1994-2006), e comprovamos o distanciamento entre elas.

Pesquisamos a distribuição espacial das votações ao nível do município com mapas, estatísticas e regressões espaciais. Identificamos o “descolamento” dos territórios eleitorais do candidato e do partido a cada eleição, e as regressões espaciais mediram a crescente independência espaço-temporal das votações: os coeficientes baixaram de 0,85 em 1994, para 0,15 em 2006. Houve um processo de distanciamento geossocial, no período de 1994 a 2002, e um “divórcio” entre as bases eleitorais, em 2006, quando se formaram territórios de configurações praticamente irrelacionadas.

Palavras-chave: território eleitoral; voto; comportamento político; análise espacial; geografia eleitoral

Abstract: The debate about the distancing between Lula and the Workers Party (PT) gained acceptance in the 2006 election, when the popularity of Lula and his government did not extend to the PT, as expected. For the first time the party did not improve performance in the voting for the Chamber of Deputies regarding the previous election. We analyzed the electoral bases of Lula and the PT in the last four elections for president and federal deputies (1994-2006), and we prove the distancing between them.

We studied the spatial distribution of votes at the municipal level with maps, statistics and spatial regression. We identified the detachment of the candidate's and party's electoral territories every election, and the regressions measured the growing spatial-temporal independence of the votings: the coefficient fell from 0.85 in 1994 to 0.15 in 2006. There was a process of geossocial distancing in the period 1994 to 2002, and a "divorce" between the electoral bases in 2006 when the territories seemed to be nearly unrelated to each other.

Keywords: electoral territory; voting; political behavior; spatial analysis; electoral geography

Introdução

A discussão sobre o distanciamento entre Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou corpo na eleição de 2006, quando a popularidade de Lula e de seu governo não se estendeu ao PT, como seria esperado. Foi a primeira vez que o partido não melhorou o desempenho na votação para a Câmara dos Deputados em relação à eleição anterior. Nosso objetivo é comprovar o distanciamento e mostrar quando, como e onde o apoio a Lula passou a existir como expressão territorial independente da base eleitoral petista.

Confirmar esta independência significa dizer que Lula não apenas passou a ser maior que o PT, mas que o lulismo se instalou como um fenômeno desvinculado do petismo, e que Lula deixou de ser a grande exceção do personalismo nas eleições presidenciais brasileiras (CARREIRÃO, 2002), depois de uma história incomum de formação partidária (MENEGUELLO, 1989).

O distanciamento entre as bases eleitorais de Lula e do PT ainda não foi pesquisado pelo método estatístico espacial, e este artigo se propõe a preencher esta lacuna. A expectativa é que os resultados de uma investigação espaço-temporal detalhada ao nível municipal, além de comprovar o distanciamento, contribua com elementos novos sobre as particularidades da política nacional, para subsidiar a discussão sobre o petismo e o lulismo, dois fenômenos ímpares.

Nossa convicção é que a incorporação do espaço na análise do comportamento político-eleitoral contribui em muito para compreendê-lo. O território é o locus do jogo político-eleitoral, e no caso do Brasil este jogo acontece em 8,5 milhões de quilômetros quadrados marcados por profundas desigualdades sócio-demográficas, econômicas e políticas. A distribuição espacial do voto permite uma associação entre o voto e a política, a economia e a sociedade local, dificilmente perceptível na análise puramente quantitativa.

Outra motivação para a incorporação do espaço na análise diz respeito ao método estatístico. É fortemente recomendado que se considere a dependência espacial dos fenômenos nos modelos de regressão, em especial quando as variáveis apresentam uma forte dependência espacial (BAILEY e GATRELL, 1995; CÂMARA et al, 2002). Este é o caso das votações de Lula de 1989 a 2006, por exemplo, analisadas por Soares e Terron (2008) e Terron (2009).

Analizamos as bases eleitorais de Lula e do PT nas quatro últimas eleições para presidente e deputado federal (1994-2006). Pesquisamos a distribuição espacial das votações ao nível do município com mapas, estatísticas e regressões espaciais. As votações (percentuais de votos municipais) revelaram índices de correlação espacial altos em todas as eleições, ou seja, a existência de territórios eleitorais fortes. Identificamos e comparamos os territórios eleitorais onde Lula e os

deputados federais do PT receberam os mais altos percentuais de votos nas quatro eleições.

Pesquisamos, com modelos de regressão espacial, a relação entre todas as votações e indicadores socioeconômicos municipais nesse período. As regressões permitiram dimensionar o distanciamento e o modelo espacial se mostrou eficiente para evitar uma sobre-representação dos indicadores dos territórios eleitorais no resultado final. Constatamos que houve um processo de distanciamento geossocial, ocorrido no período de 1994 a 2002, e uma completa dissociação, em 2006, quando se formaram territórios eleitorais de configurações praticamente irrelacionadas.

Nas três seções seguintes apresentamos uma síntese de dados e análises já realizadas sobre o distanciamento; a análise geoespacial dos territórios eleitorais e a análise do distanciamento entre as bases eleitorais.

O que já sabemos sobre Lula, o PT e o distanciamento

As trajetórias políticas de Lula e do Partido dos Trabalhadores estiveram associadas desde a fundação do partido em 1980, ainda durante o regime militar, e são singulares no contexto político do país e da América Latina. O Partido dos Trabalhadores teve na sua origem a confluência dos sindicatos, setores da esquerda da igreja católica e movimentos sociais atuantes nos anos 1970. Agregou várias correntes da esquerda brasileira em torno da representação de classes e estruturou uma ampla rede social, passível de mobilização política, mantida por um forte engajamento de ativistas e militantes. A militância diferencia o PT dos demais partidos brasileiros. O PT teve um crescimento notável em todos os setores da representação política, especialmente de meados da década de 1990 em diante: conquistou prefeituras e governos estaduais; posicionou-se, desde 1994, entre as quatro maiores bancadas da Câmara dos Deputados.

Lula participou de sete eleições, concorrendo em todas pelo PT. Foi candidato ao governo de São Paulo em 1982 e perdeu. Em 1986 elegeu-se o deputado federal mais votado da história da Câmara. A partir de 1989 candidatou-se a todas as eleições presidenciais até 2006. No total foram cinco eleições presidenciais; oito pleitos, considerando os dois turnos de 1989, 2002 e 2006. Até 2002 havia exercido apenas um cargo público, o de deputado federal (1987 a 1989), acumulado muita experiência na disputa presidencial e aumentado sistematicamente sua votação a cada eleição que participava.

As eleições presidenciais passaram a ser polarizadas pelo PSDB e pelo PT a partir de 1994. Em 2002, Lula (PT) foi eleito com 61,3% dos votos válidos do segundo turno, derrotando José Serra (PSDB). Nas eleições de 2006, um novo

enfrentamento entre os dois partidos reeleger Lula, também em segundo turno, quando venceu Geraldo Alckmin (PSDB) com 60,8% dos votos válidos.

Em 2006, houve uma expressiva mudança no contorno geográfico da base eleitoral de Lula, quando comparada às das eleições anteriores, em particular a de 2002. O percentual de votos nos municípios diminuiu nas regiões centro-sul do país e aumentou nas regiões norte e nordeste. O principal fator responsável por este movimento de inversão geográfica na base eleitoral foi a política de transferências diretas de renda dos programas sociais implementados no primeiro mandato, em especial o Bolsa Família¹.

Na eleição de 2006 para deputado federal, o PT não conseguiu melhorar o seu desempenho, o que seria esperado após um mandato na Presidência. Dos 16,1 milhões (18,4%) de votos e 91 cadeiras conquistadas em 2002, o PT caiu para 14 milhões (15%) de votos e 83 cadeiras em 2006 (Tabela 1).

Tabela 1
Desempenho do PT nas eleições para a câmara dos deputados (1994 a 2006), em número e percentual de votos, e número e percentual de cadeiras

Ano da Eleição	Votos ¹		Cadeiras ²	
	Nº (milhões)	%	Nº	%
1994	6,0	13,1	49	9,6
1998	8,8	13,2	58	11,3
2002	16,1	18,4	91	17,7
2006	14,0	15,0	83	16,2

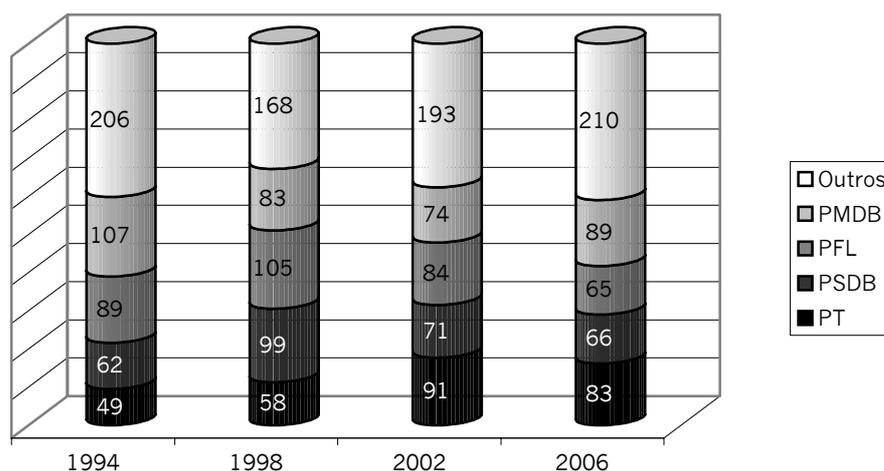
Fonte: Jairo Nicolau. Disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>>.

Notas: ¹ Percentuais calculados sobre os totais de votos do Partido nas respectivas eleições (1994 - 45,4 milhões, 1998 - 66,6 milhões, 2002 - 87,5 milhões e 2006 - 93,2 milhões)². Percentuais calculados sobre as 513 cadeiras do parlamento.

¹ Essa relação foi analisada por Nicolau e Peixoto (2007a; 2007b), Zucco (2008; 2006) e Marques et al (2007), com métodos estatísticos e bases de dados municipal; Hunter e Power (2007), com *surveys* e dados ao nível estadual; Carraro et al (2007) com técnicas de econometria espacial sobre dados municipais. Soares e Terron (2008), utilizando a mesma base de dados da pesquisa de Nicolau e Peixoto (2007a; 2007b), re-visitaram o tema pela via da geografia eleitoral. Rennó, Lício e Castro (2009) testaram um modelo estatístico multivariado em amostra probabilística nacional utilizando o Barômetro das Américas de 2008. Houve consenso entre os autores quanto à mudança geográfica da base em direção ao norte e nordeste, e uma expressiva alteração no perfil socioeconômico do eleitor de Lula. Lula passou a ser mais votado em sentido inverso do desenvolvimento social de estados e municípios. À exceção de Carraro et al (2007), os analistas também concordaram quanto à influência do Bolsa Família (BF) sobre os resultados eleitorais. Terron (2009) ampliou a análise dos territórios eleitorais nas eleições presidenciais para as votações dos principais candidatos de 1989 a 2006, confirmando os resultados anteriores e agregando novos conhecimentos.

Com este desempenho manteve a primeira colocação em relação aos demais partidos no que concerne à votação, mas em número de representantes no parlamento, perdeu a primeira colocação para o PMDB (Figura 1)².

Figura 1
Composição da Câmara dos Deputados, em número de cadeiras, das quatro maiores bancadas eleitas de 1994 a 2006 (PT, PSDB, PFL e PMDB)



Fonte: Jairo Nicolau <<http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>>

* Número total de cadeiras na Câmara dos Deputados: 513

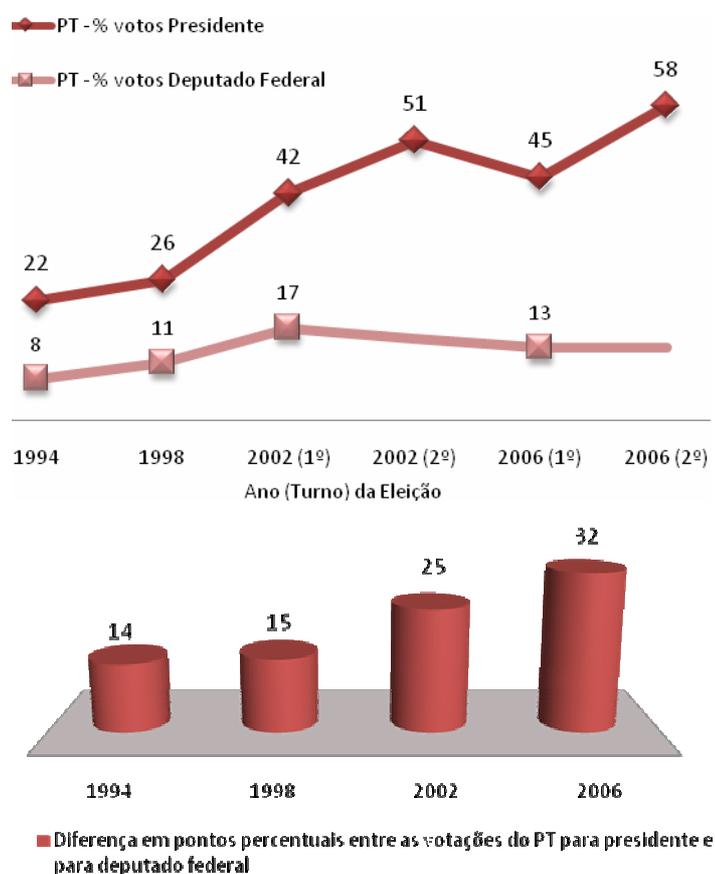
Em resumo, no período em estudo a votação de Lula passou de 22% em 1994, para 44% e 58% no primeiro e segundo turno de 2006, respectivamente. O desempenho do partido nas eleições para deputado federal também melhorou: de 1994 a 2002 passou de 8% para 17%, mas caiu para 13% em 2006³. Os gráficos (Figura 2) mostram a evolução da votação nas duas séries temporais, e as diferenças entre as votações de Lula e do PT. Os percentuais de Lula são sempre

² O tamanho das bancadas dos partidos nas Casas Legislativas pode variar ao longo do mandato devido a trocas de partido, desincompatibilizações, mortes e outros motivos. Em 2002 o PT elegeu a maior bancada da Câmara Federal, com 91 deputados, e ao final do mandato, um pouco antes da eleição de 2006, eram 81, duas cadeiras a menos do que as 83 que conseguiu eleger em outubro do mesmo ano (HUNTER e POWER, 2007, p.8). A comparação de desempenho eleitoral com base no número de assentos no parlamento deve levar em conta que o conjunto de regras estabelecido pelo sistema eleitoral permite distorções em relação à representação dos estados e dos partidos. Há os casos em que a representação dos estados não é proporcional ao tamanho do eleitorado, e as situações em que o partido ganha um número menor de cadeiras do que outro, mesmo tendo recebido mais votos que ele (NICOLAU, 1997). Em 2006, por exemplo, o PT obteve 15% dos votos para Deputado Federal e o PMDB, 14,6%; mas o PT ficou com 83 cadeiras e o PMDB com 89. Na eleição anterior, em 2002, PMDB e PFL haviam obtido 13,4% dos votos, mas o PFL ficou com 10 cadeiras a mais que o PMDB.

³ Os percentuais foram calculados em relação ao número de eleitores que compareceram para votar em cada eleição, o que inclui os votos em branco e os nulos.

superiores e as diferenças aumentam com o tempo. Nas duas primeiras eleições, em 1994 e 1998, a diferença entre as votações praticamente se mantém, sendo 14 e 15 pontos percentuais, respectivamente. Em 2002 (primeiro turno), a diferença aumenta para 25 pontos percentuais; e em 2006 (primeiro turno), passa para 32 pontos percentuais. Nesta última, entretanto, a votação para presidente sobe, e para deputado federal, desce.

Figura 2
Percentagem de votos recebidos pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições (1994 a 2006) para Presidente da República e Deputado Federal, e respectivas diferenças em pontos percentuais



Fontes: TSE (eleições presidenciais) e IpeaData (eleições para deputado federal).

Nota: Os percentuais referem-se ao total de eleitores que compareceram para votar em cada eleição, sendo o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002 e 2006.

Análises com método estatístico

Hunter e Power (2007) e Zucco (2008) investigaram o distanciamento das votações de Lula e dos candidatos do PT a deputado federal nas quatro eleições (1994 a 2006). Ambos empregam métodos estatísticos e resultados eleitorais agregados por unidade político-administrativa: Hunter e Power (2007) trabalharam na escala estadual e Zucco (2008), na escala municipal.

Pela análise de Hunter e Power (2007) o distanciamento entre a votação de Lula e a votação para o PT vem declinando gradativamente desde 1994: as correlações de Pearson declinaram de 0,60 em 1994, a 0,53 em 1998, e a 0,46 em 2002, todas positivas e estatisticamente significativas. Em 2006 a correlação passa a ter sinal negativo, é pequena (-0,19) e não atinge significância estatística. Lula se saiu melhor do que o PT, sobretudo nos estados com IDH mais baixo: numa análise bivariada, o IDH explica 43% da sobre-votação de Lula em relação ao PT.

Hunter e Power (2007) remetem ao argumento de David Samuels de que a base de votação de Lula (lulistas) seria, na verdade, bem diferente daquela que apóia o PT (petistas). Consideram fatores explicativos as características pessoais e a popularidade de Lula em relação ao seu partido; o fato das acusações de corrupção terem sido muito associadas ao PT, e pouco ao Presidente; e o fracasso do PT em ampliar a base eleitoral nas eleições não majoritárias, conquistando eleitores não tradicionais do partido que votaram em Lula.

Para Hunter e Power (2007) essa mudança no perfil do eleitor de Lula em 2006 indicaria que Lula se distancia do PT e segue em direção a um estilo mais *catch all*, e que Lula passou a dominar os antigos grotões. Os autores comparam a “interiorização” ou “nordestização” das bases eleitorais atuais com o modelo típico do Brasil de 50 anos atrás retratado por Leal (1948). Na opinião dos autores isso continua a refletir o uso da máquina pública para práticas de clientelismo.

Zucco (2008, p.54) discorda, e pondera que o Bolsa Família e os programas que o precederam se distanciam das formas tradicionais de clientelismo por uma questão fundamental: “a elegibilidade para inclusão no programa é universal, incorporando todos aqueles que se enquadram em determinados objetivos e critérios mensuráveis. Isso ‘quebra’ a relação de troca que é a essência do clientelismo”. Ele associa o efeito Bolsa Família a uma tendência pró-governo das regiões mais pobres do país. Em análise da relação da performance do PT e do PSDB, com o IDH dos municípios nas eleições presidenciais de 1989 a 2006, Zucco (2008) corrobora o argumento de que as regiões menos desenvolvidas tendem a votar no candidato do governo.

Essa tendência não seria uma novidade, conforme observa, pois o PMDB e o PSDB começaram nas grandes cidades e expandiram suas bases eleitorais em direção aos municípios mais pobres do interior quando assumiram o poder. Para

ele, Lula teria se dirigido aos grotões pela mesma lógica, ou seja, a tendência de voto pró-governo nos municípios mais carentes do interior.

Na análise da associação dos votos de Lula para a Presidência e do partido, para a Câmara dos Deputados, Zucco (2008) observa, no nível municipal, uma tendência semelhante à relatada por Hunter e Power (2007), identificada com base em correlações no nível estadual. A análise municipal não confirma, entretanto, que houve um decréscimo constante de uma eleição para outra, como no nível estadual. A Tabela 2 reproduz os resultados encontrados pelos analistas. Independente de ser um efeito anterior a 2006, foi nessa eleição que se acentuaram os sinais de uma ruptura nos padrões das duas bases.

Tabela 2
Votos para o PT e votos para Lula: 1994-2006

	1994	1998	2002	2006
Correlações ao nível estadual	+0.60***	+0.53***	+0.46*	-0.19
Correlações ao nível municipal	+0.56***	+0.60***	+0.54***	-0.02

Fontes: Nível Estadual - Hunter e Power (2007); Nível Municipal - Zucco (2008).

Níveis de significância: *** p< 0.01 ** p<0.05 *p<0.10

Segundo Zucco (2008), a mudança em 2006 não é simplesmente uma guinada de Lula em direção ao norte e ao nordeste, pois em 22 dentre os 26 estados, a correlação entre votos de Lula e indicadores municipais de desenvolvimento social foi negativa, com Lula ganhando terreno nos municípios menos desenvolvidos, e perdendo espaço no outro extremo. Dados de nível individual sobre as intenções de voto, oriundos de pesquisas do Instituto Datafolha realizadas pouco antes de cada eleição (1994-2006) corroboraram esse diagnóstico: as intenções dos eleitores do interior, com menos anos de estudo e renda menor favoreceram mais a Lula em 2006, invertendo o padrão dos anos anteriores.

A performance de Lula pode ter contado com um apoio extra dos prefeitos e governadores do PT na época das eleições presidenciais. Porém, a análise de Zucco (2008) sobre 2006 não confirmou essa hipótese: a presença dos prefeitos e dos governadores do PT eleitos em 2004 teve um efeito negativo sobre a votação de Lula. Nicolau e Peixoto (2007a) já haviam investigado a associação entre o partido dos prefeitos municipais eleitos em 2004 e a votação dos candidatos à presidência em 2006, e os resultados são compatíveis. Para Zucco (2008) essa relação negativa não significa que a existência de representantes do PT em governos locais seja a causa de votação mais baixa de Lula, mas sim que reflete a mudança na base eleitoral de Lula depois de 2004. Nesse caso a "velha" base, dos movimentos

sociais, sindicatos e classe média, que elegeu os representantes em 2004, teria abandonado Lula, o que explicaria o descenso, ou crescimento menor, de Lula nas áreas influenciadas por essas instituições e classes.

Análises com método estatístico espacial

Soares e Terron (2008) analisaram a geografia eleitoral de Lula em 2002 e 2006, explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial. Confirmaram que Lula ainda recebe o apoio de suas bases anteriores, mas descobriram que os blocos regionais de municípios de alta votação em 2002 perderam a coesão em 2006, tornando-se mais vulneráveis ao apelo de outros candidatos. Desfez-se a hegemonia de Lula em bases geoeleitorais tradicionalmente coesas como os territórios metropolitanos mais populosos do sul e sudeste, e a região de municípios do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. As análises espaciais delimitaram, e as regressões dimensionaram, uma nova e extensa coesão regional ao redor de municípios menos populosos e mais pobres, cujas dimensões territoriais ultrapassam as fronteiras estaduais e regionais. Mostraram, também, que o ganho foi maior em extensão territorial do que em tamanho do eleitorado. Confirmaram que a participação da Bolsa Família sobre a renda local foi um determinante deste novo contorno das bases geoeleitorais, sendo o fator com mais peso na explicação das diferenças na votação municipal de 2002 para 2006.

Terron (2009) analisou a dinâmica sócio-espacial da base eleitoral de Lula e da composição de territórios eleitorais nas eleições presidenciais para o período de 1989 a 2006. A pesquisa revelou padrões geográficos significativos no período, inteligíveis segundo duas linhas de evolução espaço-temporal: a da base eleitoral de Lula, e a dos padrões da disputa presidencial. Segundo o estudo, a base eleitoral de Lula mostra, nas primeiras eleições logo após o retorno à democracia, um padrão geográfico de votos concentrado em poucos municípios, os quais são responsáveis por boa parte da votação. A grande mudança ocorre em 2006, quando o padrão passa de local para regional.

Na evolução dos padrões da disputa presidencial a ruptura acontece em 2002. O padrão local se instala entre o ciclo de territórios regionais de 1989 a 1998, e a nova composição regional de 2006. A semelhança dos territórios eleitorais de Collor e de Fernando Henrique; a “conquista” do nordeste pelo PT e do Rio Grande do Sul, pelo PSDB; a expansão territorial da desigualdade social; a relação entre padrões regionais, políticas públicas e reeleição, foram outras constatações de Terron (2009). A influência do programa Bolsa Família na mudança na base eleitoral de Lula foi revista à luz das novas evidências, e se confirmou como o fator de maior peso.

Na seção seguinte, analisamos os territórios eleitorais de Lula e do PT nas quatro eleições. Com esta investigação pretendemos identificar a dinâmica espacial do distanciamento e descobrir em que momento, ou em quais momentos, os territórios eleitorais se separam, e que tipo de “interiorização” aconteceu com Lula e com o PT.

O descolamento dos territórios eleitorais

A investigação do comportamento eleitoral é frequentemente associada ao termo base eleitoral. Mas o que define uma base eleitoral? Que tipo de relação entre eleitores e candidatos pode determinar a existência de tal base? E, se possível identificá-la, como dimensioná-la e localizá-la para fins da pesquisa científica? O termo remete à idéia de um grupo ou conjunto de eleitores que sistematicamente apóiam determinado partido ou candidato. É empregado com bastante flexibilidade e não há uma única estratégia de apreensão. Nossa metodologia consiste em identificar “territórios eleitorais” onde o candidato ou partido se destaca por receber os mais altos percentuais de votos em relação ao seu próprio desempenho, para então compará-los em sua evolução temporal e quanto a características sócio-econômicas⁴.

Para tanto, vamos utilizar as estatísticas de Moran Global e Local. O índice I de Moran, ou Moran Global, informa a autocorrelação espacial da votação municipal do candidato/partido no pleito. Os valores situam-se no intervalo entre 1, auto-correlação espacial positiva máxima, e -1, auto-correlação espacial negativa máxima, sendo 0 a ausência de auto-correlação espacial (SMITH et al, 2007)⁵.

Em uma analogia com o tabuleiro de xadrez, quanto mais o indicador se aproxima de 1, mais a configuração geográfica dos votos se parece com a

⁴ A associação do conceito de território a resultados eleitorais foi proposta em Terron (2009). Trata-se de uma apropriação do conceito-chave da geografia para designar padrões de territorialidade de candidatos e partidos nas eleições, adotando o conceito com base em sua concepção recente e flexível, na qual territórios podem ser construídos e desconstruídos continuamente pela ação de indivíduos ou grupos que exercem algum domínio ou poder em determinada área. Adotou-se a mesma metodologia de Terron (2009, 18) na qual os agrupamentos (clusters) de municípios nos quais o candidato-partido obtém os mais altos percentuais de voto, e a dependência espacial entre eles é significativamente alta, são associados a territórios eleitorais fortes.

⁵As estatísticas de Moran são amplamente empregadas na epidemiologia, na criminologia, e mais recentemente na sociologia e geografia urbanas, em especial nos estudos de segregação urbana e desigualdades sociais. Sua utilização nas análises político-eleitorais no Brasil é pouco difundida. Há diversos outros métodos que podem ser conferidos em (ANSELIN, 1999; ANSELIN, 2003; ANSELIN, 2005; BAILEY e GATRELL, 1995; CÂMARA et al, 2002; O'LOUGHLIN, 2003; SMITH, GOODCHILD, e LONGLEY, 2007). Neste estudo as estatísticas de Moran Global e Local são utilizadas para medir a correlação espacial das votações municipais e “descobrir” os territórios eleitorais, com base nos percentuais de voto que os candidatos (Partido) receberam nos 5.564 municípios brasileiros. Para o processamento das estatísticas espaciais e mapeamento dos dados foram utilizados os sistemas GeoDa (CSISS, 2005) e ArcView GIS (ESRI, 2000).

situação inicial do jogo: cada conjunto de peças está agrupado e posicionado em lados opostos do tabuleiro ou, analogamente, os municípios com as votações (%) mais altas e mais baixas estão agrupados e os grupos estão geograficamente mais apartados, determinando um padrão regional de voto. Valores mais próximos de zero significam que é mais difícil identificar grupamentos e que o candidato recebe votações altas e baixas nos municípios segundo uma distribuição espacial aleatória. Valores mais próximos de -1 indica configurações onde a maioria dos municípios com alta votação se situa em regiões de baixa votação e vice-versa.

Nas votações de Lula e do PT (Tabela 3) todos os índices situam-se acima de 0,5, à exceção do último (0,34), e indicam a presença de grupamentos (*clusters*) de municípios com percentuais de voto altos e de dependência espacial significativa para caracterizá-los como territórios eleitorais.

Tabela 3
Correlação espacial univariada ou autocorrelação espacial global
(I de Moran Global) das votações*

	1994	1998	2002	2006
Presidente	0,60	0,73	0,60	0,81
Deputado Federal	0,52	0,55	0,56	0,34

Fontes: TSE, IpeaData, IBGE, Processamento dos autores.

*Valores significativos a 0,0001, com significância estimada por randomização (9.999 permutações das observações e dos locais, calculada a probabilidade da ocorrência do atual I em 10.000 amostras).

Variáveis: percentual de votos recebidos para cada cargo, em cada município.

A comparação entre os territórios eleitorais de Lula e do PT em cada eleição pode ser feita com base nos índices de correlação espacial bivariado de Moran⁶.

Os índices calculados (Tabela 4) são praticamente iguais nas duas primeiras eleições e os mais altos da série. Isso mostra que em 1994 e 1998 os territórios eleitorais de Lula e dos deputados federais são mais semelhantes do que nas duas outras eleições. Há um pequeno distanciamento que se manifesta na diferença de índices entre 1998 (I=0,48) e 2002 (I=0,41), mas de 2002 para 2006 os territórios eleitorais deixam de ter correlação espacial, pois o índice entre as votações cai para -0,04 (p<0,0001).

⁶ Os Índices bivariados de Moran Global podem ser interpretados como o grau de semelhança entre um padrão espacial e outro. Numa situação hipotética, o Índice de correlação espacial entre as duas votações seria 1, por exemplo, se a votação (%) de Lula nos municípios variasse espacialmente da mesma maneira que a votação (%) do PT para deputado federal, e vice-versa.

Tabela 4
Correlação espacial global bivariada entre as votações do PT, para os cargos de presidente e de deputado federal (1994 – 2006)*

	1994	1998	2002	2006
Índice	0,49	0,48	0,41	-0,04

Fontes: TSE, IpeaData, IBGE, Processamento dos autores.

*Valores significativos a 0,0001, com significância estimada por randomização (9.999 permutações das observações e dos locais, calculada a probabilidade da ocorrência do atual I em 10.000 amostras).

Variáveis: percentual de votos recebidos para cada cargo, em cada município.

Os mapas (Figuras 3, 4, 6 e 7) mostram os territórios eleitorais de Lula e do PT nas quatro eleições. Foram elaborados a partir dos Indicadores de Moran Local calculados para as votações municipais. São agrupamentos de municípios ou municípios isolados (*clusters*) representados em vermelho, classificados por Moran Local nas categorias alto-alto (votação alta em região de votação alta) e alto-baixo (votação alta em região de votação baixa). Os *clusters* em amarelo representam os municípios onde o desempenho foi significativamente baixo, e as áreas em branco representam os municípios não significativos para o teste ($p > 0,05$).

Os territórios eleitorais de Lula e do PT são, de fato, semelhantes nas duas eleições de 1994 e 1998 (Figuras 3 e 4). Os índices de correlação espacial de 0,49 em 94, e 0,48 em 98, já indicavam este grau de semelhança. Embora o número de municípios nos territórios seja pequeno, em relação aos 5.564 municípios brasileiros, estes territórios são importantíssimos para o PT, pois garantem praticamente a metade da votação de Lula e dos deputados tanto em 1994 quanto em 1998, conforme se observa nos percentuais de votos e de municípios indicados abaixo de cada mapa.

Figura 3
Territórios eleitorais do PT nas eleições para presidente e deputado federal (1994)

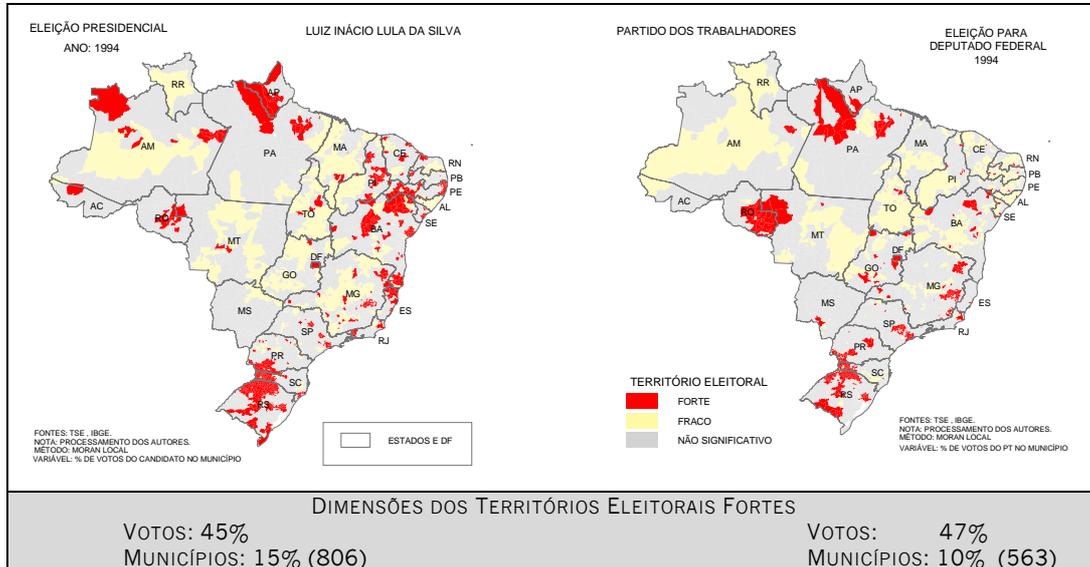
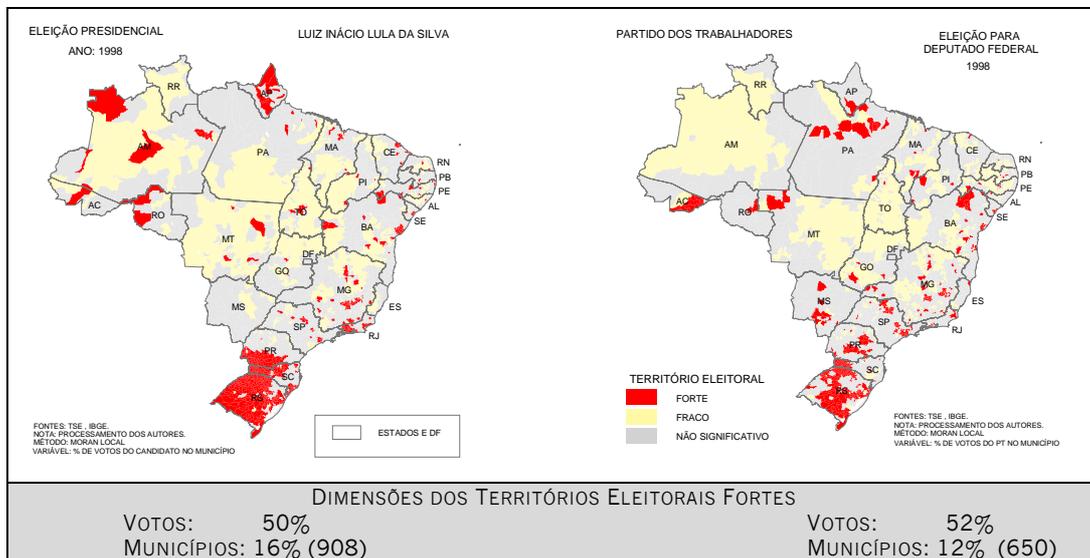
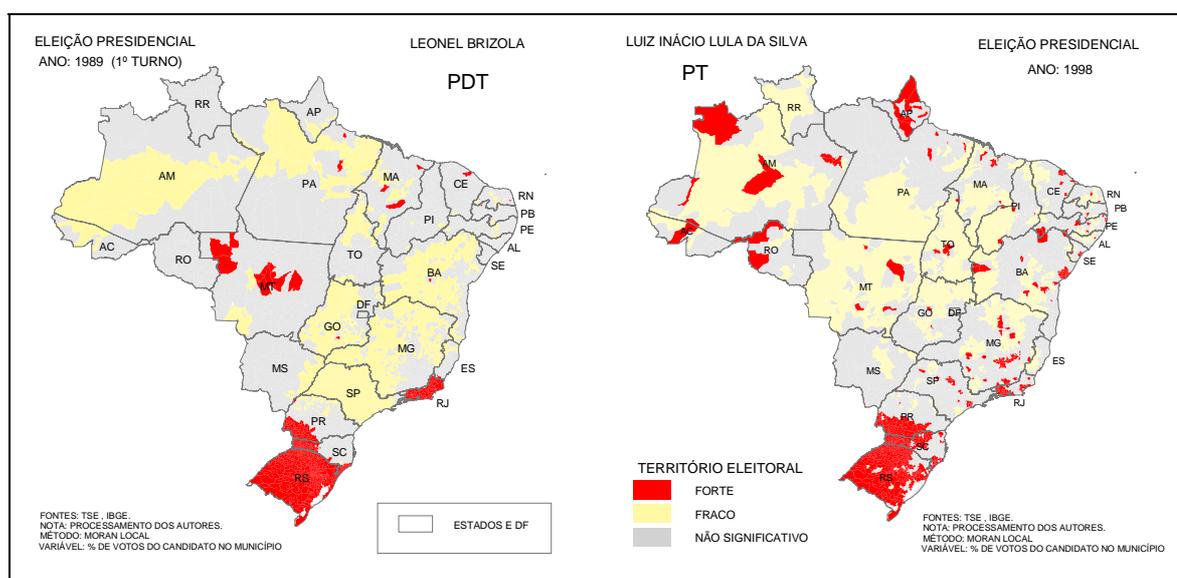


Figura 4
Territórios eleitorais do PT nas eleições para presidente e deputado federal (1998)



A votação de Lula em 1998 apresentou uma significativa correlação espacial com a votação de Leonel Brizola em 1989, expressa pelo Índice de Moran Global de 0,6 (TERRON, 2009, p.96). A participação de Brizola na chapa do PT, como candidato a vice-presidente, influenciou a formação de territórios eleitorais semelhantes (Figura 5), especialmente nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, redutos do PDT.

Figura 5
Territórios eleitorais de Leonel Brizola (PDT) e de Lula (PT) nas eleições para presidente de 1989 e 1998 respectivamente

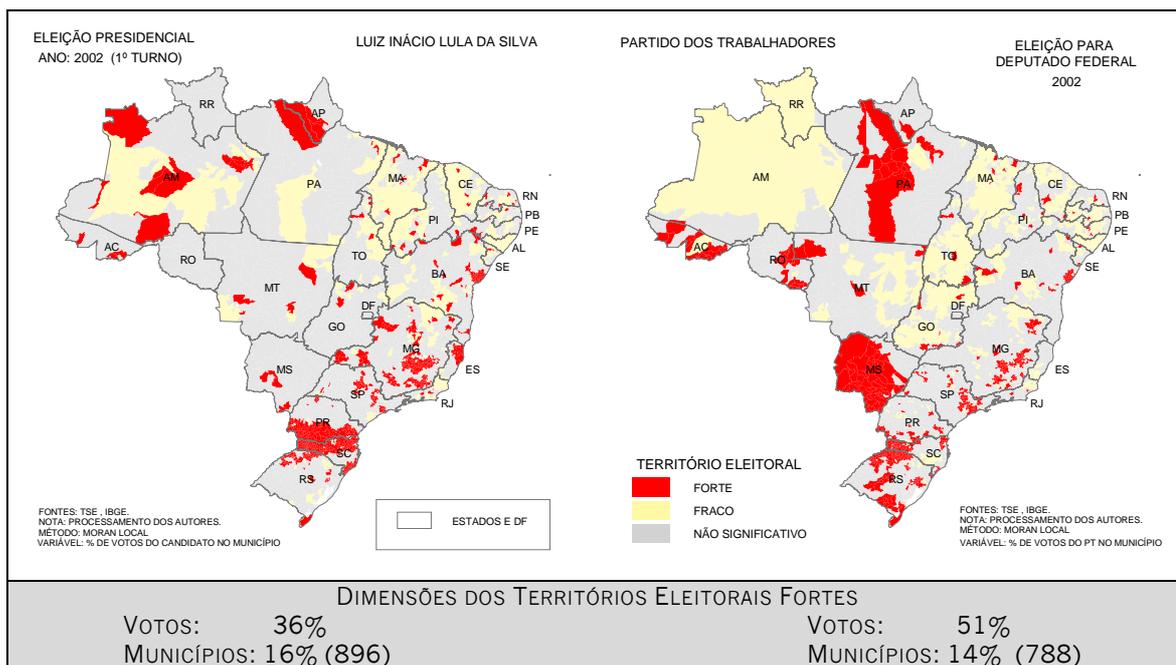


Em 2002, os territórios de Lula e dos candidatos do PT a deputado federal ainda são semelhantes, como indica o índice de correlação espacial entre as votações ($I=0,41$), embora menos correlacionados que em 1998. Já se observa, na Figura 6, a tendência de diferenciação geográfica, ainda que a escala dos mapas seja muito pequena. Comparados com os mapas de 1998, os mapas de 2002 mostram retração e diferenciação dos territórios do sul do país, expansão do PT no estado do Mato Grosso do Sul, e de Lula no estado de Minas Gerais. A diferença também se manifesta na importância dos territórios de Lula para sua votação total. Os “territórios de Lula” deixaram de prover a metade dos votos, como em 1998, para contribuir com apenas 36% dos seus votos no primeiro turno de 2002.

Isso significa que, em 2002, houve uma expansão territorial da base eleitoral de Lula, que fica menos dependente dos municípios onde é tradicionalmente bem

votado (16% dos municípios). A votação para deputado federal ainda continua concentrada, com 51% dos votos provenientes de 788 municípios, que constituem os territórios eleitorais representados no mapa da direita. Nessa eleição, já se percebe a presença forte do PT no estado do Mato Grosso do Sul (MS), e o mesmo não acontece com Lula.

Figura 6
Territórios eleitorais do PT nas eleições para presidente e deputado federal (2002 - 1º turno)



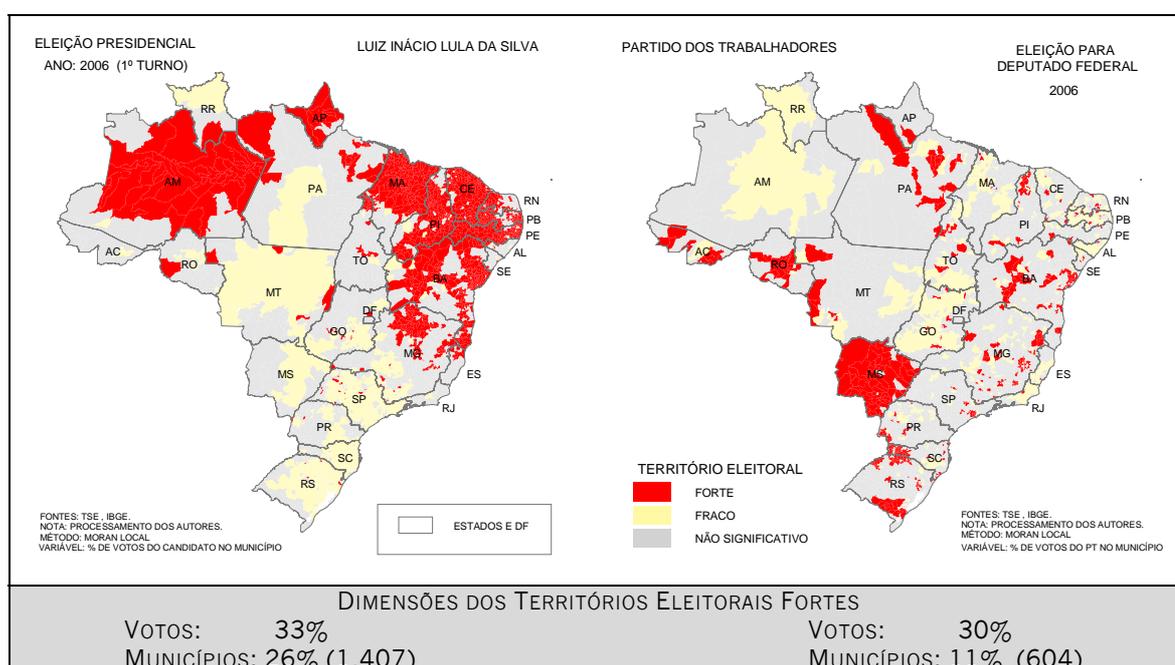
Esse avanço reflete, certamente, o esforço e o fôlego do PT para superar as derrotas nas eleições presidenciais de 1989 a 1998, e manter uma continuidade no movimento de expansão territorial. Em 2000, o PT “realizou uma campanha de filiação e recadastramento e iniciou o século 21 com mais de 860 mil filiados e com diretórios em 4.016 municípios do País” (MENEGUELLO e AMARAL, 2008).

Em 2006, como indicado pelo Índice de -0,04, os territórios eleitorais são praticamente irrelevantes. Os mapas dos territórios eleitorais (Figura 7) mostram onde ocorreram as maiores concentrações geográficas de um e de outro. Houve um deslocamento dos altos percentuais de voto de Lula para os municípios do norte e do nordeste. No Mato Grosso do Sul, o território do PT se expandiu ainda mais, alcançando quase todos os municípios do estado. Há um fenômeno comum às duas votações, que pode ser observado entre 2002 e 2006: a retração dos territórios

eleitorais nos estados do sul do país. Os “territórios de Lula” praticamente desapareceram nos três estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e os territórios remanescentes do PT são bem menos extensos que em 1998.

Outra mudança importante que ocorre em 2006 é a queda de participação dos territórios eleitorais na votação dos deputados, tal como ocorreu com Lula em 2002. Em 2006, 30% vêm dos municípios dos territórios eleitorais, enquanto em 2002 eram 51%.

Figura 7
Territórios eleitorais do PT nas eleições para presidente e deputado federal (2006 - 1º turno)



A análise geoespacial permitiu identificar dois estágios na dinâmica de distanciamento geográfico entre as bases eleitorais de Lula e dos deputados federais: o período de 1994 a 2002, e a mudança de 2006 em relação ao estágio anterior. No primeiro, de 1994 a 2002, o partido cresce sem perder a força nos territórios petistas tradicionais. Houve uma leve diferenciação geográfica em 1998 relacionada ao apoio da base eleitoral de Brizola (PDT), candidato a vice de Lula; e um distanciamento geográfico efetivo entre as bases, em 2002.

Nesta eleição, mesmo no primeiro turno, a votação de Lula se diferencia da votação dos deputados devido ao seu movimento de expansão territorial: Lula

passou a depender menos dos territórios eleitorais petistas (em percentual de votos) em relação à votação total, e a ganhar mais votos em municípios onde os candidatos a deputado não conseguiram o mesmo desempenho.

No segundo movimento, em 2006, os territórios eleitorais em comum, de Lula e do PT (deputados federais) ficaram reduzidos a pouco mais de uma centena de municípios. A Tabela 5 mostra as dimensões, em número de municípios, dos territórios eleitorais representados nos mapas identificando para cada eleição quantos municípios pertencem apenas aos territórios de Lula, somente aos territórios do PT e quantos pertencem a ambos.

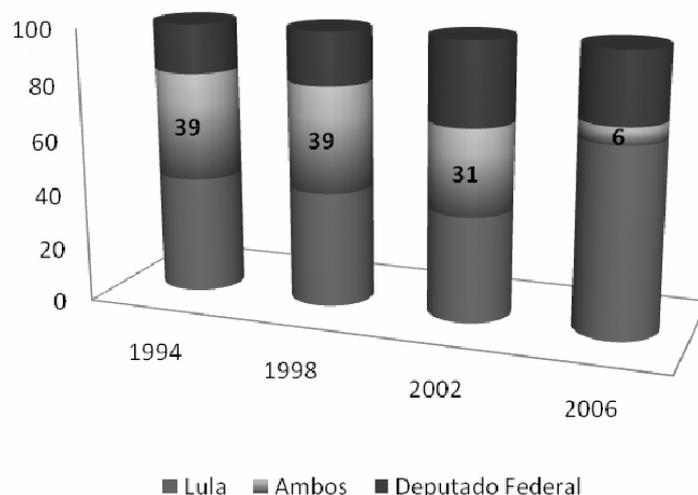
Tabela 5
Número de municípios nos territórios eleitorais nas eleições de 1994 a 2006, discriminados em territórios eleitorais de Lula, do PT (deputado federal) e de ambos

	1994	1998	2002	2006
Lula	420	473	495	1302
Deputado Federal	177	215	387	489
Ambos	386	435	401	115
Total	983	1123	1283	1906

Fontes: TSE, IpeaData, IBGE, Processamento dos autores.

O gráfico (Figura 8) permite comparar o distanciamento dos territórios eleitorais. Os quantitativos de municípios de Lula, do PT e de ambos foram convertidos em percentuais do número total de municípios nos territórios eleitorais, que é diferente em cada eleição. O território eleitoral comum, que representava 39% dos municípios em 1994 e 1998, passou para 31% em 2002, e 6% em 2006.

Figura 8
Composição dos territórios eleitorais do PT, nas eleições de 1994 a 2006, em percentuais de municípios nos *clusters*: Lula, Deputados Federais e ambos



Fontes: TSE, IpeaData, IBGE, Processamento dos autores.

O distanciamento entre as bases eleitorais

O distanciamento espacial implica em diferenciação dos respectivos determinantes econômicos e sociais? Para usar uma terminologia clássica: a estrutura de determinação do lulismo e do petismo passou a ser diferente? Mensuramos, nesta seção, o distanciamento entre a votação de Lula e a votação do PT, e vice-versa, na presença de indicadores geossociais dos municípios. Elaboramos modelos de regressão para cada série de eleições: no primeiro, avaliamos a relação entre as votações de Lula (variável dependente) e as votações dos deputados federais (variável independente); no segundo, a análise se inverte. Nos dois casos, os percentuais de votos nos municípios são tomados como variável dependente e independente.

Os indicadores geossociais são os mesmos para as duas séries:

- Renda - rendimento médio mensal per capita no município, em reais;
- Analfabetismo - percentual da população municipal com 15 anos ou mais que não sabe ler ou escrever;
- Urbanização - percentual população municipal residente na área urbana legal;
- Índice de Gini - indicador de desigualdade social.

Nas eleições de 1994, os indicadores referem-se ao Censo 91, e nas demais, ao Censo 2000. Nas eleições de 2006, são dois modelos de cada tipo, sendo que um deles leva em conta o efeito das transferências do Bolsa Família realizadas no ano eleitoral sobre a renda per capita média municipal ajustada para 2006 (SOARES e TERRON, 2008; TERRON, 2009), e o outro não.

Variáveis *dummies* foram incluídas para controlar e dimensionar os efeitos regionais (região geográfica) sobre as votações, tomando-se como referência a região centro-oeste. Nas votações para deputado federal, o estado do Mato Grosso do Sul foi incluído como uma das variáveis *dummies*, e a referência passou a ser a região centro-oeste sem mato Grosso do Sul⁷.

Os modelos de regressão linear, ou clássica, permitiram modelar o conjunto de equações referentes às votações de Lula e dos deputados federais nos 5.564 municípios brasileiros. Entretanto, a autocorrelação espacial presente nas votações, que vimos nos índices e mapas da seção anterior (análise geoespacial), se manifestaram nos resíduos das regressões. Nestes casos o modelo clássico é ineficiente para ajustar a dependência espacial dos dados nos territórios eleitorais, e esta dependência espacial pode alterar o poder explicativo do modelo: “A significância dos parâmetros é usualmente superestimada, e a existência de variações em larga escala pode até mesmo induzir a presença de associações espúrias.” (CÂMARA et al, 2002, p.29). Realizamos testes para a dependência espacial que indicaram o melhor modelo de regressão espacial a ser empregado⁸.

Nesta pesquisa as regressões espaciais foram feitas no GeoDa, que disponibiliza dois modelos espaciais auto-regressivos: o modelo de deslocamento espacial e o modelo de erro espacial. O diagnóstico da dependência espacial dos resíduos (pelo teste I de Moran) é realizado quando se executa a regressão clássica (mínimos quadrados ordinários) associada a uma matriz de vizinhança dos municípios. Os diagnósticos com base no Multiplicador de Lagrange (simples e robusto) são fornecidos para escolha do modelo de regressão espacial.

No final das Tabelas 6 e 7, que apresentam os resultados das regressões espaciais, há dois conjuntos de informações: um referente à performance do modelo de regressão clássica e à seleção do modelo de regressão espacial mais adequado aos dados, e o outro referente aos valores de R^2 e Critério de Informação

⁷ Algumas vezes é necessário incluir variáveis qualitativas ou categóricas no modelo de regressão, como planos econômicos, região, e outras, para controlar fenômenos pouco usuais que podem causar vieses nas estimativas. Variáveis *dummies* são variáveis binárias (valor 0 ou 1) utilizadas para tal fim.

⁸ Uma discussão detalhada destes métodos e da teoria subjacente pode ser encontrada em (ANSELIN, 1999; ANSELIN, FLORAX e REY, 2004; BAILEY e GATRELL, 1995; CÂMARA et al, 2002; DARMOFAL, 2006; SMITH, GOODCHILD e LONGLEY, 2007). Os procedimentos têm sido implementados em inúmeros softwares como SpaceStat, S-Plus, MATLab Spatial Statistics Toolbox, Win BUGS e GeoDa.

de Akaike (AIC) da regressão espacial para comparação do ajustamento dos modelos espaciais aos dados⁹.

A Tabela 6 apresenta os coeficientes das regressões espaciais das votações de Lula. Embora os resultados da regressão clássica indiquem um ajustamento razoável (R^2 variou de 0,46 a 0,61), os testes de I de Moran revelaram dependência espacial significativa nos resíduos (I variou de 0,45 a 0,51). O modelo de regressão espacial selecionado pelo teste do Multiplicador de Lagrange foi o modelo de erro espacial (em todos os casos). Os modelos de regressão espacial melhoraram os coeficientes de determinação (R^2 passou a variar no intervalo de 0,68 a 0,80), mas a performance entre eles foi comparada pelo Critério de Akaike, como recomendado: o valor de Akaike aumenta gradativamente de 1994 a 2006, indicando uma perda de poder explicativo do modelo de eleição para eleição. Entre os dois modelos de 2006, a melhor performance (menor valor de Akaike) é do modelo b, que leva em conta o fator Bolsa Família/Renda.

Os coeficientes, quando não são nulos, mantêm o sinal em todas as eleições/modelos, o que não deixa dúvidas quanto ao sentido das correlações. A relação da votação de Lula com a taxa de analfabetismo em todos os anos, e a renda per capita em 1998 e 2006, é negativa, ou seja, a votação varia no sentido inverso desses indicadores: quando os indicadores crescem a votação diminui, em pontos percentuais. Já com a urbanização, a relação se mantém positiva, ou seja, varia no mesmo sentido. Há variações nos coeficientes, tanto quanto aos valores, quanto à significância estatística, de eleição para eleição.

O distanciamento entre as votações, avaliado pelos coeficientes da variável independente *Votos Dep. Fed. PT(%)*, é sempre significativo, positivo, e diminui a cada eleição. O fator Bolsa Família/Renda incluído no modelo 2006 (b) não altera este coeficiente, que permanece 0,15. Dito de outra forma, mantendo-se constantes os demais efeitos, cada ponto percentual de acréscimo na votação dos deputados implica em 0,15 pontos percentuais de acréscimo na votação de Lula em 2006, independente do efeito do Bolsa Família sobre a renda municipal.

As *dummies* confirmaram o voto menos regionalizado em 2002, e dimensionaram a inversão geográfica que ocorreu entre 2002 e 2006. No modelo 2006 (b) para cada ponto percentual de aumento na votação municipal de Lula na região centro-oeste (referência) equivale um aumento de 16,8 pontos percentuais na

⁹ O coeficiente de determinação R^2 informa sobre a qualidade do ajustamento do modelo aos dados. R^2 varia entre 0 e 1, sendo que o valor 1 indica que a reta de regressão se ajusta perfeitamente aos dados. R^2 é frequentemente interpretado como a proporção da variação dos dados que é explicada pelo modelo de regressão. Entretanto, os estimadores e os diagnósticos tradicionais da regressão não consideram os efeitos espaciais, e os modelos de análise deixam de ser comparáveis pelas medidas tradicionais como as que se baseiam no R^2 . Uma das estatísticas usadas como guia para seleção de modelos em regressão espacial é o critério de informação de Akaike (AIC), e o melhor modelo é o que possui o menor valor de AIC (CÂMARA et al, 2002, 35; SMITH, GOODCHILD, e LONGLEY, 2007, p.234).

região nordeste, e de 9,2 pontos percentuais na região norte, quando os demais efeitos se mantêm constantes.

Tabela 6
Regressões espaciais sobre a votação municipal de Lula nas eleições
presidenciais - 1994 a 2006 (%)

VD	Presidente (% de votos nos municípios)				
	1994 ⁽¹⁾	1998	2002	2006	2006
VI			1°T	1°T (a)	1°T (b)
Renda per capita	0	- 0,01 ***	0	- 0,04 ***	- 0,04 ***
Analfabetismo	- 0,10 ***	- 0,25 ***	- 0,31 ***	- 0,09	- 0,01
Taxa de Urbanização	0,01 ***	0,06 ***	0,04 ***	0,05 ***	0,06 ***
Índice de Gini (x 100)	0	0, 01	0,03 *	0,11 ***	0,11 ***
Votos Dep. Fed. PT(%)	0,85 ***	0,57 ***	0,48 ***	0,15 ***	0,15 ***
BF / Renda					0,72 ***
Norte	3,2 ***	2,6 **	2,1 *	9,7 ***	9,2 ***
Nordeste	6,3 ***	6,4 ***	3,4 ***	18,0 ***	16,8 ***
Sudeste	1,1	3,1 ***	2,0 **	5,4 ***	5,0 ***
Sul	4,2 ***	11,3 ***	4,6 ***	2,2	2,1
Regressão Espacial					
R ²	0,71	0,80	0,68	0,80	0,80
Critério de Akaike	32898,3	34308,0	36900,2	38043,6	37949,5
Regressão Clássica associada à matriz de proximidade espacial dos municípios					
R ²	0,50	0,58	0,46	0,60	0,61
I de Moran (Resíduos)	0,45	0,52	0,46	0,52	0,51
Modelo Regr. Espacial	Erro	Erro	Erro	Erro	Erro

Níveis de significância: *** p< 0.01 ** p<0.05 *p<0.10

Nas regressões das votações do PT para deputado federal (Tabela 7), os resultados são bem diferentes. O ajustamento não é tão bom quanto o dos modelos das votações de Lula. Os modelos de 1994 a 2002 conseguem coeficientes de determinação (R²) razoáveis, que variam entre de 0,62 e 0,64, mas em 2006 o coeficiente cai para 0,29.

Cabe observar que, mesmo se tratando do PT, um partido com forte identificação por parte do eleitor, a escolha do deputado federal dificilmente seria

explicada sem considerar as características particulares dos candidatos e as variantes da política estadual. Neste sentido é natural que os coeficientes de determinação dos modelos analisados sejam mais baixos que os das votações de Lula. O coeficiente de 2006 mostra que este conjunto de variáveis faz menos sentido ainda para explicar a votação dos deputados petistas neste ano.

Tabela 7
Regressões espaciais sobre a votação municipal do PT nas eleições para deputado federal - 1994 a 2006 (%)

VD	Deputado Federal (% de votos nos municípios)				
	1994 ⁽¹⁾	1998	2002	2006	2006
VI			1ºT	1ºT (a)	1ºT (b)
Renda per capita	0,01 ***	0,01 ***	0,01 ***	0	0
Analfabetismo	0	- 0,01	- 0,04 *	- 0,14 ***	- 0,11 ***
Taxa de Urbanização	0	- 0,01 ***	0,01 *	0	- 0,01
Índice de Gini (x 100)	- 0,01 **	- 0,02 **	- 0,01	0,03 *	0,04 *
Votos Lula (%)	0,34 ***	0,34 ***	0,37 ***	0,17 ***	0,17 ***
BF / Renda					- 0,20 **
Regressão Espacial					
Norte	- 0,3	1,3 *	3,1 ***	3,1 ***	3,1 ***
Nordeste	- 1,6 ***	0,4	2,9 ***	0,7	1,0
Sudeste	- 0,1	- 0,3	3,0 ***	2,5 ***	2,6 ***
Sul	0,2	- 0,8	4,4 ***	4,7 ***	4,7 ***
Mato Grosso do Sul	- 0,2	3,4 ***	14,8 ***	20,2 ***	20,2 ***
R ²	0,64	0,62	0,62	0,29	0,29
Critério de Akaike	27727,2	31261,3	35324,9	38816,4	38812,7
Regressão Clássica associada à matriz de proximidade espacial dos municípios					
R ²	0,49	0,43	0,43	0,12	0,12
I de Moran (Resíduos)	0,35	0,39	0,40	0,28	0,28
Modelo Regr. Espacial	Erro	Erro	Erro	Erro	Erro

Níveis de significância: *** p< 0.01 ** p<0.05 *p<0.10

De todos os modelos de regressão dos deputados, os de 2006 (a e b) apresentaram, além da pior performance, os menores índices de Moran dos resíduos ($I=0,28$). Isto significa que a dependência espacial dos erros não é tão alta e que o modelo clássico poderia ser utilizado. Mesmo assim estimamos os coeficientes no modelo de erro espacial, indicado no teste do Multiplicador de Lagrange. Nas demais regressões clássicas (1994 a 2002) o teste I de Moran dos resíduos retornou índices de autocorrelação mais altos, entre 0,35 e 0,40, e o modelo de erro espacial foi o indicado.

Nas votações dos deputados de 1994 e 1998, o coeficiente da votação de Lula (variável independente) foi 0,34, e pode ser interpretado como se a cada acréscimo de 1 ponto percentual na votação de Lula equivalesse um aumento de 0,34 pontos percentuais na votação para deputados petistas, sendo constantes os demais efeitos. Em 1998, seriam 0,37 pontos percentuais.

Numa leitura grosso modo, até o ano da eleição a transferência de votos de Lula para o PT se mantém estável, na proporção de 1/3. Para o mesmo período, nas regressões de Lula (Tabela 6), cada acréscimo de 1 ponto percentual na votação do PT, mantendo-se constantes os demais efeitos, significa um aumento de 0,85 pontos percentuais na votação municipal de Lula de 1994, 0,57 em 1998 e 0,48 em 2002. Neste período é a base eleitoral de Lula que se “descola” da base eleitoral do PT a cada eleição, expandindo-se gradativamente para fora do raio de ação dos deputados federais. Em 2006 o efeito da votação de Lula sobre a votação do PT (0,15) na Tabela 6, modelo 2006, é praticamente igual ao da votação dos deputados sobre a votação de Lula (0,17), na Tabela 7, modelo 2006. Este resultado mostra que houve, como chamamos no título deste artigo, um divórcio entre as bases eleitorais.

A votação expressiva do PT no Mato Grosso do Sul, em relação ao seu desempenho geral, aparece nas *dummies* desde 1998. O fator Bolsa Família/Renda, testado nos modelos 2006 (b), tanto de Lula (Tabela 6) quanto dos deputados (Tabela 7), não influenciou a relação entre as respectivas votações. Não obstante, o efeito do Bolsa Família/Renda sobre a votação dos deputados é diferente do efeito sobre a votação de Lula. Enquanto o coeficiente é 0,72 no caso da votação de Lula, para a votação dos deputados é negativo, menor e menos significativo (-0,20).

Considerações Finais

A década de 1990 foi marcada por transformações sociais, políticas e econômicas que devem ser levadas em conta na análise do comportamento eleitoral do brasileiro. Os partidos políticos tiveram que se adequar ao ritmo das mudanças e às novas demandas da sociedade. Na esteira dessas transformações, o PT se estabeleceu como um grande partido de massas, com chance de chegar à

presidência, como chegou, mas para tanto teve que fazer concessões políticas e promover mudanças estruturais no partido. Após dois mandatos de Lula e do PT, escândalos de corrupção associado às principais lideranças petistas, composição de alianças políticas inimagináveis dez anos antes, e uma inabalável popularidade do presidente nos últimos anos de governo; contudo, o partido dos Trabalhadores continua polarizando as eleições presidenciais.

Neste artigo demonstramos a existência e a dinâmica geossocial deste distanciamento com base nas votações de Lula e dos candidatos a deputado federal pelo PT. A análise geoespacial dos territórios eleitorais e as regressões espaciais das votações permitiram descobertas e constatações, dentre as quais destacamos as seguintes:

1. Houve dois estágios do distanciamento. Não foi possível identificar um momento único desse fenômeno. Devido às semelhanças entre o período de 1994 a 2002, e as diferenças marcantes em 2006, diferenciamos os dois tempos ou estágios como o ciclo da eleição, que vai de 1994 a 2002, e o ciclo da reeleição, em 2006.
2. A interiorização começa em 2002. A expansão territorial do partido ocorre dos grandes espaços urbanos prósperos para as cidades menores situadas em espaços rurais mistos (consolidados, enriquecendo com alta desigualdade, pobres ou de pouca densidade econômica). Essa interiorização se evidencia em 2002, na votação para a presidência, e em 2006, na votação do PT para deputado federal.
3. A interiorização toma rumos diferentes. O deslocamento toma rumos diferentes: os altos percentuais de votos dados a Lula seguiram para o sudeste, em 2002, e para o norte e nordeste em 2006; e os altos percentuais de votos do PT se deslocaram para o Mato Grosso do Sul.
4. O PT perde as bases eleitorais do sul. Os territórios eleitorais de Lula e do PT nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, detentores de altos percentuais de votos em 1994 e 1998, sofreram uma retração em 2002 e foram praticamente extintos em 2006.
5. Os territórios eleitorais em comum diminuem. Os territórios eleitorais em comuns a Lula e ao PT, que no primeiro ciclo (1994 a 2002) variaram entre 386 e 435 municípios, passaram a 115 municípios em 2006. Destes, apenas 13 são municípios do centro-sul. Os demais são do norte e nordeste do país.

Com isto, chegamos ao limite da análise empírica.

Nossa hipótese foi que o distanciamento ocorrido no primeiro ciclo tem relação com algumas estratégias e ações do PT na década de 1990, com vistas à expansão da base eleitoral. Elas podem ter influenciado a conformação dos

territórios eleitorais e colaborado para o distanciamento entre as bases eleitorais no período. As concessões e alianças políticas que o partido fez para os pleitos presidenciais se refletiram na conformação de novos territórios eleitorais de Lula. As alianças eram criticadas, inclusive aquelas com setores de centro-esquerda, como no exemplo de Leonel Brizola. Esta aliança e a aproximação, em 2002, com setores de centro-direita, como grupo de oposição do PMDB, e o PL (que integrou a chapa do PT para a presidência), foram claramente perceptíveis na expansão dos territórios eleitorais de Lula em 2002.

Outros fatores como a moderação do discurso, as mudanças na estrutura interna do partido, a conquista de prefeituras municipais importantes e a implantação de diretórios em cerca de 4.000 municípios também foram avanços significativos do PT na década de 1990, que certamente contribuíram para a conquista dos territórios e votos que levaram Lula à presidência.

Nossa percepção é que o PT continuou em expansão após 2002, mas que os agentes promotores da expansão de Lula e do partido foram, em certa medida, conflitantes; diferente do que ocorreu com o PMDB e o PSDB, por exemplo, que tiveram melhor desempenho após os mandatos de José Sarney e de Fernando Henrique, respectivamente. Imaginamos que tenha havido a seguinte dinâmica: o petismo permanece ligado ao ativismo político (SAMUELS, 2008) e as organizações comunitárias, os sindicatos dos trabalhadores rurais, os movimentos sócio-territoriais ligados à questão agrária, e outros relacionados ao ativismo político no campo, que são os principais agentes propulsores da expansão territorial do PT para o interior do país. As organizações acompanham o deslocamento da fronteira agrícola para o centro-oeste, e depois para o norte e o nordeste, e o partido se interioriza neste trajeto. As migrações da população rural também devem ser consideradas. A análise geossocial parece confirmar este movimento, que poderia explicar, em parte, o esvaziamento da base eleitoral petista no sul do país, e a formação do território eleitoral do Mato Grosso do Sul, forte reduto do MST (Movimento dos Sem Terra).

O Programa Bolsa Família, principal responsável pela guinada abrupta da base eleitoral do presidente Lula para o norte e no nordeste, em 2006, cria um vínculo entre o eleitor e o presidente sem a intermediação de outros atores políticos, e permite uma aproximação maior com os prefeitos, independente de partido. Como vimos nas regressões espaciais, o Bolsa Família não fez qualquer diferença para a votação do PT em 2006. A inclusão da variável independente Bolsa Família/Renda melhorou o desempenho do modelo de Lula, mas não melhorou a performance do modelo do PT. Também não alterou a relação entre as votações de Lula e do PT, que permaneceu baixa.

O agente promotor da expansão do partido não mudou de 2002 para 2006, e os petistas tiveram que continuar a disputar espaço com a política local para

ganhar território eleitoral. Some-se a isto o fato de que os escândalos de corrupção afetaram mais ao partido do que a Lula, que criou uma camada de teflon para sua própria proteção, e aí está, possivelmente, uma parte que faltava na equação que explica o abrupto divórcio entre as bases eleitorais e a criação do lulismo, em 2006.

Nossas hipóteses e percepções merecem mais investigação, em especial quanto ao PT. Às vésperas das eleições 2010, quando concluimos este artigo, Lula está prestes a garantir sua sucessão com a eleição da ex-ministra Dilma Rousseff (PT). A popularidade do presidente vem mantendo Dilma na liderança, e tem sido o diferencial desta eleição. Fica a expectativa da incorporação dos resultados de 2010 a esta série para avaliar como o lulismo vai se consolidando no território nacional, e qual o perfil geossocial do petismo depois do divórcio. Haverá muito que explorar.

Referências Bibliográficas

ANSELIN, L. *Spatial Econometrics (Working Paper)* [Online]. Center for Spatially Integrated Social Science (CSISS), 1999. Disponível em: <<http://www.csiss.org/aboutus/presentations/>>. Acesso em: [01 nov. 2010].

_____. *GeoDa 0.9 User's Guide* [Online]. Urbana-Champaign: University of Illinois, 2003. Disponível em: <<https://www.geoda.uiuc.edu/documentation/manuals/>>. Acesso em: [01 nov. 2010].

_____. *Exploring Spatial Data with GeoDaTM : A Workbook* [Online]. Center for Spatially Integrated Social Science (CSISS), 2005. Disponível em: <<http://geodacenter.asu.edu/system/files/geodaworkbook.pdf>>. Acesso em: [01 nov. 2010].

ANSELIN, L; FLORAX, R. J. G. M. e REY, S. J. (orgs.). *Advances in Spatial Econometrics: Methodology Tools and Application*. New York: Springer, 2004.

BAILEY, T. C, e GATRELL, A. C. *Interactive Spatial Data Analysis*. UK: Longman, 1995.

CÂMARA, G; CARVALHO, M. S; CRUZ, O. G e CORREA, V. Análise espacial de áreas [Online]. In: FUCKS, S. D; MARÍLIA S. C; CÂMARA, G. e MONTEIRO, A. M. (orgs.). *Análise espacial de dados geográficos*, São José dos Campos, SP: INPE, 2005. Disponível em: <<http://urlib.net/sid.inpe.br/sergio/2004/10.07.15.04>>. Acesso em: 01 nov. 2010].

CARRARO, A; ARAÚJO JR, A. F; DAMÉ O. M; MONASTÉRIO, L. M. e SHIKIDA, C. D. "É a economia, companheiro!": uma análise empírica da reeleição de Lula com base

em dados municipais [Online]. In *Ibmec MG Working Paper*. MG, 2007. Disponível em: <<http://ceae.ibmecmg.br/wp/wp41.pdf>>. Acesso em: [01 nov. 2010].

CARREIRÃO, Y. S. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

DARMOFAL, D. Spatial Econometrics and Political Science [Online]. *Annual Meeting of the Southern Political Science Association*. Atlanta, GA, USA: The Society for Political Methodology, 2006. Disponível em: <<http://web.cenet.org.cn/upfile/103632.pdf>>. Acesso em: [01 nov. 2010].

HUNTER, W. e TIMOTHY, J. P. "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006." *Latin American Politics & Society*, vol. 49, nº01, Spring, p.1-30. Miami, USA: University of Miami, 2007.

LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1948.

LÍCIO, E. C; RENNÓ, L. R. e CASTRO, H. C. O. "Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido." *Opinião Pública*, vol. 15, nº1 p.31-54. Campinas, 2009.

MARQUES, R. M; LEITE, M. G; MENDES, A e FERREIRA, M. R. J. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006 [Online]. *Encontro Nacional de Economia Política, 12*. São Paulo: SEP, 2007. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/Ecopol/2007/Artigo_Bolsa_Fam_lia_e_Elei_es_2006%5B1%5D.pdf>. Acesso em: [01 nov. 2010].

MENEGUELLO, R. *PT: A formação de um partido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.

MENEGUELLO, R. e AMARAL, O. E. "Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil". *Occasional Paper*. Brazilian Studies Programme, Latin American Centre. UK: University of Oxford, 2008.

NICOLAU, J. As Distorções na Representação dos estados na Câmara dos Deputados Brasileira [Online]. *Dados*, 40, n. 3. doi:10.1590/S0011-52581997000300006. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: [01 nov. 2010].

NICOLAU, J. e PEIXOTO, V. As Bases Municipais da Votação de Lula em 2006 [Online]. *Cadernos do Fórum Nacional*, Rio de Janeiro, fev. 2007a. Disponível em: <<http://forumnacional.org.br/sec.php?s=521&i=pt&cod=CF0006>>. Acesso em: [01 nov. 2010].

———. Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. *Encontro Anual da ANPOCS*, 31. Caxambu-MG, 22 out. 2007b.

O'LOUGHLIN, J. Spatial Analysis in Political Geography. In: AGNEW, J. MITCHELL, K. e TOAL, G. (orgs.). *A Companion to Political Geography* [Online]. 2º ed. Oxford, UK: Blackwell, 2003. Disponível em: <http://www.colorado.edu/ibs/pec/johno/pub/Companion_to_Pol_Geog_2003.pdf> Acesso em: [01 nov. 2010].

SMITH, M. J; GOODCHILD, M. F. e LONGLEY, P. A. *Geospatial Analysis: A Comprehensive Guide to Principles, Techniques and Software Tools*. Winchelsea - UK: The Winchelsea Press, 2007.

SOARES, G. DILLON, A. e TERRON, S. L. "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)." *Opinião Pública* vol.14, nº2 p.269-301, Campinas, 2008.

TERRON, S. L. A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989 - 2006) [Online]. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009. Disponível em: <<http://uerj.academia.edu/SoniaTerron> ou http://www.opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca_detalhe.php?tema=el&&tipo=teses>. Acesso em: [01 nov. 2010].

ZUCCO, C. A governabilidade num segundo governo Lula. *Primeiro Encontro da Associação de Ciência Política do Uruguay (AUCIP)*, Montevideo, nov. 2006.

———. "The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections." *Journal of Latin American Studies* 40, nº01, p.29-49, London: Cambridge University Press, 2008.

Sonia Luiza Terron – terron.sonia@gmail.com
Gláucio Ary Dillon Soares – soares.glaucio@gmail.com

Recebido para publicação em junho de 2010.
Aprovado para publicação em outubro de 2010.

O Papel do Estado e Cultura Política na Argentina e no Brasil

Daniel Jaime Capistrano
Henrique Carlos de O. Castro

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas
Universidade de Brasília

Resumo: A opinião e a orientação de argentinos e brasileiros em relação à política e ao Estado têm mudado nos últimos vinte anos? Transformações sociais ocorridas nesse período sugerem que a cultura política nesses países experimentou alterações importantes. O presente artigo aborda esse tema com ênfase no apoio público à intervenção do Estado na economia. Os resultados da pesquisa corroboram a lógica de transformação na cultura política, mas apresentam um padrão de valorização da ação do Estado que não é considerado no debate atual. Esse padrão pode ser explicado por aspectos históricos, sociais e políticos específicos dos países latinoamericanos.

Palavras-chave: cultura política; mudança política; Estado; Brasil; Argentina

Abstract: Have the opinions and guidance of Argentines and Brazilians on politics and the state changed over the last twenty years? Several social changes during this period suggest that the political culture of these countries has also experienced a transformation. This work addresses this issue by emphasizing the social support for state intervention in the economy. The research results confirm the logic of change in political culture; however it shows a pattern of increasing emphasis on state action, which is not considered in the current debate. This pattern could be explained by historical, social and political characteristics of Latin American countries.

Keywords: political culture; political change; State; Brazil; Argentina

Introdução

Uma dimensão fundamental do processo de modernização é a constante transformação do papel do Estado nas diversas sociedades. Do *laissez-faire* ao desenvolvimentismo, do Consenso de Washington à crise financeira de 2008, o Estado assumiu diversas configurações e papéis de acordo com a ideologia dominante, a tradição política de cada sociedade e as conjunturas sociais e econômicas de cada país. Contudo, nas últimas décadas, pouco se avançou em relação a uma análise específica do apoio popular aos diversos modelos de Estado na América Latina. O presente artigo, realizado a partir dos dados da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey – WVS*¹), procura identificar a dinâmica de valorização do Estado entre argentinos e brasileiros.

A discussão mais rica em relação a essa dimensão é feita de maneira generalizada por meio dos trabalhos sobre mudança na cultura política cujo debatedor mais conhecido é Ronald Inglehart. Contudo, existe uma lacuna nessa literatura que não incorpora os contextos histórico, social e político das nações como fatores determinantes da formação e mudança da cultura política². A incorporação de elementos ligados a essas questões traz benefícios não somente ao debate sobre os resultados de pesquisa como, principalmente, à operacionalização mais apurada do conceito de “cultura política”.

Dessa forma, antes de dar início à descrição da pesquisa realizada, a parte inicial desse artigo está dedicada a uma análise crítica do referencial teórico da cultura política levantando algumas questões essenciais para que essa abordagem fosse adotada como base para a pesquisa descrita na segunda parte deste artigo.

A proposta de alguns estudos mais recentes de cultura política (INGLEHART, 1997; INGLEHART e WELZEL, 2005) é investigar uma determinada síndrome de mudança cultural que enfatiza a autonomia do indivíduo e o questionamento da autoridade do Estado em todos os países do globo. Estudos anteriores (CASTRO, 2000; CAPISTRANO, 2008; CASTRO, 2008) apontam que esse viés é fruto de uma determinada visão de modernização e de uma conceituação de cultura política que enfatiza aspectos comuns desse processo em todas as sociedades negligenciando características peculiares da formação histórica, social e política de cada caso.

Ou seja, para se utilizar a perspectiva de análise política proposta por esses autores são necessárias duas ressalvas: i) a operacionalização do conceito de cultura política tende a valorizar aspectos de uma determinada sociedade quando são criados para analisá-la e; ii) a força motriz da transformação da cultura política, a modernização, não é um processo homogêneo e se torna impreciso quando

¹A pesquisa WVS é realizada em cerca de 100 países, com levantamentos de dados a cada cinco anos, sendo considerada a maior pesquisa comparativa em Ciências Sociais atualmente.

²Dois das exceções são os estudos de Castro, 2000 e Capistrano, 2008.

aplicado a uma distinta realidade sem considerar os seus aspectos particulares. Antes de iniciar a apresentação dos resultados da investigação realizada, essa última ressalva necessita considerações mais detalhadas.

As principais mudanças estruturais encontradas por Inglehart (1990, 1997, 2005) para explicar o impacto da modernização na transformação dos valores das sociedades ocidentais podem ser resumidos nos seguintes pontos: i) aumento da escolaridade; ii) desenvolvimento econômico que acarretaria um aumento da segurança física e econômica dos indivíduos; iii) desenvolvimento científico e tecnológico que trariam maior qualidade de vida por meio do desenvolvimento da medicina, da farmacologia, da nutrição etc. iv) massificação dos meios de comunicação que acarretariam em mudanças no acesso a informação e ao conhecimento. Novamente é necessário ressaltar que tais características da modernização não surgiram e não se consolidaram de forma homogênea em todos os países, especialmente no grupo de países estudados.

Uma ilustração disso é o desenvolvimento econômico desigual observado na segunda metade do século XX se comparados países latinoamericanos com países europeus. Ao selecionar países recorrentemente analisados por Inglehart (Dinamarca, França, Noruega, Suécia, Reino Unido, Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai) observa-se uma considerável diferença entre as regiões. Dados do Banco Mundial³ apontam que no ano de 1960 o PIB *per capita*⁴ médio do grupo europeu era 233% maior que o latinoamericano, já no ano de 2008 essa diferença aumentou para 344%.

Uma outra dimensão dessa desigualdade é a escolarização. Segundo dados da UNESCO⁵, a evolução na taxa bruta de matrícula nesses países (a razão entre as matrículas registradas na educação regular e o número de habitantes na faixa etária correspondente em cada país para os ensinos primário, secundário e terciário) seguiu padrões distintos de crescimento nas últimas três décadas. No ano de 1975, os países europeus apresentavam uma taxa bruta de matrícula de 75% e os latinoamericanos de 65%, no ano de 2007 os primeiros possuíam uma taxa estabilizada de 95% e grupo da América Latina uma taxa ainda crescente de 86%.

A apreciação desses dois elementos, desenvolvimento econômico e educacional, não é suficiente para questionar a versão da teoria da modernização proposta por Inglehart. Contudo, a observação dos distintos padrões de comportamento dessas mudanças estruturais, permite uma análise crítica do esquema lógico criado pelo autor em relação ao impacto da modernização sobre a cultura política.

³ World Development Indicators. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org>>. Acesso em: [19 jun. 2009].

⁴ PIB *per capita* a preços constantes de 2000, em US\$.

⁵ UNESCO Institute for Statistics Data Centre. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org>>. Acesso em: [19 jun. 2009].

Interpretações iniciais dessa análise crítica apontariam para a réplica de que o esquema lógico não se altera para os dois grupos de países selecionados, mas apenas identifica uma dinâmica mais acelerada de transformações estruturais em uma determinada região em relação a outra.

De fato, o objetivo da análise crítica colocada não é questionar o esquema lógico proposto. Trata-se de uma alternativa bastante razoável ao problema debatido por Müller e Seligson (1994) sobre a relação causal entre estrutura e cultura política. Contudo, a própria diferença entre a “velocidade” das transformações é um problema fundamental a ser considerado para analisar a relação entre mudanças estruturais e mudança na cultura política.

Teoria social e cultura política

Identificados os problemas trazidos com as formulações dos conceitos de modernização e cultura política propostos por Inglehart (1990, 1997 e 2005), coloca-se em debate quais as alternativas possíveis para se utilizar o esquema lógico de mudança cultural do autor incorporando questões que são negligenciadas pela má conceituação ou operacionalização dos conceitos.

Uma possibilidade de incorporar o fator histórico, social e da tradição política a essa discussão dentro da cultura política ocorreria por meio de um resgate de fatos históricos importantes de cada sociedade e o estabelecimento de um diálogo entre esses e o estudo de características contemporâneas da sua cultura política. No entanto, uma desvantagem é que tal iniciativa apenas somaria algumas informações, sem enriquecer substancialmente a análise proposta.

Dessa forma, defende-se que as lacunas existentes podem ser preenchidas com mais propriedade por meio de análises alternativas substantivas em relação à formação e o contexto histórico, social e político das diversas sociedades e as interpretações derivadas sobre a modernização. Essas análises podem ser encontradas em trabalhos de teoria social pouco debatidos dentro da ciência política ou subestimados quanto ao seu poder analítico por duas razões principais: primeiramente, a questão da divisão disciplinar que impede o diálogo entre sociólogos, cientistas políticos, historiadores e filósofos políticos; além disso, o sub-campo da cultura política tende a desconsiderar trabalhos que não possuam a empiria como a ênfase do estudo.

De certa forma, tal situação é contraditória visto que o próprio trabalho inicial em que Gabriel Almond propõe o conceito de cultura política:

“What I propose to do in this brief paper is to suggest how the application of certain sociological and anthropological concepts may facilitate systematic comparison among the major types of political systems...” (ALMOND, 1956, p. 391).

Um diálogo entre o debate presente na teoria social e nos estudos de cultura política pode ser encontrado no resgate de algumas perspectivas de autores latinoamericanos que se tornaram clássicas nas ciências sociais, e alguns estudos de cultura política realizados na região. Sérgio Buarque de Holanda (1971), Raymundo Faoro (1993), Roberto DaMatta (1997), Gino Germani (1981) e Natalio Botana (1994) produziram reconhecidas interpretações da modernização e do impacto social desse fenômeno sobre a cultura política no Brasil e na Argentina.

Em *Raízes do Brasil* (1995), Sérgio Buarque de Holanda traz à tona uma discussão a respeito da formação social brasileira e a influência da colonização ibérica sobre esse processo. Para Holanda, as relações de dominação estabelecidas desde a chegada dos portugueses acabaram por formar uma sociedade muito desigual, com direitos diferentes, criando na sociedade brasileira o ambiente ideal para a implantação de uma característica marcante da cultura ibérica na sociedade brasileira denominada “personalismo”. O conceito de personalismo procura expressar a valorização da individualidade, como decorrência da forte imposição ao desmembramento do coletivo, da contenção, por parte do processo colonizador, de ações coletivistas dentro da sociedade. Para o autor, a origem do personalismo está claramente localizada na península ibérica, pois *“Para eles [portugueses e espanhóis], o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste”* (HOLANDA, 1972, p.4).

Para Holanda, essa propriedade específica da cultura ibérica, em que *“cada um é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes...”* (HOLANDA, 1972, p.5), seria a razão principal de explicação da *“frouxidão da estrutura social”* e da *“falta de hierarquia organizada”*. Dessa forma, *“A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. É por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição [...] a única defesa possível contra a nossa desordem”* (idem).

Em *“Os donos do poder”* de Raymundo Faoro, o patrimonialismo é uma das principais características da formação política brasileira, influente em todos os grandes episódios desde Dom João I até a era Vargas, e cujo fundamento principal esteve ligado ao problema do poder do Estado sobre a economia. Em concordância com Holanda (1972), Faoro afirma que:

“O problema não seria pertinente a este ensaio se o feudalismo não houvesse deixado, no seu cortejo funerário, vivo e persistente legado, capaz de prefixar os rumos do Estado moderno. Patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre o homem e o poder são de outra feição, bem como de outra índole a natureza da ordem econômica, ainda hoje persistente, obstinadamente persistente” (FAORO, 2001, p.33)

O conceito de capitalismo politicamente orientado, explicativo do surgimento e conservação da ordem patrimonialista emerge de apreciação desse caráter da formação política brasileira. Nesse ponto, existe uma divergência central em relação ao argumento de Sérgio Buarque de Holanda (1972), pois para Faoro o individualismo, característico de sistemas políticos derivados das revoluções burguesas no fim do feudalismo – ausente na península ibérica e no Brasil, teve de ser suplantado ou incorporado a esse ambiente onde Estado dirigiu o capitalismo:

“O capitalismo politicamente orientado — o capitalismo político, ou o pré-capitalismo —, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo — liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos” (FAORO, 2001, p. 866).

Ao analisar essa obra de Faoro, Paim reconhece os méritos da iniciativa de análise weberiana do patrimonialismo brasileiro, inclusive da herança ibérica destacada por ele, mas considera que *“no afã de enfatizar a novidade que trouxe a debate, adotou uma atitude extremamente radical ao deixar de reconhecer o caráter modernizador que o patrimonialismo luso-brasileiro chegou a assumir em certos momentos de sua história” (PAIM, 1998, p. 20).*

Para Paim (1998), resgatar o patrimonialismo e suas origens foi fundamental para se analisar a realidade político social brasileira, daí a importância do trabalho de Faoro para a interpretação do sistema político. Contudo, o autor menciona que é importante considerar que esse sistema está exposto a transformações. O caso do ideário modernizante trazido por Marquês de Pombal

seria uma demonstração exemplar, como afirma o autor, sobre como “a querela do estatismo” poderia ser superada não fosse a forte pressão por desconsiderar essas idéias:

“A passagem de Pombal pelo governo português corresponde a uma autêntica revolução, devotada não à destruição do Estado Patrimonial, e à instauração de regime político plenamente moderno, mas à introdução, em bases duradouras, da componente modernizadora no patrimonialismo tradicional. Essa circunstância de que não se tivesse interessado, simultaneamente, pela modernização das instituições políticas, acrescida do fato de que haja reprimido com ferocidade inquisitorial a tentativa de parte da nobreza de apeá-lo, e a D. José, do poder, levaram a que a historiografia portuguesa optasse por uma linha de combate radical à obra de Pombal...” (PAIM, 1998, p. 37).

Em direção semelhante a Faoro (2001) e Paim (1998), mas com abordagem distinta, DaMatta realiza uma análise de algumas instituições brasileiras. Inspirado na concepção dualista de Louis Dumont de distinção entre sociedades holistas (orientais) e individualistas (ocidentais), o autor aponta que na sociedade brasileira convivem traços holistas e individualistas que tem como base a diferença entre pessoa e indivíduo. Nessa perspectiva há uma combinação entre os elementos do personalismo e do convívio em um sistema patrimonialista de acordo com a adaptação dos atores ao ambiente social:

“É como se tivéssemos duas bases através das quais pensássemos o nosso sistema. No caso das leis gerais e da repressão, seguimos sempre o código burocrático ou a vertente impessoal e universalizante, igualitária, do sistema. Mas no caso das situações concretas, daquelas que a “vida” nos apresenta, seguimos sempre o código das relações e da moralidade pessoal, tomando a vertente do “jeitinho”, da “malandragem” e da solidariedade como eixo de ação. Na primeira escolha, nossa unidade é o indivíduo; na segunda, a pessoa. A pessoa merece solidariedade e um tratamento diferencial. O indivíduo, ao contrário, é o sujeito da lei, foco abstrato para quem as regras e a repressão foram feitos” (DAMATTA, 1997, p. 157).

No livro *El orden conservador*, Botana (1994) analisa a história política argentina no período da virada do século XIX para o século XX. Para o autor, é possível observar nesse período a gênese da rígida separação entre Estado e sociedade e de criação dos mecanismos de perpetuação no poder da elite

argentina. Essa hegemonia, segundo o autor, foi alcançada principalmente pela aliança entre o governo central e uma maioria de oligarquias provinciais legitimadas pela sociedade.

Embora não seja o seu enfoque principal, Botana não deixa de citar que em seu estudo *“estamos en presencia de una línea divisoria de aguas que permite perfilar la trayectoria de un liberalismo argentino e iberoamericano cercano al influjo de la cultura latina en Espana, Francia o Itália”* (BOTANA, 1994, p. 9).

A tradição conservadora sobre a qual o autor tece algumas considerações em relação à gênese no início do século XX, é a mesma que serve de base para os trabalhos sobre épocas posteriores realizados no Brasil⁶ e na Argentina⁷ sobre a formação do Estado burocrático autoritário e seu papel sobre a manutenção de uma economia liberal em prol da perpetuação de uma elite econômica.

Posteriormente ao livro mencionado, o próprio Botana (1995) argumenta que após 1983 ocorreram mudanças sensíveis na cultura política argentina, principalmente no que se relaciona à sua “herança autoritária”. Contudo, afirma que não foi possível anular a tradição e a força que essa herança possui.

Escrevendo sobre um período posterior de intensa industrialização e desenvolvimento econômico na Argentina, nas décadas de 1950 e 1960, Gino Germani (1981) tece diversas considerações sobre o processo de modernização e seu impacto sobre as relações sociais e políticas.

Embora esta seja uma análise muito anterior à realizada por Inglehart e Welzel (2005), existe uma concordância nessa abordagem em relação ao que Germani chama de “requisito universal mínimo” para a existência de uma sociedade moderna e industrial que seria uma “secularização no campo da ciência, tecnologia e economia” (1981, p. 125). Contudo, assim como a preocupação exposta nesse artigo, para o autor *“The concern here is not with the great transition prior to the emergence of the first historical instance of industrial society, but with the many transitions produced by the universal diffusion of the new modern-industrial complex”* (GERMANI, 1970, p. 155).

Essa preocupação leva Germani a analisar o processo de modernização com enfoque nos casos de países latino americanos, em especial a Argentina. Entre as críticas elaboradas sobre os estudos de modernização da época está uma perspectiva mais cautelosa em relação ao processo de individualização como uma característica incontestável das sociedades industrializadas e modernas:

⁶ CARDOSO (1993).

⁷ O' DONNEL (1990).

“There is a tendency to conceptualize the growth of individuality as an evolutionary process. [...] But the process cannot be said to be unilinear, nor can it be conceived of as one of uniform orientations towards higher individuation. Not only may different cultural contexts produce different types of processes, in this respect, but even the context of Western culture, there have been various stages of relapse into lower degrees of individuation” (GERMANI, 1981, p. 107).

A revisão dos autores selecionados mostra que as formações políticas e sociais da Argentina e do Brasil possuem elementos muito diversos e mesmo entre os diferentes períodos históricos. Contudo, é possível selecionar aspectos comuns das suas tradições políticas de forma a investigar elementos de influências sobre a cultura política atual.

Embora não seja um discurso único, e possam ser encontradas diversas divergências entre os autores citados, dois elementos são presentes e se destacam nas falas selecionadas e em diversos outros trabalhos de teoria social. Nessa direção, dois elementos se destacam: i) a influência ibérica sobre os aspectos de formação política e social argentina e brasileira, e ii) a formação do Estado como um ator social central decorrente da tradição e cultura política desses países. Ambos os aspectos são particulares do desenvolvimento político dos países latinoamericanos.

Por outro lado, autores contemporâneos têm selecionado esses comentadores da história social e política argentina e brasileira como fundadores de uma perspectiva cujas interpretações estão sujeitas a contestações. Conforme afirma Souza (2000), ao analisar a perspectiva do iberismo, tais estudos tendem a criar um determinismo histórico, considerando diversos fatores da modernização brasileira e da sua singularidade cultural decorrências de herança ibérica. Dessa forma, consolidou-se no Brasil uma sociologia da inautenticidade baseada em uma equivocada ênfase em elementos pré-modernos para explicação da sociedade.

Schwartzman (2003, 2006) também reconhece o tempo e o lugar dessas teorias ligadas a conceitos como o patrimonialismo e o personalismo no Brasil, e propõe uma visão integrada a aspectos mais atuais que poderiam explicar melhor a dinâmica social brasileira. Um exemplo é a mudança na perspectiva em relação ao Estado que poderia explicar não só sua dinâmica e papel como também as origens sociais da oposição ao mesmo. Como pontua o autor:

“O que podemos observar é que, no Brasil, pelo menos desde 1937, o Estado tem sempre desempenhado um papel ativo e agressivo na implementação de algum tipo de política de desenvolvimento econômico e social, embora fustigado pela crítica liberal anti-intervencionista. [...] Desde este ponto de vista, a oposição ao Estado centralizado surge como uma versão retardada do liberalismo econômico do século XIX, florescendo em um enclave mais privilegiado de um país subdesenvolvido, dependente e organizado segundo moldes político-administrativos patrimoniais” (SCHWARTZMAN, 1977, p.177).

Conforme colocam Leiras, Medina e D'Alessandro (2005), Germani e Botana, representaram para os estudos políticos na Argentina uma escola de trabalhos que *“produjeron novedosas reconstrucciones de las prácticas, las instituciones, las organizaciones y las ideas políticas durante los siglos XIX y XX.”*

O conceito de Matriz Sociopolítica (MSP) elaborado por Garretón e outros pode ser considerado um catalisador dessas perspectivas, pois o termo refere-se “à relação entre o Estado, a estrutura de representação ou sistema partidário (combinação de demandas globais e envolvimento político dos atores) e a base socioeconômica dos atores sociais com suas relações e orientações culturais...” (GARRETÓN et al, 2007, p.14).

Segundo Garretón e seus colegas, o conceito foi criado como uma ferramenta que pudesse organizar aspectos sociais, políticos e culturais, sem desconsiderar a autonomia e interconexão entre esses e, principalmente, sem retirar esses aspectos de seu contexto histórico. Para os autores, a Matriz Sociopolítica latinoamericana pode ser denominada como uma matriz estatal-nacional-popular e que possuiria entre seus elementos básicos uma orientação cultural “nacionalista, populista” com atores/sujeitos “orientados primordialmente para o trabalho, a produção, o Estado e a classe política” e, no âmbito do papel do Estado, uma “extensa participação na administração econômica, alta tendência ao estatismo, principal referencial da ação coletiva” (GARRETÓN et al. 2007, p.22).

Usando um questionamento análogo ao problema aqui discutido, seus autores investigam a influência sobre a MSP latinoamericana das principais mudanças estruturais, resumidas em “a construção das democracias políticas; a democratização social e a integração nacional; a reinserção das economias latinoamericanas no sistema mundial; a construção de um modelo de modernidade que assume a globalização e as identidades culturais”. (GARRETÓN et al, 2007, p.22). Segundo os autores, resulta dessas transformações um desafio para a MSP latinoamericana que aos poucos sofre transformações substantivas.

Embora não seja possível esboçar aqui uma genealogia do pensamento culturalista da ciência política e a teoria sociológica latinoamericana para explicar a falta ou propor o diálogo entre as áreas, é possível demonstrar que os estudos de cultura política no Brasil e na Argentina podem se beneficiar de aspectos e contribuições resultantes de outras disciplinas, seja por conteúdo substantivo ou mesmo por “pistas” de processos sociais não explicados sob essa perspectiva.

A maneira com a qual autores como Inglehart enxergam o processo de transformação da cultura política pode ser contraposta ao modelo resultante da avaliação das características da cultura política argentina e brasileira e sua dinâmica discutidas pelos autores ora citados e espelhadas pelo conceito de MSP.

A revisão de teóricos sociais tem por objetivo sofisticar a crítica quanto à relação de causalidade encontrada em alguns casos específicos e a equivocada desconsideração, ou subestimação, de variáveis importantes como a tradição, a história e o contexto social específicos de cada país. Tal argumento fica claro na passagem encontrada em Inglehart e Baker:

“As visões de mundo das sociedades ricas diferem marcadamente das de sociedades pobres. Isto não implica necessariamente em convergência cultural, mas isso prediz a usual direção da mudança cultural e (na medida em que o processo é baseado em uma reposição intergeracional da população), até mesmo, a razão na qual esta mudança é provável de ocorrer” (INGLEHART e BAKER, 2000, p. 23).

A proposta do “renascimento da cultura política” abriu novas possibilidades de estudos por considerar a cultura política não apenas uma variável explicativa fixa, mas também uma variável interveniente. Contudo, essa proposta também apresenta alguns problemas ao tratar a mudança sem considerar o contexto histórico e político particular de cada região e os aspectos distintos de manifestação da cultura política nesses locais.

Após essas considerações é possível darmos início à apreciação de uma dimensão da cultura política que resulta do resgate de algumas perspectivas dos pensadores latinoamericanos, conformada pela tradição e o contexto político e social dessa região. Essa dimensão está ligada ao papel do Estado dentro das relações sociais.

A valorização do Estado na Argentina e no Brasil

Boa parte do tratamento da importância do Estado decorre da análise do grau de intervenção estatal na economia. Desde a década de 1930 com a Grande depressão, até décadas posteriores ao fim da II Guerra Mundial, o grau de interferência estatal sobre a economia aumentou consideravelmente em vários

países do Ocidente. Esse aumento se deu tanto pela formação de um Estado comprometido com a garantia do bem-estar social por meio de políticas de diminuição da desigualdade econômica e promoção generalizada da saúde e da educação, quanto pela implementação do Estado desenvolvimentista com vistas ao crescimento da produção nacional.

O advento do Welfare State foi uma das principais causas da mudança de valores (INGLEHART, 1971; 1990; 1998). A partir do momento em que o Estado passou a garantir segurança física e econômica – características raras do período anterior à primeira metade do Século XX – à maioria da população, novos valores passaram a ser preponderantes nessas sociedades.

Além da segurança física e econômica, outra característica bastante marcante, porém não exclusiva do Welfare State, foi o aumento sistemático do nível educacional de determinados países. Os “tigres” do sudoeste asiático são um exemplo emblemático de como a industrialização foi acompanhada de forte expansão da educação primária mesmo sem a implementação do Welfare State. Esta expansão do sistema educacional primário e o aumento no nível educacional demonstraram ser fatores importantes, senão determinantes, para a mudança em direção a valores pós-materialistas (MOORS, 2003).

Por sua vez, a mudança em direção ao pós-materialismo foi, também, a razão do desaparecimento gradual do Welfare State, que acompanhou um movimento de diminuição da intervenção do Estado sobre a economia em diversos países. De acordo com Dezalay e Garth, “*A história básica da transformação do Estado na América Latina e nos Estados Unidos da década de 1960 até o ano 2000 pode ser descrita como um deslocamento de Estados desenvolvimentistas ou Estados do Bem-Estar para Estados neoliberais...*” (DEZALAY e GARTH, 2000, p. 163).

Diversos processos foram importantes para que essa transformação pudesse ser realizada. Uma das principais causas está na propagação da ideologia neoliberal que encontrou seu apogeu na implementação do que ficou conhecido como Consenso de Washington. No início da década de 1990, diversas instituições financeiras internacionais endossaram um conjunto de medidas econômicas a serem aplicadas com o objetivo de promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento que passavam por crises.

Ao comentar esse processo denominado de Consenso de Washington e seu impacto em países latinoamericanos capitaneado pelos bancos credores internacionais, Ferrer afirma que “Toda a estratégia econômica do devedor [economias latinoamericanas] ficava assim submetida ao paradigma central que dessa vez implicava a abertura da economia e a redução do papel do Estado”. (FERRER, 2006, p. 241).

Diversas são as razões encontradas pelos estudiosos para explicar o aparente declínio do Estado após a Guerra Fria. Para Ianni (1997), o declínio da

importância do Estado é causado, principalmente, pelo surgimento de novos atores que assumem papéis antes exclusivos do Estado.

Segundo Fukuyama (1997, 2005), as perspectivas e orientações em relação ao Estado na segunda metade do Século XX, foram fortemente influenciados pelo processo de modernização e de disseminação dos valores liberais. Tais processos, que não encontram rivais na atualidade, estariam produzindo uma posição estabelecida na população sobre o relacionamento ideal entre economia e Estado em prol de uma autonomia maior dos atores econômicos.

Para Kwasnicki, o processo de aumento ou diminuição da intervenção estatal está ligado à “aceitação social” que as idéias estatistas ou liberais recebem ao longo do tempo nas diversas sociedades:

“The way of changes of social attitudes toward two opposing views of economic development, namely statism and liberalism, in the last 300 hundred years in the Western societies is suggested. Domination of any one of these opposing views of social development in different periods is never total. At any time there are people claiming that the right way of social development is opposing to currently prevailing mode of development. This opposing view allows to initiate the issuing substitution phase what occurs when conditions of socioeconomic development are worsening” (KWASNICKI, 2000, p.4).

Em um estudo comparativo entre o Japão e os Estados Unidos, Lipset discute essa questão como uma dimensão decorrente de formações culturais distintas. Para Lipset, “...variations in political orientation and social policies between Japan and America [United States] are linked to basic differences in orientation toward individualism and equality...” (LIPSET, 1994, p. 194). Após seu estudo que envolveu pesquisas de opinião pública nos dois países, o autor chega à conclusão de que embora haja uma discussão forte em torno da convergência de opiniões e atitudes que legitimem um tipo de regime e política do Estado, as diferenças culturais são significativas nesse processo:

“The two nations follow different organizing principles. National traditions continue to inform the cultures, economies and politics of both countries in very dissimilar ways. One, the United States, follows the individualistic essence of bourgeois liberalism and evangelical sectarian Christianity; the other, Japan, reflects the group orientated norms of the post-feudal aristocratic Meiji era. The former still stresses equal respect across stratification lines; the latter still emphasizes hierarchy in interpersonal relations. The first continues to suspect the state; the second places heavy reliance on its directing role” (LIPSET, 1994, p.196).

De forma semelhante, Svampa analisa a influência dessa nova conformação do Estado sobre aspectos da cultura política argentina:

“el cambio en las formas de regulación estatal, la primacía del mercado como mecanismo de inclusión, van de la mano de una concepción del individuo (o del proceso de individualización), que enfatizan la noción de sujeto competente, de autorregulación, esto es, un individuo al cual se exige que se haga cargo de sí y que desarrolle las competencias y recursos necesarios para su inclusión en el mercado y el acceso a los bienes sociales, independiente de los recursos y soportes pre-existentes. Claro está, no es lo mismo que esta exigencia de individualización o autoregulación en el marco de un estado de bienestar, que en medio de un proceso de desregulación vertiginoso y radical, como el que se operó en Argentina ... Hay una frase de un sociólogo italiano, Giuseppe Améndola, quien dijo, “se autorregulan los que pueden, pero para los que no pueden está el Estado” (SVAMPA, 2004, p.9 - 10).

Baquero, por sua vez, analisa a aparente contradição entre o apoio aos regimes neopopulistas na América Latina, que deram suporte ao neoliberalismo, e o descontentamento da opinião pública em relação às reformas neoliberais:

“neste contexto, o tipo de cultura política que emerge com a institucionalização do neoliberalismo se caracteriza pelo distanciamento que se estabelece entre a sociedade e o Estado, restringindo a participação popular exclusivamente pelo voto (...) O neopopulismo, portanto, não só consegue sobreviver mas se institucionaliza como arma para garantir legitimidade aos governos neoliberais. Ao mesmo tempo, contribui para institucionalização de práticas políticas individuais em detrimento de ações coletivas” (BAQUERO, 1996 p.138).

Em estudo a partir dos dados da pesquisa *World Values Survey*, Castro verificou que os brasileiros possuíam então um maior apego aos valores chamados neoliberais que os argentinos. Considerando que as reformas econômicas neoliberais ocorreram antes na Argentina que no Brasil, o autor considera que uma das explicações possíveis para a diferença seria o tempo. Em suas palavras,

“ao experimentar as mudanças neoliberais e a retirada do Estado da área econômica e social sem que tenha havido um substitutivo à altura, as pessoas tenderiam a se colocar contra as reformas. A substituição do Estado pelo mercado não foi acompanhada de um aumento de renda que compensasse a sua retirada de esfera social. Desta forma, passada a euforia e a fase épica, a realidade provavelmente não propiciou a melhoria de vida que as mudanças econômicas prometeram” (CASTRO, 2000, p.172).

Em uma interpretação mais recente, após analisar alguns resultados mais atualizados da pesquisa de cultura política *Latinobarômetro* para a Argentina, Vitullo parece corroborar os estudos de Castro, e verifica uma forte queda no apoio às privatizações e aumento nos índices de suporte ao gerenciamento estatal de diversas áreas. Para o autor, “Essas opiniões se inscrevem numa crescente onda de descontentamento frente às políticas de cunho neo-liberal, onda que vem se expandindo, com distintos graus de intensidade pelo conjunto do continente nesses últimos anos” (VITULLO, 2007, p. 97).

Essa posição traz à tona uma reação recente da opinião pública em relação às reformas econômicas ocorridas em quase todos os países latinoamericanos durante a década de 1990 que tiveram impacto direto sobre a cultura política.

Para Inglehart, *“the widely prevailing view among psychologists that traits such as individualism rather than collectivism are fixed traits of given cultures should be modified: they do indeed reflect given cultural heritage to some extent, the emergence, but the emphasis can change over time...”* (INGLEHART, 2005, p.144) e essa mudança é a principal característica das sociedades pós-industriais ocidentais, processo que

se verifica por meio do “desenvolvimento humano”. Segundo o autor, a tendência do “desenvolvimento humano” que envolve uma série de mudanças de prioridades individuais calcadas no aumento do individualismo, da auto-expressão, da autonomia individual, é o aspecto central da transformação da cultura política na virada do século XX ao século XXI.

Almeida também identifica uma síndrome semelhante no Brasil, que estaria relacionada ao aumento de escolaridade. Para o autor, a escolaridade é o fator fundamental de determinação da cultura política estatista: *“Para quem deseja menos Estado, resta apenas o consolo de que esse é o destino da opinião pública no Brasil. É um processo longo, porém inexorável: também nesse aspecto, à medida que a escolaridade aumentar, o apoio social à presença do Estado na economia tenderá a tornar-se cada vez menor”* (ALMEIDA, 2007, p. 193). (...) *“Para mudar essa mentalidade hierárquica e pró-estatal é preciso escolarizar a população”* (Idem, p. 210).

Embora trate dessa questão de forma indireta, Castro enxerga na expressão da cultura política em relação às reformas estruturais da economia e do Estado uma posição coerente em relação à tradição política de países como Argentina, Brasil e Chile. Outra característica deste final de milênio é a exaltação do individualismo:

“A máxima romana Homo Homini Lupus, revivida por Hobbes no século XVI, parece que foi cunhada para os tempos atuais. Sabe-se que o individualismo é considerado uma das bases da formação do capitalismo na Inglaterra e que se constituiu em uma das mais fortes formas de expressão das sociedades capitalistas avançadas. No entanto, essa não é a nossa tradição. A base de formação da nossa sociedade seguiu outra via, que tem no Estado a sua origem e força [...] Assim, ao serem analisadas as relações entre democracia e mudanças econômicas no três países, salienta-se que o padrão de uma cultura política fragmentada e individualista tem conformado as atitudes das pessoas. Desta forma, o apoio às mudanças neoliberais é completamente congruente com a formação histórica dos países” (CASTRO, 2000, 154-155).

O *World Values Survey* possui uma bateria de questões que buscam identificar posicionamento em relação ao Estado e ao mercado. Nessa bateria o entrevistado é estimulado a se posicionar em uma escala de 1 a 10 em que os pontos extremos representam às posições expostas na Figura 1.

Figura 1
Bateria de itens Mercado vs. Estado

V117	Empresas e negócios particulares devem aumentar	Empresas e negócios do governo devem aumentar
V118	As pessoas deveriam se responsabilizar mais por elas mesmas	O governo deveria se responsabilizar mais para garantir boas condições de vida a todos
V119	A concorrência é boa porque estimula as pessoas a trabalhar mais e desenvolver novas idéias	A concorrência é ruim porque desperta o que há de pior nas pessoas
V120	No futuro, a pessoa trabalhadora consegue uma vida melhor.	Ser uma pessoa trabalhadora não necessariamente traz sucesso. É mais uma questão de sorte e de contatos
V121	As pessoas só podem enriquecer às custas dos outros	A riqueza pode aumentar e ser suficiente para todos

Fonte: Questionário WVS (2006) – Versão português, Brasil.

Em uma análise sobre essa bateria de questões, Andrews (2006) avalia a consistência interna dos itens mencionados com vistas à possibilidade de identificar um padrão de legitimação do setor privado frente ao setor público. Após uma análise de correlações entre as variáveis da bateria, Andrews conclui que, *“de um modo geral, os resultados indicam que as quatro variáveis do WVS carecem de uma clara consistência interna. Assim sendo, não devem ser considerados como uma única dimensão, capaz de identificar a existência de uma “síndrome de cultura política” que se refira ao setor público e ao setor privado”* (ANDREWS, 2006, p. 4).

Deve ser destacado, contudo, que a incongruência dos resultados levantados pela autora deve-se à sua perspectiva de análise das questões do WVS para medir a tipologia dos "três mundos" de Esping-Andersen. A contestação do nível macro e micro das variáveis é embasada na incongruência dos resultados à luz dessa perspectiva teórica específica.

O teste mais aprofundado da consistência interna das questões utilizadas nessa bateria foi realizado por meio da análise fatorial desses itens para cada onda. Os resultados dessa análise estão expostos na Tabela 1.

Tabela 1
Análise fatorial de questões sobre Mercado X Estado no WVS (1991, 1995-1997 e 2006)

Itens	Argentina (2)		Argentina (3)		Argentina (5)	
	1	2	1	2	1	2
Igualdade de renda	-0,466	0,132	-0,679	0,082	0,002	0,799
Propriedade do governo ou privada	0,739	0,016	0,660	0,081	0,269	-0,423
Resp. do governo ou individuo	0,683	-0,079	0,493	0,150	0,232	0,669
Competição boa ou ruim	0,630	0,255	0,409	0,523	0,793	-0,098
Trabalho leva ao sucesso	0,174	0,768	0,165	0,689	0,711	0,190
Acumulação de riqueza	0,224	-0,711	0,153	-0,746	-0,371	0,019
Itens	Brasil (2)		Brasil (3)		Brasil (5)	
	1	2	1	2	1	2
Igualdade de renda	-0,020	0,621	0,723	0,056	-0,138	0,794
Propriedade do governo ou privada	0,677	0,011	-0,003	0,699	0,085	0,624
Resp. do governo ou individuo	0,718	0,020	-0,595	0,203	0,380	0,375
Competição boa ou ruim	0,698	0,00	-0,080	0,639	0,736	0,109
Trabalho leva ao sucesso	0,327	0,517	0,546	0,189	0,652	0,004
Acumulação de riqueza	-0,110	0,677	-0,084	-0,330	-0,408	0,038

Nota: a) Rotação varimax.

b) N_{Arg (2)} = 892; N_{Arg (3)} = 1011; N_{Arg (5)} = 896; N_{Bra (2)} = 1676; N_{Bra (3)} = 1098; N_{Bra (5)} = 1472

c) % variação explicada pelos pares de componentes se mantiveram entre 40% e 50%.

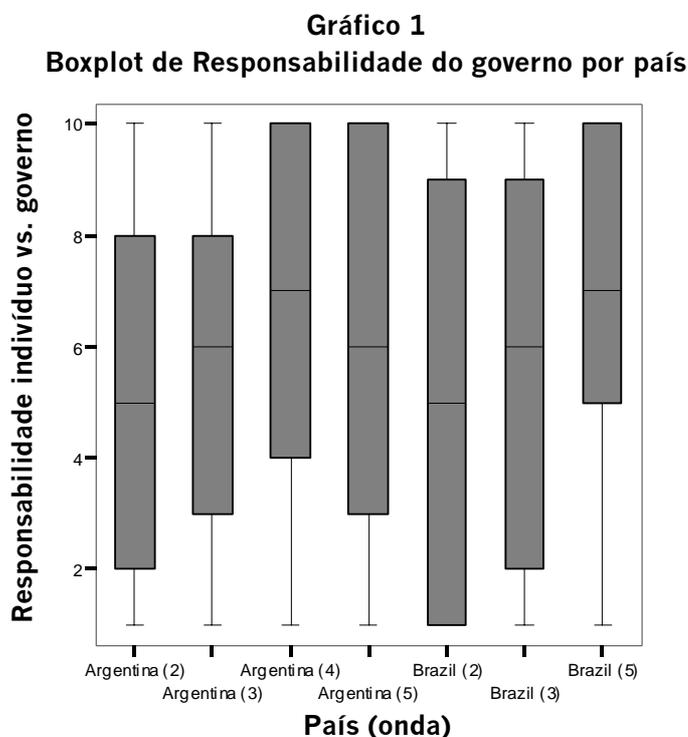
d) (2) Onda referente ao ano de 1991, (3) anos de 1995-1997 e (5) ano de 2006

Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Em um primeiro exame, é possível afirmar que os modelos apresentam um razoável percentual de explicação (entre 40% e 50%) visto que o mesmo apresenta um alto grau de simplicidade.

Além disso, a análise demonstra que, para alguns itens, os altos coeficientes de alguns fatores no mesmo componente, demonstram certa coerência entre as questões “Propriedade do governo ou privada” com “Responsabilidade do governo”; e “Trabalho leva ao sucesso” com “Acumulação de riqueza”. Devido ao destaque nos coeficientes do primeiro par em uma mesma dimensão, é razoável destacar essas duas variáveis como as mais adequadas para se trabalhar a dimensão selecionada.

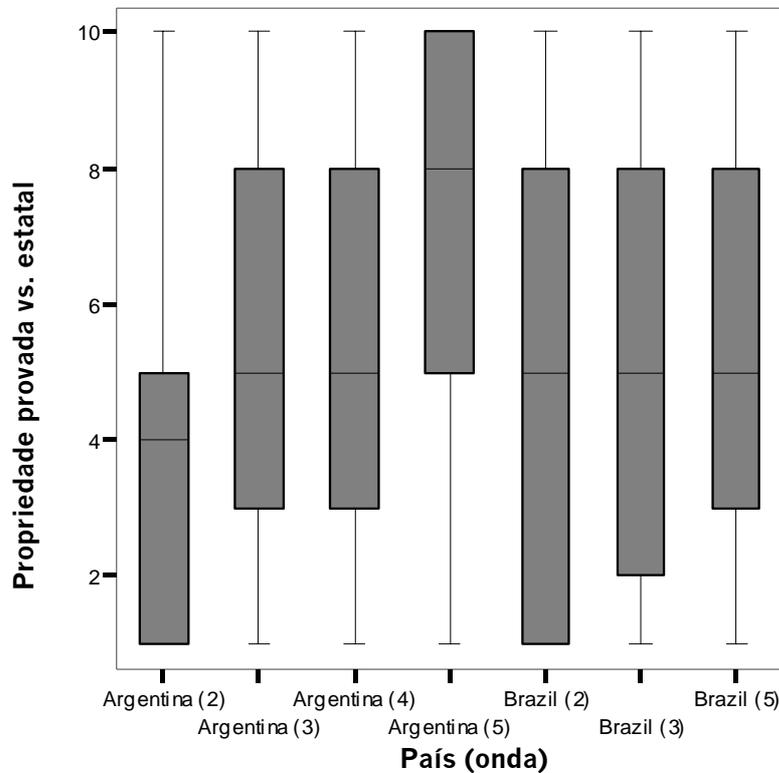
O Gráfico 1 aponta a distribuição do item “Responsabilidade do Governo” ao longo das sucessivas aplicações na Argentina e no Brasil. Os valores mais altos representam uma posição mais próxima da opinião de que “O governo deveria se responsabilizar mais para garantir boas condições de vida a todos”.



Nota: (2) Onda referente ao ano de 1991, (3) anos de 1995-1997, (4) ano de 1999 e (5) ano de 2006
Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Assim como na questão sobre responsabilidade do governo, o crescimento da proporção daqueles que preferem o aumento de empresas e negócios do Estado, como aponta o Gráfico 2, pode ser uma indicação de que o “estatismo” seja crescente ao longo do tempo. No entanto, se faz necessária uma análise mais aprofundada da relação dessa variável da cultura política com as mudanças estruturais.

Gráfico 2
Boxplot de Propriedade do governo ou privada por país



Nota: (2) Onda referente ao ano de 1991, (3) anos de 1995-1997, (4) ano de 1999 e (5) ano de 2006
Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Uma forma de se tentar captar a mudança intergeracional é por meio da análise de coorte. As coortes foram criadas em faixas de idade de 5 em 5 anos, de modo que uma faixa de idade entre “25 e 29 anos”, seja analisada como o mesmo grupo de indivíduos 5 anos mais velhos com “30 a 34 anos”. Nos Gráficos 3 e 4, a mesma distribuição da questão sobre empresas e negócios do governo foi analisada mas segundo as coortes. As coortes mais jovens estão à esquerda e as coortes mais velhas à direita.

Gráfico 3
Boxplot de Propriedade do governo ou privada por coorte
Argentina

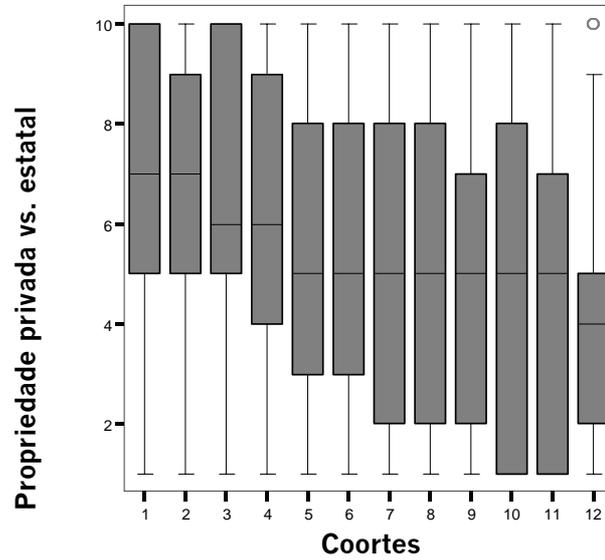
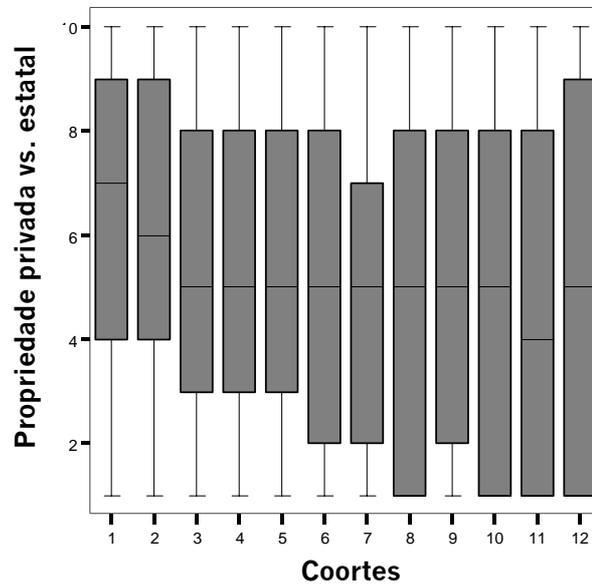


Gráfico 4
Boxplot de Propriedade do governo ou privada por coorte
Brasil



Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Esses resultados trazem uma visão mais clara da tendência que essa questão pode apresentar. As coortes mais jovens na Argentina são significativamente mais próximas da posição de que os negócios e empresas do governo devem aumentar. Embora o Brasil não apresente o mesmo grau de diferença entre as coortes, também é possível afirmar que as gerações mais novas tendem a se aproximar da posição estatista.

Essa questão pode refletir, de certa forma, a insatisfação apontada pelas populações de Argentina e Brasil com o processo de privatização de diversos serviços públicos ocorrido durante a década de 1990 (ANDREWS, 2006; Relatório Latinobarômetro, 2005). Contudo, é importante notar que essa é uma tendência verificada ao longo de três décadas com períodos anteriores e posteriores a esse processo.

A partir desses resultados, um questionamento a ser realizado é sobre o que determina essa predominância do perfil “menos estatal” ou “mais liberal”: o nível de escolaridade ou o ambiente social, os valores, as orientações e atitudes historicamente compartilhadas por essa classe de renda mais elevada?

A resposta pode emergir da análise agregada de todos esses grupos. Embora as mudanças estruturais apontem para o aumento de escolaridade, o aumento na renda *per capita* e na qualidade de vida, para a “trajetória do desenvolvimento humano”, nos termos de Inglehart e Welzel (2005), esses aspectos se confrontam com uma dimensão que tende a perdurar na cultura política de Brasil e Argentina: a legitimação da autoridade do Estado.

Embora não seja possível observar claramente a tendência ao individualismo ou à autonomia individual nesses dois países durante o período avaliado pelo WVS, também não é possível identificar uma tendência de rejeição do Estado como foi exposto sendo que essas duas dimensões não são necessariamente opostas como seria previsto pela hipótese de Inglehart.

Considerações finais

Após as décadas de liberalização econômica, esse início de século se caracteriza por uma legitimação crescente da ação do Estado por parte da opinião pública na Argentina e no Brasil. Essa situação se deve em parte às crises e reformas econômicas das décadas de 1980 e 1990, mas também tem relação com a tradição da cultura política latinoamericana de matriz estatista.

Essa constatação não contradiz a tendência ao individualismo observada por Inglehart e Welzel (2005). Como propôs Catterberg (1991), as duas dimensões “individualista” e “estatista” da cultura política convivem no caso argentino, e como demonstrou-se nessa análise, não é possível afirmar que as duas tendências são opostas para as sociedades argentina e brasileira.

Uma diferenciação entre os conceitos de autonomia e de individualismo sofisticaria o próprio conceito de modernização que para alguns, com o crescente individualismo, tenderia a um cenário de estado natural hobbesiano de todos contra todos, que daria margem à instauração de regimes autoritários. Não é essa também a tendência com o aumento do estatismo. O apoio a uma ação mais incisiva da autoridade do Estado não está diretamente ligada a um apoio ao retorno de um regime autoritário.

Como foi apontado, o conceito de cultura política necessita ser revisto para dar conta da extrema diversidade entre culturas, histórias políticas e contextos sociais. Não se propõe aqui a revisão das bases conceituais de Almond e Verba (1963), mas uma atenção redobrada aos estudos comparativos que utilizam um modelo determinado e fixo de cultura política que podem, como foi apontado, apresentar forte viés etnocêntrico.

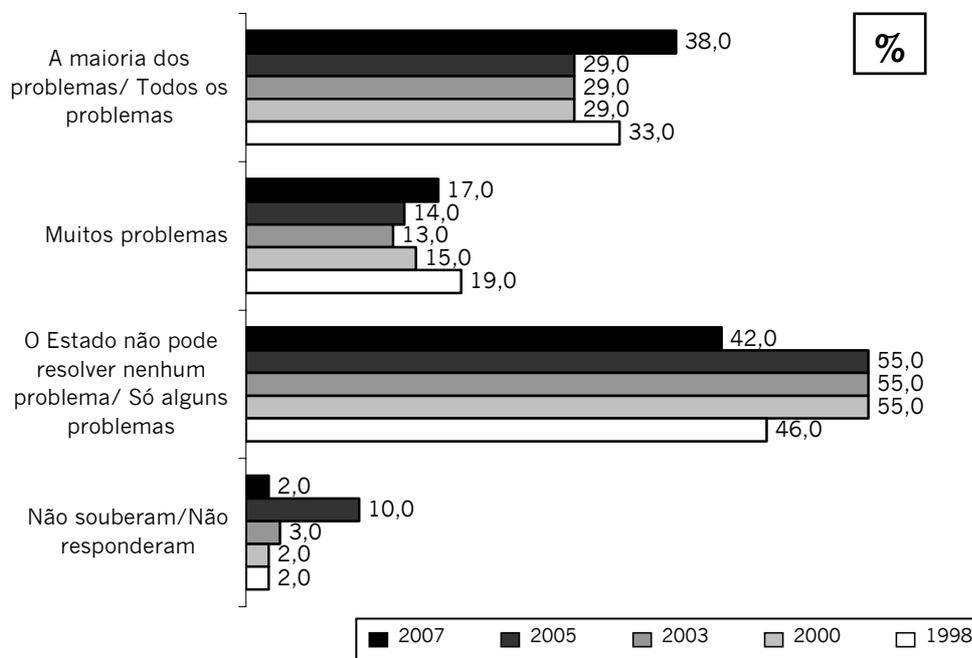
Dessa forma, propõe-se desenvolver novos estudos e pesquisas sobre a cultura política na América Latina (seus fundamentos, sua constituição, seu papel, sua função nas sociedades latinoamericanas e sua relação com a estrutura política) que dêem conta não somente de sua realidade específica, mas que vá além da mera extensão de estudos ou da aplicação de modelos formulados com base em outras realidades sociais, culturais, econômicas e políticas. Ou seja,

“... um estudo que vise a ir além da aceitação do modelo de cultura cívica deve partir dos conceitos conhecidos, dos trabalhos teóricos e empíricos realizados e dos instrumentos metodológicos disponíveis para procurar construir uma teoria de cultura política adequada às condições da América Latina (CASTRO, 2008, p. 23).”

A proposta de renascimento da cultura política levada a cabo por Ronald Inglehart (1988), entre outros, já logrou êxito visto a consolidação desse sub-campo de estudos da Ciência Política. Suas teses sobre a mudança na cultura política são fundamentais para se compreender a realidade política de diversos países do mundo hoje. No entanto, devido ao escopo de sua teoria, diversos aspectos de seus estudos demandam um aprofundamento teórico e empírico por meio de testes mais focados em culturas políticas específicas.

Como foi exposto neste artigo, alguns aspectos da tradição política presentes em debates dentro da teoria social latinoamericana e ausentes do *mainstream* da ciência política são essenciais para se compreender os mais variados elementos da cultura política, como o apoio ao Estado, por exemplo. Além disso, se faz necessária uma análise mais extensa que inclua outros países da América Latina. Como aponta a Figura 2, existem evidências de que o padrão identificado na Argentina e no Brasil pode estar presente em demais países dessa região.

Figura 2
“O Estado pode solucionar problemas” - América Latina
Latinobarômetro 1998-2007



Pergunta: Se dice que el Estado puede resolver los problemas de nuestra sociedad porque tiene los medios para ello. ¿Diría usted que el Estado puede resolver todos los problemas, la mayoría de los problemas, bastantes problemas, sólo algunos problemas o el Estado no puede resolver ningún problema

Fonte: Informe Latinobarômetro, 2007. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/>>. Acesso em: [out. de 2008].

Por fim, os resultados aqui apontados não foram explorados de maneira suficiente para uma interpretação mais sofisticada da relação entre cultura política e desempenho do regime político dado o próprio objetivo do estudo. No entanto, os aspectos aqui levantados da cultura política no Brasil e na Argentina são relevantes para se compreender o atual quadro político latinoamericano. O crescente surgimento de líderes chamados de neo-populistas, a discussão sobre a reforma do Estado, o constante debate entre auto-regulação do mercado e intervenção do Estado, o impacto das crises econômicas e políticas, entre outros, são discussões que carecem de reflexões como as propostas neste artigo.

Referências Bibliográficas

ALMOND, G. "Comparative political systems". *Journal of Politics*, Cambridge: Cambridge University Press, 18, p.391-409, 1956.

_____. "The Intellectual History of the Civic Culture Concept". In: ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic culture revisited*. Newbury park: Sage, 1980.

ALMOND, G. e VERBA, S. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ANDREWS, C. W. "Investigando a legitimidade: estudo de atitudes de público em relação aos papéis do Estado e do mercado." *Opinião Pública*, Campinas. Vol.12, nº 2, p. 407-431, nov. 2006.

DEVOTO, F; FAUSTO, B. *Argentina – Brasil: 1850-2000*. Un ensayo de historia comparada. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

BAQUERO, M. *Cultura política e democracia: Os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto alegre: UFRGS, 1994.

_____. *Cultura Política e Neoliberalismo na América Latina*. In: PINTO, C. R; GUERREIRO, H. (org.). *América Latina: o Desafio da Democracia nos Anos 90*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Grupo Montevideo, 1996.

_____. *Democracia e desigualdades na América Latina - Novas perspectivas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

BOTANA, N. *El orden conservador: la política argentina entre 1880 y 1916*. (Editorial Sudamericana). Buenos Aires: 1994.

_____. *Las transformaciones institucionales en los años del menemismo*. En: SIDICARO, R. y MAYER, J. (comp.). *Política y Sociedad en los años del menemismo*. Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del CBC, 1995.

CARDOSO, F. H. *A construção da democracia: estudos sobre política*. São Paulo: Siciliano, 1993.

CASTRO, H. C. O. "Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina." *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 2, nº1, jan-jun. p.03. 2008 [Online]. Disponível em: <<http://www.repam.org/edicoes/02/index.html>> Acesso em: [10 abr. 2009].

_____. *Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile: um estudo comparativo de cultura política*. Porto Alegre. [Tese (doutorado)], Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

CASTRO, H. C. O. ; CAPISTRANO, D. “Cultura Política Pós-Consenso de Washington: o conceito de Cultura Cívica e a mudança política na América Latina.” *Revista Debates. UFRGS*, vol. 2, p.75-97, 2008.

CAPISTRANO, D. *A tese do pós-materialismo e o caso latinoamericano*. Brasília, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia). Departamento de Sociologia - UnB, 2006.

_____. *Argentinos e brasileiros frente ao Estado: um estudo de cultura política comparada*. Brasília. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Programa de Mestrado Estudos Comparados sobre as Américas, 2008.

CATTERBERG, E. *Argentina confronts politics: political culture and public opinion in the Argentine transition to democracy*. London: Lynne, 1991.

DAMATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.

FAORO, R. *Os donos do poder*. 3a. Edição. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

_____. “A aventura liberal numa ordem patrimonialista.” *Revista USP*, São Paulo, nº17, mar./abr. 1993.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

_____. *Construção de Estados: Governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GARRETÓN, M. A. et al. *América Latina no Século XXI*. Em Direção A Uma Nova Matriz Sociopolítica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GERMANI, G. *The Sociology of Modernization: Studies on Its Historical and Theoretical Aspects with Special Regard to the Latin American Case*. New Brunswick: Transaction Books, 1981.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.

IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INGLEHART, R. *Cultural shift in advanced industrial society*. Princeton-NJ: Princeton University Press, 1990.

_____. *Modernización y postmodernización: El cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: CIS/Siglo XXI, 1998.

INGLEHART, R. e BAKER, W. "Modernization, cultural change and the persistence of traditional value". *American Sociological Review*. vol. 65, p.19-65, 2000.

INGLEHART, R. e CATTERBERG, G. "Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline". *International Journal of Comparative Sociology*, Michigan, 43, p.300-316, 2002.

INGLEHART, R. e WELZEL, C. "Democratic Institutions and Political Culture: Misconceptions in Addressing the Ecological Fallacy." *Comparative Politics* 35(4), p.61-79, 2003.

_____. *Modernization, Cultural Change and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

KWASNICKI, W. "Centennial Waves of Socio-Economic Development (Socio-Economic Development and Transformation in a Long-Term Perspective)" [Online]. Paper presented at The Eighth International Joseph A. Schumpeter Society Conference - The Millennium Conference: Manchester/UK. 2000 Disponível em: <<http://prawo.uni.wroc.pl/~kwasnicki/>>. Acesso em: [02 jul.2008].

MOISÉS, J. A. *Os Brasileiros e a Democracia: Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

MULLER, E. N; SELIGSON, M. A. "Civic Culture and Democracy: The Question of Causal Relationships." *American Political Science Review*, vol. 88, nº 3, 1994.

O'DONNELL, G. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora UnB, 2000.

SCHWARTZMAN, S. "As Eleições e o Problema Institucional (1): Estado e Sociedade no Brasil." *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 14 . p.164 - 184. 1977.

_____. "Atualidade de Raymundo Faoro". *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 2, p.207-213, 2003.

_____. *Nota sobre o patrimonialismo e a dimensão pública na formação da América Latina contemporânea*. [Online], 2006. Disponível em: <www.schwartzman.org.br/simon/patrimonialismo06.pdf>. Acesso em: [26 out.2007].

SVAMPA, M. "Cinco tesis sobre la nueva matriz popular." *Laboratorio, Revista de estudios sobre cambio social*, [online] Instituto G.Germani, Fac. De Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. Año IV, número 15, primavera. Buenos Aires, 2004.

VITULLO, G. *Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea*. Porto Alegre: Sulina (coedição UFRN), p.2007.

Daniel Jaime Capistrano - capistrano@unb.br
Henrique Carlos de O. Castro - henrique@unb.br

Recebido para publicação em julho de 2009.
Aprovado para publicação em fevereiro de 2010.

Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006

Leany Barreiro Lemos

Universidade de Brasília e Universidade de Princeton

Daniel Marcelino

Universidade de Brasília e Universidade de York

João Henrique Pederiva

Universidade de Brasília e Senado Federal

Resumo: Muitos trabalhos estudam a relação entre dinheiro e eleições, especialmente como o aporte de recursos pode explicar o sucesso do candidato. Nosso artigo tem como objetivo identificar aspectos do financiamento de campanha nas eleições para o Congresso Nacional brasileiro, nos anos de 2002 e 2006, com base nos dados do TSE. Buscamos captar: a) diferenças nas receitas e gastos entre candidatos à reeleição e novos candidatos; b) variações regionais, dadas as profundas clivagens socioeconômicas dos distritos eleitorais, que podem afetar as contribuições e despesas realizadas; c) variações camerais, dada a incongruência do bicameralismo brasileiro; d) variações partidárias, ou seja, se há candidatos cujas campanhas saem mais "caras" ou mais "baratas", a depender do partido político.

Palavras-chave: financiamento de campanha; Senado; Câmara dos Deputados; eleições; Brasil

Abstract: Many scholars have written on money and elections, especially on how expenditures can explain the performance of the candidate. Our paper aims at describing some features of finance campaign for the Brazilian National Congress in 2002 and 2006, based on the Superior Electoral Court (TSE) data. We tried to capture: a) donations and expenditures variation of incumbents and challengers; b) regional variations, given the socioeconomic cleavages of the electoral district, that may affect donations and expenditures; c) cameral variations, given the incongruent character of the Brazilian bicameralism; d) party variations, that is, if there are candidates that cost "more" or "less", depending on party affiliation.

Keywords: campaign finance; Senate; Chamber of Deputies; elections; Brazil

Apresentação¹

Quanto custa uma disputa para deputado ou senador no Brasil? É mais barato sair candidato a deputado ou a senador? Existe uma relação positiva entre valor gasto na campanha e sucesso eleitoral? Um candidato que concorre à reeleição precisa de menos ou de mais recursos do que um novato? Eleger-se em São Paulo custa o mesmo, proporcionalmente, do que se eleger na Bahia ou no Acre? Concorrer a uma vaga de deputado ou senador, pelo PMDB, custa o mesmo do que pelo PSDB ou PT? Os candidatos da base governista recebem mais doações do que os da oposição? O presente artigo busca responder a essas questões que dizem respeito ao complexo quadro do financiamento eleitoral no Brasil, a partir dos dados dispostos pelo TSE para as eleições ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados nos anos de 2002 e 2006.

Nosso artigo considera, para efeito de análise, apenas os candidatos à Câmara dos Deputados (CD) e ao Senado Federal (SF) que prestaram contas de receitas e despesas. Assim, restringe-se, em 2002, a 2.903 candidatos, sendo que 2.661 para a CD e 242 para o Senado. Em 2006, restringe-se a 3.704 candidatos, sendo 3.546 para a CD e 158 para o SF. O total dos gastos declarados pelos candidatos e partidos – volume que trabalhamos aqui – foi de pouco mais de R\$ 411 milhões em 2002, e R\$ 601 milhões em 2006, representando um aumento de cerca de 68% entre eleições.

De que forma a alteração nos valores das campanhas pode ser um tema importante para a Ciência Política brasileira? Conhecer as minúcias dos dados de financiamento é relevante, do ponto de vista analítico, porque nos permite debater sobre a relação entre dinheiro e eleições. O resultado do pleito determina o perfil da representação e do balanço do poder, especialmente no que tange a partidos políticos, regiões e minorias, e permite inferências acerca da possível influência dos doadores nas escolhas sobre políticas públicas. Assim, debates – sempre recorrentes – sobre reformas políticas que proponham mudanças no formato dos sistemas de contribuições demandam compreensão e entendimento das características e do desempenho do atual sistema².

Do ponto de vista teórico, os cientistas políticos debruçam-se, há algum tempo, sobre os efeitos e a dinâmica das contribuições financeiras em campanhas eleitorais, procurando verificar se as contribuições financeiras afetam os resultados nas urnas, ou seja, se a quantidade de recursos é traduzida em votos. Ganhou

¹ Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2009. Agradecemos aos comentaristas do GT 21, especialmente a Glaucio Soares e Lucio Rennó, bem como aos pareceristas anônimos da OP.

² Um exercício interessante seria, talvez, projetar as alterações propostas de reforma, a partir dos dados atuais, e identificar os futuros beneficiários – e assim *advocates* – das mudanças e os seus opositores.

visibilidade particular o tema de como o *fundraising* eleitoral pode ser determinante para os candidatos com vantagem comparativa, ou seja, aqueles que concorrem à reeleição (JACOBSON, 1980; 1987; 1990; PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007). Entretanto, como apontado por Samuels (2001a; 2001b; 2001c), os principais argumentos que explicam a lógica da relação dinheiro-votos no sistema norte-americano parecem não funcionar tão bem para o caso brasileiro. Nos Estados Unidos, os candidatos à reeleição (*incumbents*) e os desafiantes que pleiteiam a ocupação dos cargos (*challengers*) beneficiam-se de maneira diferenciada dos recursos de campanha: os primeiros beneficiam-se menos, porque trazem uma vantagem original de seus mandatos, que reduz o impacto do financiamento eleitoral no período de campanha. Como os desafiantes são menos conhecidos, o impacto do financiamento nas suas campanhas é mais significativo. No Brasil, por sua vez, não haveria incentivos à construção de carreiras no poder legislativo, dada a centralidade do poder executivo, a adoção de um sistema eleitoral proporcional de lista aberta, a grande magnitude dos distritos, o alto número de candidatos e a baixa capacidade agregadora dos partidos (SAMUELS, 2000; LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003)³. O mercado político brasileiro é, portanto, de alto risco: todos os candidatos traduziriam igualmente recursos em votos, sem a distinção, tão cara à literatura norte-americana, entre *incumbents* e *challengers*⁴. No Brasil, enfim, o dinheiro teria a mesma importância para todos os candidatos.

O presente artigo desdobra-se sobre essa questão – de que “money matters”, mas vai além da questão entre candidatos à reeleição (*incumbents*) e novatos (*challengers*)⁵. Seu principal objetivo é sistematizar os dados de campanha e buscar evidências sobre padrões de financiamento também segundo um número de variáveis regionais, partidárias e camerais. Ele está dividido em cinco seções. Após esta abertura, a próxima traz o debate mais geral sobre as relações entre doações e gastos de campanha. A terceira descreve de maneira sintética os dados e as variáveis empregadas. A descrição dos resultados e a sua análise constam da quarta seção. A quinta seção encerra com as conclusões e as sugestões de desdobramentos da pesquisa.

³ Isso significa que o debate norte-americano sobre *incumbents x challengers*, nas eleições para deputado federal (*House of Representatives*), exige uma relativização para o Brasil, onde os incentivos à reeleição são baixos e há mais benefícios em outros cargos, como governador ou prefeito de grandes cidades.

⁴ Essa é uma discussão bastante profícua, que, todavia, vai além dos argumentos aqui simplificadamente colocados. Para mais detalhes, ver Jacobson (1990).

⁵ *Incumbent* aqui é o deputado/ senador portador de mandato e que se candidata à reeleição; *challenger* (desafiante) é o candidato que não possui o mandato para o cargo a que está concorrendo. Embora utilizemos o termo “novato” em algumas passagens, não significa que o candidato seja um amador político: ele pode ter outro mandato (i.e., um deputado federal candidato a senador) ou ocupar cargos executivos não-eletivos.

O debate sobre o financiamento das campanhas

Assumimos o pressuposto de que resultados eleitorais apresentam um claro vínculo com doações e gastos de campanha. Partimos também de bases teóricas de estudos centrados em candidatos; ou seja, para o sucesso eleitoral, são mais importantes os fatores individuais dos candidatos do que os fatores partidários (programa, ideologia) ou o desempenho na arena legislativa, numa discussão que segue os pressupostos de Fenno (2002) e Mayhew (2004)⁶. Grosso modo, podemos dizer que o maior interessado na vitória de cada candidato é ele mesmo (MAINWARING, 1999; AMES, 2003). Essa interpretação pode ser estendida também às doações para campanhas eleitorais, objeto deste artigo. Isso porque, como dito antes, há os efeitos da magnitude do distrito, da representação proporcional de lista aberta e da limitada capacidade de *fundraising* dos partidos políticos, que acirram ainda mais a disputa pelos cargos eletivos e elevam o grau da competição entre e dentro dos partidos⁷. Somem-se a isso o aumento do número de candidatos, o encarecimento crescente das campanhas, especialmente em face do uso das mídias, e a crônica escassez de financiadores (SAMUELS, 2001b; 2001c). Não há como desconsiderar, por conseguinte, o papel central de cada candidato: ele é o responsável pela busca das fontes dos recursos e pelo direcionamento dos gastos da sua campanha.

Por seu turno, os doadores são atores fundamentais para os processos eleitorais. Em muitos casos, determinam não só quanto dinheiro haverá nas eleições, mas também a própria seleção dos candidatos, já que muitos candidatos dependem diretamente das doações (JACOBSON, 1980). Ademais, os recursos não direcionados para os *incumbents* podem alimentar as campanhas dos desafiantes (MAYHEW, 2004).

Um grande avanço no debate sobre dinheiro e eleições decorreu dos trabalhos de Jacobson (1978; 1980; 1981; 1987; 1990), que percebeu uma variável-chave para explicar a variação do uso do dinheiro e dos resultados nas campanhas nos Estados Unidos: *the incumbency factor* (1980). Segundo Jacobson, a reeleição é a variável que mais afeta a habilidade de obtenção do dinheiro nas campanhas. Seus achados sugerem que a tarefa de conseguir recursos (*fundraising*) é fundamentalmente diferente entre os candidatos à reeleição e os candidatos "novatos", ou "desafiantes": "*incumbency is without question the most critical variable*

⁶ O Brasil é considerado uns dos países com índice de voto pessoal mais alto no mundo (CAREY e SCHUGART, 1995).

⁷ No Brasil, um dos fundamentos para a mudança de partido é o receio de que falte a indicação da legenda, na forma do diretório estadual ou local, para que o candidato concorra ao posto almejado. Por outro lado, cabe ressaltar que em determinados distritos o processo de seleção apresenta baixa competitividade.

affecting a candidate's ability to raise money for a campaign; the entire fundraising environment is fundamentally different for incumbents and nonincumbents" (JACOBSON, 1980 p.105). Além disso, as vantagens diferenciadas entre os dois grupos de candidatos também decorrem do contexto institucional, já que o exercício da função parlamentar permite acesso a benefícios diversos (MAYHEW, 2004).

Diante de significativas vantagens, o congressista que persegue a reeleição só precisaria se prevenir dos que o desafiam, mediante o *aumento* dos próprios gastos. Assim, esse dinheiro será, fatalmente, um recurso mais escasso para os candidatos contestadores – que terão menos chances de ganhar – do que para os candidatos à reeleição, resultando na baixa taxa renovação do congresso (JACOBSON, p.1987). Ou seja, a diferença básica entre os dois tipos de candidaturas decorre da probabilidade de vitória dos candidatos.

As chances de um candidato à reeleição seriam, em princípio, maiores do que as do desafiante, porque deriva de vantagens anteriores (*staff*, franquias, ter seu nome conhecido e veiculado durante o mandato etc). Entretanto, a desvantagem do desafiante tende a desaparecer em situações em que não há competição entre antigos e novatos, mas entre apenas nomes novos (*open seat*). Ainda assim, devemos relativizar o argumento, posto que a taxa de renovação norte-americana é de menos de 10%, mas, no Brasil, essa taxa, na média das eleições de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006, para a Câmara dos Deputados, foi de 50,5%. O seu menor valor foi de 44%, em 1998 (DIAP, 2009).

No Brasil, os primeiros trabalhos relacionando dinheiro e eleições são de Samuels (2001a, 2001b, 2001c). Ele foi o primeiro também a estabelecer marcos comparativos entre as campanhas no Brasil e nos Estados Unidos. Seus estudos exploraram os dados das prestações de contas dos candidatos das eleições de 1994 e 1998, disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Samuels conclui que os gastos influenciam os resultados nas campanhas brasileiras: 1% de gasto adicional, referido ao valor total da campanha, no estado (o distrito eleitoral dos congressistas), aumenta em 0,5% os votos do candidato, como porcentagem do total. Além disso, ser ou não deputado (ele excluiu o Senado de seu estudo) não altera o ponto de partida: "*money helps win elections in Brazil equally for incumbents and challengers*", enquanto nos Estados Unidos "*challengers gain more from spending than incumbents*" (SAMUELS, 2001^a p.580).

Assim, o argumento de Samuels (2001a) apóia fortemente a tese de que recursos financeiros estão positivamente correlacionados com vitórias eleitorais, e que isso, percebido pelos atores, leva-os a tentar arrecadar e gastar o máximo possível, na expectativa de ganharem mais votos. A ausência da *incumbency advantage* nas eleições legislativas, implica que, a cada nova eleição, saem todos do mesmo patamar de disputas, a despeito de possíveis vantagens que possam ser

auferidas pela distribuição de *pork barrel* (AMES, 1995)⁸.

Posteriormente, Pereira e Rennó (2001, 2007) também dialogaram com o tema do impacto dos gastos de campanha no sucesso eleitoral dos candidatos à Câmara dos Deputados. Em trabalho de 2007, eles revisitaram os argumentos anteriores e debateram os condicionantes do sucesso eleitoral nas eleições de 1998 e 2002. Encontram, por exemplo, que uma variável interveniente importante é o fato de o Presidente estar concorrendo à reeleição. Quanto aos gastos, revelam que, nas eleições de 1998, "quem gastou mais, obteve mais votos na eleição anterior, concentrou menos votos e mudou menos de partido, tem maior chance de ser reeleito" (PEREIRA e RENNÓ, 2007, p.22). Todavia, nas eleições de 2002, o gasto teve impacto atenuado. Diante da dificuldade de especificação de um modelo de análise para os resultados dos gastos eleitorais, Pereira e Rennó concluíram pela ineficácia explicativa do sucesso eleitoral da variável gastos de campanha. Não avançam, assim, sobre os demais efeitos eleitorais proporcionados pelo dinheiro nas campanhas.

Tais referências indicam a existência de uma rica e variada literatura sobre o papel do dinheiro nas eleições norte-americanas, em particular para o Congresso, mas uma baixa exploração do tema, no Brasil, com uma produção bibliográfica ainda pequena. Vale, então, examinar os dados agregados na busca de padrões que desvelem como se configuram as relações entre os recursos de campanha e os resultados das eleições.

Os dados e as variáveis

A partir de 1994, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em conjunto com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), passou a divulgar os dados das candidaturas, as informações auto-declaradas sobre o perfil dos candidatos, em todas as esferas, e também informações referentes às contas de campanha dos candidatos. Devemos frisar que os dados são de responsabilidade dos candidatos e têm sido questionados quanto à sua veracidade. Diversos escândalos apontam para o financiamento ilícito de campanha, via e.g. doações não-contabilizadas (caixa dois), que constitui crime⁹. Inobstante isso, os dados disponíveis, como lembra Samuels

⁸ Sobre esse argumento, Samuels (1998) afirma que o *pork barreling* não é mensurável como fator agregador de vantagem eleitoral, uma vez que os parlamentares são forçados a dividirem os créditos políticos nos sistemas de *multimember district*.

⁹ O presidente Lula declarou, em entrevista na França: "o caixa dois do PT era algo que é feito no Brasil sistematicamente". O vice-presidente José de Alencar, além de confessar publicamente ter se valido desse expediente para sua eleição ao Senado, em 1998, afirmou que se houvesse punição ao crime "todo mundo seria cassado" (*Revista Veja* 1927, de 19 de outubro de 2005). Antes disso, o publicitário Duda Mendonça havia confessado o pagamento por serviços, na campanha de Lula, em 2002, mediante depósitos clandestinos em uma conta secreta no exterior <http://veja.abril.com.br/180106/p_044.html>. Acesso em: [25 set. 2009].

(2001a), trazem padrões embutidos, sem embargo do ceticismo e dos questionamentos que os cercam¹⁰.

Quanto ao custo total, na verdade, ainda não sabemos quanto custam, de fato, as eleições e as campanhas eleitorais. Segundo Samuels (2006), as campanhas no Brasil são mais caras do que as norte-americanas: três vezes mais, em termos per capita, levando-se em conta a paridade do poder de compra (PPP). Entretanto, esses custos não incluem o financiamento público indireto. Isso sem mencionar os questionamentos sobre a fidedignidade das informações prestadas à justiça eleitoral. Desde 1993, após o escândalo que culminou no impeachment do ex-Presidente Collor, ocorreram mudanças nas regras eleitorais brasileiras, para que o financiamento privado fosse mais conhecido e mensurável¹¹. Todavia, parte do financiamento público para a manutenção da atividade política e eleitoral no País ainda permanece obscura. Sabemos quanto é repassado do fundo partidário aos partidos, anualmente, pela via orçamentária, e os recursos provenientes de multas. Contudo, pouco ou nada sabemos sobre as renúncias fiscais, associadas à propaganda política e eleitoral, no rádio e TV¹², e os outros benefícios indiretos, como o uso de espaços e outros recursos públicos que não o dinheiro.

É preciso mencionar que a qualidade dos dados disponíveis tem melhorado. Desde 1994, a principal mudança introduzida foi a Instrução Normativa Conjunta SRF/TSE, de 10 de janeiro de 2006, de cooperação entre o TSE e a Receita Federal. Tal cooperação prevê o cruzamento de informações entre as duas instituições, sendo assim possível verificar o cumprimento dos limites de doações de 10% do rendimento anual para pessoas físicas e 2% do faturamento bruto do ano anterior para pessoas jurídicas¹³.

Nesse artigo, procuramos demonstrar que o dinheiro ("receitas" e "despesas") impacta o resultado, ou seja, os eleitos têm campanhas mais caras. *Incumbents* gastam mais do que não-eleitos. Verificamos variações de gastos por distrito (estado) e câmara (Câmara dos Deputados e Senado); e as variações conforme partido político. Nessa parte, as variáveis dependentes foram: a) "voto" – número de votos recebido; e b) "resultado" – resultado na eleição em "eleito", "não-

¹⁰ Informações disponíveis em: <<http://www.tse.gov.br/sadEleicao2006DivCand/>>. Acesso em: [jun. 2009].

¹¹ Mais especificamente, editou-se a Lei nº 8.713, de 30 de setembro de 1993, que estabeleceu regras para as eleições de 1994. A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, contém as normas ora vigentes para as eleições.

¹² O debate sobre os efeitos do dinheiro, nas eleições norte-americanas, é um debate sobre quanto *advertising* o candidato poderá comprar. A ideia consensual é de que dinheiro compra visibilidade nos meios de comunicação, e esta é causa direta e imediata dos votos.

¹³ Contudo, muitas interpretações da lei ainda desafiam o poder judiciário. Uma das formas mais comuns que as empresas adotam para burlar a limitação legal é criar identidades fiscais distintas (CNPJs) para cada departamento, dentro da mesma empresa, e usar o orçamento de toda a empresa como base dos 2% de cada departamento. Assim, multiplica-se a sua capacidade de influenciar o processo eleitoral "dentro" da lei.

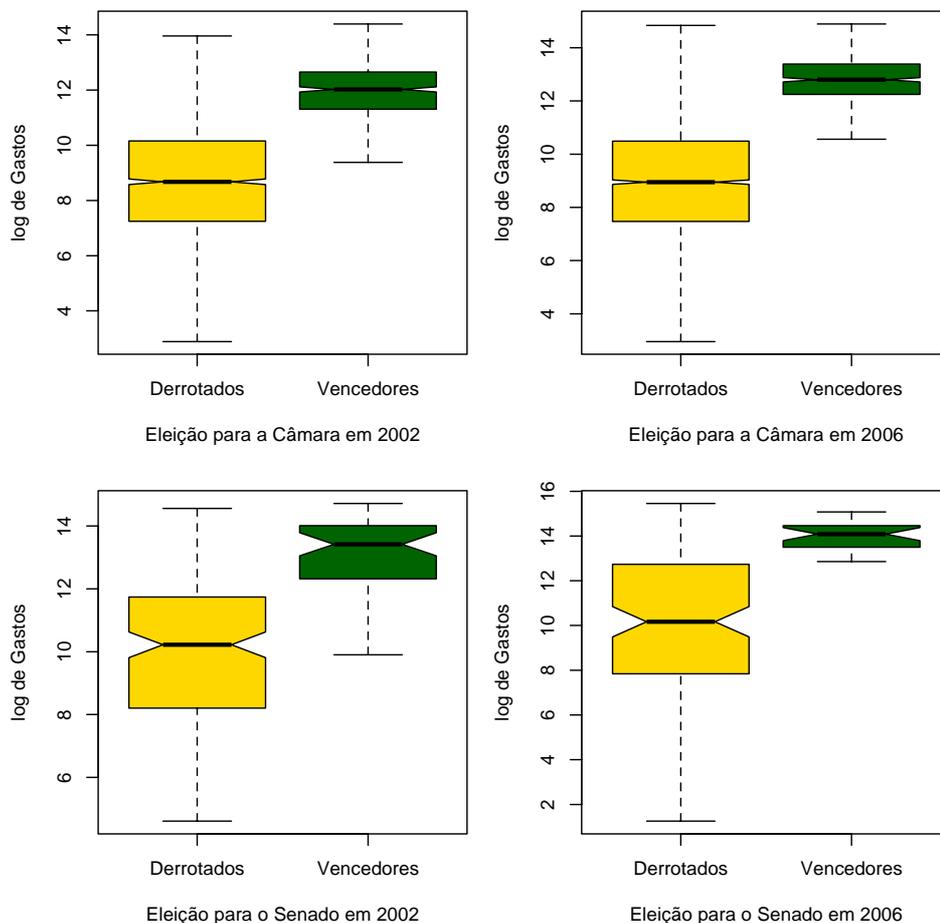
eleito". Utilizamos "receitas" e "despesas", intercambiavelmente, porque são colineares em $r= 0,99$. Atualizamos os valores originais em reais (R\$), para fins de comparabilidade, até o mês de setembro de 2009. Utilizamos o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –, índice oficial de inflação usado pelo Banco Central e calculado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portanto, os valores apresentados não são os disponíveis no site do TSE, mas dados atualizados. Além disso, como dito na introdução, nosso artigo considera, para efeito de análise, apenas os candidatos à Câmara dos Deputados (CD) e ao Senado Federal (SF) que prestaram contas dos valores recebidos e gastos.

Passamos agora para a consideração dos dados, relacionando-os às perguntas propostas na introdução deste artigo

Gastos importam?

Nossa análise começa com as diferenças, em termos de recursos gastos em campanha, entre os candidatos vencedores e perdedores, para 2002 e 2006, como apresentado pelo método de análise de "Box-and-Whisker plot". A Figura 1 ilustra essas diferenças.

Figura 1 - Gastos em campanha



Fonte: dados do TSE – elaboração dos autores.

O que a Figura 1 nos diz a respeito do custo mínimo de uma candidatura competitiva? Usando uma escala logarítmica para a variável "gastos declarados", interpreta-se que os candidatos vencedores gastaram, em média, *5 vezes mais do que os adversários*. A Figura 1 sugere, ainda, que a diferença de gastos entre quem ganha e quem perde a eleição aumentou de um pleito para outro. Ao mesmo tempo, a dispersão dos gastos na campanha entre os que vencem vem diminuindo. Entre os que perderam, no entanto, a dispersão aumentou: alguns candidatos derrotados investiram muito em suas campanhas e não foram eleitos. Ainda assim, é evidente que o caixa de campanha é um dos responsáveis pelo sucesso eleitoral.

A Tabela 1 traz os valores de maneira detalhada. Em 2002, enquanto a média de gastos dos candidatos eleitos para o Senado foi de R\$ 1,3 milhão, os que perderam gastaram cerca de R\$ 235 mil. Na Câmara, não foi diferente: os eleitos

gastaram ao redor de R\$ 353 mil, os que perderam gastaram, em média, R\$ 16 mil e os suplentes, R\$ 66 mil. Algo similar ocorreu nas eleições de 2006: R\$ 1,6 milhão foi a média de gasto dos senadores vitoriosos, ao passo que os derrotados gastaram, em média, R\$ 461 mil. O abismo entre vencedores, perdedores e suplentes, para a Câmara dos Deputados, é ainda maior: R\$ 589 mil, R\$ 11 mil e R\$ 77 mil respectivamente.

Tabela 1
Sumário dos gastos de eleitos e não-eleitos para CD e SF, 2002 e 2006 (R\$)

Ano	Casa	Resultado	Média	Mediana	Desvio
2002	Senado	Derrotados	235.308,93	43.163,97	505.847,33
	Câmara	Derrotados	15.868,46	2.306,04	76.406,87
	Câmara	Suplentes	65.611,29	13.452,19	169.116,46
	Senado	Vencedores	1.278.813,67	1.056.690,29	1.081.234,47
	Câmara	Vencedores	353.346,85	261.163,16	323.694,85
2006	Senado	Derrotados	460.675,01	30.265,92	1.000.444,41
	Câmara	Derrotados	11.235,73	2.323,72	30.032,11
	Câmara	Suplentes	77.017,12	13.191,66	212.368,08
	Senado	Vencedores	1.623.136,29	1.523.138,02	1.069.954,25
	Câmara	Vencedores	588.911,70	421.468,35	523.914,55

Fonte: Dados do TSE - elaboração dos autores.

Embora existam muitos casos extremos, nos dois sentidos das médias, podemos sustentar que as duas categorias de candidatos apresentam padrões distintos: os eleitos apresentam uma média com menor dispersão, enquanto os não-eleitos, maior dispersão. Portanto, se de um lado, o problema dos dados é a existência de uma enorme variância (limite inferior R\$ 0,00 e superior de R\$ 5 milhões)¹⁴; de outro, a variabilidade do montante das receitas e despesas também fornece pistas sobre a sorte dos candidatos nas urnas.

Demonstrada a importância dos gastos para o sucesso eleitoral – ao visualizarmos a comparação entre os caixas de quem ganha e quem perde –, apresentamos, na próxima seção, as diferenças de receitas e gastos entre os candidatos à reeleição e os seus desafiantes.

¹⁴ Há candidatos que declaram não ter recebido receita alguma e também não ter investido um só real na campanha. Já a parcela de candidatos com gastos astronômicos é menor. O maior valor declarado foi da candidata ao Senado por Roraima, Teresa Jucá, esposa de senador pelo mesmo estado, Romero Jucá. Nesse caso, em particular, só o suplente da candidata, José João Abdalla Filho, foi responsável pela doação de mais de R\$ 5 milhões de reais.

Incumbents e Challengers

Salta aos olhos os resultados trazidos pela Tabela 2. Nela, podemos contrastar as informações de receitas e gastos declarados para os dois grupos de candidatos – os candidatos à reeleição e os desafiantes, tanto no Senado como na Câmara. Como esperado, os dados informam que os candidatos à reeleição recebem mais doações e gastam, em média, muito mais do que seus desafiantes. Ademais, o erro padrão nos indica que a dispersão em torno da média é menor entre os desafiantes do que entre os candidatos à reeleição. Isso ocorre tanto no Senado quanto na Câmara.

Tabela 2
Receitas e gastos médios: candidatos à reeleição e desafiantes (R\$)

	Reeleição		Desafiantes	
Senado	2002	2006	2002	2006
Receitas	859.200,18	1.735.951,06	396.607,91	441.042,83
Despesas	858.886,46	1.734.299,27	404.480,36	441.454,44
Câmara				
Receitas	372.595,01	503.844,91	65.459,31	66.830,97
Despesas	372.084,49	504.804,15	66.704,22	66.900,43

Fonte: dados do TSE – elaboração dos autores.

Mais precisamente, os *challengers*, em geral, têm muito menos recursos em suas campanhas. Isso foi verificado nos dois pleitos, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. Entretanto, como apontado anteriormente, há uma grande variância na média, a qual não deixa dúvidas de que devem existir outras variáveis intervenientes a serem exploradas. Uma delas diz respeito às diferentes estratégias empregadas, conforme o distrito eleitoral. Assim, a seguir, vamos tratar das variações regionais: quanto custa um parlamentar por estado?

Variações regionais e cameraias

Nesta seção, analisamos as variações nos distritos eleitorais: as campanhas têm custos semelhantes nos diversos estados brasileiros? Certamente, o "peso" de cada real recebido ou gasto numa campanha não é o mesmo entre os estados. Espera-se, pois, que as profundas clivagens socioeconômicas dos distritos eleitorais afetem as contribuições e despesas realizadas.

Como visto anteriormente, os valores declarados de receitas e despesas são

praticamente coincidentes. De forma que, nas próximas análises, utilizamos somente o indicador "gastos". Para facilitar a comparação, criamos um índice dos gastos que pudesse nos indicar, entre os números apresentados nas tabelas, quais os estados eleitoralmente "mais caros". O índice foi obtido com a seguinte fórmula:

$$IG = \left(\frac{\$ \mu_{\text{eleitos}} + \$ \mu_{\text{não.eleitos}}}{\sum \text{eleitores}} \right) \sum \text{candidatos}$$

Ou seja, somou-se a média dos gastos dos eleitos e não-eleitos, dividiu-se pelo quantitativo dos eleitores no distrito e multiplicou-se pelo número de candidatos no distrito. As próximas tabelas apresentam, por distrito eleitoral (estado), o número de eleitores e de candidatos e a média dos gastos de eleitos e não eleitos ao Senado Federal (Tabela 3) e à Câmara dos Deputados (Tabela 4). Em ambas as tabelas, preferimos não distinguir os gastos entre candidatos à reeleição e candidatos desafiantes, mas entre os resultados das médias de eleitos e não-eleitos em cada estado. Esses dados estão plotados na Figura 2, que sintetiza os resultados da análise.

Conforme a Tabela 3, para o Senado, os dados mostram que, num extremo, o eleitorado do Amapá cresceu 24%, enquanto no outro, o Rio Grande do Sul, quinto maior colégio eleitoral, ele aumentou apenas 5%. Houve aumento do número de candidatos, de 2002 para 2006, apesar de haver eleição para 2 vagas no primeiro ano e somente para 1 vaga no segundo, em Alagoas (25%) e no Amapá (83%). Em tese, isso sugere aumento na competição eleitoral que pode estar ligada à ruptura ou fragilização de oligarquias locais.

Pode-se ainda observar que, em 2002, as cinco campanhas mais caras, por candidato e em média, ocorreram em Minas Gerais, Ceará, Distrito Federal, Pernambuco e Alagoas, nessa ordem. Desses colégios eleitorais, somente Minas Gerais está entre os cinco maiores. Em 2006, as cinco campanhas mais caras localizaram-se em Goiás, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais e Tocantins, nessa ordem. Novamente, Minas Gerais é o único grande colégio eleitoral representado. Ademais, o gasto médio dos candidatos não-eleitos superou o dos eleitos, em 2002, no Amapá e em Sergipe, e, em 2006, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte e Roraima. Ou seja, essa inversão de expectativas ocorreu apenas em estados localizados no norte e nordeste do país e, com exceção da Bahia, todos pequenos colégios eleitorais.

Tabela 3
Média dos gastos por estado para o Senado Federal (R\$)

Estado	Eleitores			Candidatos			Média eleitos		Média não eleitos	
	2002	2006	%Var	2002	2006	%Var	2002	2006	2002	2006
AC	369.786	412.840	12%	6	4	-33%	257.995	189.458	177.031	10.001
AL	1.593.685	1.852.111	16%	8	10	25%	2.128.237	446.937	35.004	319.717
AM	1.524.727	1.781.094	17%	7	7	0%	1.388.833	1.541.696	79.013	701.499
AP	290.101	360.614	24%	6	11	83%	62.261	1.971.692	341.807	12.564
BA	8.543.820	9.079.534	6%	10	8	-20%	1.182.736	583.242	73.800	423.997
CE	4.805.259	5.361.581	12%	8	6	-25%	2.690.040	1.232.049	107.744	456.855
DF	1.518.438	1.655.050	9%	15	9	-40%	2.538.749	1.873.728	139.332	83.884
ES	2.139.186	2.328.148	9%	8	5	-38%	1.211.469	3.010.518	331.271	340.089
GO	3.357.494	3.723.473	11%	11	5	-55%	1.438.910	4.125.627	256.265	67.624
MA	3.391.814	3.920.608	16%	9	9	0%	1.437.623	94.430	41.692	83.167
MG	12.680.584	13.679.738	8%	17	10	-41%	3.854.849	2.924.460	408.809	742.433
MS	1.411.773	1.559.406	10%	7	7	0%	1.441.141	748.382	104.577	62.669
MT	1.694.068	1.890.663	12%	8	8	0%	1.239.891	1.230.814	622.128	165.437
PA	3.569.333	4.157.735	16%	15	4	-73%	538.944	1.523.138	220.457	601.704
PB	2.322.068	2.573.766	11%	10	8	-20%	422.252	843.905	162.596	351.101
PE	5.396.667	5.834.512	8%	12	8	-33%	2.428.515	2.457.153	150.444	96.718
PI	1.842.910	2.060.045	12%	11	9	-18%	1.548.690	3.825.351	93.481	316.541
PR	6.663.381	7.118.397	7%	17	10	-41%	778.082	1.769.956	239.382	212.109
RJ	10.103.941	10.769.323	7%	23	13	-43%	1.353.946	2.296.164	298.842	659.625
RN	1.895.897	2.084.247	10%	12	8	-33%	1.241.128	891.195	153.393	644.024
RO	882.545	988.631	12%	16	5	-69%	302.773	1.142.937	199.534	462.217
RR	208.524	233.596	12%	11	6	-45%	360.735	459.344	52.860	1.499.080
RS	7.293.063	7.693.780	5%	17	10	-41%	675.319	844.446	157.019	198.013
SC	3.815.056	4.168.495	9%	11	7	-36%	603.624	898.932	591.933	136.133
SE	1.147.933	1.299.785	13%	13	5	-62%	36.390	1.901.945	59.904	327.869
SP	25.655.553	28.037.734	9%	27	19	-30%	1.942.898	2.134.769	408.033	254.346
TO	785.397	882.728	12%	6	6	0%	813.664	2.862.416	161.643	672.176
BRASIL	114.903.003	125.507.634	11%	321	217	-26%	1.256.285	1.623.136	209.926	366.726

Fonte: dados do TSE – elaboração dos autores.

Tais resultados, portanto, indicam não haver uma relação entre tamanho do colégio eleitoral e gastos de campanha, mas apontam para a existência de outros fatores explicativos, além do tamanho do distrito e do número de candidatos, como definidor desses gastos. Para o Senado, há indicadores de que dinâmicas regionais podem contrariar as expectativas baseadas nos gastos de campanha declarados, passando por arranjos políticos, acesso privilegiado aos meios de informação e, até mesmo, dificuldades quanto à divulgação de campanha. Por exemplo, na Amazônia, o acesso a determinadas comunidades é certamente difícil. Ademais, indicadores

de desenvolvimento socioeconômico podem influenciar nas escolhas do eleitorado e, portanto, nas estratégias dos que pleiteiam uma vaga.

Passamos agora à exposição dos gastos para se concorrer à Câmara dos Deputados, em 2002 e 2006. A Tabela 4 evidencia a redução do número de candidatos às 513 vagas da Câmara, entre 2002 e 2006, em 9 estados, ou seja, 1/3 das 27 unidades federativas. Isso não ocorreu em nenhum dos 5 maiores colégios eleitorais do país. Tampouco há casos, em 2002 ou 2006, em que a média dos gastos declarados dos candidatos eleitos supere a média dos gastos dos não eleitos.

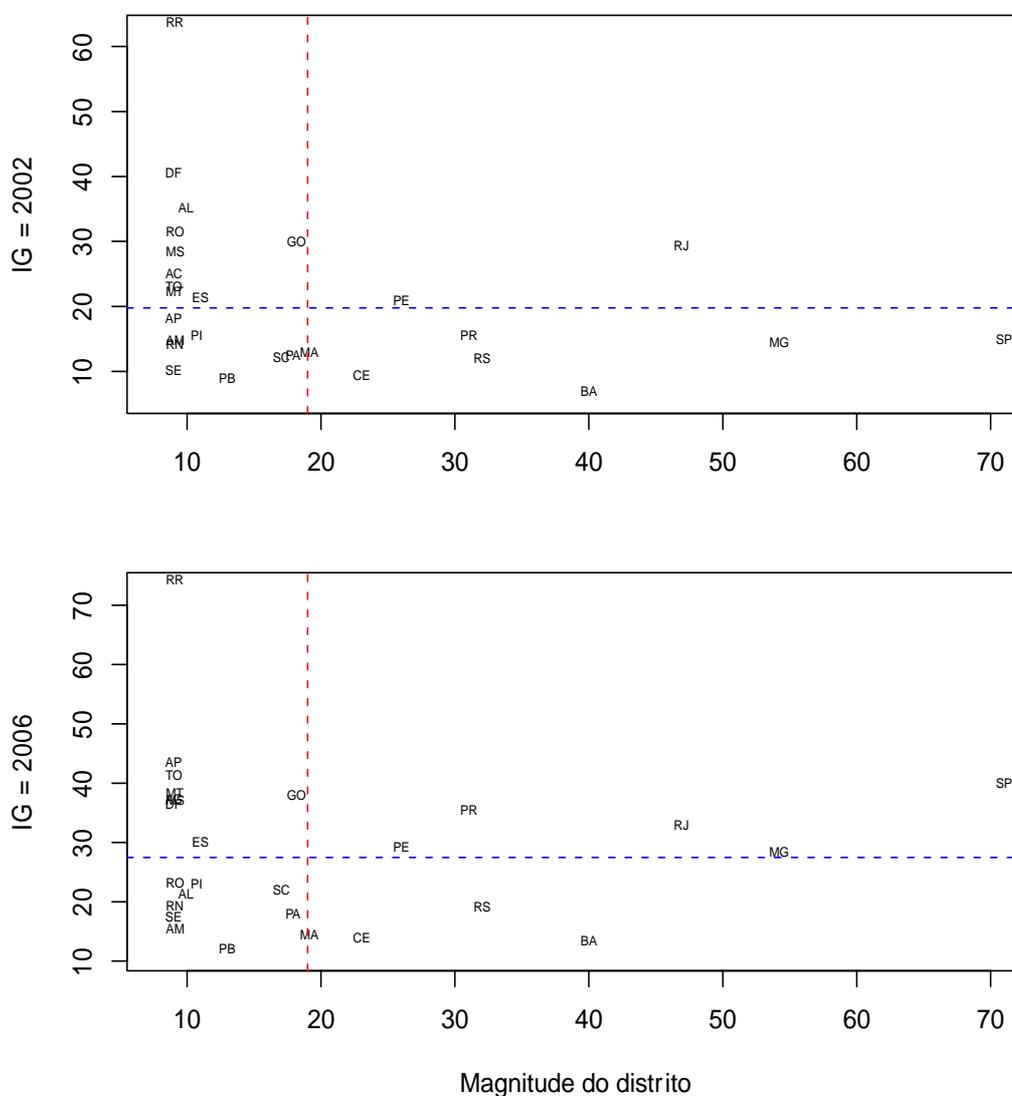
No que tange aos dispêndios com a campanha, temos que os cinco estados onde a média dos eleitos foi mais alta foram: Goiás (R\$ 625 mil), Alagoas (R\$ 624 mil), Distrito Federal (R\$ 495 mil), Pernambuco (R\$ 464 mil) e, empatados em quinto, Rio de Janeiro e São Paulo (R\$ 430 mil). Vemos aqui que, nas eleições proporcionais, os grandes colégios aparecem entre os que mais gastam, embora não em primeiro lugar. Nas eleições de 2006, Goiás continuou na primeira posição, seguido de São Paulo, Paraná, Pernambuco e Espírito Santo. Nesse pleito, a média mais alta de candidato foi R\$ 1,1 milhão, o que representa um aumento de 55%, em relação à média da eleição anterior. A partir das Tabelas 3 e 4, plotamos os gráficos representados na Figura 2, que permite uma melhor visualização da dinâmica dos gastos de campanha nos estados.

Tabela 4
Média dos gastos por estado para a Câmara dos Deputados (R\$)

Estado	Eleitores			Candidatos			Média eleitos		Média não eleitos	
	2002	2006	%Var	2002	2006	%Var	2002	2006	2002	2006
AC	369.786	412.840	12%	69	57	-17%	94.213	220.735	34.123	41.180
AL	1.593.685	1.852.111	16%	76	88	16%	624.300	383.131	90.981	39.713
AM	1.524.727	1.781.094	17%	69	78	13%	235.258	290.684	67.080	34.837
AP	290.101	360.614	24%	64	66	3%	61.073	198.235	16.180	32.992
BA	8.543.820	9.079.534	6%	134	246	84%	299.201	424.786	71.666	27.410
CE	4.805.259	5.361.581	12%	122	148	21%	279.277	424.363	44.275	33.779
DF	1.518.438	1.655.050	9%	107	106	-1%	494.930	436.256	63.647	112.967
ES	2.139.186	2.328.148	9%	102	84	-18%	368.202	742.300	57.025	59.075
GO	3.357.494	3.723.473	11%	137	110	-20%	625.864	1.135.447	82.042	111.667
MA	3.391.814	3.920.608	16%	138	157	14%	258.210	306.150	30.780	23.079
MG	12.680.584	13.679.738	8%	433	530	22%	348.140	647.662	42.615	51.820
MS	1.411.773	1.559.406	10%	88	75	-15%	351.150	696.164	87.554	50.746
MT	1.694.068	1.890.663	12%	65	93	43%	458.193	644.535	91.496	107.846
PA	3.569.333	4.157.735	16%	119	137	15%	301.158	483.045	40.989	22.768
PB	2.322.068	2.573.766	11%	91	88	-3%	162.072	289.292	39.068	28.905
PE	5.396.667	5.834.512	8%	191	210	10%	464.266	757.623	96.370	21.666
PI	1.842.910	2.060.045	12%	80	86	8%	300.376	493.843	30.372	29.418
PR	6.663.381	7.118.397	7%	210	267	27%	394.871	858.953	63.226	54.419
RJ	10.103.941	10.769.323	7%	576	719	25%	430.728	447.740	63.647	27.963
RN	1.895.897	2.084.247	10%	75	70	-7%	305.230	512.658	22.804	26.930
RO	882.545	988.631	12%	106	74	-30%	204.241	239.984	49.151	52.519
RR	208.524	233.596	12%	71	83	17%	155.918	184.378	27.763	21.177
RS	7.293.063	7.693.780	5%	202	280	39%	341.495	452.505	49.807	41.915
SC	3.815.056	4.168.495	9%	124	131	6%	285.314	591.790	55.646	68.083
SE	1.147.933	1.299.785	13%	73	52	-29%	124.292	371.427	18.850	34.372
SP	25.655.553	28.037.734	9%	727	1059	46%	430.371	957.670	58.047	68.914
TO	785.397	882.728	12%	61	75	23%	250.444	422.343	32.012	49.185
BRASIL	114.903.003	125.507.634	11%	321	217	11%	320.325	504.211	52.860	47.235

Fonte: Dados do TSE - elaboração dos autores

Figura 2
Índice de gastos de campanha para a Câmara (2002 e 2006)



Fonte: dados do TSE – elaboração dos autores.

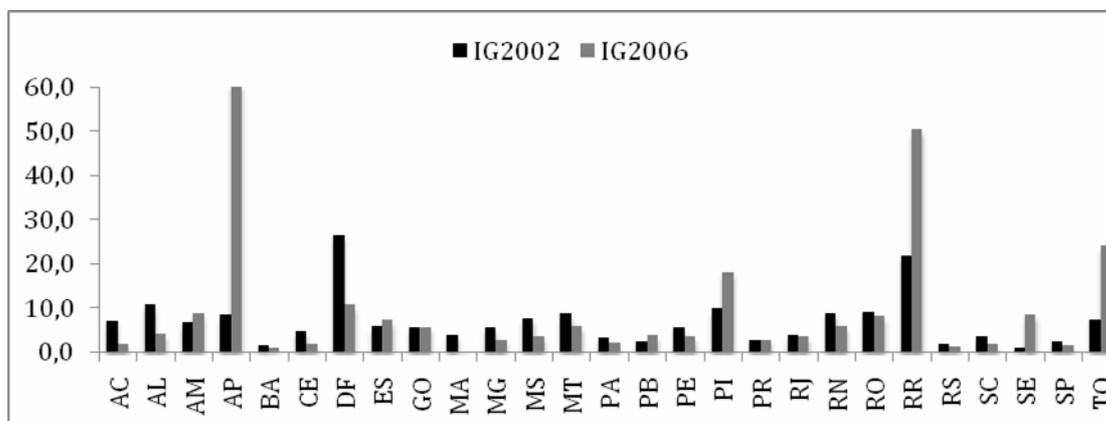
O primeiro quadrante de cada gráfico representa os estados com menor número de assentos na Câmara e alto índice de gastos; o segundo quadrante traz os estados com maior número de assentos e com alto índice de gastos; no terceiro quadrante, estados com menor número de assentos e com menor índice gastos; por fim, no quarto quadrante, os estados com maior número de assentos e menor

índice de gastos. Veja que a situação, entre 2002 e 2006, muda significativamente para alguns estados, como São Paulo, que tem sua campanha bastante encarecida, mas permanece muito estável para BA, RJ, RS, CE, RR, ES, PB. A dinâmica temporal parece afetar mais alguns distritos eleitorais do que outros. Os menos afetados aparentam maior estabilidade nas suas configurações políticas relacionadas ao financiamento das campanhas.

O que a Figura 2 nos mostra? Ela nos sugere haver uma relação inversa entre distritos eleitorais menores - menor quantidade de eleitores, menor magnitude - e gastos de campanha. Embora esse argumento não possa ser usado como regra para todos os estados que aparecem no primeiro quadrante, parece claro que em estados com menor densidade demográfica, os candidatos ha maior gasto de recursos nas campanhas. Uma hipótese para estados com maior densidade populacional apresentarem custos menores pode ser dada pela concentração de eleitores, que facilitaria o uso de comunicação de massas. Outro fator poderia ser o grau de desenvolvimento socioeconomico, uma vez que a maior parte dos estados no primeiro quadrante apresentam baixo IDH. Entretanto, como nesse artigo não estamos explorando tais variáveis, mas apenas traçando um panorama geral, fica a pergunta, a ser explorada em estudos posteriores. Um ultimo dado: corroborando o argumento de Samuels (2006), as campanhas têm-se tornado, na média, mais "caras" na Câmara. Ainda que alguns estados não apresentem alteração de posição relativa nos quadrantes acima, fica fácil constatar a evolução geral dos índices padronizados, olhando-se para o deslocamento ocorrido, ao longo do eixo "y", no valor de corte do eixo "x". Ademais, a passagem de alguns dos grandes estados do quarto para o terceiro quadrante afetou, significativamente, o ajuste da média em 2006.

No Senado, como o número de assentos no é igual para todos os estados, o índice pode ser representado num gráfico de barras. Na Figura 3, a seguir, chama atenção o aumento brutal no valor das campanhas nos estados do Amapá e Roraima entre as duas eleições – o que explicaria tal fato? Competição acirrada? Subprestação de contas no ano de 2002 e ajuste no ano de 2006? Com o tipo de dados que estamos lidando nada podemos afirmar; mas acenam para maior investigação sobre a variância do financiamento de campanhas no território nacional, e estudos de caso podem trazer a tona mais informações sobre o processo eleitoral.

Figura 3
Índice de gastos de campanha para o Senado (2002 e 2006)



Fonte: dados do TSE – elaboração dos autores.

Considerando as variações dadas pelas incongruências do bicameralismo brasileiro (LIJPHART, 1984), com acessos a diferentes recursos e incentivos distintos para os candidatos a uma e a outra Casa, seria razoável que houvesse discrepâncias nos gastos desses candidatos. Poder-se-ia esperar um gasto maior na Câmara, uma vez que a literatura aponta para campanhas proporcionais extremamente competitivas, tanto dentro do partido quanto fora dele, e com grande incerteza. Entretanto, o que observamos é um gasto três vezes maior no Senado em 2002, e seis vezes maior em 2006. Ademais, quando resolvemos olhar para a diferença entre os candidatos reconduzidos e os candidatos desafiantes eleitos, na Tabela 5, os resultados revelam um quadro contraditório entre as duas Casas do Congresso brasileiro.

O desvio-padrão dos valores apresentados na Tabela 5 distingue as médias dos dois grupos. Em 2002, entre os senadores *incumbents* o desvio foi de R\$ 866 mil, em ambas as médias (receitas e despesas). Para os *challengers*, o desvio foi de R\$ 1,2 milhão. Em 2006, a média dos senadores *incumbents* tem desvio-padrão de R\$ 803 mil, para as despesas, e R\$ 805 mil, para as receitas. Entre os senadores desafiantes, o valor foi mais uma vez maior: R\$ 1,1 milhão e R\$ 1,2 milhão, respectivamente, nas despesas e receitas. Para a Câmara, o desvio foi de R\$ 327 mil, nos deputados *incumbents*, e R\$ 309 mil entre os *challengers*, em 2002; em 2006, os valores dos desvios entre os *incumbents* são de R\$ 498 mil para as despesas e receitas. Entre os *challengers*, o desvio foi de R\$ 550 mil e R\$ 552 mil, respectivamente, nas despesas e receitas.

Tabela 5
Média dos gastos entre os candidatos eleitos (R\$)

	Incumbents Eleitos		Diferença	Challengers Eleitos		Diferença
	2002	2006	2002	2002	2006	2006
Senado						
Receitas	1.199.845	1.325.910	-110.976	1.310.822	1.739.236	-413.327
Despesas	1.199.443	1.324.516	-110.701	1.310.144	1.727.654	-403.138
Câmara						
Receitas	397.127	626.691	106.029	291.098	546.475	80.216
Despesas	397.076	626.293	106.110	290.966	545.039	81.254

Fonte: Dados do TSE elaboração dos autores

Segundo as informações da Tabela 5, os gastos apresentados pelos *incumbents* e *challengers* à Câmara dos Deputados seguem os argumentos de Jacobson (1980; 1987) para o Congresso norte-americano. Ou seja, os *incumbents* gastam mais e têm mais dinheiro à disposição dos que os *challengers*, contudo, os últimos conseguem resultados semelhantes (vencer eleições) investindo proporcionalmente menos dinheiro¹⁵. Os candidatos desafiantes gastam menos porque têm menos acesso, em geral, aos recursos escassos. Já no Senado o quadro é distinto: os *challengers* eleitos para a Câmara Alta gastaram somas adicionais se comparados aos gastos dos *incumbents* nos dois períodos. Os desafiantes ao Senado conseguiram mais doações para suas campanhas, o que pode indicar um certo descontentamento com a atuação ou representação do *incumbent* nos anos anteriores, por um lado; ou, por outro, pode indicar que os senadores *incumbents* conseguem aferir maiores vantagens enquanto estão nos cargos, precluindo de certa forma do financiamento eleitoral.

Embora a teoria aponte que a obtenção de fundos para a campanha é responsabilidade dos candidatos e não dos partidos, é possível que haja determinadas padrões no financiamento de campanhas entre os partidos brasileiros, a próxima seção tratará dessa análise.

¹⁵ Esses resultados devem ser mais bem explorados, já que os podem estar enviesados pelas características do sistema proporcional de lista aberta adotado no Brasil. Portanto, no que concerne à Câmara, preferimos dizer que são dados provisórios, já que não identificamos a forma de entrada dos *challengers* e *incumbents*: se foram eleitos com votos próprios ou pela média.

Variações partidárias

O nosso interesse aqui consiste em verificar se existem variações partidárias: há campanhas mais "caras" ou mais "baratas", segundo a origem partidária dos candidatos? Examinamos aqui as variações das despesas de campanha dos cinco principais partidos brasileiros com representação no Congresso – PT, PMDB, PSDB, PDT e DEM. Esses partidos distribuem-se por toda a gama do espectro ideológico. Dentre eles, o PT é o partido percebido como mais à esquerda; seguem PSDB e PMDB, ao centro; e DEM, já mais próximo à direita. O PDT situa-se entre o PSDB e o PT. Tal configuração manteve-se estável nos últimos vinte anos, apesar das mudanças sociais e econômicas significativas das duas últimas décadas (POWER e ZUCCO, 2009, p.239)¹⁶.

Segundo a lógica da conexão eleitoral (MAYHEW, 2004), poder-se-ia dizer que as diferenças partidárias pouco afetariam os gastos de campanha: a busca pelo financiamento e a natureza dos gastos, dados os incentivos para a competição e a racionalidade do sistema, teriam a mesma natureza em todos os partidos do espectro ideológico. Ainda que os partidos possam ter posições, preferências, e mesmo ações distintas, a lógica eleitoral funcionaria igualmente para todos. Além disso, como o voto no Brasil é considerado um dos mais personalizados do mundo (CAREY e SHUGART, 1995), o impacto da sigla partidária sobre as campanhas seriam basicamente os mesmos – muito baixos.

De outro lado, dadas algumas características do sistema brasileiro – presidencialismo de coalizão combinado com um forte poder executivo, que concentra prerogativas importantes quanto à elaboração e execução orçamentárias (SANTOS, 2003; PEREIRA e MUELLER, 2003) – criam-se incentivos para que os financiadores, ao buscar maximizar o acesso político ou realizar determinadas preferências políticas, concentrem recursos nos candidatos da base governista. Assim, espera-se que partidos da coalizão, por terem mais acesso aos instrumentos e às instituições que permitem a alocação de recursos no governo federal, sejam mais atraentes. Partidos de oposição seriam menos atraentes para os financiadores de campanha, por terem acesso limitado aos canais decisórios que permitiriam aos financiadores maximizar suas preferências. Certamente outros fatores podem afetar as doações, como as chances de vitória dos candidatos. Mas essa questão não será tratada aqui: trataremos apenas dos valores médios dos gastos dos candidatos nas duas eleições, segundo os partidos. As duas eleições são particularmente significativas para a comparação, porque representam coalizões diferentes. A primeira, de 2002, tem na sua coalizão os partidos PSDB, DEM, PMDB, dentre

¹⁶ Essa distribuição é questionada na literatura, que assinala ser o sistema partidário brasileiro marcado pela incoerência e fragmentação (AMES, 1995; MAINWARING, 1999).

outros; enquanto a segunda contempla PT, PMDB e PDT, entre outros.

As Tabelas 6 e 7 trazem dados interessantes. No quesito temporal, reitera-se o que já notamos nesse estudo: o aumento exponencial dos gastos de campanha de 2002 para 2006. Todos os partidos, sem exceção, realizaram campanhas mais caras. O PDT, apesar de em valores absolutos ter-se mantido como o partido com as campanhas menos dispendiosas, teve um incremento de receitas/ gastos, para o Senado, em quatro vezes; o PT aumentou em 3,5 vezes; o PMDB e o DEM aumentaram praticamente 3 vezes; e o PSDB, 2,5 vezes. A ordem crescente dos gastos em termos absolutos, em 2002, foi PDT < PT < PMDB < PSDB < DEM. Ou seja, os partidos da coalizão receberam mais recursos e gastaram mais do que os partidos da oposição. Veja-se, entretanto, que não foi o PSDB – partido do presidente – o que mais amealhou recursos. Igual importância tiveram os dois principais partidos da base governista, que se constituem nas maiores bancadas das duas casas do Congresso e participam do governo com um número considerável de ministérios (AMORIM NETO, 2007). Já em 2006, a ordem crescente dos gastos para o Senado foi PDT < PT < PSDB < DEM < PMDB. Nessa caso, o PMDB, principal aliado do governo pela sua representação no Congresso, recebeu o maior volume de recursos; e os outros dois partidos da base (PT-PDT) continuaram a receber menos do que a oposição (PSDB-DEM), embora o incremento das receitas tenha sido, como se notou anteriormente, bastante significativo.

Na campanha para a Câmara, o PT praticamente quintuplicou seus gastos, de 2002 para 2006; o PMDB quadruplicou; e o PDT, PSDB e DEM praticamente dobraram seus gastos totais, embora o ordenamento dos valores absolutos tenha-se mantido basicamente como o da campanha para o Senado: apesar do incremento que resultou na diminuição da distância entre os gastos médios declarados pelos concorrentes dos diferentes partidos, PT e PDT continuaram a receber menos recursos do que PSDB-PMDB-DEM.

Como os dados dialogam com os argumentos teóricos apresentados? Em primeiro lugar, em relação à conexão eleitoral, apesar dos incentivos serem os mesmos para os candidatos, e independentemente dos partidos eles buscarem recursos que permitam a maximização do seu interesse, a lógica dos financiadores é distinta e seletiva. Os candidatos não são todos iguais e, portanto, o financiamento não é igualmente distribuído. Entretanto, o que é mais significativo: ser parte do governo ou ser de um determinado partido político? Segundo os indicadores aqui colocados, é de fato relevante ter acesso político privilegiado – e isso pode ser interpretado pelo aumento exponencial de recursos para o PT e PDT de uma eleição para outra, quando ambos eram partidos da base, e mais ainda pelo aporte massivo de recursos ao PMDB, que fez parte da coalizão dos dois períodos e, talvez em vista disso, represente não só uma visão mais ao centro, mas a estabilidade do acesso aos canais privilegiados de interlocução. De outro lado, é

inegável que apesar do corte governo-oposição ter algum impacto, mesmo na oposição o PSDB e DEM continuam sendo os principais recipientes de financiamento. Isso leva a crer que o fato mais importante para o doador é a homogeneidade de preferências com relação a um leque de políticas. Assim, “investir” na oposição é maximizar as próprias preferências e, ao fortalecê-las numericamente no Congresso, permitir que se contraponham às preferências do governo e possam atuar como ponto de veto. Assim, garante-se a construção de uma agenda política que demandará negociações e compromisso entre diferentes visões. Entretanto, cabe dizer que com apenas duas eleições, não podemos ir muito além nos argumentos.

Tabela 6
Média e desvio-padrão (Sd) de gastos por partido – 2002 (R\$)

Partido		Senado	Câmara	Total	% CD/SF
PT	Média	416.204	82.885	20.452	20%
	Sd	554.688	138.100	40.922	25%
	N	25	365	390	
PMDB	Média	856.615	188.610	50.094	22%
	Sd	960.653	226.798	81.856	24%
	N	25	288	253	
PSDB	Média	1.218.750	272.456	69.788	22%
	Sd	1.215.233	439.243	119.750	36%
	N	22	228	250	
DEM/P FL	Média	1.368.457	286.253	80.696	21%
	Sd	1.134.628	305.090	115.336	27%
	N	23	176	199	
PDT	Média	456.553	70.010	16.744	15%
	Sd	549.910	136.749	34.910	25%
	N	17	192	209	

Fonte - Dados do TSE - elaboração dos autores

Tabela 7
Média e desvio-padrão (Sd) de gastos por partido – 2006 (R\$)

Partido		Senado	Câmara	Total	% CD/SF
PT	Média	686.010	199.928	91.315	29%
	Sd	736.224	341.811	149.047	46%
	N	10	313	321	
PMDB	Média	1.542.484	255.483	133.244	17%
	Sd	1.465.730	418.026	224.980	29%
	N	12	288	300	
PSDB	Média	1.517.529	291.022	148.578	19%
	Sd	1.424.068	527.866	262.856	37%
	N	13	252	272	
DEM/P FL	Média	1.511.245	294.526	168.635	19%
	Sd	1.091.495	416.978	234.948	38%
	N	15	188	203	
PDT	Média	456.553	57.515	35.033	13%
	Sd	549.910	232.428	114.102	42%
	N	13	291	304	

Fonte - Dados do TSE - elaboração dos autores

Conclusões

O objetivo deste artigo foi explicitar a distribuição dos gastos de campanha para a Câmara e o Senado brasileiros nas eleições de 2002 e 2006, segundo a posição do candidato (se mandatário ou novato), estado da federação, câmara e partido político. A primeira conclusão a que podemos chegar é que dinheiro importa para as campanhas: os eleitos gastam, em média, cinco vezes mais do que os não-eleitos. Podemos também indicar o encarecimento significativo da campanha de 2006, em relação à de 2002, bem como para o aumento de sua competitividade, com mais eleitores e mais candidatos. Também constatamos que a dispersão nos valores entre os candidatos vencedores é bem menor do que a dispersão entre os perdedores.

Sobre a importância da *incumbency* para explicar não somente o sucesso de arrecadação como o sucesso eleitoral (JACOBSON, 1980; JACOBSON e CLAWSON, 2001; STRATMAN, 2005), os resultados para o caso brasileiro confirmam o fato de que os candidatos à reeleição recebem mais recursos do que os novatos. No quadro

geral, os primeiros gastam, em média, muito mais do que seus concorrentes: no Senado, duas vezes mais em 2002, e quase quatro vezes mais em 2006; na Câmara, cerca de 6 vezes mais em 2002, e nove vezes mais em 2006.

Outro ponto diz respeito às variações regionais no financiamento de campanha. Os maiores colégios eleitorais não apresentaram os maiores gastos médios de campanha. O uso das médias permitiu averiguarmos particularidades, como estados do Norte e do Nordeste em que ocorreram casos de gastos de não-eleitos superarem, em muito, os dos eleitos, exceção que aconteceu apenas em alguns estados dessas regiões e somente para as eleições ao Senado: o gasto médio dos candidatos não-eleitos superou o dos eleitos, em 2002, no Amapá e em Sergipe, e, em 2006, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte e Roraima.

No quesito das variações camerais, esperava-se comportamento também distinto dos gastos. Além do fato acima – de que alguns desafiantes nas regiões Norte e Nordeste, para o Senado, gastaram em alguns casos mais do que os “incumbents” -, notou-se um aumento do número de contribuições de 2002 para 2006, em ambas as Casas, assim como a sensível diferença no seu valor médio, entre as Casas. Foi surpreendente encontrar gasto maior no Senado e não na Câmara, uma vez que a literatura aponta que as campanhas proporcionais são extremamente competitivas. Entretanto, como os senadores fazem campanha em todo o – e não em determinados nichos onde se concentram parte dos eleitores – isso acaba encarecendo bastante a campanha.

Quanto aos partidos políticos, uma evidência apontada pelos dados é que, dos cinco partidos examinados (PT, PDT, PSDB, PMDB e DEM/PFL), os candidatos dos três últimos compartilharam patamares de gastos bem mais altos do que os do PT e do PDT, ao mesmo tempo em que esses dois lideraram o aumento proporcional de gastos nas eleições de 2006, quando passaram ao governo. Viu-se que a posição governo-oposição importa, mas ainda mais relevante é a diferenciação entre os partidos políticos – o PMDB, PSDB e DEM continuam sendo, apesar da mudança de governo e da inversão de papéis, quando passaram a oposição, os principais recipientes de financiamento.

Tal evidência pode indicar tanto proximidade de preferências entre doadores-recipientes, quanto aquisição de acesso (“voz”) no Congresso em relação a mudanças políticas, especialmente as de cunho mais extremado – ou mais distante das preferências dos doadores. Entretanto, tal afirmação escapa aos dados aqui apresentados. Para tanto, outra pesquisa deveria ser desenvolvida, para tratar das motivações dos doadores em relação às contribuições eleitorais. A resposta pode passar por preferências ideológicas (WELCH, 1975), mas também pela hipótese talvez mais debatida na literatura, que se refere ao ganho de acesso político às decisões coletivas via “*networks of obligations*” entre candidatos e doadores (CLAWSON; et al, 1998; NEUSTADTL, 1990). Esse debate leva, em última

instância, à natureza das decisões e possíveis vieses em favor de grupos ou indivíduos que tenham contribuído para as campanhas eleitorais, os quais, por serem em pequeno número, teriam um peso desproporcional nas decisões (FRANCIA et al, 2003; SKOCPOL, 2004)¹⁷. Essa é uma avenida de futuros e promissores estudos no Brasil.

Esse debate leva ainda a outro, mais normativo, sobre qual a melhor forma de financiamento de campanha. Os sucessivos escândalos no Brasil envolvendo financiamento ilegal (contas confidenciais ou entradas encobertas: o famoso "caixa dois"), corrupção, tráfico de influências e envolvimento do crime organizado, entre outras atividades ilícitas, reforçam as críticas ao modelo de financiamento privado. Entretanto, se esse está sujeito à incidência perversa de interesses particulares, o financiamento exclusivamente público está sujeito à não menos perversa "estatização, burocratização e ossificação dos partidos (isto é, sua dependência econômica crônica dos recursos estatais e a conseguinte perda de contato com a sociedade)", como ocorreu no México (ZOVATTO, 2005, p.302). Além disso, alguns dos problemas do financiamento privado – como a menor pluralidade de partidos, devido aos privilégios de determinados grupos – podem também ocorrer dentro de um sistema exclusivamente público. Não é à toa que o *International Institute for Democracy and Electoral Assistance (International IDEA)* aponta o financiamento misto como modelo ideal, com ampla publicização, transparência, existência de órgãos de controle independentes e regimes eficazes de sanção, *pari passu* a manutenção da autonomia dos partidos (IDEA, 2003)¹⁸. Estudos comparativos entre sistemas que funcionam segundo diferentes institucionalidades podem fornecer evidências clarificadoras sobre os pontos fortes e fracos de cada sistema e, assim, auxiliar os debates sobre futuras reformas políticas sobre o tema.

Quanto a outros estudos, além das possibilidades assinaladas ao longo do texto, seria interessante verificar as diferentes estratégias de financiamento e de gasto (onde se gasta e em quê), uma vez que os dados aqui agregados não permitem nenhuma generalização a respeito da *qualidade* do gasto, senão somente da *quantidade*. Também seria importante acompanhar a evolução dos gastos ao longo do tempo. Num sistema tão competitivo e dinâmico quanto o brasileiro, em que, nos últimos vinte anos, partidos cresceram e se consolidaram, certamente

¹⁷ Outros estudos tratam também dos vínculos que se materializam em dinheiro e apoio (*endorsement*) no período eleitoral (SAMUELS, 2001a; MANCUSO, 2007).

¹⁸ O Brasil adota um sistema de financiamento misto de campanhas: parte dos recursos envolvidos nas eleições vem do setor público e parte de doações privadas. Os recursos públicos são recebidos de duas formas: a primeira é via fundo partidário. Os recursos do fundo, que existe desde 1965, e agrega recursos orçamentários e multas, são transferidos diretamente aos partidos e têm sido fundamentais para viabilizar a sua estrutura. A segunda forma, indireta, é via horário partidário e eleitoral gratuito, pago pela União, por intermédio de renúncias fiscais, bem como cessão de logradouros públicos etc. As contribuições privadas não podem superar 10% da renda anual das pessoas físicas ou 2% do faturamento bruto das pessoas jurídicas.

valeria a pena indagar-se sobre se gastos de campanha espelham diferentes estratégias eleitorais.

Referências Bibliográficas

AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. "Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation". *American Journal of Political Science*, vol. 39, nº 2, p.406-433, 1995.

ANSOLABEHERE, S; J. M. FIGUEIREDO, et al. "Why is There so Little Money in U.S. Politics?" *The Journal of Economic Perspectives*, vol.17, nº1, p.105-13, 2003..

BARON, D. P. "Electoral competition with informed and uninformed voters." *The American Political Science Review*, vol. 87, p.34-47, 1994.

BRAGA, M. do S. S.; BOURDOUKAN, A. Y. "Political parties in Brazil: party organization, electoral competition and public financing". *Perspectivas*, São Paulo, vol.35, p.117-148, jan./jun, 2009.

CAREY, J; SHUGART, M. "Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas". *Electoral Studies*, vol.14, nº4, p.417-439, 1995.

CLAWSON, D. "Politics is money." *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 138, nº1, p.34-46, 2001.

CLAWSON, D. et al. *Dollars and Votes: How business campaign contributions subvert democracy*. Philadelphia: Temple University Press, 1998.

CONGRESSO EM FOCO. *Haverá renovação no Congresso?* 7 jul. 2009. Disponível em: <http://congressoemfoco.ig.com.br/noticia.asp?cod_canal=14&cod_publicacao=28803>. Acesso em: [19 set. 2009].

FENNO, R. F. J. *Home Style: House Members in Their Districts*. New York: Longman, 2002.

FRANCIA, P. L. et al. *The Financiers of Congressional Elections: investors, ideologies, and intimates*. New York: Columbia University Press, 2003.

JACOBSON, G. C. "The effects of campaign spending in congressional elections." *American Political Science Review*, vol. 26, p.393-415, 1978.

_____. *Money in Congressional Elections*. New Haven: Yale University Press, 1980.

_____. "Incumbents' Advantages in the 1978 U.S. Congressional Elections." *Legislative Studies Quarterly*, vol.VI, nº2 p.183-199. 1981.

_____. *The Politics of Congressional Elections*. Glenview: Scott, Foresman and Company, 1987.

_____. "The effect of campaign spending in House elections: New evidence for old arguments." *American Political Science Review*, vol.90, p.363-372, 1990.

_____. Measuring Campaign Spending Effects in U.S. House Elections. In: BRADY, H. E and JOHNSTON, R. (ed.). *Capturing CUSampaign Effects*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

LANGBEIN, L. I. "Money and Access: Some Empirical Evidence." *The Journal of Politics* vol. 48, nº4, p.1052-1062, 1986.

MAINWARING, S. P. *Rethinking party Systems in the Third Wave of Democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MANCUSO, W. P. *O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Humanitas/Edusp, 2007.

MAYHEW, D. R. *Congress: The Electoral Connection*. 2nd Ed. New Haven and London: Yale University Press, 2004.

NAVARRO, P. *The Policy Game: how special interests and ideologies are stealing America*. New York: John Wiley & Sons, Ltda, 1984.

NEUSTADTL, A. "Interest-Group PACsnabship: An analysis of campaign contributions, issue visibility, and legislative impact." *Social Forces*, vol. 69, nº2, p.549-564, 1990.

PEREIRA, C. e MUELLER, B. "Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil." *Dados*, vol. 46, nº4, p.735-771, 2003.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. R. "O que é que o reeleito tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados." *Dados*, vol.44, nº2, Rio de Janeiro, 2001.

_____. "O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil." *Revista de Economia Política*, vol.27, nº4 (108), p.664-683, 2007.

SAMUELS, D. J. "Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in

Brazil". *Legislative Studies Quarterly*. vol.25, nº3, p.481-497, 2000.

_____. "Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil." *The Journal of Politics*, vol.63, nº2, p.569-584. 2001a.

_____. "Money, Elections, and Democracy in Brazil. *Latin American Politics and Society*." vol.43, nº 2, p.27-48, 2001b.

_____. "Does Money Matter? Credible Commitments and Campaign Finance in New Democracies: Theory and Evidence from Brazil." *Comparative Politics*, vol.34, nº1, p.23-42, 2001c.

_____. Financiamento de Campanhas e Propostas de Reforma. In: RENNÓ, L. R. e SOARES, G. A. D. (ed.). *Reforma Política: Lições da História Recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, F. *O poder legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SKOCPOL, T. "American Democracy in an Age of Rising Inequality." *Perspectives on Politics*, vol.2 p.651-666, dec. 2004.

STRATMANN, T. "The Effectiveness of Money in Ballot Measure Campaigns." *Southern California Law Review*, vol.78, p.102-124, 2005.

SNYDER, J. J. "Long-term investing in politicians: Or, give early, give often." *Journal of Law and Economics*, vol.35, p.15-43, 1992.

WELCH, W. P. "The economics of campaign funds." *Public Choice*, vol.20, p.83-97. 1975.

POWER, T. J; ZUCCO, C. "Estimating ideology of Brazilian Legislative parties, 1990 - 2005: a research communication." *Latin American Research Review*, vol. 44, nº 1, p.218-246, 2009.

Leany Barreiro Lemos – leanyl@yahoo.com.br

Daniel Marcelino – dmsilv@gmail.com

João Henrique Pederiva – pederiva@senado.gov.br

Recebido para publicação em junho de 2010.
Aprovado para publicação em outubro de 2010.

Um modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto: teste nas eleições de 2002 e 2006

Pedro Santos Mundim

Departamento de Comunicação Social
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Este artigo apresenta a construção e o teste de um modelo voltado para medir o efeito da cobertura da imprensa no voto dos eleitores. O período de análise são as eleições presidenciais de 2002 e 2006. A variável dependente são as séries históricas de intenção de voto dos principais candidatos. A variável explicativa de maior interesse foi construída a partir da análise de conteúdo da cobertura eleitoral de quatro grandes jornais do país: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Os resultados dos testes indicaram que o modelo funcionou satisfatoriamente e que a cobertura da imprensa foi, sim, um fator importante das disputas eleitorais de 2002 e 2006. Em ambos os pleitos as intenções de voto de seis dos oito principais candidatos ao cargo de Presidente da República foram afetadas pelos fluxos de informação provenientes da cobertura da imprensa.

Palavras-chave: cobertura da imprensa; voto; eleições presidenciais; efeito da mídia

Abstract: This article presents the construction and test of a model developed to measure the effects of the press coverage in voting. The period of analysis are the presidential elections of 2002 and 2006. The dependent variable are the historical voting intentions series of the main candidates. The main independent variable was constructed from the content analysis focusing on the electoral coverage by the following Brazilian newspapers: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* and *Jornal do Brasil*. The test results showed that the model worked well, and that the press coverage was indeed an important factor in the electoral disputes of 2002 and 2006. In both elections the voting intentions of six among the eight main presidential candidates were affected by the information flows coming from the press coverage.

Keywords: press coverage; voting; presidential elections; media effects

Introdução¹

As eleições presidenciais são momentos singulares da vida política e eventos midiáticos por excelência. Dado o seu valor jornalístico e a sua importância para o país, a imprensa, seja ela de que tipo for, dá especial atenção às disputas para a nomeação dos candidatos pelos partidos e, posteriormente, às campanhas eleitorais, cobrindo-as com afinco e inundando a sociedade com informações a respeito dos concorrentes (PATTERSON, 1980).

No entanto, a centralidade da mídia não se encontra presente nos mais importantes estudos sobre comportamento político. Tais estudos geralmente enfatizam variáveis como a ideologia e as identidades partidárias (CAMPBELL et al, 1967 [1960]; SINGER, 2002), a avaliação da popularidade do presidente e o desempenho da economia (KEY, 1966; FIORINA, 1981; KIEWIET, 1983; HIBBS, 1987; CAMARGOS, 1999; CARREIRÃO, 2003).

Ao menos duas razões explicam tal “esquecimento”. As variáveis mencionadas acima foram bem sucedidas em explicar as razões das escolhas dos eleitores e os resultados das urnas (GELMAN e KING, 1993). Além disso, por muitos anos os cientistas sociais encontraram grandes dificuldades para demonstrar, de maneira satisfatória, efeitos da mídia juntos aos eleitores (BARTELS, 1993), impossibilitando a superação do paradigma dos “efeitos limitados”, inaugurado com a publicação do clássico *The People's Choice* (LAZARSELD, BERELSON e GAUDET, 1944 [1942]).

Esse cenário apenas começou a mudar a partir dos anos 1970 e, principalmente, dos anos 1980, com os trabalhos de pesquisadores interessados em efeitos da mídia sobre o comportamento e as atitudes políticas dos eleitores, especialmente durante as eleições (MCCOMBS e SHAW, 1972; IYENGAR e KINDER, 1987; IYENGAR, 1991; ZALLER, 1992; BAUM, 2003). Atualmente, este é um dos campos de estudos mais importantes e produtivos da comunicação política nos Estados Unidos. Em uma proporção menor, eles também são cada vez mais importantes em países como Inglaterra, Alemanha e Holanda (SEMETKO, 1996).

Contudo, estudos sobre efeito da mídia ainda são pouco explorados no Brasil, mesmo nas pesquisas sobre mídia e eleições. A melhor evidência desse fato encontra-se na tese de Colling (2006b). Após ter analisado cerca de 300 pesquisas (entre teses, dissertações, artigos e ensaios) a respeito de mídia e eleições presidenciais brasileiras entre 1989 e 2002, ele não encontrou sequer um trabalho “dedicado à recepção das mensagens jornalísticas para verificar seu efeito na definição do voto dos eleitores” (2006a). As exceções seriam textos publicados em

¹ Agradeço às críticas e sugestões de Marcus Figueiredo, Mauro Porto, Helcimara Telles, Malco Camargos, Mathieu Turgeon, Cleomar Gomes, Jairo Nicolau e Carlos Costa Ribeiro e dos participantes do GT Mídia e Eleições do III Compólitica às discussões presentes neste artigo.

revistas e livros editados em inglês, mesmo que alguns dos autores sejam brasileiros (STRAUBHAAR, OLSEN, e NUNES, 1993; BOAS, 2005; BAKER, AMES e RENNO, 2006; PORTO, 2007).

O objetivo deste artigo é contribuir para o desenvolvimento das pesquisas sobre efeitos da mídia e mídia e eleições no Brasil, a partir da construção e do teste de um modelo voltado para medir o efeito da cobertura de quatro grandes jornais brasileiros – *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo* e o *Jornal do Brasil* – no voto dos eleitores. Para isso, discuto, primeiramente, as razões que levam a cobertura da imprensa a exercer uma influência significativa na decisão do voto durante as eleições. Esses argumentos não se baseiam nas abordagens que enxergam os meios de comunicação como “todos poderosos”, mas em como certas transformações permitiram aos cientistas sociais criticar e defender uma revisão da teoria dos efeitos limitados.

Essa discussão leva ao cerne do argumento teórico do artigo. Existe uma significativa variação das intenções de voto dos candidatos durante o período eleitoral. A sua causa liga-se a fatores exógenos. Estes podem ser as campanhas (GELMAN e KING, 1993; HOLBROOK, 1996) e a cobertura que a imprensa faz das campanhas (SHAW, 1999; SHAW e ROBERTS, 2000) e dos eventos e acontecimentos políticos, econômicos e sociais que ocorrem durante os meses de disputa. Seja como for, ambas as perspectivas se baseiam no modo como os eleitores utilizam, racionalmente, as informações políticas que obtêm para tomarem suas decisões e definirem seus votos.

Ao falar de imprensa neste artigo estarei me referindo, especificamente, ao conteúdo veiculado pelos jornais impressos. Esse recorte, obviamente, levanta um questionamento válido: como é possível investigar os efeitos da cobertura da imprensa em um país onde existe apenas um pequeno número de leitores? A segunda parte do artigo busca justamente dar uma resposta à essa pergunta.

A terceira parte do artigo traz as discussões técnicas em torno da construção do modelo. Apresento a descrição da variável dependente – as intenções de voto agregada dos candidatos –, da variável explicativa de maior interesse – a cobertura da imprensa –, e das variáveis de controle, levando-se em conta a tradição dos estudos sobre efeitos da mídia e comportamento político. Por fim, apresento os resultados dos testes empíricos. Estes mostraram tanto um comportamento adequado do modelo, quanto a existência de efeitos da cobertura da imprensa nas intenções de voto durante as eleições presidenciais de 2002 e de 2006.

Algumas razões para a existência de efeitos da mídia

A teoria dos efeitos limitados tornou-se predominante entre 1940 e 1960, tendo impacto significativo nos estudos sobre mídia e eleições. As poucas análises que foram feitas nesse período enfatizando o poder de influência dos meios de comunicação junto aos eleitores não conseguiram quebrar com o seu predomínio teórico-metodológico (GITLIN, 1975). Graber (1989, p.12) resumiu a situação com propriedade ao dizer que os cientistas sociais não queriam perder seu tempo estudando efeitos pouco importantes ou colocando-se contra o conhecimento estabelecido.

Mas a realidade midiática dos anos 1960 já era bem diferente daquela que Lazarsfeld e seus colaboradores haviam encontrado. Uma diferença significativa foi que a crescente midiáticação das campanhas eleitorais a partir dos anos 1960 tornou difícil aceitar que a enorme quantidade de informações produzidas pelos meios de comunicação não tivesse qualquer impacto político (ALVAREZ, 1997). Este fato torna-se mais importante quando se sabe que a maioria dos eleitores não participa diretamente dos eventos de campanha e depende dos meios noticiosos para ter acesso às informações que eles geram (PATTERSON, 1980; HOLBROOK, 1996; DALTON, BECK e HUCKFELDT, 1998). Essas informações chegam até eles a partir da exposição direta às notícias ou de conversas com amigos, vizinhos, parentes e companheiros de trabalho (LAZARFELD, BERELSON e GAUDET, 1944 [1942]; POPKIN, 1991; BECK et al, 2002; BAKER, AMES e RENNÓ, 2006).

Os eleitores também prestam pouca atenção às questões políticas entre os períodos eleitorais. Muitos decidem em quem votar apenas durante as campanhas (CHAFFEE e CHOE, 1980); mas, quando as eleições se aproximam, precisam de alguma informação para tomarem suas decisões, o que aumenta a demanda por elas. Assim, os eleitores utilizam-se das notícias divulgadas pela imprensa – “uma das mais importantes fontes de informação dos eleitores” (POPKIN, 1991, p.25) – quando decidem como votar (HOLBROOK, 1996).

Outro fator importante foi o enfraquecimento das identidade partidárias, que deixou o voto menos previsível e mais volátil (PATTERSON, 1980), pois fez com os eleitores perdessem um dos principais fatores de resistência às mensagens midiáticas. A avaliação que eles fazem dos candidatos tornou-se mais dependente do que apreendem a partir da cobertura da imprensa durante o ano eleitoral. E sem dispositivos de resistência como a identificação partidária ou as predisposições políticas (CONVERSE, 1964; ZALLER, 1992), cresce a probabilidade de o tom das notícias influenciar suas opiniões. Obviamente, tal fato ganha ainda mais significado em países de democracia recente, por exemplo o México e Brasil, onde as identidades partidárias ainda são mais frágeis (LAWSON e MCCANN, 2005; BAKER, AMES e RENNÓ, 2006).

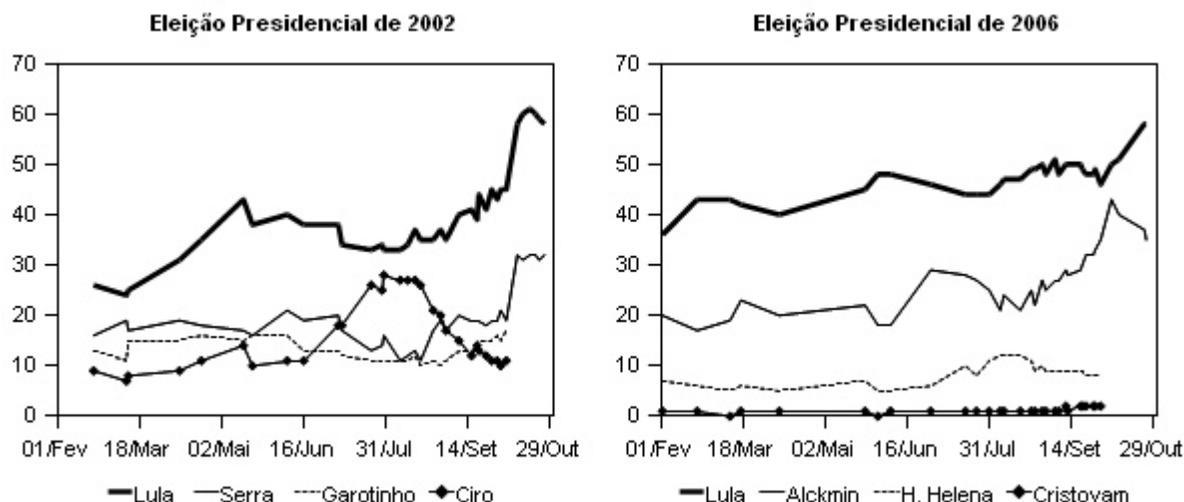
Finalmente, do ponto de vista teórico surgiram novos conceitos como *agenda-setting* (MCCOMBS e SHAW, 1972), *priming* (IYENGAR e KINDER, 1987) e enquadramento (IYENGAR, 1991). Também foram desenvolvidas ferramentas estatísticas mais sofisticadas para a análise de dados, tanto agregados quanto microdados, como regressões por mínimos quadrados multivariadas, análises de séries temporais e modelos logísticos para variáveis binárias ou multinomiais. Essas inovações não apenas revitalizaram as pesquisas sobre efeitos da mídia e sobre mídia e eleições, como trouxeram outras possibilidades de análise sobre como a imprensa influencia o comportamento e as atitudes políticas dos eleitores.

Todos esses fatores confluem para uma última e importante evidência empírica dos possíveis efeitos da cobertura da imprensa nas eleições: a significativa variação das intenções de voto dos candidatos durante o período eleitoral, não apenas nos Estados Unidos (BARTELS, 1988; GELMAN e KING, 1993; HOLBROOK, 1996), mas também no Brasil (BAKER, AMES e RENNÓ, 2006; AMES, BAKER e RENNÓ, 2008)². Se os nove meses de corrida presidencial, com todos os seus eventos, acontecimentos e notícias não tivessem qualquer importância, não haveria uma significativa variação das intenções de voto, nem a necessidade de campanhas – e muito menos faria sentido se falar e pesquisar o efeito da cobertura da imprensa.

A existência de variação na opinião pública é requisito essencial para qualquer estudo sobre efeito da mídia. Como se observa na Figura 1, houve uma clara variação nas intenções de voto dos principais candidatos durante os períodos de disputa das eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006.

² Segundo Ames, Baker e Rennó, “um grande percentual de brasileiros muda seus votos durante as campanhas. Isso é evidente (...) nos movimentos observados nas intenções de voto agregadas durante as campanhas – como as vividas por Collor em 1989, Lula e Fernando Henrique Cardoso em 1994 e Ciro Gomes em 2002” (AMES, BAKER e RENNÓ, 2008, p.112).

Figura 1
Intenção de Voto dos Principais Candidatos, Eleições Presidenciais de 2002 e 2006



Fonte: Pesquisas do Datafolha e Ibope, 2002 e 2006

Vários fatores contribuem para essas variações nas intenções de voto. A ação dos políticos é um deles. Os candidatos a cargos majoritários estão sempre em busca de um contato com os eleitores, por todos os meios e maneiras disponíveis (ZALLER, 1998; BAUM, 2003; POPKIN, 2006)³. Obviamente, a intenção deles é interferir de maneira decisiva e favorável na curva de intenção de votos. Mas esse é apenas um dos lados das eleições. O interesse específico deste artigo é saber quanto da mudança nas curvas de intenção de voto pode ser atribuída à cobertura da imprensa. É o que se pretende começar a fazer a partir do próximo item.

Sobre a influência política dos jornais impressos

Como captar a influência de grandes jornais brasileiros no comportamento político dos eleitores em um país em que a maioria das pessoas não lê jornal, e onde a televisão, especialmente a TV Globo e o *Jornal Nacional*, parecem ser os seus principais fornecedores de informação política (LIMA, 2007; HUGHES e LAWSON, 2005)?

Mesmo que válido, esse questionamento não diminui a relevância dos jornais, por pelo menos quatro razões. Em primeiro lugar, como argumenta Lawson

³ Popkin (2006) apresenta uma excelente definição dos políticos, ao dizer que eles são “são perseguidores de multidões [crowd-seekers]”.

(2002), a importância política da mídia impressa é desproporcional ao seu índice de leitura, pois seus veículos “são amplamente lidos pelas elites políticas nacionais, incluindo 'líderes de opinião' e os detentores de decisões políticas.” Ao analisar a pequena circulação dos principais jornais brasileiros, Azevedo (2006) apresentou posição semelhante.

Em segundo lugar, mesmo que os índices de leitura sejam baixos, os jornais ainda são fonte importante de informação para uma parcela considerável dos eleitores. A partir dos dados do ESEB 2002, por exemplo, é possível estimar que cerca de 33% dos eleitores, ou 24,7 milhões, leem um jornal “algumas vezes por semana”, e que cerca de 11%, ou 12,9 milhões, leem diariamente⁴. Somados, esses números representam um contingente de aproximadamente 37,6 milhões de pessoas (MUNDIM, 2010)⁵.

Em terceiro lugar, alguns autores argumentam que os jornais desempenham, melhor do que a televisão, o papel de informar os eleitores, especialmente os mais escolarizados (PATTERSON, 1980; DRUCKMAN, 2005; GRABE, KAMHAWI e YEGIYAN, 2009). Ainda que a televisão esteja muito mais presente na vida das pessoas do que os jornais, ela é “primeiramente tratada como um meio de entretenimento, onde comparativamente menos problemas sociais são explorados” (ALLEN e IZCARAY, 1988, p.45).

Finalmente, embora o alcance e a prevalência dos meios de comunicação sejam bem diferentes, o seu conteúdo é relativamente homogêneo. “A mídia usa meios similares na coleta das notícias, o que resulta em julgamentos similares sobre o que tem valor noticioso e, como os veículos competem uns com os outros, um raramente ignora o conteúdo dos seus concorrentes” (COMSTOCK e SCHARRER, 2005, p.180).

Assim, as informações produzidas pelos jornais tendem a circular e atingir todos os tipos de eleitores, com maior ou menor intensidade, e por outros meios, como por exemplo a televisão⁶. Conforme demonstrei empiricamente em outro

⁴ ALMEIDA, A. C.; CHEIBUB, Z.; LOURENÇO, F.; MENEGUELLO, R. (orgs.). *ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 1998-2002 (Banco de dados)*. Rio de Janeiro/ Campinas: UFF/UNICAMP. In: Consórcio de Informações Sociais, 2004. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>> e Banco de Dados Cesop <www.cesop.unicamp.br>

⁵ Esses valores foram calculados a partir do número de eleitores registrados em 2002: 115.184.176. Informações obtidas na página de Jairo Nicolau. Disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>>. Acesso em: [05 maio 2009]. Essa é uma interpretação válida, se levarmos em conta que perguntas que medem os níveis de exposição autodeclarados dos eleitores aos jornais podem sofrer de um viés de superestimação (ZALLER e PRICE, 1993). Contudo, deve-se ter em conta que, ao responderem à pergunta, os eleitores poderiam estar considerando qualquer tipo de jornal que pudessem ler durante a semana, mesmo jornais populares ou de uma linguagem mais coloquial, que possuem uma cobertura política mais escassa. Ainda assim, como mostram estudos como o de Baum (2003), tais veículos poderiam desempenhar um papel importante na formação da opinião dos eleitores, ao disponibilizarem informações políticas.

⁶ Um estudo de Abramo (2007, p.99), por exemplo, mostrou que uma grande quantidade de notícias publicadas pela *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* é reproduzida, graças às agências de notícias

lugar (MUNDIM, 2010), análises da cobertura dos jornais realmente oferecem um bom indicador da cobertura da mídia como um todo, inclusive a televisão.

Um modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto

Não existe uma maneira única de medir efeitos da mídia. Mas a natureza dos dados deste artigo impõe certas restrições. Por terem sido coletados ao longo dos anos eleitorais de 2002 e 2006, eles serão tratados como uma série histórica (FIGUEIREDO, 2007), e os testes estatísticos a serem aplicados serão apropriados à análise de séries temporais (WOOLDRIDGE, 2006; BUENO, 2008).

Tal fato não seria nenhuma novidade. Análises de séries temporais vêm sendo utilizadas, há um bom tempo, em estudos sobre a cobertura da imprensa e comportamento eleitoral (BERH e IYENGAR, 1985; SHAPIRO et al, 1994; SHAW, 1999; SHAW e ROBERTS, 2000; BAUM e KERNNELL, 2001; GAVIN e SANDERS, 2003; FIGUEIREDO, 2007; BELTRÁN, 2007). Por essa razão, inicialmente é possível apresentar um modelo genérico, que atende aos nossos objetivos. A sua equação (1) segue abaixo:

$$(1) \quad Y_{it} = \alpha + \beta_1 Y_{i,t-1} + \beta_2 X_{it} + \beta_m Z_{mt} + \varepsilon_t$$

onde o sufixo “i” indica os candidatos, o “t” as datas das pesquisas de intenção de voto e “m” o número de variáveis de controle. Por sua vez, Y representa a variável dependente num tempo t , α é uma constante, β_1 é o coeficiente da variável dependente defasada⁷, β_2 é coeficiente das variáveis independentes (X_{it}) conectadas com as hipóteses teóricas, β_m é o vetor dos coeficientes das variáveis de controle (Z_{mt}), e ε_t é erro com média zero e variância constante⁸.

Traduzindo o linguajar técnico, a equação acima assume que intenção de voto do candidato i , em um período de tempo t , é função de sua intenção do seu voto em $t-1$, das variáveis derivadas da análise de conteúdo da cobertura da imprensa sobre ele e das variáveis de controle, ambas no mesmo tempo t .

desses veículos, em praticamente todos os mais importantes jornais regionais do país.

⁷ Em séries temporais, é comum a introdução em um modelo estatístico de uma ou mais variáveis explicativas que contenham uma defasagem – em inglês, “lag” ou “time lag” – no tempo. Isso ocorre porque não se espera que os efeitos, por exemplo, de X sobre Y ocorram instantaneamente, mas com um lapso temporal. Ou seja, o “modelo de regressão [pode] incluir não apenas os valores atuais X_t mais também os valores defasados X_{t-1} ” de uma variável (GUJARATI, 1978, p.255-256).

⁸ Por razões de espaço, não apresento aqui a discussão sobre especificidades da natureza dos resíduos dos modelos de séries temporais. Mas essa discussão pode ser vista em Mundim (2010), no capítulo 4.

As intenções de voto dos candidatos

A variável dependente do modelo são as intenções de voto agregadas dos candidatos, medidas em porcentagem, em um tempo t que corresponde à data de publicação dos relatórios das pesquisas de opinião dos Institutos *Datafolha* e *Ibope* durante os anos de 2002 e 2006, com base na pergunta estimulada de intenção de voto – quando havia mais de um cenário político, foi levado em conta apenas a pergunta referente ao primeiro destes cenários⁹.

O banco de dados da série conta com um total de 37 pesquisas em 2002, sendo 18 do *Datafolha* e 19 do *Ibope*, e um total de 38 pesquisas em 2006, sendo 21 do *Datafolha* e 17 do *Ibope*. Para as análises estatísticas foram selecionadas 36 datas em 2002, sendo a primeira em 21/02 e a última em 26/10, 37 em 2006, sendo a primeira em 02/02 e a última em 28/10. Quando houve coincidência das datas das pesquisas, optou-se por seguir o procedimento adotado por Holbrook (1996), em que foi extraída a média das duas pesquisas.

Os gráficos das intenções de voto dos principais candidatos nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006 encontram-se na Figura 1.

Sobre a natureza da variável dependente defasada no modelo

A equação (1) mostrou que uma variável dependente defasada ($Y_{i,t-1}$) é introduzida como um dos parâmetros do modelo. Existem duas razões para esse formato. A primeira é eminentemente teórica. Assume-se que a decisão do voto é um processo dinâmico e que a opinião dos eleitores em um tempo t sofre influência das suas opiniões no tempo $t-1$, como ocorre com muitos processos políticos (ROMER, 2004). Deixar de fora a variável dependente defasada seria incorrer em um erro de especificação, já que $Y_{i,t-1}$ permite não apenas capturar um dinamismo peculiar do processos político estudado neste artigo, como também a especificação desse dinamismo em um modelo estatístico (KEELE e KELLY, 2006).

A segunda razão é eminentemente técnica. Um dos principais problemas de especificação dos modelos de séries temporais é a autocorrelação serial, causada pela própria natureza dinâmica de suas variáveis. De modo mais específico, as intenções de um candidato no tempo t são correlacionadas com as suas intenções em $t-1$ (WOOLDRIDGE, 2007; BELTRÁN, 2007), como mostra a análise dos correlogramas – não apresentados aqui¹⁰. A maneira mais usual de eliminar esses

⁹ As razões para o uso desses dados são meramente práticas, já que, infelizmente, não foi possível obter dados de *tracking polls*, que são acompanhamentos diários das intenções de voto dos candidatos. Ao contrário dos Estados Unidos, onde esses dados são amplamente divulgados por mais de um instituto de pesquisa de opinião, no Brasil eles ainda são exclusividade dos partidos. Daí, a sua difícil liberação pelos institutos de pesquisa.

¹⁰ Essas informações estão disponíveis com o autor mediante solicitação.

problemas é introduzir uma ou mais variáveis dependentes defasadas no lado direito da equação¹¹.

A cobertura da imprensa

Os dados que compõem as variáveis sobre a cobertura da imprensa são derivados da Planilha de Monitoramento da Mídia Impressa do Doxa-IUPERJ, que contém informações sobre a cobertura diária de quatro grandes jornais brasileiros, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *o Jornal do Brasil*¹². Destes, os três primeiros estão, ao menos desde 2002, entre os quatro jornais de maior circulação do país¹³.

As pesquisas sobre efeitos da mídia geralmente compartilham de uma métrica similar para a análise do conteúdo da imprensa, com base no que classificaram como “valências das matérias”. Quase sempre o que se faz é dar o valor de -1 para o conteúdo publicado e considerado negativo para um candidato, 0 para o neutro e $+1$ para o positivo (HOLBROOK, 1996; NORRIS et al, 1997; GAVIN e SANDERS, 2003; VREESE e SEMETKO, 2004; SOROKA, 2006).

Ao final de um certo período, que pode ser de um dia, uma semana, uma quinzena, etc., faz-se o somatório das valências de todo o conteúdo e obtém-se, assim, a tendência do favorecimento da cobertura em relação aos candidatos. Esse somatório pode tanto ser a partir dos valores originais -1 e $+1$, quanto a partir do percentual de matérias positivas e negativas. Neste artigo, preferiu-se seguir a linha analítica presente no trabalho de Holbrook (1996), em que foram levadas em conta tanto as “aparições” dos candidatos, uma variável presente na planilha do Doxa e que busca justamente medir a intensidade da cobertura da imprensa sobre eles, quanto as valências, que medem o nível de favorecimento da cobertura.

As aparições dos candidatos são uma medida importante, porque a intensidade da cobertura da imprensa sobre eles tende a crescer à medida em que se aproxima a data da eleição, especialmente em relação àqueles mais bem colocados. Isso significa que, para o bem ou para o mal, os concorrentes passam a ter mais visibilidade com o desenvolvimento da disputa. Nesse sentido, se a intensidade da cobertura importa, ela deve ser uma medida tão relevante quanto as valências.

¹¹ Achen (2000) argumenta que as variáveis dependentes defasadas podem trazer mais problemas do que benefícios para os modelos de séries temporais, principalmente porque elas tendem a absorver muito de sua variância. Contudo, considero o argumento de Keele e Kelly (2005) mais consistente. Para eles, o uso de variáveis dependentes defasadas é apropriado, desde que elas façam sentido teoricamente e sejam levadas em conta algumas questões técnicas como, por exemplo, a estacionariedade das séries.

¹² Para informações sobre a metodologia empregada na análise do conteúdo da imprensa, ver os textos de Alessandro Aldé (2004b) e a página do Doxa na internet: <doxa.iuperj.br>.

¹³ Dados da Associação Nacional do Jornais (ANJ). Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: [23 out. 2008].

Construindo a variável da cobertura da imprensa

A variável cobertura da imprensa foi construída da seguinte maneira, a partir dos dados presentes na planilha da mídia impressa do Doxa-luperj:

- (a) obteve-se o nível de exposição sobre um determinado candidato i , em um período de tempo que corresponde ao intervalo entre a publicação de duas pesquisas de intenção de voto. Como os intervalos de tempo são irregulares, a medida mais adequada não foi o somatório das aparições, mas a média de aparições diárias por matéria dos candidatos;
- (b) calculou-se o nível de favorecimento da cobertura da imprensa sobre os candidatos. O procedimento foi o mesmo utilizado por Borba (2005) e Aldé, Mendes e Figueiredo (2007). Tirou-se a diferença do percentual de matérias positivas e negativas publicadas sobre um determinado candidato i , em um período de tempo que corresponde ao intervalo entre a publicação de duas pesquisas de intenção de voto; e
- (c) multiplicou-se a média de aparições diárias por matéria de cada um dos candidatos pelos respectivos somatórios de suas valências, obtendo-se a variável que mede a dinâmica da cobertura da imprensa.

As Figuras 2 e 3 trazem os gráficos da cobertura da imprensa dos principais candidatos nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. Para uma melhor compreensão da variação da cobertura, assinalei alguns eventos-chave que ocorreram durante a disputa.

Figura 2
Cobertura da Imprensa dos Principais Candidatos, Eleições Presidenciais de 2002

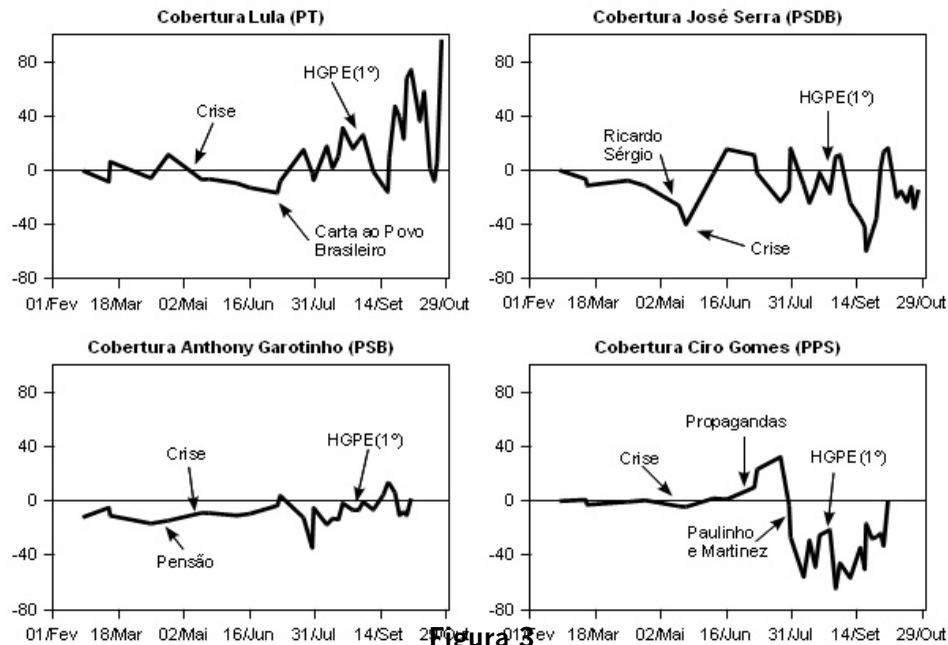
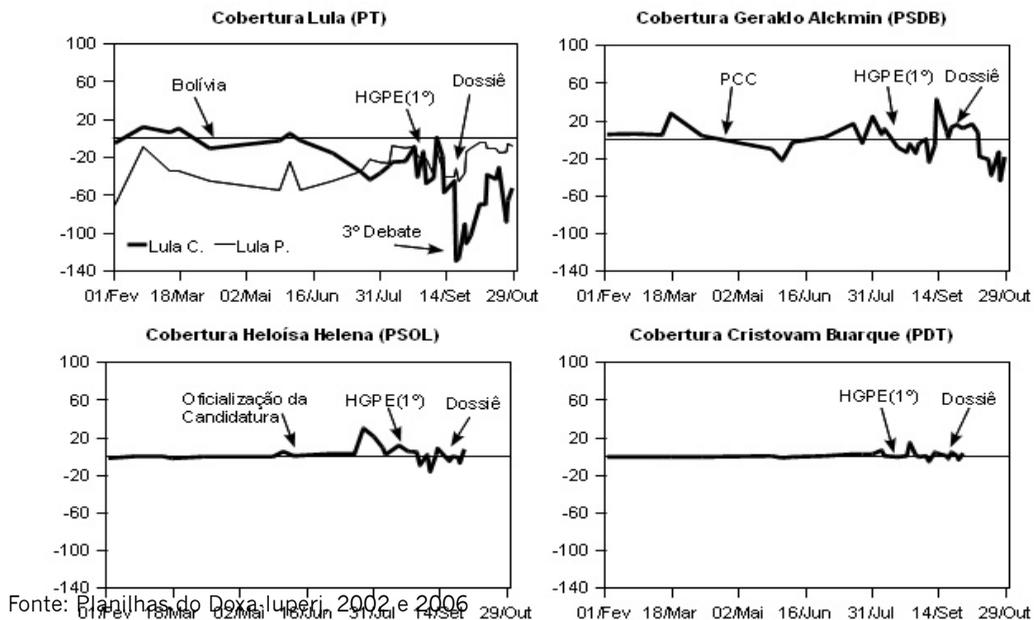


Figura 3
Cobertura da Imprensa dos Principais Candidatos, Eleições Presidenciais de 2006



Fonte: Planilhas do Doxa-Luperi, 2002 e 2006

Em 2002, a crise econômica teve um impacto negativo na cobertura de Lula, que apenas voltou a ser predominantemente positiva depois de julho, após o petista

lançar a “Carta ao Povo Brasileiro” e, nas palavras de Borba (2004), aderir “ao *establishment*”. Serra teve, claramente, uma cobertura mais negativa que a de Lula, seu principal concorrente. Garotinho, por sua vez, não conseguiu deslançar na disputa. Sua cobertura foi quase sempre negativa. Tal situação impediria qualquer candidato “azarão” de alçar voos mais altos em uma disputa presidencial (ALDÉ, 2004). E Ciro foi, de fato, “o grande prejudicado (...) pela atuação dos jornais” (ALDÉ, 2004, p.112).

Em 2006, a cobertura foi substantiva e fortemente negativa para a candidatura de Lula, seja como “Candidato” ou “Presidente”. Os momentos mais críticos ocorreram a partir da segunda quinzena de setembro, por causa do estouro do escândalo do “Dossiê Tucano” e da ausência do candidato no segundo debate pela televisão dos presidenciáveis, no dia 28. A cobertura da candidatura Alckmin foi relativamente neutra. Já Heloísa Helena apareceu, na maioria das vezes, de forma positiva nos jornais devido ao “espaço dado (...) aos [seus] ataques ao governo ou à candidatura de Lula” (ALDÉ, FIGUEIREDO e MENDES, 2007, p.81). Mas a cobertura da candidata do PSOL teve pouca intensidade, e nenhum dos eventos assinalados no Gráfico parece ter contribuído substantivamente para a variação da sua série. O mesmo pode ser dito a respeito de Cristovam Buarque.

Introduzindo uma defasagem na variável cobertura da imprensa

A variável da cobertura da imprensa foi utilizada no modelo com uma defasagem no tempo. Existem duas razões que fundamentam essa decisão. A primeira delas é factual. Como se sabe, as notícias de “hoje” dos jornais trazem, na verdade, as informações sobre os acontecimentos de “ontem”.

A segunda delas é teórica. Mudanças de atitude não ocorrem de maneira repentina ou imediata: “mudanças no fluxo de comunicações políticas [não levam] (...) a experiências de conversão repentinas” (ZALLER, 1992, p.266). Na verdade, o acúmulo de informações disponibilizadas pelos meios de comunicação ao longo de um determinado período de tempo produzem “mudanças graduais no equilíbrio de considerações que estão presentes na cabeça das pessoas” (ZALLER, 1992, p.266).

As flutuações das curvas de intenção de voto dos candidatos não ocorrem, exclusiva e necessariamente, em função da cobertura da imprensa no dia em que foi coletada a opinião do eleitor. Ela é função da cobertura pretérita da imprensa. Como a recepção “exige atenção, compreensão e a retenção da notícia” (ZALLER e PRICE, 1993, p.134), mudanças de opinião exigem do indivíduo muito mais do que a simples exposição a uma notícia. É mais lógico supor que críticas insistentes a um governo tenham mais efeito no médio e longo prazos do que de maneira imediata. Além disso, por mais escandalosas que certas notícias possam ser, muitas vezes elas tratam de assuntos complexos e que requererem dos receptores um pouco

mais de atenção e esforço cognitivo. Isso demora algum tempo para levar a mudanças de opinião.

Tal premissa vai ao encontro de uma outra característica importante das coberturas jornalísticas. Esta é uma variável que tem “memória”. Muitos assuntos, como por exemplo uma denúncia, um escândalo ou um problema econômico, geralmente permanecem na mídia por várias semanas, até perderem intensidade ou interesse público.

Mesmo se levarmos em conta que o surgimento de certas notícias, especialmente aquelas envolvendo assuntos mais graves ou polêmicos, possam minar consideravelmente uma candidatura em um curto espaço de tempo, seria incorreto especificar a variável cobertura da imprensa sem uma defasagem. Na verdade, caso o número de observações fosse maior, é bem provável que defasagens de ordem mais elevadas fossem introduzidas.

As variáveis de controle

Nem a intenção de voto dos eleitores, nem a sua variação, são explicadas apenas pela cobertura da imprensa. Por essa razão, torna-se necessário introduzir variáveis de controle no modelo proposto para minimizar ou evitar erros de especificação. Segundo Rennó e Spanakos (2006, p.24-25), tais erros são “um problema grave”, já que “não acarretam apenas ineficiência na estimação (erros-padrão inflados), mas também vieses nos coeficientes estimados”.

As variáveis de controle não serão aleatórias, pois buscam conectar o modelo proposto com a longa tradição das pesquisas sobre comportamento político. Segundo estas, de acordo com Figueiredo (2007, p.11), as razões do voto dos eleitores podem ser explicadas, especialmente, por dois tipos de variáveis, aquelas que são endógenas ao processo eleitoral e às campanhas políticas, e aquelas que são exógenas a eles. No primeiro bloco estariam algumas das principais variáveis “comunicacionais”, como as propagandas político-institucionais dos partidos e o HGPE. No segundo bloco estariam variáveis “estruturais”, estáveis do longo do tempo, como as avaliações do estado da economia e do desempenho dos governantes.

Em grande medida, os estudos eleitorais trabalham com essas duas ordens de variáveis de modo estanque (FIGUEIREDO, 2007, p.11). Neste artigo, elas são tratadas em conjunto. O modelo a ser estimado tem a vantagem de unir as variáveis comunicacionais com a longa tradição das pesquisas sobre comportamento político. Embora o objetivo primordial não seja investigar o impacto, por exemplo, das avaliações de governos ou do HGPE na intenção de voto dos eleitores, omitir essas variáveis do modelo seria ir contra o estado da arte da tradição dos estudos eleitorais.

Propaganda político-institucional, HGPE e debates presidenciais

Ao lado da cobertura da imprensa, a propaganda política dos partidos, o HGPE e os debates presidenciais formam o núcleo das variáveis comunicacionais que interferem na decisão do voto. Os dois primeiros são importantes porque dão visibilidade a programas de partido e inserem políticos na cena pública. Existem vários exemplos de como as propagandas político-institucionais e os programas eleitorais ganharam votos para candidatos que, até antes de sua veiculação, não eram considerados nem concorrentes sérios, nem favoritos na disputa. No Brasil, isso aconteceu em praticamente todas as eleições, como mostram diversos estudos (MENDES e VENTURI, 1994; BORBA, 2005; RENNÓ e SPANAKOS, 2006; FIGUEIREDO, 2007).

Em relação ao HGPE, testes estatísticos de Borba (2005) e Figueiredo (2007) mostram que, em 2002, tanto Serra quanto Lula foram beneficiados pelo início da transmissão dos programas. Em complemento a essas informações, Lourenço (2007) apresenta evidências de que o impacto positivo do HGPE do 1º turno da eleição para Serra deveu-se a uma estratégia agressiva de sua campanha, através de propaganda negativa contra Ciro Gomes (PPS).

São menos evidentes os efeitos dos debates na literatura brasileira, embora eles sejam importantes em uma eleição. Como explica Lourenço (2007), os eleitores utilizam os debates para checarem e atualizarem informações e impressões a respeito dos candidatos. Isso significa que, ao assisti-los, as pessoas podem modificar suas avaliações sobre um ou mais candidatos, podendo levá-las a uma mudança de preferência.

Em todo caso, não se deve esperar que os efeitos dos debates limitem-se apenas à exposição direta a eles. Como mostram os trabalhos de Lourenço (2007) e Gonçalves (2008), tais eventos são amplamente cobertos pela imprensa e repercutem junto aos eleitores de um modo muito mais amplo. Daí a sua importância para as campanhas eleitorais.

A melhor maneira de controlar o efeito das propagandas político-institucionais, do HGPE e dos debates é a partir da introdução de variáveis *dummy* para os períodos logo após a ocorrência dos eventos, conforme as sugestões de McDowall et al (1980) para a análise de séries temporais interrompidas.

Para as propagandas político-institucionais foi dado o valor de 1 para o período de tempo logo após a sua transmissão, e 0 para os demais períodos, o que indica ausência de efeito. Essa métrica é semelhante à utilizada por Rennó e Spanakos (2006) e foi também usada para a construção da variável sobre os debates. Para o HGPE, foram criadas três variáveis *dummy*, uma para cada período da campanha, pré-eleitoral, 1ºturno e 2ºturno, seguindo a métrica implementada

Figueiredo (2007), com resultados bastante satisfatórios.

Economia e avaliação de governo

Até hoje, nenhuma análise de séries temporais sobre a popularidade presidencial deixou de mostrar que os eleitores responsabilizam o presidente pela desempenho da economia, levando em conta, principalmente, três tipos de indicadores: inflação, desemprego e crescimento do Produto Interno Bruto. “*Este é simplesmente o achado mais difundido deste campo de pesquisa, independente do fato de que praticamente cada estudo ter selecionado uma maneira diferente de medir a performance da economia*” (BAUM e KERNELL, 2001, p.209). Consequentemente, pode-se afirmar que as variáveis econômicas têm um impacto significativo nos resultados eleitorais, especialmente em uma perspectiva de voto retrospectivo (DOWNS, 1999 [1957]; KEY, 1966; FIORINA, 1981).

Diversos estudos também demonstraram que o desempenho da economia influencia, decisivamente, a avaliação de desempenho e a popularidade dos presidentes (KINDER, 1981; KIEWIET, 1983; HIBBS, 1987; PAGE e SHAPIRO, 1992). Essa realidade não é muito diferente no Brasil. Cervi (2006), por exemplo, mostrou como a avaliação dos governantes brasileiros, em *especial sua avaliação negativa*, está associada ao desempenho da economia. Rennó e Spanakos (2006), trabalhando com dados agregados sobre as eleições presidenciais de 1994, 1998 e 2002, afirmaram que 86% da popularidade presidencial, durante esse período, seriam explicados pelo desempenho da economia¹⁴. Os 14% restantes estariam vinculados a outros fatores, não-econômicos.

Portanto, é possível empregar os índices de popularidade do presidente como um indicador das avaliações retrospectivas do governo feita pelos eleitores, alimentadas principalmente pelo desempenho da economia, além de outros fatores políticos e sociais. Essa metodologia já foi aplicada por Borba (2005) em sua dissertação. Para analisar o impacto da condição nacional do país no voto em Lula em 2002, ele utilizou a avaliação negativa do desempenho do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a partir da porcentagem de eleitores que avaliavam o seu governo como “ruim/péssimo”. O fato de a avaliação negativa ser um indicador mais adequado do que a positiva encontra justificativa no trabalho de Cervi (2006), pois ela capta melhor a mudança de humor dos eleitores do que as avaliações “boa/ótima”.

A Tabela 1 traz as estatísticas descritivas destas e das demais variáveis do

¹⁴ Esse número foi obtido pelos autores ao regressarem a variável de popularidade presidencial, medida nas pesquisas de intenção de voto do *Datafolha*, *Ibope* e *Vox Populi*, contra variáveis econômicas clássicas de desemprego e inflação, além de outras de alta volatilidade, no caso indicadores do mercado financeiro nacional (índice Bovespa) e internacional (taxa de câmbio e C-Bond).

modelo¹⁵.

Tabela 1
Estatísticas Descritivas das Variáveis do Modelo

Eleição Presidencial de 2002	Média	Máximo	Mínimo	D.P.	Obs.
Lula (PT) ^b	40,47	61	24	10	36
Serra (PSDB) ^b	19,58	32	11	6,06	36
Garotinho (PSB)	13,23	17	10	2,13	30
Ciro (PPS)	15,97	28	7	6,83	30
Imprensa Lula ^b	14,06	97	-16	27,38	36
Imprensa Serra ^b	-13,08	16	-59	18,93	36
Imprensa Garotinho	-6,76	13	-34	9,50	30
Imprensa Ciro	-17,65	33	-64	24,28	30
Avaliação ^{ab}	32,00	36	26	2,80	36
Eleição Presidencial de 2006					
Lula (PT) ^b	48,35	58	36	4,95	37
Alckmin (PSDB) ^b	28,08	43	17	7,02	37
Heloísa Helena (PSOL)	8,34	12	5	2,14	29
Cristovam Buarque (PDT)	1,17	2	0	0,54	29
Imprensa Lula Candidato ^b	-39,60	13	-129	37,89	37
Imprensa Lula Presidente ^b	-25,00	-3	-70	16,58	37
Imprensa Alckmin ^b	-0,14	43	-43	17,67	37
Imprensa H. Helena	3,06	30	-16	8,61	29
Imprensa Cristovam	1,55	15	-5	3,43	29
Avaliação ^{ab}	18,81	23	14	2,70	37

Fonte: Pesquisas do Datafolha e Ibope e Planilhas do Doxa-luperj, 2002 e 2006.

a Percentual de Eleitores que consideravam o Governo Ruim ou Péssimo. b Inclui 2º turno.

¹⁵ Modelos de séries temporais exigem que suas variáveis seja estacionárias (WOOLRIDGE, 2006; BUENO, 2008). Testes KPSS identificaram problemas de raiz unitária de ordem um nas seguintes variáveis: intenções de voto de Lula (2002 e 2006), Serra, Alckmin, Cristovam; cobertura da imprensa de Lula (2002 e 2006), Garotinho e Ciro; e avaliação de governo (2002 e 2006). Para corrigi-los, implementou-se o procedimento sugerido Romer (2004), Woolridge (2007) e Bueno (2008): a tendência determinística linear das séries foi eliminada via MQO, estimando-se Y_{it} em função do tempo; o resíduos da equação constituíram-se na nova série. Para detalhes desse procedimento, ver Mundim (2010).

Um modelo dos efeitos da cobertura da imprensa no voto

Toda essa discussão, finalmente, permite apresentar a fórmula completa do modelo a ser testado, como pode ser visto na equação (2):

$$(2) \quad VOTO_{it} = \alpha + \beta_1 VOTO_{i,t-1} + \beta_2 IMPRENSA_{i,t-1} + \beta_3 PROPAGANDA_i + \beta_4 HGPE\ 1^\circ + \beta_5 HGPE\ 2^\circ + \beta_6 DEBATES + \beta_7 AVALIAÇÃO_t + \varepsilon_t$$

Onde a intenção de voto do candidato i , em um período de tempo t , é função de sua intenção do seu voto em $t-1$, da cobertura da imprensa sobre ele, além das variáveis de controle. A Tabela 2 traz a descrição completa de cada uma dessas variáveis, conforme a discussão apresentada até aqui.

Tabela 2
Descrição das variáveis incluídas no modelo

Nome	Descrição
VOTO _{it}	Porcentagem da intenção de 'VOTO' do candidato i , no tempo t .
VOTO _{t-1}	Variável dependente 'VOTO' com uma defasagem.
IMPRENSA _{i,t-1}	Cobertura da 'IMPRENSA', obtido a partir da multiplicação do somatório das valências com a média de aparições diárias por matéria do candidato i , entre os tempo $t-n$ e t . A variável tem uma defasagem.
PROPAGANDA _i	1 para o período logo após a veiculação da 'PROPAGANDA' político-institucional do partido do candidato i , 0 para os demais períodos.
HGPE 1°	1 para o período do 1º turno das eleições, 0 para os demais períodos.
HGPE 2°	1 para o período do 2º turno das eleições, 0 para os demais períodos.
AVALIAÇÃO _t	Porcentagem dos eleitores que avaliam negativamente (ruim/péssimo) o presidente, em cada tempo t .
DEBATES	1 para o período logo após a ocorrência dos 'DEBATES', 0 para os demais períodos.

Fonte: elaboração do autor

O modelo da equação (2) permite a formulação de uma hipótese a ser testada nas eleições presidenciais de 2002 e 2006: a cobertura da imprensa de Lula, Serra, Ciro, Garotinho, Alckmin, Heloísa Helena e Cristovam afetou as respectivas intenções de voto. Rejeitar essa hipótese seria o mesmo que dizer que a cobertura da imprensa foi uma variável pouco ou nada importante nas duas últimas eleições presidenciais brasileiras. Embora simples, acredito que esse modelo seja suficiente tanto para implementar essa tarefa, quanto para dar uma contribuição importante aos estudos sobre mídia e eleições no Brasil, ainda carente de pesquisas sobre efeitos da mídia ou “comportamento eleitoral e mídias” (RUBIM e AZEVEDO, 1998).

Teste do modelo para a eleição presidencial de 2002

A Tabela 3 apresenta os resultados da aplicação do modelo para as intenções de voto dos principais candidatos na eleição presidencial de 2002.

Tabela 3
Resultados da Aplicação do Modelo, Eleição Presidencial de 2002

	Lula			Serra			Garotinho			Ciro		
Constante	-0,87	(0,66)		-1,09	(0,68)		2,45	(1,79)		1,80	(1,23)	
Voto $t-1$	0,62	(0,11)	***	0,56	(0,15)	***	0,80	(0,13)	***	0,92	(0,06)	***
Imprensa $t-1$	0,05	(0,03)	**	0,02	(0,04)		0,01	(0,03)		0,05	(0,02)	*
Propaganda	7,26	(1,26)	***	4,72	(1,02)	***	1,48	(1,41)		6,53	(2,58)	**
HGPE 1°	-0,49	(1,14)		0,99	(1,10)		0,55	(0,63)		-1,75	(0,91)	*
HGPE 2°	6,39	(1,80)	***	6,90	(2,51)	**						
Debates	-0,74	(0,96)		-2,12	(1,76)		1,03	(0,83)		0,51	(1,41)	
Avaliação	0,25	(0,23)		0,05	(0,29)		0,12	(0,13)		0,23	(0,23)	
Observações	35			35			29			29		
R ² Ajustado	0,87			0,78			0,62			0,89		
Teste-F	32,15	***		17,92	***		8,66	***		39,54	***	

Fonte: Pesquisas do Datafolha e Ibope e Planilhas do Doxa-luperj, 2002. Erros-padrão entre parênteses.
Nota: Método de estimação: Mínimos Quadrados Ordinários. Todos os modelos produziram resíduos estacionários. Testes LM não detectaram problemas de autocorrelação serial em nenhum dos modelos. Testes White não detectaram problemas de heterocedasticidade em nenhum dos modelos, com exceção de Serra. Como solução, ele foi estimado utilizando-se o estimador consistente de matrizes de covariância de White.

Os valores de R^2 Ajustado e do Teste F, além dos resultados da análise dos resíduos, mostram que os modelos se comportaram relativamente bem. A variável que mede a cobertura da imprensa foi uma das causas da variação das intenções de voto de Lula e Ciro. O sinal do seu coeficiente indica que uma cobertura positiva dos candidatos rendia-lhes votos e, negativa, custava-lhe votos. O mesmo não aconteceu com a cobertura de Serra e de Garotinho.

Como mostram os Gráficos das Figuras 1 e 2, além das estatísticas descritivas na Tabela 1, Serra e Garotinho foram os candidatos que apresentaram as menores variações nas séries de intenção de voto e de suas respectivas coberturas da imprensa. Mas isso não implicaria, a princípio, em uma ausência de efeito da variável cobertura da imprensa no voto do tucano e do candidato do PSB.

A meu ver, a explicação para o fato de a cobertura da imprensa não ter afetado as intenções de voto de Garotinho encontra respaldo na discussão sobre a base eleitoral evangélica (CARREIRÃO E BARBETA, 2004; BOHN, 2004; ALMEIDA, 2006; CARREIRÃO, 2007), que funcionou como um forte mecanismo de resistência dos eleitores do candidato do PSB, mesmo com a cobertura predominantemente negativa. Em relação a Serra, acredito que a melhor explicação está nos estudos de Alvarez (1997) e Popkin (1991).

Alvarez (1997) mostra que, em eleições presidenciais, quando maior o nível de informação anterior dos eleitores sobre os candidatos, menor a probabilidade de novas informações levarem a mudanças de preferências. Serra não apenas tinha sido ministro de duas pastas do governo Fernando Henrique, como era o candidato da situação. Em um contexto de campanha política e alta visibilidade na imprensa, era ainda uma tarefa mais simples para os eleitores conectarem a sua candidatura com o governo que terminava.

Quais outras informações sobre Serra os eleitores realmente precisavam para definir o seu voto? As demais informações estavam presentes nas experiências vividas nos últimos sete anos. Juntos, os estímulos comunicacionais das campanhas e da cobertura da imprensa, mais as experiências do dia-a-dia, formam aquilo que Popkin (1994, p.212) chamou de “racionalidade de baixo custo” ou “visceral”, que os eleitores utilizam para avaliar o governo e tomar suas decisões políticas.

Nesse contexto, a cobertura da imprensa tinha, de fato, pouca probabilidade de agregar novas informações a respeito de Serra. Ao mesmo tempo, ela se tornou um inconveniente para o “tucano”, cuja estratégia de campanha adotada – a do candidato da “continuidade sem continuísmo” – buscava colocá-lo como um crítico do governo Fernando Henrique (ALMEIDA, 2006). Essa era uma situação delicada e difícil de resolver, pois o candidato do governo precisava aparecer para o eleitor, mas esconder as suas ligações políticas com uma administração que, após oito anos, deixava o poder em baixa e em um contexto eleitoral de mudança.

Por quê esse mesmo conhecimento anterior não afetou a candidatura de

Lula da mesma maneira? Afinal, o petista também era um candidato amplamente conhecido e que estava disputado a sua quarta eleição presidencial. Simplesmente porque ele não tinha um histórico de governo que servisse de atalho de informação (DOWNS, 1999 [1957]; POPKIN, 1991) para os eleitores racionalizarem em torno do que seria um futuro governo petista. Nesse sentido, ainda pairava sobre Lula um nível de incerteza mais alto, principalmente em relação às políticas econômicas. E isso o deixava, claramente, mais vulnerável às mudanças dos fluxos de informação provenientes da cobertura da imprensa.

Qual teria sido o impacto estimado da cobertura imprensa junto aos eleitores? Pelo valor dos coeficientes, ele foi pequeno. Contudo, para se estimar a magnitude dos efeitos, os coeficientes devem ser avaliados tendo em vista a variação dos valores da cobertura da imprensa, mantido constante as demais variáveis do modelo.

Feito isso, é possível decompor a disputa eleitoral de 2002 em diversos períodos. No caso de Lula, até o início da crise econômica, em 14 de maio, o efeito acumulado da sua cobertura foi pequeno, cerca de 0,23%. Já entre esta data e sete de julho, o impacto negativo nos votos do petista foi de - 2,6%. A partir do momento em que Lula adere ao *establishment*, de 23 de julho até o fim do 1º turno, ele tem um ganho acumulado de aproximadamente 14,58% dos votos dos eleitores.

No caso de Ciro, o seu melhor momento foi o mês de julho, que rendeu-lhe um ganho de cerca de 6,16% dos votos, frutos de uma estratégia de comunicação bem feita no final de junho. O estouro dos escândalos sobre seu tesoureiro de campanha e seu vice tiveram um impacto negativo de - 2,26%. E, a partir do momento em que começa o HGPE, no 1º turno, o candidato do PPS sofre um perda de - 3,89% do seus votos, graças ao seu destempero, gafes etc.

Mesmo que, em valores percentuais, alguns desses números sejam pequenos, eles devem ser avaliados tendo em vista o número de eleitores brasileiros. Em uma estimativa conservadora, que leva em conta apenas o número de pessoas que votaram em algum candidato no 1º turno das eleições, uma perda de 2,6%, no caso de Lula durante a crise representaria um universo de 2.207.764 eleitores; e a perda de Ciro, após as denúncias envolvendo seu tesoureiro e seu vice, de 1.919.0567¹⁶.

Em relação às demais variáveis que alcançaram significância estatística, a propaganda político-institucional mostrou-se um elemento importante na dinâmica de ganhos de votos. A sua grande vantagem é que ela permite aos candidatos uma comunicação direta com os eleitores, sem intermediários e a competição de outros concorrentes – como acontece no HGPE. Mas um dos fatores que define se o

¹⁶ Valores calculados a partir dos dados disponíveis na página de Jairo Nicolau. Disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj.br/>>. Acesso em: [06 out. 2009].

candidatos conseguirão manter esses votos é a cobertura da imprensa que se segue após sua veiculação. Quanto mais positiva a repercussão na imprensa, maior a possibilidade de este efeito ser duradouro, sendo o contrário também verdadeiro.

O início da veiculação do HGPE, no 1º turno, teve impacto apenas na intenções de voto de Ciro. As consequências negativas eram esperadas. Já a variável que mede o efeito do HGPE no 2º turno, como havia sido demonstrada por Figueiredo (2007, p.15), mostrou-se “mais eficiente do que no primeiro; isso ocorre porque com a saída de competição dos candidatos derrotados os seus eleitores são atraídos pelos dois candidatos [remanescentes] na disputa”.

Teste do modelo para a eleição presidencial de 2006

A Tabela 4 apresenta os resultados da aplicação do modelo para os principais candidatos da eleição de 2006. Embora as análises sobre a eleição fossem unânimes em assinalar a ausência de efeitos do conteúdo dos jornais sobre o voto em Lula, era difícil aceitar que a cobertura do petista – atual presidente do país concorrendo à reeleição, o candidato com a maior visibilidade de todos os outros concorrentes, e em um tom fortemente negativo (ver Figura 3) – não tivesse qualquer impacto junto aos eleitores. Por esse motivo, as variáveis que medem a cobertura da imprensa sobre Lula foram introduzidas como preditores da variação das intenções de voto dos demais candidatos.

Tabela 4
Resultados da Aplicação do Modelo, Eleição Presidencial de 2006

	Lula			Alckmin			H. Helena			Cristovam		
Constante	0,10	(0,45)		-1,35	(0,69)	*	3,29	(1,19)	**	-0,12	(0,12)	
Voto $t-1$	0,49	(0,12)	***	0,54	(0,15)	***	0,52	(0,17)	***	-0,14	(0,22)	
Imprensa $t-1$				-0,01	(0,03)		0,09	(0,04)	**	-0,04	(0,02)	*
Imprensa Lula P. $t-1$	-0,02	(0,02)		0,05	(0,03)		0,01	(0,02)		-0,01	(0,01)	
Imprensa Lula C. $t-1$	0,01	(0,01)		-0,05	(0,02)	***	0,01	(0,01)		-0,01	(0,00)	**
Propaganda	2,17	(1,62)		10,04	(2,77)	***	-1,52	(1,69)		0,50	(0,42)	
HGPE 1°	-0,79	(0,64)		0,92	(1,07)		0,82	(0,73)		0,23	(0,16)	
HGPE 2°	2,14	(0,84)	**	4,22	(1,56)	**						
Debates	-0,94	(0,85)		-2,24	(1,25)	*	0,71	(1,14)		-0,09	(0,34)	
Avaliação	-0,65	(0,17)	***	0,05	(0,28)		0,21	(0,17)		0,01	(0,05)	
Observações	36			36			28			28		
R ² Ajustado	0,71			0,71			0,66			0,23		
Teste-F	11,95	***		10,45	***		7,69	***		2,01		

Fonte: Pesquisas do Datafolha e Ibope e Planilhas do Doxa-luperj, 2006.

Erros-padrão entre parênteses.

Nota: Método de estimação: Mínimos Quadrados Ordinários. Todos os modelos produziram resíduos estacionários. Testes LM não detectaram problemas de autocorrelação serial em nenhum dos modelos. Testes White não detectaram problemas de heterocedasticidade em nenhum dos modelos.

*** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$ e * $p < 0,1$.

Novamente, os valores do R² Ajustado, do Teste F e dos resultados da análise dos resíduos mostraram que os modelos se comportaram de maneira satisfatória.

A cobertura da imprensa não teve qualquer impacto nas intenções de voto de Lula em 2006. O fato de HGPE do 2° turno demonstrar ganhos de voto para o petista está de acordo com a análise de Figueiredo

“tão logo começou o 2° turno, Lula participou dos debates, a mídia diminuiu seu 'tom' negativo e o debate entre os dois candidatos e suas campanhas ganharam conteúdos programáticos e ideológicos. O resultado (...) foi a recuperação de Lula” e a consolidação da “a sua vitória política e eleitoral” (FIGUEIREDO, 2007, p.18).

O significado dos efeitos da variável Avaliação merece uma análise mais detalhada. Como assinalou Coimbra (2007), desde o início da disputa os eleitores de Lula estavam decididos a votar nele independente da visibilidade negativa que seu governo recebia nas páginas dos jornais. Essa opinião encontra respaldo empírico no artigo de Rennó (2007), que mostrou que a avaliação retrospectiva funcionou como um *escudo* contra a cobertura da imprensa¹⁷. Está claro, portanto, que como candidato à reeleição e amplamente conhecido pelos eleitores, os quatro do governo Lula foram mais importantes do que o conteúdo do frenesi midiático.

Conforme a análise gráfica indicava, Alckmin foi alçado à condição de principal concorrente do petista após a veiculação da propaganda político-institucional do PSDB. A magnitude do efeito da sua transmissão mostra claramente o movimento de adesão dos eleitores que estavam esperando pela definição do candidato dos tucanos. O HGPE do 2º turno também foi positivo para o Alckmin. Mas seu efeito foi amenizado pelos quatro debates que ocorreram durante o mês de Outubro. Na verdade, os debates foram o ponto fraco de Alckmin, conforme Figueiredo (2007) já havia intuído.

A cobertura da imprensa sobre Lula Candidato foi claramente uma das causas da variação das intenções de voto de Alckmin. Como ela foi predominantemente negativa, pode-se dizer que o tucano se beneficiou amplamente da maneira como os jornais trataram a candidatura do petista. Em seu momento mais crítico, justamente entre o escândalo do Dossiê e a ausência de Lula no debate do dia 28 de Setembro, é possível estimar que ela foi responsável por um ganho de aproximadamente 6,57% de votos para o tucano, mantida as demais variáveis constantes. Uma estimativa conservadora, que leva em conta apenas o número de pessoas que votaram em algum candidato no 1º turno das eleições, isso representaria um universo de 6.302.777 eleitores¹⁸.

Outro candidato que se beneficiou da ampla cobertura negativa de Lula foi Cristovam, embora esse efeito tenha sido pequeno. Ele provavelmente atraiu eleitores descontentes com os candidatos disponíveis e que optaram por dar um voto de protesto. Mas o candidato do PDT também ganhou votos com a sua própria cobertura. A princípio, o sinal do coeficiente parece contraditório. Isso provavelmente ocorreu porque o seu momento de maior visibilidade foi cercado de críticas ao seu programa de governo.

¹⁷ Pelos resultados da tabela, poder-se-ia imaginar que a cobertura da imprensa tenha tido um efeito indireto nas intenções de voto em Lula. Ou seja, a visibilidade negativa nos jornais teria afetado a avaliação negativa do governo e, desse modo, o voto no petista. Mas testes de causalidade de Granger e a estimação do modelo tendo "Avaliação" como variável dependente não deram qualquer suporte a esta hipótese.

¹⁸ Valores calculados a partir dos dados disponíveis na página de Jairo Nicolau. Disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj.br/>>. Acesso em: [13 out. 2009].

Embora tal situação seja inusitada, ela não é de nenhum modo inédita e dá a ver um fenômeno interessante analisada por Burden (2002, p.79). Ele identificou aos menos duas ocasiões em que a cobertura negativa ajudou um candidato a subir nas pesquisas, ao invés de atrapalhá-lo. Esse fato é especialmente aplicável a concorrentes que são desconhecidos pelo grande público, em que a visibilidade alcançada por um candidato é mais importante do que o tom da cobertura sobre ele. Nesse sentido, os eleitores de Cristovam provavelmente optaram por um candidato com alguma visibilidade midiática e cuja única crítica recaía em um programa de governo que enfatizada políticas educacionais.

Assim como Alckmin e Cristovam, Heloísa Helena foi uma candidata cuja variação das intenções de voto pode ser explicada pela cobertura da imprensa. Mas, ao contrário dos dois, as intenções de voto da ex-senadora sofreram influência apenas de sua própria cobertura. A propaganda político-institucional do PSOL não afetou sua série histórica. Por outro lado, após a oficialização da sua candidatura, Heloísa Helena teve um breve período de visibilidade positiva, o que contribuiu significativamente para ao seu crescimento nas intenções de voto.

Limitações, novas perspectivas e possibilidades de generalização do modelo

Em linhas gerais, os resultados das Tabelas 3 e 4 apresentam duas conclusões: que o modelo proposto funcionou satisfatoriamente e que a cobertura da imprensa foi, sim, um importante elemento das disputas eleitorais de 2002 e 2006. Afinal, em ambos os pleitos as intenções de voto dos seis dos oito principais candidatos ao cargo de Presidente da República foram afetadas pelos fluxos de informação provenientes dos quatro principais jornais do país.

Isso mostra uma das grandes vantagens para os estudos eleitorais dos modelos de séries temporais, especialmente aqueles interessados em analisar o papel da imprensa durante as eleições. Tanto estas, quanto a própria cobertura da imprensa, são processos dinâmicos que respondem a uma série de acontecimentos e eventos de campanha que ocorrem durante a disputa. Analisar esse tipo de dinamismo talvez seja a melhor maneira de compreender como a mídia interfere na decisão do voto dos eleitores, o que seria mais difícil de observar em pesquisas que trabalhassem apenas com dados de corte transversal.

Mas, como todos os modelos e técnicas estatísticas, algo deve ser dito a respeito de suas limitações. O aumento do número de observações possivelmente melhoraria seus resultados ou, no mínimo, os testes que medem o ajuste do modelo. Isso poderia ser feito com o uso de *tracking polls*, ao invés dos relatórios de pesquisa. Infelizmente, no Brasil, esses dados ainda são exclusividade dos partidos, sendo sua liberação relativamente difícil.

Alguns pesquisadores poderiam apontar uma outra limitação do modelo,

ligada à conhecida discussão sobre a “falácia ecológica” dos estudos eleitorais, segundo a qual o fato de ter trabalhado com dados agregados limitaria, ou até impediria, generalizações a respeito do comportamento individual dos eleitores. Neste caso, o ideal seria trabalhar com dados de corte transversal e, preferencialmente, com dados de painel.

Concordo com as vantagens oferecidas pelos painéis, mas reitero as limitações dos dados de corte transversal para análises como a implementada neste artigo. Além disso, considero que as críticas às análises com dados agregados levantadas pela falácia ecológica já foram superadas. Como argumentou Kramer, “*as discrepâncias entre os estudos de níveis macro e micro (...) não mostram realmente nenhuma discordância a respeito dos verdadeiros valores ocultos dos parâmetros comportamentais de interesse*” (KRAMER, 1981, p.3).

Uma última crítica ao modelo proposto seria a de que ele não é capaz de captar todo o dinamismo inerente às disputas eleitorais. Por exemplo, as intenções de Lula em 2002 podem, também, ter sido afetadas pela cobertura da imprensa e pela veiculação das propagandas político-institucionais dos outros candidatos, e vice-versa. As análises que melhor se aproximam dessa realidade são as de 2006, quando a cobertura da imprensa de Lula Candidato e Lula Presidente foram utilizadas como parâmetros dos modelos dos demais candidatos.

Existem métodos de estimação de equações múltiplas ou simultâneas, como SUR ou VAR, que são mais apropriados para capturar esse tipo de dinamismo mencionado acima do que os MQO (KMENTA, 1971; RENNÓ e SPANAKOS, 2006; BRANDT e WILLIAMS, 2007; BUENO, 2008). Ambos são métodos estatísticos bastante interessantes e promissores. Eles foram testados, mas apresentaram mais desvantagens do que benefícios para os objetivos desta pesquisa em particular.

Tanto o SUR como o VAR levavam à perda dos dados referentes ao 2º turno e a uma redução aquém do desejável do número de observações. Além disso, no caso do VAR, as análises se restringem ao chamado de “modelo estrutural”, que não inclui nenhuma das variáveis binárias: propaganda político-institucional, debates, HGPE 1º e HGPE 2º. Por isso, e pelo menos por enquanto, preferi seguir o princípio da parcimônia estatística e trabalhar com o modelo da forma mais simples, já que os resultados obtidos tinham sido satisfatórios.

Acredito que um dos pontos positivos do modelo é que a sua aplicação não se limita, de nenhuma maneira, às eleições presidenciais. Ele pode ser tranquilamente adaptado a contextos estaduais e municipais, desde que um número suficiente de pesquisas esteja disponível – o ideal é em torno de 30, e de preferência acima deste número – e que tenha sido feito uma análise sistemática da cobertura da imprensa, seja ela impressa ou televisiva. Caso tenham conteúdo político, publicações mais populares como *O Dia* e *Extra*, por exemplo, também poderiam ser incluídos em qualquer análise.

O modelo também poderia ser aplicável a uma pesquisa como a de Neves (2008), que utilizou da Metodologia de Análise de Conteúdo da Mídia Imprensa do Doxa-luperj para analisar a cobertura do *Jornal Nacional* nas eleições de 2002 e 2006. O mesmo pode ser dito a respeito do trabalho feita pelo Observatório Brasileiro de Mídia (OBM) (JACOKBSEN, 2007), ainda que este tenha utilizado uma metodologia de pesquisa um pouco diferente da do Doxa-luperj. O único problema da pesquisa do OBM é o seu período temporal, que vai de Julho a Outubro, o que acarretaria a perda de muitos casos. Isso levaria a análises empíricas menos consistentes.

Finalmente, acredito que o artigo ofereça respaldo a argumentos como os de Porto (2007), para quem os estudos eleitorais que ignoram o papel da mídia apresentam algumas limitações, ainda mais se considerarmos a importância da comunicação para as campanhas políticas e dos meios de informação como um todo. Determinadas dinâmicas de perdas e ganhos de votos no decorrer da disputa somente podem ser compreendidas se levarmos em conta variáveis como a cobertura da imprensa, a veiculação de propagandas político-institucionais dos partidos, o início do HGPE e os debates presidenciais.

Obviamente, esta é uma via de mão dupla. Trabalhos que simplesmente defendem que a mídia definiu o resultado de uma eleição, ignorando o papel de outras variáveis importantes como avaliações retrospectivas e identidade partidárias, também são limitados. Nesse sentido, o ideal seria a conjunção dos estudos sobre comportamento político com as pesquisas sobre efeitos da mídia, apoiados por métodos estatísticos consistentes. Como afirmaram Rubim e Azevedo (1998) há mais de dez anos, essa convergência levaria ao desenvolvimento, no Brasil, de um dos mais importantes campos de pesquisa das Ciências Sociais.

Referências Bibliográficas

ALDÉ, A. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. In: RUBIM, A. (org). *Eleições presidenciais de 2002 no Brasil*. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

ALDÉ, A; FIGUEIREDO, M. F; MENDES, G. Imprensa e eleições presidenciais: natureza e consequências da cobertura das eleições de 2002 e 2006. In: LIMA, V. (org.). *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fund. Perseu Abramo, 2007.

ALLEN, R. L; IZCARAY, F. "Nominal agenda diversity in a media-rich, less-developed society". *Communication Research*, vol.15, nº1, p.29-50, 1998.

ALMEIDA, C. A. *Por que Lula?* Rio de Janeiro: Record, 2006.

ALVAREZ, R. M. *Information and elections*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1998.

AZEVEDO, F. A. Democracia e mídia no Brasil: Um balanço dos anos recentes. In: GOULART, J. O. (org.). *Mídia e Democracia*. São Paulo: Annablume, 2006.

BAKER, A; AMES, B.; RENNÓ, L. "Social context and campaign volatility in new democracies: networks and neighborhoods in Brazil's 2002 election". *American Journal of Political Science*, vol.50, nº2, p.382-399, 2006.

BARTELS, L. M. "Messages received: the political impact of media exposure". *American Political Science Review*, vol.87, nº2, p.267-285, 1993.

_____. *Presidential primaries and the dynamics of public choice*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

BAUM, M. *Soft News Goes to War*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

BAUM, M; KERNELL, S. "Economic class and popular support for Franklin Roosevelt in War and Peace". *Public Opinion Quarterly*, vol.65, nº2, p.198-229, 2001.

BELTRÁN, U. "The combined effects of advertising and news coverage in the mexican presidential campaign of 2000". *Political Communication*, vol.24, nº1, p.37-64, 2007.

BOAS, T. "Television and neopopulism in Latin America: Media effects in Brazil and Peru". *Latin American Research Review*, vol.40, nº2, p.27-49, 2005.

BORBA, F. M. *Razões para a escolha eleitoral: A influência da campanha política na decisão do voto em Lula durante as eleições presidenciais de 2002*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, 2005.

BRANDT, P. T; WILLIAMS, J. T. *Multiple time series models*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007.

BUENO, R. *Econometria de séries temporais*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

BURDEN, B. C. "When bad press is good news? The surprising benefits of negative campaign coverage". *Press/Politics*, vol.3 nº7, p.76-89, 2000.

CAMARGOS, M. B. *Do bolso às urnas: a influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998*". Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, 1999.

CAMPBELL, A. et al. *The American voter: an Abridgment*. New York: John Wiley & Sons, 1967.

CARREIRÃO, Y. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro/Florianópolis: Editora FGV, Editora da UFSC, 2002.

CERVI, E. U. *Opinião pública e política no Brasil: O que o brasileiro pensa sobre política e porque Isso interessa à democracia*. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, 2006.

CHAFFEE, S. H.; CHOE, S. Y. "Time of decision and media use during the Ford-Carter Campaign". *Public Opinion Quarterly*, vol.44, p.53-69, 1980.

COIMBRA, M. A mídia teve algum papel durante o processo eleitoral de 2006. In: LIMA, V. (org.). *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

COLLING, L. "Eleições 2006: pesquisas indicam que há vida além da mídia", *Observatório da Imprensa*, ano 12(392), 2006a. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=396IMQ003>>.

_____. "Teorias da conspiração: Os objetos de análise mudam, os analistas ficam no mesmo", *Observatório da imprensa*, ano 12(393), 2006b. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=399JDB009>>.

COMSTOCK, G.; SCHARRER, E. *The psychology of media and politics*. New York: Elsevier University Press, 2005.

DALTON, R. J.; BECK, P. A.; HUCKFELDT, R. "Partisan cues and the media: information flows in the 1992 Presidential elections". *American Political Science Review*, vol.92, nº1, p.111-126, 1998.

DOWNS, A. *Uma teoria econômica de democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999 (1957).

DRUCKMAN, J. N. "Media matter: How newspapers and television news cover campaigns and influence voters". *Political Communication*, vol.22, nº4, p.463-481, 2005.

FIGUEIREDO, M. F. "Intenção de voto e propaganda política: Efeitos da propaganda eleitoral". *Logos*, nº27, p.9-20, 2007.

FIORINA, M. P. *Retrospective voting in american nacional elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

GAVIN, N. T; SANDERS, D. "The press and its influence on british political attitudes under new labour". *Political Studies*, vol.51, p.573-591, 2003.

GELMAN, A; KING, G. "Why are american presidential election campaign polls so variable when votes are so predictable?". *British Journal of Political Science*, vol.23, nº4, p.409-451, 1993.

GITLIN, T. "Media sociology: The dominant paradigm". *Theory and Society*, vol.6, nº2, p.205-253, 1978.

GRABE, M. E.; KAMHAWI, R.; YEGIYAN, N. "Informing citizens: How people with different levels of education process television, Newspaper, and Web News". *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, vol.53, nº1, p.90-111, 2009.

GUJARATI, D. *Basic Econometrics*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1978.

HIBBS, D. A. *The american political economy: Macroeconomics and electoral politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

HOLBROOK, T. M. *Do campaigns matter?* Thousand Oaks: Sage Publications, 1996.

HUGHES, S.; LAWSON, C. "The barriers to media opening in Latin America". *Political Communication*, vol.22, p.9-25, 2005.

IYENGAR, S. *Is anyone responsible?* How television frames political issues. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

IYENGAR, S.; KINDER, D. *News that matter: Television and american opinion*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

JAKOBSEN, K. A cobertura da mídia impressa aos candidatos nas eleições presidenciais de 2006. In: LIMA, V. (org). *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

KEELE, L.; KELLY, N. J. "Dynamic models for dynamic theories: The ins and outs of lagged dependent variables". *Political Analysis*, vol.14, nº2, p.186-20, 2006.

KEY, V. O. *The responsible electorate*. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

KIEWIET, D. R. *Macroeconomics and Micropolitics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

KMENTA, J. *Elements of Econometrics*. New York: Macmillan Publishing Co., 1971.

KRAMER, G. H. "The ecological fallacy revisited: Aggregate versus individual-level findings on economics and elections, and sociotropic voting." *Social Science Working Paper*, dez. 1981.

LAZARSELD, P. F.; BERELSON, B. & GAUDET, H. *The people's choice*. New York: Columbia University Press, 1948 (1944).

LAWSON, C. *Building the forth state: Democratization and the rise of a free press in Mexico*. Berkeley: University of California Press, 2002.

LAWSON, C.; MCCANN, J. A. "Television news, Mexico's 2000 elections and media effects in emerging democracies". *British Journal of Political Science*, vol.35, p.1-30,

2005.

LIMA, V. A. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

LOURENÇO, L. “Abrindo a caixa-preta: da indecisão à escolha – A eleição presidencial de 2002”. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, 2007.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. “The agenda-setting function of mass media”. *Public Opinion Quarterly*, vol.26, p.176-187, 1972.

MCDOWALL, D. et al. *Interrupted time series analysis*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1980.

MENDES, M. T.; VENTURI, G. “Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco”. *Opinião Pública*, vol.2, nº2, p.39-48, 1994.

MUNDIM, P. S. “Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras”. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, 2010.

NEVES, F. *Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais*. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y. *The rational public*. The University of Chicago Press, 1992.

PATTERSON, T. E. *The mass media election*. New York: Preager Publishers, 1980.

POPKIN, S. L. “Changing media, changing politics”. *Perspectives on Politics*, vol.4, nº2, p.327-341, 2006.

_____. *The Reasoning Voter*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

PORTO, M. “Framing controversies: television and the 2002 presidential election in Brazil”. *Political Communication*, vol.24, nº1, p.19-36, 2007.

RENNÓ, L. “Escândalos e voto: as Eleições presidenciais brasileiras de 2006”. *Opinião Pública*, vol.13, nº2, p.260-282, 2007.

RENNÓ, L.; SPANAKOS, A. P. “Fundamentos da economia, mercado financeiro e intenção de voto: As eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002”. *Dados*, vol.49, nº1, p.11-40, 2006.

ROMER, D. Time Series Models. In: ROMER, D. et al. *Capturing campaign dynamics*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

RUBIM, A.; AZEVEDO, F. A. “Mídia e política no Brasil: Textos e agenda de pesquisa”.

Lua Nova, vol.43, nº1, p.189-216, 1998.

SEMETKO, Holli A. The media. In: LEDUC L., NIEMI, R.; NORRIS, P. (org.). *Comparing Democracies*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1996.

SHAPIRO, R. Y. et al. "Influência da mídia no apoio a candidatos à presidência em eleições primárias: teoria, método e evidência". *Opinião Pública*, vol.2, nº1, p.3-18, 1994.

SHAW, D. R. "The impact of news media favorability and candidate events in presidential campaigns". *Political Communication*, vol.16, p.183-202, 1999.

SHAW, D. R.; ROBERTS, B. E. "Campaign events, the media and the prospects of victory: the 1992 and 1996 US presidential elections". *British Journal of Political Science*, vol.30, p.259-289, 2000.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2000.

STRAUBHAAR, J.; OLSEN; NUNES, M. C. The brazilian case: Influencing the voter. In: SKIDMORE, T. E. (org.). *Television, Politics, and the Transition to Democracy in Latin America*. Baltimore: The John Hopkins University Press, The Woodrow Wilson Center Press.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à econometria*. São Paulo: Thomson, 2007.

ZALLER, J. R. The myth of massive media impact revived: New support for a discredited idea. In: MUTZ, D. C.; SNIDERMAN, P. M.; BRODY, R. (orgs.). *Political persuasion and attitude change*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1996.

_____. *The nature and origins of mass opinion*. Cambridge: University Press, 1992.

ZALLER, J. R.; PRICE, VOL. "Who gets the news? Alternative measures of news reception and their implications for research." *Public Opinion Quarterly*, vol.57, p.133-164, 1993.

Pedro Santos Mundim – psmundim@yahoo.com.br

Recebido para publicação em abril de 2010.
Aprovado para publicação em setembro de 2010.

Campanhas Online: O percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009

Camilo Aggio

Programa de Pós-Graduação em Comunicação
e Cultura Contemporâneas
Universidade Federal da Bahia

Resumo: A utilização de recursos e ferramentas digitais associados à Internet por parte de campanhas eleitorais empreendidas por candidatos e partidos tem ganhado uma importância crescente nos últimos anos, produzindo casos emblemáticos como a eleição de Barack Obama nos Estados Unidos em 2008. O presente artigo tem o propósito de realizar um exercício de organização da literatura formada em torno das campanhas online, mostrando como as questões, problemas e discussões acerca do tema se modificaram ou se reconfiguraram ao longo dos anos. Ainda que poucos trabalhos tenham sido produzidos no Brasil até agora, o conjunto de questões levantadas para abordar o fenômeno das campanhas online em outros contextos culturais e políticos é essencial para a reflexão sobre os potenciais e obstáculos dessa comunicação política digital no contexto brasileiro. A metodologia consistiu no levantamento de bibliografia e em uma classificação desses trabalhos de acordo com o ano do corpus de análise. Nossos resultados indicam que, à medida da passagem dos anos, o discurso, as preocupações e as experiências empíricas relacionadas às campanhas online direcionaram seu foco para os potenciais de mobilização, engajamento e ativismo relacionados às características da web 2.0, reconfigurando os potenciais de provimento de informações não mediadas pelos media noticiosos e interatividade no plano dialógico característicos da fase dedicada aos web sites de campanha.

Palavras-Chave: internet; eleições; campanhas online

Abstract: The growing importance of the uses of digital tools and devices related to the internet by candidates, parties and political campaign's crews in almost twenty years of the online campaign's existence produced emblematic cases like the election of Barack Obama in 2008. This paper organizes the major questions, discussions and contributions of the online campaign's literature. The whole work here is designed to organize, in a chronological manner, the advances of the preoccupations related to the use of the internet by candidates and political parties. In the same way, we bring in to the light the dynamic of changes in the treatments of the questions and the potential of the new technologies in the electoral contests. Our results indicate that the literature changes the main focus of the preoccupations, discussions and de design of the empirical researches along the years, beginning with the interactivity potentials of the internet as well as the importance of the unmediated political information until reaching the actual phase of the online campaigns that emphasizes the engagement and mobilization potentials of the digital communications in line with the web 2.0 principles.

Keywords: internet; elections; online campaigns

As campanhas online vêm se tornando objeto de relevância no campo da política e da pesquisa em comunicação em um processo que vem se desenvolvendo há quase vinte anos. Desde as primeiras experiências, que remontam às campanhas norte-americanas de 1992, um conjunto de questões caras à comunicação política é levantado e discutido na literatura especializada. Frente à série de transformações pelas quais as campanhas digitais passaram, bem como as grandes expectativas e concretizações da comunicação digital política no Brasil em 2010, uma revisão de literatura com o objetivo de situar o fenômeno das campanhas online no espectro da comunicação e das ciências políticas se faz necessária.

Da mesma forma que a internet suscitou debates e especulações sobre as possíveis mudanças nos governos democráticos, como a ampliação aumento de valores e práticas atrelados à transparência, publicidade, participação e *accountability*, as campanhas eleitorais ganharam novas perspectivas e expectativas sobre suas configurações e modos de funcionamento, incrementados, logicamente, por possibilidades e potencialidades específicas da internet.

No entanto, as campanhas online não compõem uma paisagem uniforme sobre as questões, problemas e discussões no âmbito da pesquisa e na arquitetura dos esforços de comunicação de campanha. Com uma literatura cujo embrião se desenvolve na primeira metade da década de 1990, atinge o ápice de produção entre 2000 e 2004 e se estende em conteúdo e reconfiguração das questões até o ano de 2009, as campanhas online merecem, a essa altura, uma revisão de literatura que explore como o fenômeno tem se desenvolvido e como se definem os universos do discurso, das práticas, questões e problemas desse objeto.

Se em um primeiro momento as campanhas empreendidas por candidatos e partidos chamavam a atenção sobre os potenciais efeitos dos web sites nas intenções de voto do eleitorado e nos possíveis diferenciais em comparação aos modos tradicionais de campanha, no início do século XXI as questões se expandem sobre possíveis mudanças na configuração dos padrões de disputa eleitoral, do provimento de informações sem a interferências dos filtros noticiosos e nos diferentes padrões de estilo e sofisticação de campanhas a depender do tipo de cargo em disputa. Conforme a web passa a sofrer mudanças tecnológicas que possibilitam maior velocidade e volume de tráfego de dados, e requisitam maior participação dos internautas na produção e publicação de conteúdos, atingindo o estatuto de web 2.0, as questões de pesquisa e configuração empírica das experiências analisadas passam a lidar com recursos como media sociais e blogs, com ênfase no potencial de participação e mobilização do eleitorado.

Embora existam transformações significativas na literatura, é necessário notar que algumas questões são recorrentes ao longo dos anos, embora ganhem ênfases e modos de execuções distintas. As questões que acompanham o fenômeno das campanhas online estão sempre atrelados aos potenciais de provimento de

informação não mediada pelos filtros noticiosos, a mobilização e o engajamento e a interatividade dialógica¹ entre eleitores e desses com os candidatos. Se em um primeiro momento da literatura o valor maior das campanhas na web estava atrelado à possibilidade de comunicação direta entre cidadãos e candidatos e da interferência daqueles no processo de configuração das campanhas, no atual estágio do processo, o diálogo mais importante dá-se entre os próprios eleitores, e prescinde de uma comunicação dialógica com o partido ou os candidatos, em vista da criação de mobilizações e atividades políticas em prol de uma candidatura.

O propósito deste artigo, inicialmente, é estabelecer um exercício de organização e discussão da literatura formada em torno das campanhas online para expor quais as preocupações, questões e problemas que compõem o universo de pesquisa deste fenômeno e em qual medida as transformações ocorreram a partir de aplicação de ênfases diferenciadas ou da adição de novas questões e perspectivas. Como segundo propósito, pretendemos examinar como se configuram os problemas das campanhas online e evidenciar a medida pela qual o fenômeno é digno de atenção e dedicação por parte da pesquisa em comunicação política.

O artigo consiste, primeiramente, no levantamento e organização da literatura de acordo com o ano do corpus de análise entre 1992 e 2008. Portanto, os trabalhos de pesquisa foram divididos não pelo ano de sua publicação, mas pelo ano das eleições e campanhas observadas na pesquisa. A partir dessa organização, foram selecionados os trabalhos mais representativos do conjunto da produção em determinado ano, permitindo reduzir o volume de citações referenciais sem o risco de perda da substância de configuração do conjunto dos trabalhos.

É fundamental apontar que grande parte dos trabalhos dedicados às campanhas online concentra-se em experiências realizadas nos Estados Unidos e Europa (Itália, Grécia, Alemanha, Bélgica e Espanha), mas são também incluídos trabalhos produzidos em outros países como Cingapura, Austrália, Japão e Brasil. A produção brasileira carece de maior representação neste campo de estudo específico, no entanto, é fundamental atentar que a legislação eleitoral em vigor até as eleições de 2008 impôs um anacronismo às experiências de comunicação digital das campanhas, uma vez que a utilização de redes sociais ou sites de publicação de vídeos e áudio, como Youtube e MySpace, respectivamente, eram proibidos. As campanhas online brasileiras, até 2010, portanto, só podiam ser praticadas nos ambientes internos aos web sites oficiais dos candidatos e partidos, o que ajudou a contribuir para a pobreza de iniciativas.

¹ Não se pretende, aqui, contribuir com a discussão semântica e conceitual do termo “interatividade” tão recorrente na área de comunicação e da cibercultura. O adjetivo dialógico é utilizado neste artigo para delimitar o sentido e modo de utilização da interatividade nos casos citados: trata-se de explorar o potencial interativo de recursos e ferramentas digitais que permitam a comunicação direta (portanto, dialógica), síncrona ou assíncrona entre os eleitores e destes com candidatos e membros de campanha através de chats, fórum, bulletin-board, dentre outros, nos ambientes das campanhas online.

Desse modo, há dois trabalhos representativos na literatura brasileira a destacar: o livreto publicado por Antonio Graeff em 2009, intitulado *Eleições 2.0 – A internet e as Mídias Sociais no processo Eleitoral* e a dissertação de mestrado de Rogério Garcia Fernandez, intitulado *Campanhas Eleitorais brasileiras na Internet*. O primeiro praticamente não trata de experiências brasileiras, preferindo o enfoque de casos emblemáticos e exemplares dos Estados Unidos, embora a iniciativa do Pelotão Serra², da campanha de 2002, seja citado. O segundo concentra sua análise em sites de candidatos e partidos nas eleições de 1998 e 2002, examinando a presença e ausência de ferramentas, bem como dos tipos de conteúdo tratados pelas campanhas em suas comunicações digitais.

Dessa forma, é evidente que a narrativa do fenômeno das campanhas online é construída a prescindir de experiências e pesquisas brasileiras; porém, isto não significa, em hipótese alguma, afirmar que o presente artigo não possua relevância para se pensar a comunicação digital nas eleições do Brasil. Embora haja uma predominância de experiências americanas e européias, não existem implicações negativas ou restritivas para se pensar as campanhas online em uma escala e escopo aplicados a outras realidades culturais e políticas como o Brasil. Pelo contrário, este artigo oferece munição para se pensar os potenciais e configurações das campanhas empreendidas na web em realidades democráticas amplas sem risco de perda de consistência nas observações e prospecções.

1992 - 1999: O impacto eleitoral, as primeiras configurações e a tese sobre a ausência de interatividade nos web sites de campanha de candidatos e partidos

As primeiras experiências de campanhas eleitorais empreendidas com auxílio de ferramentas online se deram em 1992, na disputa entre Bill Clinton e George Bush para a presidência dos Estados Unidos. A quantidade de registros e estudos dedicados a este momento é bastante escassa, devido à pouca diferença entre a comunicação digital realizada pelos candidatos em comparação com aquelas feitas em outros suportes e formatos. Naquele momento, a internet ainda convivía com muitas restrições de velocidade e volume do tráfego de dados, limitando os formatos de comunicação nos web sites dos candidatos a textos, sem maiores recursos gráficos, animações, fotos, vídeos ou áudio. Tais limitações restringiam a aplicação de recursos e ferramentas mais sofisticadas, que acabava por definir os web sites de campanha como panfletos eletrônicos. No entanto, Myers (1993), ao analisar a experiência da campanha online do então candidato Bill

² O Pelotão 45 foi uma iniciativa de mobilização digital criado pela campanha do então candidato José Serra em 2002. Consistia basicamente em convocar militantes e eleitores simpatizantes a participarem de enquetes relacionadas à corrida eleitoral em sites e portais e rebater críticas e matérias publicadas em sites jornalísticos ou blogs determinados.

Clinton, já identificava uma das vantagens diferenciais dos web sites de campanha em comparação com outros meios de comunicação: a possibilidade de fornecer informações não afetadas por nenhum filtro noticioso, de modo a estabelecer uma comunicação direta entre campanha e cidadãos acerca de informações sobre questões de políticas públicas, plataformas de campanha, posicionamentos, declarações etc. Pode-se argumentar que, substancialmente, pouco há de novo nesse tipo de funcionamento, uma vez que tais informações poderiam estar incluídas em materiais de campanha impresso, por exemplo. No entanto, se deslocarmos a atenção da natureza para a escala de funcionamento dos web sites, percebemos que, ao contrário dos panfletos impressos, os web sites possibilitam uma acúmulo maior desse tipo de informação e possibilita o arquivamento desses insumos informativos que permanecem disponíveis ao cidadãos continuamente, ao contrário dos panfletos impressos.

Norris (2002), ao realizar um estudo longitudinal que compreende o período entre 1992 e 2000, tece alguns comentários sobre o papel de web sites de partidos e candidatos em face de ciclos eleitorais. Embora sua publicação não seja centrada exatamente nas campanhas online, a autora corrobora a perspectiva de Myers (1993) de atribuir uma funcionalidade estritamente informativa à comunicação digital das campanhas, seja no âmbito dos web sites de partidos, seja através de web sites de candidatos, em detrimento de funcionalidades interativas com caráter dialógico. A discussão estabelecida por Norris (2002) se assenta nas experiências iniciais locais na realidade norte-americana em 1992, fazendo um exercício comparativo com experiências desenvolvidas até o ano 2000. Como a autora formulou questões já com uma bagagem mais estendida de experiências relacionadas ao fenômeno, cabe salientar que a discussão acerca da interatividade – um dos pilares que acompanha todo o discurso acadêmico relacionado ao objeto – já ganhava corpo de discussão na literatura desenvolvida sobre as experiências de 1996, o ciclo eleitoral que sucedeu o de 1992.

Três são as preocupações fundamentais no discurso das pesquisas dedicadas às experiências relacionadas ao ano de 1996: (a) o impacto eleitoral dos web sites de campanha³; (b) a interatividade enquanto elemento diferenciador das campanhas online e (c) a possibilidade de estabelecimento de contato com extratos específicos do eleitorado.

As campanhas online são tratadas, basicamente, como um novo meio de comunicação político-eleitoral em face de um conjunto de outros meios pelos quais as campanhas midiáticas foram construídas. Sob esse enfoque, muitas

³ Em termos metodológicos, as pesquisas consistiam em verificar o quanto os conteúdos oferecidos nos web sites influenciavam na orientação do voto dos eleitores. Entre pesquisas laboratoriais com grupos focais e sondagens de opinião, pouco ou nenhuma relação foi encontrada entre a decisão sobre o voto e a(s) visita(s) aos web sites.

perspectivas depositaram nas potencialidades da internet uma nova maneira de produção de comunicação de campanha, mudando estratégias de persuasão típicas da televisão ou do rádio, deixando de lado a produção de campanha negativa e dedicando mais tempo para discussões sobre questões de políticas públicas e, o mais fundamental, estabelecendo o fim da unidirecionalidade da comunicação típica dos meios tradicionais, aproximando cidadãos com as campanhas através de ferramentas de comunicação dialógica.

Dessa maneira, Strommer-Galley (2000) critica o caráter meramente “*top-down*” das campanhas online analisadas em 1996. Embora reconheça o valor diferencial de informações sobre questões políticas e plataformas de campanha nos web sites, o valor maior e qualitativamente diferencial da internet deveria ser a interatividade. O desejo e posicionamento de Strommer-Galley são relativos a um novo modelo de produção de campanha que considera um potencial “democrático” do meio. Nesse modelo os eleitores poderiam elaborar e oferecer questões, dúvidas, críticas e/ou sugestões a partidos e candidatos que, em contrapartida, analisariam e produziram respostas, de maneira a criar um processo de responsividade incorporando os eleitores como peças fundamentais e ativas na composição das campanhas.

O título do trabalho de Strommer-Galley, “Interação online e por que os candidatos a evitam⁴”, já insinua o diagnóstico de sua análise: elementos de interação dialógica não são aplicados pelos candidatos e partidos. A razão para tanto, segundo a autora, está no risco de perda de controle sobre as mensagens de campanha, além da perda do benefício da ambigüidade como estratégia. Faltam à autora algumas ponderações sobre as implicações logísticas da adoção de atividades desse tipo, tendo em vista o volume de esforços necessários de qualquer campanha eleitoral e a escassez de tempo para organizar diálogos através de e-mails, fóruns ou salas de bate-papo. No entanto, a interatividade dialógica é de fato um potencial diferencial das campanhas online, tanto que as reflexões de Strommer-Galley são reproduzidas ao longo da literatura nos anos que seguem, principalmente nos trabalhos de pesquisa dedicados, também, ao levantamento da quantidade de recursos e dispositivos utilizados nos web sites de campanha.

Outro aspecto marcante nos estudos de 1996 refere-se às possibilidades de criação e organização de bancos de dados contendo informações sobre estratos específicos do eleitorado. Com informações desse tipo em mãos, as campanhas poderiam estabelecer comunicação direta com eleitores através de ferramentas pouco dispendiosas e, o mais importante, personalizando as mensagens enviadas de acordo com o perfil do eleitorado traçado. Howard (2005; 2006) e D’Alessio (1997) apresentam tais possibilidades como já possíveis e executadas nas

⁴ Tradução nossa: Online interaction and why candidates avoid it.

experiências americanas de 1996. As campanhas online, sob esse aspecto, se valeriam de uma faceta onde o que é explorado é a possibilidade de estabelecimento de uma comunicação eficiente e barata com um volume grande de eleitores em potencial, fornecendo mensagens específicas de acordo com os interesses e preocupações de um determinado grupo ou esrato do eleitorado, padronizando as mensagens sobre questões e conteúdos em confluência com os perfis estabelecidos.

Os trabalhos que, por fim, concluem a paisagem desse primeiro bloco de pesquisa, incluem a influência de web sites de candidatos nas intenções de voto (JOHNSON et al, 1996;1999) nas experiências de 1996 e a análise de ferramentas e dispositivos de alguns web sites de campanha em 1998 e 1999 (FERNANDEZ, 2005; TOP et al, 2000; CARLSON & GORAN, 2001). No que se refere à medição de influência dos web sites na decisão sobre o voto, grande parte dos que relataram terem sido influenciados possuíam um maior nível de escolaridade, renda e interesse político. Esses resultados indicam, principalmente, que existia um conjunto restrito de cidadãos com acesso à internet na realidade americana de 1996, e mais restrito ainda é o perfil daqueles que buscavam informações político eleitorais em web sites de campanha. No entanto, o problema coloca uma questão que será explorada e reconfigurada ao longo do desenvolvimento da literatura: quais são os cidadãos atingidos pelos web sites de campanha e como atrair potenciais eleitores para tais websites?

Os outros trabalhos mencionados, que fecham esse período e abre portas para o ano 2000, consistem em observar e catalogar os elementos que compõem as arquiteturas dos web sites de campanha (FERNANDEZ, 2005; TOPS et al, 2000; CARLSON & GORAN, 2001). Fernandez (2005), especificamente, analisou alguns casos brasileiros através de uma pesquisa longitudinal no período compreendido entre 1998 e 2002 e demonstra que o volume de informações e diversificação de formatos na apresentação dos conteúdos evolui entre 1996 e 2000 nos web sites de campanha analisados. A estrutura dos web sites respeita o panorama de expectativas e configurações contidas na literatura produzida entre 1992 e 1999, a saber, o volume de informações disponíveis em detrimento, inclusive, de elementos interativos dialógicos:

“Os recursos elementares são compostos por: informações eleitorais completas, endereço e telefone para contato, e-mail, além de um conteúdo elementar para um site de campanha eleitoral: - quem é o candidato? Quais são suas propostas. Alguns indicadores refletem o que realmente importa nos sites de campanhas eleitorais, ou seja, qual o conteúdo político-eleitoral e o que revela os projetos realizados e planejados e as idéias filosóficas, morais ou meramente comunicacionais que mostram uma maior objetividade pragmática do que um discurso ideológico” (FERNANDEZ, 2005, p. 78).

2000 - 2003: As possibilidades de maior paridade de disputa, as hipóteses da normalização e inovação e o esforço para mobilização do eleitorado

Tendo em vista a grande velocidade do desenvolvimento tecnológico e o crescimento no número de cidadãos com acesso à internet em países como os Estados Unidos, Alemanha, Cingapura e Reino Unido, existiu uma grande expectativa de que o ano 2000 inaugurasse uma nova fase das campanhas online que já completavam quase uma década de existência. De fato, estabeleceram-se novas preocupações e reflexões por parte da literatura sobre o fenômeno, assim como a ênfase em determinadas aplicações e atividades através dos web sites de candidatos e partidos. No entanto, muitas das expectativas desenvolvidas na fase anterior permaneceram como item de composição de alguns critérios de avaliação sobre o desempenho das campanhas na web, a exemplo da interatividade.

O período compreendido entre 2000 e 2001 é marcado por uma literatura que já possui exemplos de pesquisas aplicadas em outros países, com traços culturais políticos e sistemas partidários distintos da realidade americana. Na esteira desses trabalhos, surgem preocupações sobre as possibilidades da internet em suprir assimetrias entre a visibilidade pública mediática de partidos vinculados ao governo e partidos de oposição. Inaugura-se, mais especificamente, a questão da paridade de disputa entre partidos com maior aporte financeiro e partidos com menor volume de recursos através da comunicação e provimento de informação na internet.

Dois casos são salutaros na literatura. O primeiro se refere ao trabalho desenvolvido por Tkach-Kawasaki (2003) a partir de um contexto político japonês, que no período tinha um domínio quase absoluto de um único partido sobre o parlamento e, conseqüentemente, sobre a criação de legislações restritivas para a utilização de meios de comunicação. Segundo o autor, tais atos legislativos favoreciam o estabelecimento do partido no poder e restringia o acesso à visibilidade pública por parte dos partidos menores de oposição. O autor aponta que, mesmo com algumas restrições sobre o uso da internet para fins de

propaganda eleitoral – como a concentração do conteúdo e das atividades restritas aos web sites e a não utilização de banners digitais ou outros materiais visuais considerados persuasivos – cerca de 40 candidatos utilizaram a internet e reportaram a importância das ferramentas digitais para suprir a escassez de visibilidade mediática. Dessa maneira, pelo menos no âmbito da internet, partidos grandes e pequenos possuíam espaço, tempo e recursos similares para desenvolver uma disputa em maior paridade. Não obstante, as perspectivas de maior paridade na corrida eleitoral são salientadas por qualidades possíveis de comunicação e mobilização do eleitorado:

“Enquanto que as dificuldades em transferir o suporte online ou virtual para arenas presenciais são aparentes (Senkyo, 2000), ficou claro que a internet poderia ser usada como uma ferramenta para conquistar o apoio e estabelecer um relacionamento contínuo com o eleitorado para além dos períodos eleitorais” (TKACH-KAWASAKI, 2003, p.14)⁵.

No contexto da República de Cingapura, Kluver (2004) aborda o peso que aspectos culturais e políticos exercem sobre o desenvolvimento da internet a prescindir dos altos níveis de desenvolvimento tecnológico e amplitude de acesso por parte dos cidadãos. O diálogo é estabelecido com a cientista política Pippa Norris, que sustenta a hipótese de que a utilização da internet por candidatos, partidos e governo é mais condicionada pelos níveis de desenvolvimento tecnológico do que por aspectos sócio-culturais, políticos e legislativos. Kluver discorda da perspectiva de Norris ao demonstrar que no caso da República de Cingapura, que já dispunha de infra-estrutura de acesso cobrindo quase 100% do território nacional e onde praticamente toda população já acessava a web, o desenvolvimento das campanhas online não acontece na mesma medida que outras realidades políticas, como as democracias liberais ocidentais.

Como no caso do Japão, Cingapura enfrentava uma série de restrições, inclusive mediáticas, que, ao longo dos anos, suprimiu o desenvolvimento da organização e sofisticação de partidos menores. Kluver (2004) afirma que “o autoritarismo e a censura são justificadas e encontram amparo da opinião pública baseados nos terrenos da história socio-política do país” (KLUVER, 2004, p.4). Dessa maneira, inclui-se na discussão sobre Campanhas Online a importância da influência de circunstâncias e contextos políticos para o desenvolvimento da exploração da web para fins de comunicação política em disputas eleitorais. Dessa

⁵ Tradução nossa: While the difficulties in transferring ‘online’ or ‘virtual’ support to the ‘offline’ arena were apparent (SENKYO, 2000), it was clear that the Internet could be used as a tool by which to gauge popular support and establish a continuous relationship with the electorate outside election campaign periods

maneira, o desenvolvimento tecnológico e a distribuição de acesso, em algumas realidades políticas, não são suficientes para o alcance de uma maior paridade de disputa.

Nesse mesmo patamar de preocupação e interesse Gibson (2001) e Puopolo (2001) dedicaram suas pesquisas com propósitos comparativos entre o desempenho online de candidatos ao parlamento inglês e de candidatos ao senado americano, respectivamente. Mesclando uma análise de conteúdo com o número de candidatos que criaram e mantiveram web sites, ambas as pesquisas indicam que a diferença de desempenho é irrelevante. A maioria dos candidatos, independente dos partidos, apresentara um nível equilibrado de provimento de informações sobre a biografia, plataformas de campanha e elementos interativos como arrecadação de fundos online, registro de eleitores, possibilidade de cidadãos se inscreverem como voluntários e alguns poucos encontros online, evidenciando a pouca prioridade dada aos recursos de interatividade.

Em 2002, muitas das questões e procedimentos de análise (de conteúdo e estrutura) se mantiveram em confluência com os interesses de 2000 e 2001. No entanto, os trabalhos de Schweitzer (2002; 2005) são importantes na medida em que analisam as campanhas online no contexto político alemão entre 2002 e 2005 e demonstram sob qual extensão os resultados encontrados forneceram evidências das hipóteses da normalização ou da inovação. As duas hipóteses, *grosso modo*, se referem, respectivamente, (a) à manutenção de um modo de fazer campanha tradicional em uma versão online e b) à incorporação de novos elementos que orientam um padrão de atividade política inovadora a partir da utilização da web.

No que se refere à inovação, segundo a autora, as campanhas online seguiriam as seguintes características: 1) uma nova forma de disseminação de informação não mediada mais rápida e objetiva para os eleitores, jornalistas e membros dos partidos, graças à velocidade, ao poder de atualização frequente e ao volume da tecnologia em rede; 2) estabeleceriam uma comunicação mais direta acompanhada de um alto nível de responsividade entre cidadãos e políticos através de elementos interativos; 3) aumentariam a difusão e alcance das informações pela população e a possibilidade de personalização das mensagens políticas graças a serviços online adicionais como opções multimedia e de navegação.

A hipótese da normalização, em contrapartida, definiria o uso da web por campanhas eleitorais a partir das seguintes hipóteses: 1) há apenas uma função simbólica das campanhas em adotar as novas tecnologias, mantendo as qualidades dos elementos relacionados à informação inexplorados; 2) faltam opções interativas como *chat-rooms*, blogs ou sondagens de opinião online por conta do receio de perda de controle sobre a mensagem política por parte de partidos e candidatos; 3) baixo grau de sofisticação dos web sites devido à falta de recursos financeiros e humanos para criar e manter uma presença profissional na Internet externa às

formas convencionais de propaganda política; 4) prevalência de coberturas de campanha auto-referenciais e ideologizadas ao invés de discussões políticas substanciais; 5) concentração cada vez maior das candidaturas como foco em questões relacionadas às campanhas e o jogo político em detrimento do tratamento de outras questões políticas e atores; 6) continuação de ataques políticos ao invés de tratamentos menos conflituosos, com o objetivo de ganhar atenção dos eleitores e da imprensa.

Os resultados encontrados em Schweitzer (2002; 2005) fornecem apenas evidências parciais sobre as duas hipóteses. No que tange à normalização, constatou-se a prevalência da informação em primeiro lugar e negligência de elementos interativos e iniciativas de mobilização, com exceção do Partido Liberal alemão que ofereceu ferramentas interativas como sondagens de opinião e petições fornecendo suporte para a hipótese da inovação. Os outros itens que corroboram com o suporte da hipótese da inovação no caso alemão se referem à densidade de informações nos web sites e a sofisticação no emprego de elementos gráficos e recursos de navegação, contribuindo para um nível elevado de usabilidade. No entanto, a autora demonstra que, em 2001, se estendendo para a realidade encontrada em 2005, há uma assimetria qualitativa nas características das campanhas online entre partidos maiores e menores, ressaltando, naquele contexto, uma menor paridade na disputa eleitoral circunscrita à web.

Basicamente, a literatura e as experiências relacionadas às campanhas online entre 2000 e 2003, se concentraram nos aspectos das possibilidades de paridade ou disparidade de disputa, da influência das características particulares de contextos políticos sobre o desenvolvimento das campanhas na web e a preocupação com a evolução na sofisticação das campanhas. O fundamental é que as preocupações giram em torno do desenvolvimento do fenômeno, suas nuances construídas a partir de características sócio-políticas e a possibilidade de “correção” de assimetrias sobre a visibilidade pública de partidos e candidatos pelo menos no contexto da web. A partir de 2004, embora todas as questões até aqui relatadas visitem os discursos e preocupações do conjunto da literatura, surge um novo momento em que a mobilização e a incorporação de interferências dos eleitores passam a ser uma tônica crescente, ganhando o ápice com as características da web 2.0 através de ferramentas como blogs e media sociais.

2003 - 2009: A ênfase nos potenciais de mobilização das campanhas online através de e-mails, web sites e media sociais

Ainda em um período em que a concentração maior de atenção, mas também de exploração por parte de partidos e candidatos, se dava em torno dos web sites, Willians & Trammell (2005) exploraram as estratégias que os então candidatos à presidência dos Estados Unidos em 2004, Al Gore e George Bush Jr., aplicaram na utilização de e-mails para estabelecer contato com os eleitores e os incentivar a se engajarem em alguma atividade em prol das campanhas. É um período de concentração das estratégias de mobilização atreladas aos web sites. De uma forma mais clara, as estratégias de mobilização, nesse estágio, ainda dependem, em um primeiro momento, da aproximação dos eleitores aos web sites dos candidatos e, em um segundo momento, da disposição desses eleitores em fornecer seus dados, incluindo o endereço eletrônico para o recebimento de contato. Enviar mensagens de campanha sem o consentimento da recepção, obriga os candidatos e partidos a incorrerem no risco de produzir efeitos negativos sobre si próprios, uma vez que mensagens não desejadas, consideradas “spams”, podem provocar indisposição dos indivíduos frente à campanha (KRUEGER, 2006).

É o que apontam Willians & Trammell (2005), destacando o surgimento de um novo tipo de ativismo concentrado em algumas atividades online e outras presenciais que partem de estímulos oriundos das mensagens de campanha. Como destaque, os autores demonstram que as campanhas de Al Gore e George Bush aumentaram seus fluxos de mensagem por e-mail em períodos cruciais das eleições, incentivando os eleitores a repassarem e discutirem informações com seus familiares ou membros de suas redes sociais de modo a criar uma distribuição mais eficaz das mensagens entre o eleitorado potencial.

Vaccari (2008) vai além e atribui às campanhas online a função maior de mobilização, uma vez que mobilizar voluntários é mais eficaz do que aplicar esforços diretos para conquistar novos eleitores. Utilizando os autores Bimber e Davis (2003), Vaccari (2008) elenca algumas das vantagens da mobilização a partir de esforços online: a) aumento nas oportunidades de mobilização para atores desprovidos de recursos; b) desburocratização de organizações políticas que as torna mais descentralizadas e podem fazer com que com que barreiras internas e externas desapareçam; c) desburocratização das associações de membros devido à redução dos custos das comunicações internas e a necessidade de incentivos seletivos e d) descentralização das atividades, uma vez que o volume de informações é abundante, permitindo que os voluntários escolham e organizem suas atividades em escalas operacionais diferentes. Dessa maneira, os eleitores se transformam em micro-unidades de operações de campanha.

Vaccari (2008) ainda chama atenção para a utilização de um recurso de organização de atividades através de um web site chamado *Meetup* nas eleições de 2004. A iniciativa consiste em um embrião dos sites de relacionamento, ou media sociais, com um foco direcionado a aproximar cidadãos de regiões próximas e organizar encontros e atividades presenciais. Valendo-se desse recurso, estima-se que as campanhas de Al Gore e George Bush, juntas, engajaram 450 mil cidadãos em 225 mil atividades informais, todas organizadas através do *Meetup*.

O potencial de mobilização política gerado pelas campanhas online passa a se tornar destaque da literatura, mas não sem a formulação de problemas e a construção, inclusive, de tipologias sobre as atividades realizadas e suas qualidades políticas. É o que faz Klotz (2007) ao analisar as iniciativas de mobilização geridas por candidatos ao senado americano. O autor classifica como “pseudo-mobilização” aquelas atividades estritamente online que exigem pouco tempo e esforço por parte dos cidadãos e consiste basicamente na reprodução de textos compostos pela campanha e o repasse dos mesmos para suas redes de contato ou veículos de comunicação locais. O outro tipo é considerado o legítimo e tradicional e envolve, de fato, um engajamento de base e requer maior esforço e comprometimento por parte dos eleitores.

A tipologia de Klotz (2007) não oferece precisão e rigor realmente produtivos. Por um lado, o autor acredita que repassar as mensagens de campanha não é de fato uma mobilização a se desejar, a prescindir do efeito e da funcionalidade da atividade. Seu argumento está ancorado no esforço e tempo dedicado, que não corresponde de fato a um engajamento rico, legítimo. No entanto, quando olhamos para os tipos de atividades de engajamento listados pelo autor, percebemos que entre as atividades classificadas como legítimas estão as doações para os fundos de campanha. Ora, qual de fato é o esforço e tempo gastos pelos eleitores para escolher a quantia de doação, digitar o número de seus cartões de crédito e autorizar a transferência online?

O importante a se extrair dessa perspectiva é que as campanhas online inauguram novas formas de mobilização e engajamento em atividades políticas, seja completamente circunscrita ao ambiente digital, seja parcialmente, conduzindo a atividades presenciais de campanha que continuam sendo fundamentais no sucesso de qualquer candidatura. Então, ao mesmo tempo em que manter um banner digital em algum web site, repassar mensagens de campanha para suas listas de contato, engajar-se em discussões online acerca da disputa eleitoral ou produzir conteúdos de outros tipos em prol de campanha se tornam ferramentas poderosas, as organizações em ambientes digitais para a mobilização de grupos em espaços públicos ou encontros presenciais para fins diversos mantêm seu poder e seu lugar de destaque nas estratégias das campanhas online.

Klotz (2007) inclusive aponta evidências de que grande parte dos candidatos ao senado dos Estados Unidos estimulou atividades que ele considera legítimas, mais do que a reprodução de mensagens de campanha “pré-moldadas”: 68% pediram que colocassem placas de apoio aos candidatos nas fachadas das residências, 65% pediram que fizessem ligações, 59% solicitaram participação em eventos, 53% pediram que conseguissem e organizassem espaços para reuniões e recepção de eventos dos candidatos, 51% solicitaram que ajudassem em comitês de campanha e 50% pediram que fossem de casa em casa discutirem com seus vizinhos.

Entre 2005 e 2009, encaramos aquilo que podemos chamar do atual estágio das campanhas online. O período compreendido entre 2003 e 2004 já se refere a ênfases nos aspectos potenciais de mobilização das campanhas online. No entanto, com o advento de ferramentas mais simples e eficazes de produção e publicação de mensagens pelos internautas e o crescimento exponencial na utilização e sofisticação dos media sociais como Facebook, MySpace e Youtube, a questão da mobilização, do engajamento e do ativismo toma outras proporções nas experiências e discursos na literatura dedicada às campanhas online.

No que tange às possibilidades de estabelecimento de maior participação, interação e interferência dos eleitores, a primeira ferramenta que surge e passa a ser agregada aos web sites de campanha é o blog. Albrecht, Lübcke & Hartig-Perschke (2007) analisaram a utilização de blogs por candidatos nas eleições alemãs de 2005 a partir dos seguintes critérios: frequência de atualização, a interatividade entre os candidatos ou equipes de campanha com eleitores e o nível de ligação com a ética da blogosfera. Essa última característica se refere à integração com outros blogs através de hiperlinks ou listas de blogs recomendados. A noção da ética da blogosfera se refere à integração a uma comunidade de blogueiros que elaboram referências entre si e conectam seus discursos e conteúdos a outros blogs, formando um *continuum* de condução dos leitores a um universo expandido de conteúdos. Os resultados da pesquisa foram pouco satisfatórios em todos os sentidos, de maneira que os blogs na realidade alemã apenas cumpriram o papel de ferramenta de facilitação de publicação de textos em detrimento das outras funcionalidades.

No entanto, na realidade americana o panorama é desenhado de outra maneira. Existe um caso isolado de utilização marcante dos blogs como ferramentas de campanha política já em 2004. Trata-se de Howard Dean, então candidato às primárias democratas norte-americanas, que utilizou um blog para estabelecer maior contato com seu eleitorado, divulgar mensagens de campanha e eventos, discutir com os eleitores e incorporar sugestões e críticas. Segundo o coordenador da campanha do candidato, muitas idéias de eleitores postadas nos comentários foram absorvidas e colocadas em prática pela campanha. Em 2008 os

blogs continuam sendo uma ferramenta de peso na efetividade das campanhas online, inclusive associados a alguns media sociais.

Mulhall (2008) dedicou sua pesquisa de doutorado analisando os blogs de candidatos democratas às primárias norte-americanas de 2008, mais especificamente Hillary Clinton, Joseph Binden e John Edwards.

O exemplo mais expressivo no trabalho se refere à utilização pela campanha de Hillary Clinton. A então candidata misturava o tradicional com elementos interativos. Além do acesso a últimas notícias de campanha e contatos com a equipe e a candidata, havia links para seções no Facebook, MySpace, YouTube e Flickr. O blog ainda continha seções para a doação de recursos, acesso a vídeos contendo discursos e propagandas, ações de campanha nas ruas, press-releases e notícias por sistemas de busca. No que tange à interatividade e incorporação de contribuições dos eleitores, o blog continha uma série de possibilidades de ações, desde comentários sobre o texto ou vídeo publicados, passando pela possibilidade de envio de um determinado post a um conhecido através de um endereço de e-mail até a associação do blog a sites que estabelecem rankings de acesso de blogs e publicam em maior evidência aqueles mais votados.

Os blogs, em comparação com os media sociais, ainda guardam limitações no que tange ao potencial de agregação de eleitores às campanhas, a organização de atividades de mobilização e a circulação de mensagens. A razão para tanto está no simples fato de deslocar o foco de atenção dos web sites para o ambiente onde grande parte daqueles que utilizam a internet interagem para fins de estabelecimento de relacionamentos, contatos, consumo de informações e partilha de conteúdos. A plataforma dos web sites continua sendo fundamental e ocupa uma posição central das atividades de campanha, no entanto, as campanhas online deslocam seus esforços para a enorme rede online de potenciais eleitores e ativistas formada nos media sociais, com o objetivo de circular suas mensagens em caráter viral e organizar suas atividades de campanha.

Gueorguieva (2006) demonstra o poder desses media sociais como o Facebook e MySpace a partir do exemplo de um candidato do estado americano de Maryland, Peter Franchot's, que em 2006 recrutou 80% do seu voluntariado através do MySpace e Facebook. Esses voluntários realizaram 80 mil ligações e distribuíram cerca de 50 mil materiais impressos de campanha em atividades presenciais. O candidato venceu as primárias do seu partido naquele ano.

Gulati (2006) aponta que o Facebook ainda forneceu serviços aos seus usuários dedicados à busca por candidatos de acordo com suas filiações partidárias, estado, cidade ou nome. Este autor afirma que esses media sociais não tem caráter substitutivo em relação aos web sites. Eles servem a diferentes propósitos, como fornecer a possibilidade de cidadãos, distantes geograficamente, se identificarem e formarem comunidades de interesse que podem planejar ou se

inserir em atividades presenciais tradicionais. Não obstante, os media sociais possibilitam que as campanhas circulem suas informações, conteúdos, notícias, respostas, pronunciamentos e debates através de simples publicações de links associados a sites de armazenamento gratuito de arquivos audiovisuais, como o Youtube.

A possibilidade de armazenar vídeos, sem custo algum, possibilita que as mensagens de campanha sejam distribuídas por mecanismos facilitadores de publicação e distribuição por parte dos cidadãos imersos nas redes sociais online constituídas nos media sociais. O próprio Youtube é considerado um media social na medida em que oferece a possibilidade de criação de páginas personalizadas para os candidatos onde todos os vídeos publicados são apresentados, além de oferecer, como em um formato blog, seções para comentários onde discussões e indicações de outros conteúdos podem se estabelecer entre eleitores.

Finalmente, no que tange ao discurso e ao panorama das campanhas online até a única publicação datada de 2009, onde Kushin & Yamamoto (2009) discorrem sobre o poder da complementaridade dos meios a partir de sites de relacionamento (ou media sociais), as campanhas na web se tornam mais complexas e com seu alcance ampliado sobre a circulação das mensagens. Não obstante, o poder de oferecimento de oportunidades de mobilização e engajamento tanto no ambiente digital quanto dele para fora, também ganhou novo contorno. A mobilização, mais do que exatamente a interatividade dialógica entre os candidatos ou a interferência direta dos cidadãos nas campanhas, vem sendo a tônica da literatura atual e das últimas experiências relacionadas às campanhas online.

Conclusões

Este artigo teve o propósito de conduzir uma estruturação preliminar no panorama das questões, problemas, discussões e configurações do fenômeno das campanhas online a partir da produção acadêmica desenvolvida em quase duas décadas.

Mostramos que, de um patamar inicial constituído pela utilização de recursos limitados como o uso de e-mail e poucos conteúdos apenas no formato escrito, as campanhas online e os discursos na literatura passam a se constituir em torno de propósitos e questões mais sofisticadas e pretensivas. Como exemplo, podemos citar as preocupações em torno dos modos de aproximação das campanhas com eleitores, o desenvolvimento dos web sites em diferentes contextos e circunstâncias políticas e culturais, além da busca por novas formas de contato e interferência dos cidadãos na condução das campanhas.

Demonstramos que, embora existam questões-chave recorrentes ao longo do desenvolvimento do fenômeno e da literatura, a ênfase na mobilização dos

eleitores foi ganhando força de acordo com o desenvolvimento das ferramentas e recursos atrelados à noção de web 2.0, a fase atual dos usos e da sociabilidade digital na web. Dessa forma, as campanhas online e suas questões giram em torno de como os candidatos conseguem promover maior articulação entre seus web sites e os sites de relacionamento, onde boa parte da população online estabelece interações sociais e atividades variadas. A mobilização e o engajamento são os propósitos salutareos que configuram o objetivo maior das campanhas e carrega maior possibilidade no alcance de resultados positivos.

Acreditamos, por fim, que, dadas as evidências do atual governo norte-americano, as campanhas online serão um passo inicial para a condução de formas de governo onde os cidadãos, através de canais de comunicação digital, poderão exercer um papel de influência fundamental na aplicação e condução das políticas antes contidas nos projetos e plataformas das campanhas online.

Referências Bibliográficas

ALBRECHT & LÜBCKE & HARTIG-PERSCHKE. "Weblog Campaigning in the German Bundestag Election 2005." *Social Science Computer Review*, 2007.

CARLSON, T. & GÖRAN, Djupsund. "Old Wine in New Bottles?: The 1999 Finnish Election Campaign on the Internet." *The Harvard International Journal of Press/Politics*, 6; 68. 2001.

D' ALESSIO, D. "Use of The World Wide Web in the 1996 US Elections." *Electoral Studies*. New Jersey, 1997.

ESPERIDIÃO, M. C. & RENÓ, D. P. "Política e tecnologia: duas realidades na campanha de Barack Obama." Apresentado na VII Conferência Brasileira de Marketing Político Faculdade Prudente de Morais, Itu, 2008.

FARNSWORTH, S. J. & OWEN, D. "Internet use and the 2000 presidential election. *Electoral Studies*" vol.23, p.415-429, 2004.

FERNANDEZ, R. G. *Campanhas Eleitorais Brasileiras na Internet*. Campinas. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

- GIBSON, R. "Elections Online: Assessing Internet Voting in Light of the Arizona Democratic Primary." *Political Science Quarterly*, 116(4), p. 561-583, 2001-02.
- GUEORGUIEVA, V. "Voters, MySpace, and Youtube: The Impact of Alternative Communication Channels on 2006 Elections Cycle and Beyond." *Social Science Computer Review*, 2008.
- GULATI, G. J. & WILLIAMS, C. B. "Closing the Gap, Raising the Bar: Candidate Web Site Communication in the 2006 Campaigns for Congress." *Social Science Computer Review*, 25, 443, 2007.
- HOWARD, P. N. *Deep Democracy, Thin Citizenship: The Impact of Digital Media in Political Campaign Strategy*. ANNALS, AAPSS, 2005
- _____. *New Media Campaigns and the Managed Citizen*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- JOHNSON, T. J.; BRAIMA, M. A. M & SOTHIRAJAH, J. "Doing the Tradicional Media Sidestep: Comparing the Effects of the Internet and Other Nontradicional Media With Tradicional Media in the 1996 Presidential Campaign." *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 76(01), p. 99-124, 1999.
- JOHNSON, T. J. & KAYE, B. K. "A Boost or Bust for Democracy? How the Web Influenced Political Attitudes and Behaviors in the 1996 and 2000 Presidential Elections." *The Harvard International Journal of Press/Politics*, 8(3), p. 9-34, 2003.
- KLOTZ, R. J. "Internet Campaigning for Grassroots and Astroturf Support." *Social Science Computer Review*, 25(01), p. 3-12, 2007.
- KLUVER, R. "Political Culture and Information Technology in the 2001 Singapore General Election." *Political Communication*, 21, p. 435-458, 2004.
- KRUEGER, B. S. "A Comparison of Conventional and Internet Political Mobilization." *American Politics Research*, 34, 759. 2006.
- KUSHIN, M. J. & YAMAMOTO, M. "Searching for Media Complementarity: Use of Social Network Sites and Other Online Media for Campaign Information Among Young Adults." Artigo apresentado em 2009 na Convenção Anual da Western States Communication Association, 2009.
- MULHALL, E. *To Blog or not to blog: when traditional campaign rhetoric meets technology - early analysis and discussion of candidate blogs for the 2008 presidential elections*. Tese doutoral, Boston College, 2007.
- MYERS, D. D. "New technology and the 1992 Clinton presidential campaign." *American Behavioral Scientist*, vol. 37, nº2, p. 181-184, 1993.

NORRIS, P. Revolution, What revolution? The Internet and U.S. elections, 1992-2000. In: KAMARCK, E. C. & NYE JR. J. (Org). *Governance.com: democracy in the information age*. Washington: Brookings Institution Press, 2002.

NOVOTNY, P. "Local Television, the World Wide Web, and the 2000 Presidential Election." *Social Science Computer Review*, 20, 58, 2002.

PARK, H. M. & PERRY, J. L. "Do Campaign Web Sites Really Matter in Electoral Civic Engagement?: Empirical Evidence From the 2004 Post-Election Internet Tracking Survey". *Social Science Computer Review*, 26, 190, 2008.

PUOPOLO, S. "The Web and U.S. senatorial campaigns 2000." *The American Behavioral Scientist*, 44 (12), 2001.

SCHWEITZER, E. J. "Election Campaigning Online: German Party Websites in the 2002 National Elections." *European Journal of Communication*, 20, 327, 2005.

_____. "Innovation or Normalization in E-Campaigning?: A Longitudinal Content and Structural Analysis of German Party Websites in the 2002 and 2005 National Elections." *European Journal of Communication*, 23, 449, 2008.

SCHOEN, H. & FAAS, T. "When Methodology Interferes With Substance: The Difference of Attitudes Toward E-Campaigning and E-Voting in Online and Offline Surveys." *Social Science Computer Review*, 23, 326, 2005.

STROMER-GALLEY, J. "On-Line Interaction and Why Candidates Avoid It". *Journal of Communication*. 50, 4, 2000.

TKACH-KAWASAKI, L. M. "Politics@Japan: Party Competition on the Internet in Japan." *Party Politics*, 9, 105, 2003.

TOPS, P.; VOERMAN, G.; BOOGERS, M. Political websites during the 1998 Parliamentary Elections in the Netherlands. In: J. HOFF, I. HORROCKS; P. TOPS (org.) *Democratic Governance and New Technology*. London: Routledge, 2000.

VACCARI, C. "From the air to the ground: the internet in the 2004 US presidential campaign." *New Media Society*, 10, 647, 2008a.

_____. "Research Note: Italian Parties' Websites in the 2006 Elections". *European Journal of Communication*, 23, 69, 2008b.

WARD, S. & GIBSON, R. "On-line and on message? Candidate websites in the 2001 General Election." *British Journal of Politics and International Relations*, 5(2), p.188-205, 2003.

WILLIAMS, A. P. & TRAMMELL, K. D. "Candidate Campaign E-Mail Messages in the Presidential Election 2004." *American Behavioral Scientist*, 49, 560, 2005.

WILLIAMS, C; GULATI, G. "What is a social network worth? Facebook and vote share in the 2008 Presidential Primaries." Paper Annual Meeting of the American Political Science Association, Boston, 2008.

Camilo Aggio – camiloaggio@gmail.com

Recebido para publicação em julho de 2010.
Aprovado para publicação em outubro de 2010.

Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte

Rafael Cardoso Sampaio

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas
Universidade Federal da Bahia

Rousiley Celi Moreira Maia

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

Instituto de Cultura e Arte
Universidade Federal do Ceará

Resumo: Esse artigo busca avaliar trocas discursivas realizadas no fórum online do orçamento participativo digital (OPD) de Belo Horizonte, Brasil. Para tanto, é formulado um modelo de análise das discussões entre os cidadãos participantes do programa baseado nas teorias de democracia deliberativa. São analisadas as mensagens dos usuários (n=375) postadas na ferramenta de comentários do site do OPD. Os resultados apontam que os aspectos discursivos concernentes à reciprocidade e à reflexividade se mostraram relativamente escassos; entretanto, o respeito pelos outros interlocutores, bem como a construção da justificativa dos pontos de vista expressos no fórum, alcançaram índices elevados, mesmo não havendo *empowerment* da ferramenta ou incentivo por parte da Prefeitura. Conclui-se que a internet pode, efetivamente, oferecer ambientes voltados para o estabelecimento de trocas discursivas qualificadas e que, mesmo nos casos onde há baixos índices de deliberatividade, há progressos importantes do ponto de vista do aprendizado a que são expostos os usuários.

Palavras-chave: internet; democracia; orçamento participativo

Abstract: This paper aims to examine how political conversations take place on the online forum offered as part of the Digital Participatory Budget (OPD) in a Brazilian city, Belo Horizonte. The authors propose an analytical model based on deliberative theories in order to investigate the discussions over this participatory program. The main sample consists of the messages posted by the users (n=357) on the commentaries section. The results show that reciprocity and reflexivity among interlocutors are rare; however, the respect among the interlocutors and the justification levels in several arguments were high during the discussion. The authors conclude that, even in a situation in which there is no empowerment offered by of the digital tools, the internet can effectively provide environments to enhance a qualified discursive exchange. In spite of low levels of deliberativeness, the case study shows that there are important gains concerning social learning among the participants.

Keywords: internet; democracy; participatory budgeting

Introdução¹

Nas últimas décadas, há uma discussão crescente a respeito de formas de democracia que privilegiem a soberania popular. Busca-se superar a idéia de que o cidadão ordinário, não-organizado, seja apático ou que não tenha capacidade de intervir de maneira qualificada no sistema político. Essas correntes tratam do ideal de democracias mais participativas e, especialmente, mais deliberativas (HABERMAS, 1996).

De tal maneira, inúmeros experimentos discursivos têm sido realizados visando-se uma deliberação pública inclusiva, igualitária e com efeitos reais no sistema de produção da decisão política. É o caso de diversos *Deliberative Polls*®, organizados por James Fishkin, *Citizen's Juries*, *Consensus Conferences*, *AmericaSpeaks* e outros tantos (GOODIN, DRYZEK, 2006). Todas estas iniciativas se voltam para testar experiências de inserção dos cidadãos na discussão sobre a coisa pública, aperfeiçoando-se, assim, um conjunto relevante de mecanismos participativos plausíveis de serem empregados em democracias de massa.

No caso do Brasil, a experiência mais proeminente é o orçamento participativo (OP). Iniciado na década de 1990 em diversas cidades do Brasil, o OP é um programa que procura partilhar o poder de decisão com os cidadãos em questões que os concernem diretamente. De um lado, a esfera da cidadania tem a oportunidade de realizar discussões e negociações abrangentes, buscando indicar quais seriam suas necessidades mais candentes. De outro lado, o Estado abre, ainda que parcialmente, o espaço decisório que se encontra sob sua tutela desde o advento das democracias modernas, incentivando a participação e a deliberação dos cidadãos. O objetivo final, argumenta-se, seria alcançar resultados políticos mais justos e legítimos (FUNG, 2007).

Na última década, um número crescente de instituições políticas brasileiras tem realizado experiências de orçamentos participativos, enfatizando o emprego da internet. A fim de compreender o perfil participativo delineado em tais iniciativas, bem como suas conseqüências políticas, propõe-se avaliar, neste artigo, o caso mais proeminente de OP online no Brasil. Verifica-se, especificamente, se a introdução da internet teve efeitos positivos sobre os meios e modos pelos quais se desenvolve a deliberação pública dos cidadãos.

O propósito desse artigo é realizar a avaliação da discussão realizada nos fóruns online do orçamento participativo digital de Belo Horizonte, buscando compreender alguns dos fatores que podem ter gerado impacto sobre os resultados dessa deliberação entre cidadãos. Assim, na primeira seção, fazemos uma breve revisão de conceitos habermasianos da deliberação pública e esforçamo-nos em

¹ Este artigo é baseado nos resultados da pesquisa de mestrado desenvolvida pelo primeiro autor e orientada pelos dois outros autores.

ampliar a discussão conceitual em torno do tema. Em seguida, apresentamos um conjunto de estudos em deliberação online, assim como os principais quesitos valorizados para se apreender metodologicamente as manifestações discursivas no ambiente digital. Na terceira parte, indica-se o objeto empírico a ser estudado, caracterizando seu contexto e suas ferramentas digitais. Na quarta seção, delineia-se a metodologia de apreensão daquelas manifestações concernentes à deliberação online. Finalmente, são demonstrados os resultados e algumas conclusões que podem ser extraídas do caso em tela.

Deliberação Pública

Há diferentes tradições de democracia deliberativa, que são inspiradas em filósofos como Aristóteles e Hannah Arendt, em pragmatistas como John Dewey e George Mead ou mesmo em liberais, como John Rawls. Para nossos fins, trataremos a idéia de Democracia Deliberativa proposta pelo filósofo alemão, Jürgen Habermas. Além de ser o modelo aplicado por grande parte dos estudos de deliberação online, há particularidades do modelo que nos serão importantes, como será verificado abaixo.

Habermas (1996) defende uma verdadeira soberania popular e através de seu modelo deliberativo explica como o poder comunicativo se relaciona com o administrativo. O objetivo do autor é apresentar as condições para a gênese legítima da lei, em um esforço heurístico dedicado a pensar formas mais robustas de práticas democráticas. A chave fundamental destacada por Habermas seria a troca de razões entre os agentes do jogo político, fomentada pela instauração de processos discursivos que tenham a capacidade de reverberar sobre a estrutura estatal.

Nas trocas discursivas, os participantes tematizam exigências de validade e tentam resgatá-las ou criticá-las através de argumentos e sua força é medida em um contexto criado pela solidez das razões. Por serem submetidas a avaliações e críticas, acredita-se que as expressões racionais também podem ser corrigidas e melhoradas através de trocas discursivas (HABERMAS, 1996, p.173-4).

A deliberação seria, assim, a busca, através de práticas discursivas, da “melhor solução”, ou ainda, daquela mais válida, justa e verdadeira. Ela propõe trazer à tona modos de lidar com conflitos que, de outra forma, dificilmente encontrariam solução. Os processos de formação da opinião e da deliberação influenciam as preferências dos participantes, pois permitem filtrar os temas, as contribuições, as informações e os argumentos em disputa. Assim, idealmente, apenas as razões “válidas” conseguem atravessar os filtros de negociações e dos discursos racionais, ganhando importância para as tomadas de decisões.

Ademais, a deliberação apresentaria uma vantagem extra, porque, mesmo nos casos em que não se alcance o melhor resultado, esta possibilidade continua aberta para ser obtida no futuro, pois a deliberação está continuamente sob avaliação dos envolvidos.

Mas o modelo discursivo habermasiano, não obstante sua importância, possui concorrentes. Na busca por alternativas ao modelo de deliberação de Habermas, há toda uma linha de pensamento que afirma que a razão não pode ser o único elemento a compor a deliberação. Segundo John Dryzek (2007), os modelos de deliberação baseados na excessiva racionalidade e justificação (RAWLS, 2005; GUTTMAN, THOMPSON, 2004) seriam muito exigentes, pois tendem a desconsiderar aspectos como a coerção, o engodo, a estratégia e a manipulação, comuns no processo deliberativo.

De tal maneira, o processo deliberativo pode incluir a negociação e até a barganha, pois tais atividades podem ajudar os participantes a entenderem melhor os pontos de vista dos outros e até os seus próprios. E, se a idéia de bem comum estiver ligada à melhor solução para o maior número de pessoas, a barganha e a negociação devem ser importantes partes da comunicação mútua para forjar e descobrir esse bem (MANSBRIDGE, 2007, p. 264).

Mark Warren, por sua vez, também tenta ampliar as possibilidades para a realização da deliberação. O autor afirma que é natural a expectativa de que os participantes adentrem a comunicação com intenções estratégicas, pois isso define uma questão política na qual os participantes discordam e que há apostas que os motivam a tentar vencer argumentativamente. As instituições devem canalizar a intenção estratégica em falas, na esperança de que os participantes só possam alcançar seus caminhos através das falas, o que os levaria a tentar a persuasão. Segundo a concepção deste estudioso, mesmo se houver falas não deliberativas originalmente, elas podem ser capturadas para produzir dinâmicas deliberativas na função (WARREN, 2007, p. 278).

Deliberação online

Segundo Dryzek (2007), a democracia deliberativa constitui a área mais ativa na teoria política contemporânea e há também um interesse crescente em incrementar o componente discursivo na execução cotidiana das atividades políticas. Essa tendência também se refletiu nos estudos de internet e política, que devotaram grande importância às análises sobre como as ferramentas digitais de comunicação e informação poderiam auxiliar a criação de uma democracia mais deliberativa ou, simplesmente, como ajudariam aos cidadãos a se engajarem em uma deliberação pública de qualidade.

Uma vez que a internet permitiria às pessoas conversarem entre si e ouvirem vários pontos de vista, não havendo limitações de tempo ou espaço, ela poderia ser usada para expressão política, deliberação e até para a tomada de decisões (DAVIS, 2005).

Entretanto, diversos estudos de deliberação online apresentaram resultados negativos em termos de deliberatividade e uma escassez atinente à disposição dos usuários em participarem da troca de razões. Nesse sentido, Jankowski e Van Os (2003), ao estudarem os fóruns da cidade digital de Hoogeveen (Holanda), concluíram que a discussão analisada pouco sinalizou para a identificação de um debate com características deliberativas. As discussões foram dominadas por um pequeno grupo de participantes; mostraram-se restritas em relação à variedade de temas; apresentaram-se limitadas quanto à expressão de interesses mútuos e reciprocidade.

Para Wilhelm (2000), a deliberação está ligada à diversidade de idéias e de fontes. Seus estudos mostram que os fóruns online da *Usenet*² são, pelo contrário, muito homogêneos, ou seja, estariam mais propensos a reunirem pessoas com opiniões similares (*like-minded people*). Essa tendência levaria, segundo o autor, a uma fragmentação (*balkanization*) dos discursos. Isto é, determinados tipos de fóruns seriam inadequados para promover uma exposição dos usuários a perspectivas políticas distintas. Os estudos de Wilhelm (2000) também apontam que as *threads* têm pouca duração, que os participantes vêm e vão e a maioria apenas testemunha o desenvolvimento dos debates (*lurkers*), não se inserindo na discussão.

Davis (2005), também ao examinar os fóruns da *Usenet*, é enfático ao descartar a possibilidade de uma efetiva deliberação online. Davis afirma que falta à discussão online uma efetiva busca por soluções, fundamento da idéia deliberacionista. A internet tem servido apenas para expressão pública de posicionamentos particulares, que não necessariamente se confrontam. O espaço público ideal deveria ofertar não apenas a chance de se discutir tópicos, mas, também, das pessoas se educarem a respeito dos temas. Por sua vez, os cidadãos deveriam estar dispostos também a se escutarem e a buscarem soluções para seus dilemas de natureza política.

Entretanto, nas três pesquisas apresentadas (e em diversas outras), percebe-se que há, por um lado, um foco excessivamente voltado para avaliar o comportamento dos indivíduos em tais fóruns avaliados; por outro lado, a internet é vista apenas como uma ferramenta. Tais pesquisas concluem, de maneira

² Usenet (*Unix User Network*) é um meio de comunicação, onde usuários postam mensagens de texto ("artigos") em fóruns que são agrupados por assunto (*newsgroups*). Os artigos postados nos *newsgroups* são retransmitidos através de uma extensa rede de servidores interligados. Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Usenet>>. Acesso em: [2 Mar. 2010].

generalizante, que os usuários não têm interesse em entrar em discussões de qualidade e que os *new media* não apresentam instrumentos ou formas adequadas para sustentar tais discussões.

A fim de examinar os fóruns do orçamento participativo digital, defendemos uma perspectiva diferenciada, englobando três quesitos que precisam ser considerados ao se fazer um estudo de deliberação online: (I) o contexto no qual a discussão se desenvolve; (II) a estrutura ou o *design* das ferramentas digitais de comunicação e (III) as estratégias metodológicas empregadas para se apreender a deliberação.

Para Janssen e Kies (2005) o contexto é definido, basicamente, por diferenças culturais identificadas entre os usuários, pelo tipo de ator político a hospedar o debate, pela ideologia dos participantes e pelo tópico de debate. Tais características permitiriam uma apreensão mais qualificada da deliberação online, considerando os participantes e também o ator político a fomentar a discussão.

A estrutura comunicativa, ainda segundo Janssen e Kies (2005), trata de características das ferramentas digitais do fórum online, nos quais eles destacam: necessidade de identificação ou não daquele que apresenta argumentos, abertura do fórum a diferentes públicos, liberdade de estabelecimento da agenda de discussão, moderação e *empowerment*. Através de tal análise, é possível se avaliar constrangimentos e incentivos que o gerenciamento do fórum online pode exercer sobre os participantes e tende a indicar a postura do agente político que hospeda o debate.

A esse segundo quesito, é possível acrescentar a forma como tais ferramentas foram desenvolvidas (WRIGHT, STREET, 2007) e sua efetiva funcionalidade. Assim, são diversos tipos de *design* de *software* que podem ser criados com a intenção de valorizar mais ou menos a participação popular, a conversação cívica ou a promoção de informação no ambiente digital, refletindo, por sua vez, o comportamento do agente político responsável pela criação do espaço (GOMES, 2005; MARQUES, MIOLA, 2007; MARQUES, 2008; JENSEN, VENKATESH, 2007; SALTER, 2004).

O terceiro quesito, concernente ao modelo metodológico de apreensão da deliberatividade, é o mais importante e complexo. Algumas pesquisas concluem que a falta de deliberatividade diagnosticada em vários estudos pode estar ligada às estratégias de análise empírica empregadas. Papacharissi (2004), por exemplo, tenta questionar os estudos que apontam os *flames* como maléficos à democracia. A autora faz uma importante distinção entre mensagens “rudes” (*unpolite*) e “incivilis” (*incivil*), sendo a primeira fruto apenas das emoções humanas (passível de retratação pública) e a segunda consistindo em uma séria ameaça às discussões políticas e à democracia em si, pois ofende a dignidade dos agentes em interação.

Em seu estudo de caso, as discussões online se mostraram educadas (*polite*) e civis, evidenciando que nem toda mensagem rude é necessariamente *incivil*³.

Em outro exemplo, Wright e Street (2007) repetiram o procedimento de Wilhelm (2000), avaliando os mesmos requisitos da deliberação no fórum online “Futurum”, usado para discussões políticas a respeito da União Européia. A pesquisa evidenciou que o fórum era altamente interativo e que as *threads* tiveram uma extensão maior que aquela identificada na pesquisa de Wilhelm. Além disso, os participantes se comprometeram com a discussão e, na maioria das vezes (75%), apresentavam dados externos para fundamentar suas idéias. Além de um *design* mais adequado para a deliberação, os autores atribuem essa diferença no resultado à forma da aplicação da metodologia.

Janssen e Kies (2005), por sua vez, buscam exatamente fazer uma discussão sobre os problemas metodológicos dos estudos de deliberação online. Além dos critérios serem significativamente diferentes entre os diversos estudos, muitas pesquisas costumam ignorar várias questões que podem moldar ou afetar a deliberação nos fóruns. De tal forma, apresentamos abaixo o modelo de deliberação que foi utilizado na pesquisa dedicada ao estudo do OPD de Belo Horizonte.

OPD - Orçamento participativo Digital

Em 2006, a Prefeitura de Belo Horizonte⁴ (PBH) lançou o “Orçamento Participativo Digital” (OPD), que, diferentemente do OP regional da cidade⁵, prescindiria da presença física dos participantes: isto é, o processo se dá unicamente através de votação online. A PBH disponibilizou US\$11,25 milhões para serem investidos nas nove regionais do município (o orçamento de US\$44,2 milhões do OP offline foi mantido, ou seja, o OPD teve uma verba distinta de sua versão presencial).

Através do site <http://opdigital.pbh.gov.br>, qualquer cidadão com título de eleitor em Belo Horizonte estava habilitado a escolher nove entre 36 obras pré-selecionadas pela Prefeitura e pelas associações ligadas ao OP, perfazendo uma obra por regional. Uma característica peculiar no OPD era o fato do eleitor, após votar, saber exatamente quantos votos cada obra pré-selecionada possuía até aquele momento. Era facultativo votar em todas as regionais.

³ A melhor tradução de *incivil* seria não-civil, mas optou-se por utilizar o termo no original em inglês.

⁴ Capital do estado de Minas Gerais. Possui 2.412.937 habitantes. Produto Interno Bruto R\$ 32,725 bilhões, PIB per capita R\$ 13.636. Dados do IBGE, 2007 (PBH, 2010).

⁵ O OP presencial aconteceu, da mesma forma, nos dois anos de realização do OP Digital, ou seja, todos os quesitos do OP *offline* seguiram normalmente, como agenda, verba, estrutura, organização, regras etc. Não houve qualquer conexão entre os dois processos.

Visando minimizar problemas relativos à exclusão digital no projeto, a Prefeitura disponibilizou diversos quiosques de votação em toda a cidade. Sedes de associações, cooperativas e escolas também foram indicadas como pontos de votação oficiais. O site do OPD 2006 (totalmente separado do OP presencial) apresentava informações básicas sobre as obras, como custo, localização e imagens do local. Além disso, também foram oferecidas ferramentas de participação online, como e-mail e fóruns de discussão.

Outra forma de mobilizar os cidadãos se deu através de uma campanha institucional de divulgação. Segundo Nabuco e equipe, tratou-se de uma divulgação diversificada em diferentes mídias, que foi fundamental na mobilização dos participantes. Os autores enumeram alguns dos veículos utilizados: jornais impressos, rádios locais, televisão, internet, letreiros, relógios digitais da cidade, jornal do ônibus, *folders*, cartazes etc. Além de uma divulgação online para cerca de 300 mil usuários cadastrados em sites ligados à Prefeitura (NABUCO et al, 2009, p.145).

Os autores ainda ressaltam a divulgação realizada voluntariamente pela própria população das diferentes regionais. Essa divulgação foi liderada por associações de moradores, organizações religiosas e de negócios locais (Ibidem, p. 146). É interessante notar que além desses movimentos de mobilização para a divulgação do programa, surgiram pontos de votação “alternativos” em diferentes pontos da cidade, ou seja, pessoas que disponibilizaram computadores em pontos públicos para facilitar a votação em determinadas obras.

Ao final, o OPD 2006 alcançou 172.938 participantes, o que representou em torno de 10% do eleitorado da cidade e um número cinco vezes superior aos participantes do OP presencial do mesmo ano.

Após o término das votações, o site do OPD 2006 foi mantido no ar. Entretanto, o fórum de discussão foi fechado para participação e as mensagens postadas não continuaram disponíveis para consultas. Foram conservadas apenas informações básicas sobre as obras vencedoras de cada regional. Foram acrescentados depoimentos da população a respeito da participação no programa online.

Já o processo de 2008 se apresentou bastante diferenciado do original. Primeiramente, as votações não mais ocorreram por regionais, mas houve, sim, uma única votação para toda a cidade. Dessa vez, os eleitores belo-horizontinos deveriam escolher uma entre cinco obras pré-selecionadas. Além disso, todas as opções se referiam a obras viárias, visando melhorar o trânsito de Belo Horizonte.

Essas obras do OPD 2008 afetavam um número maior de pessoas, pois apresentavam um valor individual muito superior às obras do OPD 2006 ou, mesmo, do OP regional. Cada obra do OPD 2008 tinha um valor em torno de US\$ 22,2 milhões contra os US\$ 11,1 milhões distribuídos em todas as obras do OPD

2006. O OP regional, por sua vez, apresentou um montante de US\$ 44,4 milhões, mas dividido entre as nove regionais da cidade, sendo que, geralmente, uma única região recebe investimentos iguais ou inferiores a US\$ 6,6 milhões (OPD, 2008; PBH, 2009).

Quanto ao aspecto tecnológico, o site do OPD 2008 foi lançado já com todas as ferramentas disponíveis e aberto ao voto. Ele não foi desenvolvido ou gerenciado por agentes da Prefeitura: houve a contratação de uma agência⁶ de desenvolvimento de websites para realizar esta tarefa. No próprio sítio eletrônico do OPD 2008, a Prefeitura apresentou informações completas sobre cada obra, inclusive apontando o impacto, custo, benefícios ao trânsito e número de beneficiários por obra (SAMPAIO, 2010).

Além da internet, foi oferecido um número de telefone grátis para possibilitar o voto em uma das obras⁷. Da mesma forma que acontecia com a internet, a única exigência, no caso do telefonema, era o título de eleitor de Belo Horizonte. Assim, 11.483 eleitores utilizaram esse meio, o que representou aproximadamente 10% do total de votos.

Houve novidades diversas em termos de ferramentas digitais e conteúdo. Uma grande melhoria foi a inclusão de ilustrações que mostravam as atuais vias “antes” e “depois” da reforma. Também foram disponibilizados vídeos educativos, explicando os impactos e benefícios que seriam gerados pela realização de cada obra. Outra inovação foi a utilização de mapas virtuais⁸ para facilitar a localização das obras e também dos pontos de votação (Figura 1, anexos).

Finalmente, as ferramentas participativas foram ampliadas. Além do fórum de discussão, que foi reativado, foram implementadas dois novos recursos. O primeiro foi a possibilidade de se postar “recados” online. Em cada obra, havia uma opção de se deixar um recado sem a necessidade de se cadastrar ou mesmo se identificar. O segundo recurso foi um chat, que era aberto em datas previamente agendadas, no qual representantes da secretária de “Planejamento, Orçamento e Informação”, responsável pelo OP, participavam para ouvir dúvidas, sugestões e críticas dos participantes. Foram realizadas quatro sessões no chat ao longo do período de votação. Fora dessas datas, o chat não foi disponibilizado.

Ao final, 124.320 eleitores votaram no OP digital de 2008. Após o processo, o fórum e o chat foram retirados do ar. As discussões realizadas por meio dessas duas ferramentas também não foram disponibilizadas. Já em relação à ferramenta

⁶ A agência Nitrato ficou responsável por gerenciar o website e por moderar as ferramentas discursivas disponíveis. Ver: <<http://blog.nitrato.com.br/>>. Acesso em: [25 ago. 2009].

⁷ O telefone não pode ser considerado uma tecnologia online, porém seu uso é comum e incentivado em programas participativos na internet. Para utilização de tecnologias móveis em outros OPs digitais, ver: Peixoto (2008).

⁸ Utilizando-se a tecnologia dos mapas Google. Ver exemplo em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em: [10 fev. 2010]

de postar comentários, foi possível ver os comentários realizados, mas não postar novos.

Tabela 1
Dados do Orçamento Participativo x Orçamento Participativo Digital

Edição	2006 offline	2006 online	2008 offline	2008 online
Participantes	33.643	172.938	44.000	124.320
Orçamento (US\$ milhões)	44,4	11,1	44,4	22,2

Procedimentos Metodológicos

Como apontado anteriormente, a presente pesquisa foi realizada empregando três planos de análise. Primeiramente, é avaliado o contexto do programa participativo online. Entretanto, dentre os indicadores levantados por Janssen e Kies (2005), apenas avaliaremos o perfil do tópico do debate e do ator político que hospeda o debate. A principal razão para esta opção foi a impossibilidade de se realizar uma *survey* com os usuários, dada a dificuldade de se contactar um número representativo de participantes (já que o site não identificava os usuários ou cadastrava algum tipo de email ou forma de contato).

No segundo plano, faremos uma breve avaliação qualitativa do site, destacando suas estruturas de comunicação e o design das ferramentas. Entre os itens avaliados estão: abertura e liberdade de participação e conversação no fórum, identificação, moderação e *empowerment*. Em relação ao *design*, é avaliada a ferramenta de postar comentários, que será a base da avaliação do terceiro quesito.

O terceiro plano de análise é o estudo da deliberação online na ferramenta analisada no último quesito. No total dos cinco fóruns, foram geradas 1209 mensagens de apoio, críticas, manifestações, mobilizações e discussões diversas. Inicialmente, selecionamos todas as mensagens referentes às obras #4 (306) e #5 (544), por serem as obras com mais votos e com mais postagens. Assim, todas as mensagens dos dois fóruns (850) foram catalogadas e lidas. Entretanto, dentro desse conjunto, apenas foram analisadas as mensagens que se referiam aos dois temas⁹ que obtiveram mais mensagens: “Trânsito lento e a obra atende à região” (196) e “Beneficiários da obra” (179). Essas mensagens (n=375) foram avaliadas de acordo com o modelo a seguir. Para a análise, foi utilizado o *software* “Atlas TI 5.5”.

⁹ A classificação em temas foi realizada nos dois fóruns pela leitura qualitativa. Foram gerados 10 temas diferentes nos fóruns online das duas obras. A metodologia explicitada de tal análise está em Sampaio (2010).

Modelo de Deliberação online

O principal autor dedicado ao estudo da deliberação online a ser utilizado na presente análise é Lincoln Dahlberg (2001a; 2001b; 2001c; 2002). Trata-se de um dos primeiros pesquisadores a traduzir a teoria de Habermas em indicadores analíticos consistentes para serem aplicados aos recursos discursivos da internet. Dahlberg destaca as diversas características atribuídas por Habermas à esfera pública ideal e as transforma em indicadores qualitativos para as conversações. De acordo com o estudioso, quanto maior a presença de tais categorias, maior será o grau de deliberatividade, ou ainda, melhor será a qualidade da discussão em relação aos aspectos valorizados pela teoria deliberativa.

É preciso reconhecer que a estratégia analítica empregada acaba por projetar a adoção de um modelo ideal para a consecução dos debates. No entanto, o objetivo do texto não é buscar a deliberação e se frustrar no caso dela não se mostrar presente, concluindo-se, conseqüentemente, que os cidadãos não seriam capazes de deliberar ou que não há espaços deliberativos na internet. Trata-se, na verdade, de usar indicadores normativos para se analisar uma conversação realizada em determinado ambiente online, na intenção de se compreender os pontos fortes e fracos dessa discussão. E, em certa medida, procura-se apontar alguns dos fatores políticos e tecnológicos que influenciam tais resultados a fim de se destacar as contribuições de tal programa participativo na internet.

Apresentamos a seguir o modelo de deliberação online que baliza nosso exame empírico.

I) Tematização e críticas racionais de pretensões de validade

O primeiro critério proposto para se mensurar o grau de deliberatividade é chamado de “Tematização e críticas racionais de pretensões de validade” (DAHLBERG, 2002). O objetivo é entender se as posições estão sendo apresentadas e se são debatidas criticamente. Os argumentos dos participantes, no ideal deliberacionista, devem ser apoiados por razões.

Inicialmente, é avaliada a *Reciprocidade* (1), ou seja, se os usuários demonstram estar lendo as mensagens e respondendo a elas. É um nível mais elementar, que não exige elaboração da réplica, mas apenas o ato de responder a outro usuário ou ao assunto em pauta. As mensagens que não apresentarem respostas serão classificadas como *Monológicas* (2). Um exemplo da falta de diálogo:

Obra 5 Ana Paula (13/11/2008 01:40:29) *Otima possibilidade de melhoria para o transito. Trará melhor acesso e agilidade para o transito regional (OPD, 2008).*

Depois, é avaliada a justificativa, ou seja, se os participantes estão apresentando razões para apoiar seus argumentos. Jensen (2003) apresenta três possibilidades de justificação: a *Justificação Externa* (3) é aquela em que o usuário se utiliza de fontes externas para manter seu argumento, sejam fatos, dados, notícias etc. Abaixo um exemplo:

Obra 5 Eder (17/11/2008 01:36:07) *Esta obra é essencial devido ao tráfego intenso das Avenidas Ivaí e Abílio Machado fluirem unicamente para a estreita rua Pará de Minas. Ela beneficiará todos os moradores da região Noroeste e também de Contagem, da região do Ceasa (OPD, 2008).*

A *Justificativa Interna* (4) é baseada no próprio ponto de vista do usuário, que utiliza explicitamente seus padrões e valores e histórico pessoal (testemunho) para apoiar seu argumento. Vide a mensagem abaixo, por exemplo:

Obra 5 Antonio machado de jesus (13/11/2008 12:39:25) *esta obra para mim tem um grande prestígio já que moro no bairro coqueiros e passo por este transtorno todo os dias,gastando da igreja do Dom Bosco ate a pça sao vicente mais de meia hora no trafego e um absurdo (OPD, 2008).*

Finalmente, Jensen (2003) afirma que é possível ter uma alegação, ou seja, a pessoa afirma sua posição, mas não apresenta sua justificativa ou algum fato, o que chamaremos, simplesmente, de *Posição* (5). Como no posicionamento abaixo, que afirma que vai melhorar, mas não busca justificar o motivo.

Obra 5 Eduardo (12/11/2008 04:44:16) *Esta obra vai melhorar o fluxo na região não somente para os bairros, mas para quem utiliza diariamente o anel rodoviário (OPD, 2008).*

II) Reflexividade

No segundo critério de Dahlberg (2002), apresenta-se a noção de “Reflexividade”, na qual os participantes devem estar dispostos a avaliar a posição dos outros e revisar a sua posição inicial se persuadidos pela força de perspectivas diversas.

Segundo Jensen (2003), a reflexividade pode ser avaliada de três formas. *Persuasão* (6), quando há sinais explícitos de que um usuário se sente persuadido pela argumentação de outro participante ou pela discussão no geral. *Progresso* (7), quando um usuário reflete sobre outra postagem, responde com novos argumentos ou informações ou, mesmo, tenta criar uma síntese dos argumentos. Ou *Radicalização* (8), quando o usuário reage negativamente à outra postagem e radicaliza seu ponto de vista anterior, não estando aberto a outras possibilidades. Em nosso critério, uma mensagem só poderia ser considerada como reflexiva se ela também apresentar reciprocidade. Abaixo estão exemplos de cada (persuasão, progresso e radicalização) respectivamente:

Obra 4 Alessandra (13/11/2008 11:23:25) [...] *Concordo com o Pedro, temos que pensar no trânsito da região metropolitana como um todo: a Nossa Senhora do Carmo, Raja, BR e o Anel sofrem com o afunilamento ao redor do trevo do BH Shopping (onde o trânsito chega a ser restrito a UMA pista), e são muitos os cidadãos prejudicados* (OPD, 2008, destaque do original.).

Obra 4 Helena (14/11/2008 10:50:40) *Àqueles que afirmam que esta obra só beneficiará Nova Lima só tenho a dizer que não conhecem a realidade da região que separa os dois municípios. A verdade é que diversos moradores da região trabalham em BH e alguns de BH trabalham em Nova Lima. Assim, se a obra tem por objetivo beneficiar a população de BH, que atualmente é muito prejudicada pelos constantes engarrafamentos na região, nada mais correto do que realizá-la independentemente do município e população vizinhos serem beneficiados. O necessário é termos senso coletivo.* (OPD, 2008,).

Obra 4 Ellen Andrade (24/11/2008 09:17:09) *Não adianta NADA investir na "saída" de BH para Nova Lima, se dentro da cidade continuar um caos, isso porque tem lugares com necessidades muito maiores!! Sinceramente, essa obra não beneficiará a maioria dos cidadãos de BH e sim a minoria que trafega por essa área... E enquanto isso o Anel Rodoviário, que é uma via de trânsito rápido continua engarrafado né?! Um absurdo!* (OPD, 2008, destaque do original).

III) Ideal Role Taking

O terceiro critério de Dahlberg (2002) é chamado de "Ideal Role Taking". Este quesito considera o respeito para escutar e dar a devida atenção às colocações dos outros participantes; também, é necessário que o debate seja contínuo; que não termine abruptamente.

Nesse critério, utilizamos a divisão proposta por Steenbergen et al (2003): O *Respeito Implícito* (9) acontece quando não há posições negativas, mas também não há positivas, mas se defende um grupo de concernidos. O *Respeito Explícito* (10), quando há pelo menos uma posição positiva nitidamente apresentada sobre grupos, independentemente da presença de posições negativas. Abaixo um exemplo de respeito implícito, no qual se defende outro grupo, mas não se apela para valores e, em seguida, um trecho de respeito explícito no qual o cidadão manifesta a questão dos direitos do mesmo grupo:

Obra 5 Luiz (25/11/2008 06:06:54) *Concordo totalmente com a conclusão da obra, porém tenho uma crítica, pela praça São Vicente também passam moradores de Contagem, e como os votos para o orçamento participativo somente são validos para os moradores de BH ficaremos prejudicados pois, o numero de moradores de Contagem é muito grande e iria render muitos votos para esta obra* (ODP, 2008).

Obra 5 Cândido (24/11/2008 11:27:14) *O problema que a MAIORIA das pessoas AFETADAS pelo transito na praça São Vicente é residente em contagem o que afeta diretamente na votação, essas pessoas deveriam ter o direito de votar!!!!!!* (OPD, 2008, destaque do original.).

Em relação à ausência de respeito, acreditamos que o trabalho de Papacharissi (2004) seja adequado para complementar a análise. A autora distingue entre mensagens rudes e incivis, como explicado anteriormente. Dessa maneira, também teríamos duas formas de ausência de respeito. A mensagem *Sem Respeito: rude* (11), aquela em que há ofensas, ironias, ataques pessoais etc, mas que não atacam valores democráticos; e mensagem *sem Respeito: incivil* (12), nas quais existem discursos de preconceito, racismo, ódio ou ataques contra princípios democráticos. Um exemplo de mensagem rude:

Obra 4 Leone (27/11/2008 04:30:25) *Ele está certo em defender a região onde mora, citando Pátio Savassi e arredores BURGUESES, pois deve ser um filhinho de papai ou algum empresário da nossa elite. Eu o aconselho a passar na região da obra 05, no bairro da periferia chamado Alípio de Melo, em um horário de pico, para conhecer melhor a realidade da cidade onde vive* (OPD, 2008, destaque do original).

O segundo aspecto do critério do *ideal role taking* é a continuidade das mensagens, a sua regularidade ao longo dos dias, o que denota interesse em manter a discussão na busca do entendimento comum. Faremos inicialmente a média de mensagens por dia (número total de mensagens sobre dias de fórum) e a

compararemos com o número de mensagens por dia. Essa comparação nos permitirá examinar se há irregularidades nos fluxos de mensagens, se houve dias de vários debates ou dias de descaso no que concerne à quantidade de mensagens postadas no fórum.

IV) Inclusão e Igualdade Discursiva

O quinto critério de Dahlberg é denominado “Inclusão e igualdade discursiva”. O debate deve ser aberto a todos os concernidos e todos os participantes devem ter oportunidade igual de se manifestar.

Assim, no quesito inclusão e igualdade discursiva, analisamos, principalmente, a idéia de exclusão digital, apresentando alguns dados a respeito do número de pessoas com acesso à Internet na região sudeste do Brasil¹⁰ e as possíveis implicações dessa questão para a deliberação online. Nosso objetivo não é fazer uma análise complexa da exclusão digital, que é influenciada por diversos fatores, mas evidenciar que ela deve ser considerada ao se realizarem programas participativos online.

Em seguida, analisamos se houve um domínio da discussão por poucos usuários, o que pode inibir a participação de outros cidadãos (como através da formação de grupos fechados, que desconsideram as mensagens de usuários “de fora”). Suspeita-se, a partir das análises iniciais do *corpus*, que, ao contrário dessa idéia, a grande maioria dos indivíduos postou apenas uma mensagem. Segundo Jensen (2003), o fato das pessoas postarem apenas uma vez (*one-timer effect*) dificulta a complexificação do debate, principalmente se avaliarmos a discussão do ponto de vista de critérios como reciprocidade e reflexividade.

De tal modo, conforme exposto, temos indicadores quantitativos e indicadores qualitativos. Todos servirão de base para a análise do grau de deliberatividade das mensagens. A Tabela 2, a seguir, explicita nossa tipologia. Os indicadores numerados serão aplicados diretamente em cada mensagem analisada.

¹⁰ Não foi encontrada pesquisa recente sobre os dados de Belo Horizonte. Utilizaremos dados referentes à região sudeste do Brasil.

Tabela 2
Critérios de deliberatividade

CRITÉRIO	Variáveis
Tematização e crítica racional	(1) Reciprocidade
	(2) Monológica
	(3) Justificação Externa
	(4) Justificação Interna
	(5) Posição
Reflexividade	(6) Persuasão
	(7) Progresso
	(8) Radicalização
Ideal Role Taking	(9) Respeito Implícito
	(10) Respeito Explícito
	(11) Sem Respeito: rude
	(12) Sem Respeito: <i>incivil</i>
Inclusão e Igualdade discursiva	Continuidade: mensagens por dia
	Pessoas com acesso à internet. Número de postagem por pessoas.

Os outros critérios que serão aplicados a cada mensagem são: anonimato (13), identificação (14), nome (do usuário) (15) e data da postagem (16). Mesmo aqueles que postaram apenas um nome pessoal – que não necessariamente é verdadeiro – serão classificados como identificados.

Resultados

Contexto

l) Agente a hospedar a discussão

O OPD de Belo Horizonte foi criado e mantido durante a gestão de Fernando Pimentel, do PT (Partido dos Trabalhadores). O ano de 2008 foi justamente o último de Pimentel à frente da Prefeitura – ele participou da administração municipal por quase 12 anos (quatro como vice-prefeito e oito como prefeito). O PT é o partido do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecido, entre outros motivos, por ter criado diversos programas sociais, como o Bolsa-Família, Fome Zero, ProUni e que também foi um dos responsáveis pela criação do orçamento participativo no Brasil. Por outro lado, em sua base de aliados encontram-se partidos liberais ou de direita, o que faz com que o PT seja considerado como um partido de centro-esquerda.

Ressalte-se que não foi identificada qualquer manifestação por parte da administração municipal ao longo do estudo das mensagens que compõem nosso

corpus empírico. Como considerado em outros tópicos, a discussão seguiu de forma livre e sem maiores restrições. Se entender o posicionamento do ator político no espectro ideológico-partidário pode ser vital em determinados fóruns políticos, no OPD não houve indícios fortes de que este elemento foi determinante. Ou seja, não há sinal de que tal aspecto tenha alterado, moldado ou modificado, de forma significativa, o comportamento dos usuários.

É interessante notar que, pelo contrário, houve certa “isenção” por parte da Prefeitura. Conforme analisado, não houve qualquer posicionamento do agente estatal a respeito de suas posições políticas. Não há nenhuma menção ao PT ou sequer ao prefeito Fernando Pimentel, mas apenas à instituição “Prefeitura”. Ou, ainda, há propaganda e divulgação das realizações da administração do município, mas isso não significou qualquer apelo ao posicionamento ideológico da Prefeitura ou do prefeito.

Por outro lado, como serão apresentadas abaixo, as ações da Prefeitura moldaram a participação dos cidadãos de várias formas. Por exemplo, não houve qualquer incentivo oficial para que se discutisse sobre trânsito, mas ao escolher apenas obras viárias, isso impacta na natureza da contenda. A escolha das ferramentas interativas também pode facilitar ou dificultar certos debates, assim como o tipo de moderação escolhido. Assim, o ponto defendido é que, nas discussões analisadas, não houve um agente se identificando como pertencente ao executivo municipal ou à moderação, que tentou direcionar os assuntos ou os debates de qualquer modo. Nesse sentido, houve a isenção identificada.

II) Tópico do Debate

Apesar de afetar, certamente, em diferentes graus e de acordo com o nível socioeconômico, todos, de algum modo, são afetados pelos problemas de trânsito. Essa convivência diária com tais adversidades não apenas cria uma grande camada de afetados, mas, também, de pessoas com conhecimentos práticos sobre os principais pontos problemáticos e, mesmo, acerca de possíveis soluções. Em algumas áreas, os cidadãos podem estar mais bem posicionados para avaliar os impactos das políticas e oferecer suas impressões aos representantes (FUNG, 2007), o que ficou evidente nas mensagens da maioria dos participantes dos dois fóruns online analisados: os usuários se posicionaram (40,3% das mensagens) e ofereceram justificativas para suas opiniões (50% das mensagens).

O fato de ser um tema que atinge a praticamente toda a população também nos permite pensar no que Dryzek denomina de “metaconsenso” entre os participantes do fórum online. Na idéia de metaconsenso, os indivíduos podem não concordar sobre o que deve ser feito, mas há um reconhecimento da legitimidade dos valores em disputa (DRYZEK, 2007; LIST, 2007). Conforme os resultados de

nossa pesquisa, os valores de respeito na forma implícita e explícita foram bastante elevados, superando 40% do total de mensagens postadas, enquanto a presença de mensagens rudes ficou em apenas 6%.

A maioria dos indivíduos que postou mensagens defendeu o seu ponto de vista; por outro lado, boa parte dos usuários reconheceu a importância de outras obras e a necessidade de contemplar outras regiões. Ou seja, argumentaram que determinadas populações estariam precisando mais, mas não afirmavam que as outras regiões também não precisassem, ou que não tivessem argumentos razoáveis.

Estrutura Comunicativa e Design

I) Identificação

A identificação por parte dos usuários não foi obrigatória na ferramenta de postar comentários. Entretanto, a grande maioria dos participantes se identificou. Foi perceptível que essa maioria optou ou por utilizar o nome completo ou um só nome. Essa parcela que optou por apresentar apenas um nome poderia ser considerada como “anônima” na indicação de Janssen e Kies (2005). Mas defende-se que o uso de um nome tende a evidenciar que há uma pessoa real (que não se esconde) por trás daquele comentário, que está comprometida com o debate, já que o anonimato é muitas vezes correlacionado à falta de comprometimento com a discussão (DAVIS, 2005; WILHELM, 2000).

Nos fóruns analisados, mesmo não sendo obrigatória a identificação, foi perceptível que a maioria dos participantes buscou apresentar argumentos na discussão. Uma evidência disso é que o número de mensagens irrelevantes (aquelas que não continham demandas, opiniões ou posicionamentos claros) não superou 5% na média dos fóruns¹¹. Por outro lado, também não há qualquer indicação de que o anonimato contribuiu para uma melhor igualdade discursiva.

II) Abertura e liberdade

As ferramentas de discussão do OPD possibilitaram bastante abertura e liberdade aos usuários. Com exceção do voto e do fórum, o site era totalmente aberto a qualquer visitante e a identificação não foi obrigatória. Não havia ferramentas de controle de postagens por tempo ou qualquer tipo de restrição temática. Contudo, o fórum online não chegou a conter 10 mensagens, enquanto a ferramenta de postar comentários apresentou mais de mil colaborações. Uma

¹¹ Exatamente 46 mensagens das 850 originais (nos dois temas escolhidos).

possível explicação para isso está no fato de que o fórum exigia um cadastro, enquanto a ferramenta de postar comentários não exigia sequer a identificação. Ao tratarmos do ambiente online, o registro e a identificação podem funcionar como aumentos para o custo da participação política. Essa hipótese, entretanto, precisa ser testada por meio de *surveys* com os usuários.

III) Agenda da discussão

A agenda da discussão também foi totalmente aberta. Não há, em nenhum momento, qualquer participação por parte de agentes da Prefeitura no sentido de direcionar as discussões ou os assuntos em pauta. Há, evidentemente, um agendamento inicial por parte da Prefeitura, ou melhor, ao definir que todas as obras do OPD 2008 seriam viárias, ela “agendou” o tema como sendo o trânsito. Todavia, não houve ações do agente municipal para enquadrá-lo ou alimentá-lo. Percebe-se que esse agendamento mostrou-se forte nas mensagens, uma vez que a maioria se concentrou em questões de trânsito, mas não houve qualquer incentivo ou imposição da administração municipal para encaminhar tais discussões.

IV) Moderação

Segundo a agência de Comunicação Nitrato, que desenvolveu e controlou os recursos digitais do site do OPD, todas as ferramentas interativas foram pré-moderadas, ou seja, era necessária a liberação do moderador para a mensagem aparecer no site (NITRATO, 2009). A pré-moderação, obviamente, pode atrapalhar o ritmo de qualquer discussão, especialmente, se o moderador demora a liberar as mensagens (WRIGHT, STREET, 2007). Através de nossa análise do fluxo das mensagens, pode se perceber que não houve qualquer dia em que o moderador deixou de liberar as mensagens, o que certamente ameniza essa questão.

No caso do OPD, a moderação teve unicamente o fim de evitar as mensagens rudes ou incivis. Por outro lado, a moderação também não se posicionou em nenhum momento do debate. Esse fato provavelmente se explica por se tratar de *webmasters* contratados pela Prefeitura para realizar a tarefa. A idéia, aparentemente, foi evitar *flames*. Essa escolha realmente influenciou no número baixo de mensagens rudes detectadas e na quantidade nula de mensagens incivis, que – se existiram – não chegaram ao fórum público. Isso pode ter facilitado a presença de mensagens respeitadas, pois é mais fácil ser respeitoso em um ambiente harmonioso, que em um tumultuado (*flamewars*).

Todavia, essa opção tem sua desvantagem, pois acaba denotando a ausência do agente institucional, o que deixa a discussão a cargo apenas dos usuários, que discutem entre si. Com a exceção dos chats, que contaram com

presença de secretários municipais, a Prefeitura acaba não aproveitando do espaço de interação para conhecer melhor os anseios e necessidades dos cidadãos. Também acaba demonstrando pouca porosidade (ou mesmo interesse) em conhecer os *inputs* discursivos dos cidadãos.

V) Espaço Público forte ou fraco

Não há qualquer indicação, no site do OPD, de que o fórum ou a ferramenta de comentários sejam espaços fortes (*empowered*), isto é, não havia qualquer garantia de que as mensagens seriam consideradas ou sequer lidas e efetivamente consideradas pelos agentes institucionais. Entretanto, o conteúdo das mensagens evidencia que as pessoas agiram esperando que suas mensagens tivessem algum impacto, seja sobre os representantes políticos, seja sobre outros cidadãos.

Mas há uma particularidade no Orçamento Participativo Digital. As ferramentas de discussão operaram lado a lado com a ferramenta de votação. Esta apresentou grande *empowerment*, já que o voto dos cidadãos era magnânimo na decisão da obra a ser aprovada. A importância do voto e o considerável *empowerment* dos cidadãos podem ter sido fatores para as ferramentas de discussão terem se tornado espaços fortes de discussão.

A este ponto, é interessante notar os usos peculiares que os participantes conferem às ferramentas oferecidas. Por um lado, a ferramenta de postar comentários era, em termos normativos, um espaço fraco de discussão, pois a Prefeitura não “o empoderou”. Por outro lado, os participantes agiram como se esse local discursivo fosse um espaço forte, pois, já que os usuários perceberam um maior fluxo de mensagens e, conseqüentemente, a maior possibilidade de terem seus comentários lidos e considerados por outros cidadãos. Centenas de pessoas entraram no fórum não apenas buscando conversar, apresentar suas posições, mas, em grande medida, tentando convencer outros cidadãos sobre a melhor opção. Ou ainda, o *empowerment* da ferramenta de votação se refletiu na ferramenta de comentários.

Deliberatividade

O resultado geral do grau de deliberatividade nos diferentes critérios analisados é demonstrado na Tabela 3 a seguir, onde apresentamos o número de mensagens que foi classificado em cada indicador de acordo com o fórum e o tema original; indicamos, ainda o quanto essas mensagens representaram em relação ao total de mensagens do mesmo tema e fórum. Na última coluna da direita, fazemos uma somatória do total das mensagens classificadas em cada indicador e quanto isso representou em relação ao corpus total.

Tabela 3
Resultados da deliberatividade

Códigos	Fórum 4 Tema 1	Fórum 5 Tema 1	Fórum 4 Tema 2	Fórum 5 Tema 2	Total
Número de mensagens	50	146	100	79	375 (100%)
Anônimo	1 (2%)	1 (0,7%)	3 (3%)	1 (1,27%)	6 (1,6%)
Identificado	49 (98%)	145 (99%)	97 (97%)	78 (99%)	369 (98,4%)
Dialógico	6 (12%)	9 (6,2%)	86 (86%)	11 (13,9%)	112 (29,87%)
Monológica	44 (88%)	137 (94%)	14 (14%)	68 (86%)	266 (70,93%)
Justificação Externa	20 (40%)	29 (19,9%)	75 (75%)	29 (36,7%)	153 (40,8%)
Justificação Interna	6 (12%)	23 (15,7%)	8 (8%)	9 (11,4%)	46 (12,26%)
Posição	21 (42%)	74 (50,7%)	15 (15%)	41 (51,9%)	151 (40,26%)
Persuasão	1 (2%)	3 (2%)	5 (5%)	1 (1,27%)	10 (2,6%)
Progresso	5 (5%)	1 (0,7%)	55 (55%)	5 (6,3%)	66 (17,6%)
Radicalização	0 (0%)	0 (0%)	11 (11%)	0 (0%)	11 (2,9%)
Respeito Implícito	13 (26%)	38 (26%)	25 (25%)	32 (40,5%)	108 (28,8%)
Respeito Explícito	8 (16%)	25 (17,1%)	15 (15%)	8 (10,1%)	56 (14,93%)
Sem Respeito: rude	1 (2%)	0 (0%)	22 (22%)	0 (0%)	23 (6,1%)
Sem Respeito: <i>incivil</i>	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0,0%)

É importante notar que certos indicadores, como “dialógico” e “monológico”, são excludentes, enquanto outros itens podem coexistir, isto é, atuarem de forma simultânea em uma mesma mensagem, como, por exemplo, “justificação externa” e “justificação interna”. Além disso, frisamos que certos códigos somam em conjunto 100% (como “anônimo” e “identificado”), porque nenhuma mensagem poderia ser classificada de outra forma. Ademais, sublinhe-se que os indicadores que representam respeito, justificativa e formas de reflexividade não aparecem em todas as mensagens e não alcançam os 100%.

I) Tematização e críticas racionais de pretensões de validade

Cerca de 40% dos participantes posicionaram-se a favor ou contrários à realização da obra ou do processo em si. Outra parcela semelhante de usuários (40,8%) não apenas se posicionou, mas ofereceu argumentos racionais para justificar suas pretensões, baseada em fatos e dados. Finalmente, 12% dos participantes justificaram suas posições fazendo uso de narrativas e valores pessoais, que também podem contribuir para a deliberação (YOUNG, 1996).

Por outro lado, uma quantidade menor de usuários fez questão de responder às mensagens. Menos de um terço das mensagens analisadas fez referência à outra mensagem ou à discussão em si (apesar de 30% representar um valor significativo). Talvez seja demandar excessivamente que a ferramenta de *postar comentários* apresente altos índices de reciprocidade, de diálogo e afins. A discussão específica sobre esta questão será retomada posteriormente.

II) Reflexividade

Se a reciprocidade, que se refere ao simples ato de responder, foi baixa, a reflexividade, um processo ainda mais complexo, se mostrou um fenômeno mais raro na discussão, alcançando um índice geral em torno de 20% das mensagens do total analisado. Por outro lado, se considerarmos quantas mensagens foram reflexivas (87) dentro do conjunto de mensagens que simplesmente responderam de alguma forma à discussão (112), em torno de 77% dos usuários que responderam ao fórum também o fizeram de alguma forma reflexiva. Dito de outra forma, a maioria dos cidadãos respondeu aos outros participantes ou ao assunto de maneira reflexiva seja apresentando novos argumentos seja explicitando porque concordaram com algum argumento já presente.

Aparentemente, pela simplicidade da ferramenta, o maior desafio foi ler as outras mensagens, mas aqueles que acompanharam a discussão, realmente o fizeram de maneira reflexiva e deliberativa.

III) Ideal Role Taking

A) Diálogo Contínuo

Avaliando o Gráfico 1, a seguir, é possível perceber que ele funcionou na forma de “ondas”, ou seja, a troca de mensagens teve força em determinados dias e foi quase ausência em outros. Porém, com exceção de alguns dias, nos quais o número de mensagens cai consideravelmente, a média de mensagens se aproxima da média ponderada, que seria de 14,6 postagens ao dia. O gráfico mostra que, dificilmente, há vários dias seguidos com mensagens abaixo de 10. Nota-se também que, nos últimos quatro dias de votações, todas as postagens foram abaixo da média. Esse resultado pode ser explicado pelo fato da obra 5 já estar cerca de 10 mil votos à frente da obra 4 na última semana do processo.

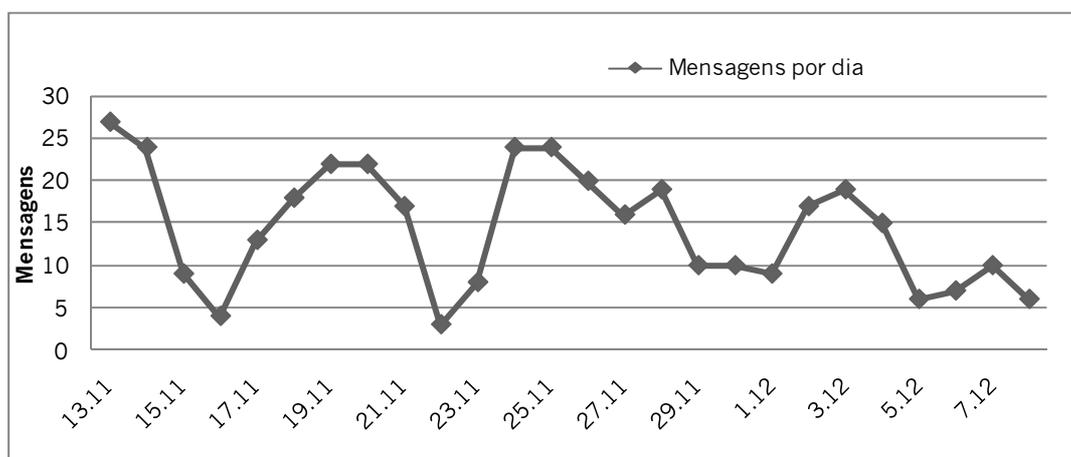
O efeito *one-timer* foi bastante alto, uma vez que a reciprocidade foi baixa. Em torno de 70% dos participantes apenas deixaram uma única mensagem e não

mais retornaram ao tópico¹². É claro que isso tende a significar uma baixa disposição para dialogar. A idéia de deixar o seu comentário, expressando uma posição particular, mas sem, necessariamente, demonstrar disposição em dialogar, foi fortemente adotada pelos usuários.

Por outro lado, o diálogo contínuo é um indicador complexo de ser avaliado na internet. Como reconhecem Janssen e Kies (2005), o problema de diversas pesquisas de fóruns online é que elas tendem a acreditar que a discussão se encontra única e exclusivamente na ferramenta analisada. Elas acabam desconsiderando a multiplicidade de tarefas simultâneas permitidas pelas novas tecnologias. Por exemplo, é perfeitamente possível que um internauta entre no site do OPD e poste uma única vez, mas depois, posiciona-se a respeito em seu *twitter*, em seu blog e coloque uma chamada em seu perfil do Facebook. Em cada uma dessas ferramentas, ele pode mobilizar outros potenciais eleitores ou travar verdadeiras contendas argumentativas.

Por outro lado, a validade de se apresentar tal dado é que ou realmente os cidadãos não tiveram a disposição de responder e de manter um diálogo contínuo ou que a ferramenta digital do OPD não foi interessante o suficiente para manter a discussão nesse site.

Gráfico 1
Postagens por dia



B) Escuta Respeitosa

As mensagens que demonstraram alguma forma de respeito explícito a indivíduos ou grupos alcançaram quase 15% do total de mensagens analisadas dos

¹² Como a identificação não era obrigatória, não é possível dizermos se algum usuário postou mais de uma mensagem usando outro nome. O resultado baseia-se na forma como os usuários se identificaram.

dois fóruns. Por sua vez, as mensagens que demonstraram alguma atenção, cuidado ou respeito implícito em relação a outros concernidos chegaram a 28% do total, ou seja, quase 50% das mensagens demonstraram alguma forma de atenção e respeito aos afetados pelas obras do OPD. A falta de respeito também foi baixa (6%), o que pode ser um reflexo da pré-moderação da ferramenta. Como já indicado, acreditamos que o tema também tenha influência direta nesse resultado, pois ao facilitar se posicionar no lugar do outro, ele também tende a aumentar o respeito pelas outras opiniões.

IV) Inclusão e Igualdade Discursiva

Um ponto que levanta preocupações quando se discute a interface entre internet e democracia é aquele atinente à exclusão digital. A inquietação relativa às dificuldades de acesso por parte considerável da população brasileira se mostra ainda mais candente quando se reflete sobre o Orçamento Participativo Digital, um mecanismo voltado, justamente, para a expansão no número de cidadãos que se integram ao processo decisório. Neste ponto, a questão não se refere apenas às diferenças entre os usuários quanto aos equipamentos necessários para acessar o ambiente digital; não se pode omitir, também, a existência de distintos repertórios cognitivos, peculiares a cada cidadão individualmente, que acabam reverberando sobre as formas de uso dos dispositivos de participação disponíveis (SALTER, 2004).

Naturalmente, é necessário reconhecer a importância da exclusão digital em um país como o Brasil. Porém, tomar uma posição radical, alegando, por exemplo, que não é possível falar em democracia digital enquanto todos não estiverem devidamente equipados e habilitados a lançar mão do computador conectado à internet, pode conduzir a um retrocesso, na medida em que dimensões tais como a transparência nos negócios públicos, a preservação de liberdades e direitos e a participação eleitoral vêm sendo, nitidamente, aperfeiçoados graças ao emprego dos media digitais (MAIA, 2008; MARQUES, 2008). Além do mais, uma série de desigualdades tem, tradicionalmente, marcado a cultura política brasileira, e nem por isso se mostra necessário abandonar os valores democráticos enquanto balizas de nosso progresso político.

Assim sendo, vislumbra-se a necessidade de um conjunto de trabalhos adicionais que estejam voltados para entender a complexa cadeia de fatores que associam participação política na internet e exclusão digital. Considera-se que tais investigações possam ajudar a compreender, por exemplo, os motivos pelos quais, no caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte, a participação online se mostrou superior à offline, ainda que a maior parte dos recursos estivesse associada à modalidade presencial de OP.

Com tais premissas estabelecidas, nosso objetivo, ao incluir tal item proposto por Dahlberg (2001a) e Janssen e Kies (2005), é pensar as barreiras digitais como um quesito extra que deve ser considerado tanto no design de ferramentas digitais quanto na concepção e configuração de programas participativos online.

De tal forma, utilizamos a pesquisa TIC do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação - CETIC.br, responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre a disponibilidade e uso da internet no Brasil, realizada em 2009. Não há pesquisas disponíveis a respeito de Belo Horizonte, logo usaremos as estatísticas da região sudeste do Brasil, onde a cidade se localiza.

No Sudeste brasileiro, 34% dos domicílios possuem um computador, 26% do total de residências também possuem acesso à internet, sendo que 37% dos usuários de internet usam conexão pela linha telefônica (velocidade lenta) e 53% usam algum tipo de conexão de alta velocidade, ou seja, de banda larga. Todavia, ao analisarmos por classe social¹³, as disparidades se tornam evidentes: 93% das pessoas da classe A acessam a internet, 59% da classe B, 17% de classe C e apenas 1% das classes D e E, que se encontram abaixo da linha de pobreza. As habilidades (*skills*) necessárias para se utilizar de um fórum online também são baixas, atingindo 24% da população da região¹⁴. Em relação às diversas *skills* para se usar a internet, a desigualdade também cresce de acordo com o fator de educação e classe social (TIC, 2009).

Semelhante às conclusões de Wilhelm (2002), a exclusão digital ainda é muito presente e tende a reforçar outras desigualdades socioeconômicas. Em outras palavras, se o número de usuários de internet no Brasil está se elevando, ele cresce de maneira extremamente desigual entre as diferentes camadas econômicas e educacionais do país (TIC, 2009).

Dessa maneira, a igualdade discursiva do OPD é seriamente afetada a priori. A disponibilização de pontos gratuitos de acesso, como ocorreu no processo, mitiga essa desigualdade, mas de maneira muito restrita. A própria pesquisa TIC evidencia que apenas 1% dos brasileiros se utiliza de pontos gratuitos de acesso para fazer uso de qualquer serviço de governo eletrônico, contra 46% que utilizam os serviços em casa, 23% em pontos de acesso pagos e 16% do trabalho (TIC, 2009).

¹³ O critério utilizado para classificação leva em consideração a educação do chefe de família e a posse de uma série de utensílios domésticos, relacionando-os a um sistema de pontuação. A soma dos pontos alcançada por domicílio é associada a uma Classe Socioeconômica específica (A, B, C, D, E).

¹⁴ A pesquisa descreve entre as *skills*: usar um mecanismo de busca para achar informação, enviar e-mails como arquivos anexados, enviar mensagens em salas de bate-papo e fóruns de discussão, usar a internet para realizar ligações telefônicas, usar um programa de compartilhamento de arquivos, criar uma página na internet, baixar e instalar softwares. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2009/rel-habil-03.htm>>. Acesso em: [10 jan. 2010].

Defendemos que os pontos gratuitos de acesso possam facilitar a votação, já que o processo é relativamente simples e rápido. Por outro lado, uma discussão online nos vários pré-requisitos de uma deliberação exigiria mais tempo e disposição.

A ferramenta de postar comentários do OPD, apesar de muito simples, foi extremamente aberta e receptiva à participação. Ela não exigia qualquer tipo de cadastro ou identificação. Além disso, possibilitava a postagem com apenas um clique (ou seja, exigia poucas *skills* de internet para ser usada). Janssen e Kies (2005) sugerem que as restrições técnicas podem inibir a participação e a deliberação, mas a ferramenta analisada aparenta ter sido um grande empecilho a uma deliberação de qualidade, mas ela certamente não dificultou a participação na discussão.

Já entre os que postaram, não houve indícios de que o debate foi dominado por poucos participantes. Obviamente, a primeira explicação para isso está no fato da grande maioria das pessoas só ter postado uma única vez, mas, mesmo entre os mais ativos de cada tema, não houve nenhum usuário que tenha dominado o debate.

Considerações Finais

O orçamento participativo digital é um dos poucos programas no Brasil que usa a internet para conferir poder de decisão (*empower*) aos cidadãos e também é inovador nas diversas ferramentas participativas e interativas que oferece em relação a outras instituições políticas formais no Brasil (MARQUES, MIOLA, 2007; MARQUES, 2008). O OPD alcançou grande sucesso ao envolver uma parte significativa da população de Belo Horizonte em seu processo de escolha das opções oferecidas pela Prefeitura.

Em nosso primeiro quesito analisado, evidenciamos que, por um lado, o ator político a hospedar o debate pode, em certas ocasiões, ser um indicador fraco ou neutro. No caso do OPD, a intervenção dos agentes políticos da Prefeitura se mostrou escassa; assim, a análise não apontou qualquer ligação com o partido ou com o governo que criou o site. Por outro lado, o tópico da discussão foi um indicador mais forte que o esperado, se mostrando como o principal previsor de certos resultados, como o excesso de justificção e de respeito nas mensagens.

No segundo plano de análise, a principal conclusão que pode ser apontada é a de que mesmo discussões com pouco controle ou direcionamento do agente institucional podem gerar bons resultados, com altos índices de justificção, respeito e identificação. É claro que a presença de um moderador a promover a deliberação poderia aumentar os valores encontrados para reciprocidade e reflexividade, mas é preciso esclarecer que a pré-moderação só impede a presença do desrespeito, da incivilidade. Ela não gera o respeito que encontramos nesse

fórum online, o que tende a contrariar parte das conclusões de Wilhelm (2000) e Davis (2005) sobre as disposições individuais para a deliberação.

Outro achado interessante esteve no fato de um fórum não “empoderado” ter gerado um número razoável de trocas argumentativas. Aparentemente, o empoderamento aqui esteve atrelado a duas questões: a) ao pensamento de que o fórum seria lido - mesmo que não o fosse por agentes institucionais, mas por outros cidadãos; e b) ao fato do mesmo site conter a ferramenta eleitoral, o que torna o fórum uma maneira de mobilizar outros cidadãos a votar ou tentar convencê-los de determinada escolha.

No último plano de análise, a construção de um modelo de apreensão da deliberação online se mostrou produtora. No geral, os dados apontam que, como em outras pesquisas (DAVIS, 2005; WILHELM, 2000), as pessoas estão mais dispostas a dizer o que pensam do que ouvir as ponderações de outros cidadãos. No entanto, é preciso cuidado para não se ignorar o contexto de um programa participativo em um site de uma Prefeitura, um programa que tem como objetivo principal decidir sobre certas obras e que as mensagens analisadas estavam em uma ferramenta de comentários. Em teoria, não há anormalidades em encontrarmos pouco diálogo em tal ambiente. Na verdade, os índices são significativos se pensarmos dessa forma, principalmente se considerarmos o fato de a ferramenta digital dispor as mensagens em um bloco sem qualquer tipo de organização e sem prover qualquer forma de resposta direta a outra pessoa.

Considerando-se essas dificuldades técnicas e a ausência de direcionamento por parte da administração municipal, podemos dizer que ficaram acima das expectativas os valores de respeito e de argumentação. Como dito, acreditamos que as principais indicações para isso estejam no fato das ferramentas de discussão estarem no mesmo site que a ferramenta de votação e de esta estar decidindo obras a respeito do trânsito, um tema que aflige a todos residentes de uma cidade.

Esses resultados, levando-se em conta o caráter assíncrono da internet, podem ter grande valor político. Afinal, as mensagens continuam disponíveis para outras pessoas que visitem o site posteriormente. Para esse terceiro cidadão (o que visita o fórum após as discussões), dois argumentos iniciais, que não se respondem mutuamente, mas que apresentam posições baseadas em razões, poderão formar um “debate” no processo cognitivo do terceiro envolvido. Logo, mesmo aqueles que apenas observam o debate, os *lurkers*, poderiam se beneficiar com a leitura das mensagens.

Finalmente, mesmo não incentivando ou empoderando a discussão, o OPD criou um espaço no qual ela pode acontecer. Se a maioria dos indivíduos optou por não ler ou por não responder aos outros participantes, ao menos foi possível ao cidadão expressar sua opinião sobre o programa participativo e sobre as suas necessidades e anseios. Apesar de não existirem garantias, nada impede aos

agentes municipais guardar tais discussões e, posteriormente, usá-las como um *feedback* do processo participativo. Como disse Warren (2007), uma possibilidade para institucionalizar a deliberação é captar falas que não são deliberativas em intenção e produzir dinâmicas que são deliberativas em função.

É importante ressaltar que algumas dessas conclusões são aplicáveis unicamente ao caso estudado, não podendo ser generalizadas a todas aquelas manifestações e fenômenos discursivos que têm lugar na internet. Entretanto, parece claro que experiências como essa podem ser importantes para a idéia de uma democracia com traços discursivos mais proeminentes. Como afirmou Dryzek (2007), a deliberação pode ter inúmeras tarefas, mas ela não precisa cumprir todas simultaneamente. Logo, raramente haverá exemplos de deliberação que apresentam, integralmente, os índices de deliberatividade em seu máximo. Os baixos índices também são importantes para se verificar déficits que os cidadãos ou que o próprio programa deliberativo apresentam. Como buscamos destacar no caso estudado, os pontos de alta deliberatividade evidenciam que os indivíduos podem, sim, entrar em contendas discursivas com alto índice de argumentos e respeitando-se mutuamente. Os pontos de baixa deliberatividade apontam uma necessidade de melhoria no grau de sofisticação das ferramentas discursivas apresentadas e uma maior atuação do agente institucional, visando não apenas considerar os *inputs* dos participantes, mas, também, incentivar a discussão entre os próprios cidadãos.

Referências Bibliográficas

DAHLBERG, L. Net-Public Sphere Research: Beyond the 'First Phase'. *Euricom Colloquium: Electronic Networks and Democracy*. Nijmegen: The Netherlands: 14, 2002.

_____. "Computer-Mediated Communication and the Public Sphere: A Critical Analysis." *Journal of Computer-Mediated Communication*, vol. 7, nº 1, p. 1-26. Indiana, 2001a.

_____. "Extending the Public Sphere through Cyberspace: The Case of Minnesota E-Democracy", *First Monday*, 6(3) [Online]. Disponível em: <http://www.firstmonday.dk/issues/issue6_3/dahlberg/index.html>.

_____. "The Internet and Democratic Discourse. Exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere." *Information, Communication & Society*, vol. 4, nº 4, p. 615-633. London: Routledge, 2001c.

DAVIS, R. *Politics Online: Blogs, Chatrooms and Discussion Groups in American Democracy*. London and New York: Routledge, 2005.

DRYZEK, J. S. Theory, Evidence and the Tasks of Deliberation. In: ROSENBERG, S. W. (Ed.). *Deliberation, Participation and Democracy: Can the people govern?* New York: Palgrave Macmillan, 2007.

FUNG, A. Minipublics: deliberative designs and their consequences. In: ROSENBERG, S. W. (Ed.). *Deliberation, Participation and Democracy: Can the people govern?* New York: Palgrave Macmillan, 2007.

GOMES, W. "A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política." *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*, vol.7, nº 3, p. 214-222, 2005.

GOODIN, R. E.; DRYZEK, J. S. "Deliberative Impacts: the macro-political uptake of mini-public." *Politics Society*, vol. 34, p. 219-244, 2006.

GUTTMAN, A; THOMPSON, D. *Why deliberative democracy?* Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.

HABERMAS, J. *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy.* Cambridge: Polity Press, 1996

JANKOWSKI N; VAN O. R. "Internet-based political discourse: A case study of electronic democracy in the city of Hoogeveen". In: SHANE, P. M. (ed.) *Democracy online: the prospects for political renewal through the internet.* New York: Routledge, Taylor and Francis Book, 2004.

JANSSEN, D. e KIES, R. "Online Forums and Deliberative Democracy." *Acta Politica*, vol.40, p.317-335, 2005.

JENSEN, J. L. "Public Spheres on the Internet: Anarchic or Government-Sponsored - A Comparison." *Scandinavian Political Studies*, vol. 26, nº 4, 2003.

JENSEN, M. J.; VENKATESH, A. Government Websites and Political Engagement: Facilitating Citizen Entry Into the policy process. *Center for Research on Information Technology and Organizations*, paper 399. Irvine: University of California, 2007.

LIST, C. Deliberation and Agreement. In: ROSENBERG, S. W. (Ed.). *Deliberation, Participation and Democracy: Can the people govern?* New York: Palgrave Macmillan, 2007.

MAIA, R. C. M. Democracia e a Internet como Esfera Pública Virtual: Aproximação às Condições da Deliberação. In: GOMES, W; MAIA, R. C. M (eds.). *Comunicação e Democracia – Problemas e Perspectivas.* São Paulo: Paulus, 2008.

MANSBRIDGE, J. "Deliberative democracy" or "democratic deliberation"? In: ROSENBERG, S. W. (ed.). *Deliberation, Participation and Democracy: Can the people govern?* New York: Palgrave Macmillan, 2007.

MARQUES, F. P. J. A. *Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do Estado brasileiro*. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MARQUES, F. P. J. A.; MIOLA, E. "Internet e Parlamento - um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo Poder Legislativo através de ferramentas online". *E-Compós*, vol. 9, p. 1-20. Brasília, 2007.

NABUCO, A. L.; MACEDO, A. L.; FERREIRA, R. N. "A Experiência do Orçamento Participativo Digital em Belo Horizonte: O Uso das Novas Tecnologias no Fortalecimento da Democracia Participativa." *Revista Informática Pública*, Belo Horizonte vol.11, nº1, p.139-155, 2009.

NITRATO. Entrevista com gestores do site do Orçamento Participativo Digital. Realizada em 13 nov. 2009.

OPD. Site do orçamento participativo digital. Disponível em: <<http://opdigital.pbh.gov.br>>. Acesso em: [29 Dez. 2009].

PAPACHARISSI, Z. "Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups." *New Media and Society*, vol.6, nº2, p.259-283. London, 2007.

PBH. Site da Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>>. Acesso em: [27 fev. 2010].

PEIXOTO, T. E-Participatory Budgeting: e-Democracy from theory to success? *E-Working Papers*. Disponível em: <<http://edc.unige.ch/edcadmin/images/Tiago.pdf>>. Acesso em: [10 abr. 2009].

RAWLS, J. *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press, 2005.

SALTER, L. "Structure and Forms of Use. A contribution to understanding the 'effects' of the Internet on deliberative democracy." *Information, Communication & Society*, v. 7, nº 2, p.185-206, 2004.

SAMPAIO, R. C. *Participação e Deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

STEENBERGEN, M. R. et al. "Measuring Political Deliberation: A Discourse Quality Index." *Comparative European Politics*, vol.1, p.21–48, 2003.

WARREN, M. E. Institutionalizing Deliberative Democracy. In: ROSENBERG, S. W. (ed.). *Deliberation, Participation and Democracy: Can the people govern?* New York: Palgrave Macmillan, 2007.

WILHELM, A. *Democracy in the digital age: challenges to political life in cyberspace*. New York: Routledge, 2000.

WRIGHT, S.; STREET, J. Democracy, deliberation and design: the case of online discussion forums. *New Media Society*, London, vol. 9, p.849-869, 2007.

YOUNG, I. Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy. In: BENHABIB, S. (Ed.). *Democracy and Difference*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

Anexos:

Figura 1
Mapa virtual para localização das obras



Figura 2
Ferramenta para postar comentários



Rafael Cardoso Sampaio – cardososampaio@yahoo.com.br
Rousiley Celi Moreira Maia – rousiley@fafich.ufmg.br
Francisco Paulo Jamil Almeida Marques – marquesjamil@yahoo.com.br

Recebido para publicação em junho de 2010.
Aprovado para publicação em outubro de 2010.

Cultura política e valores de cidadania na Região Metropolitana de São Paulo

Edison Nunes

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - PUC-SP
Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas - USP

Félix Sanches

Departamento de Sociologia - PUC-SP

Vera Chaia

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais
Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política
PUC-SP

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma caracterização da cultura política na Região Metropolitana de São Paulo, analisando atitudes e percepções em torno do sistema político; formas de exercício de cidadania e disponibilidade para o associativismo e ação política. Discute duas hipóteses concorrentes, não excludentes: 1) a clássica interrogação de natureza sociológica da relação entre o contexto socioeconômico e urbano e a cultura política e 2) a consideração de tal processo como fortemente influenciado pela história política local e sua conexão com o nacional. Privilegia a experiência política dos cidadãos como variável independente em relação à cultura política e que se apresenta uma causalidade cruzada entre o marco institucional e os pressupostos pelos quais os agentes formulam suas preferências.

Palavras chaves: cultura política; região metropolitana de São Paulo; cidadania; associativismo; ação política

Abstract: The aim of this present article is to make a characterization of the political culture in the metropolitan region of São Paulo, by examining attitudes and perceptions about the political system, forms of citizenship and availability for the associations and political action. It discusses two competing hypothesis, but not excluded: 1) The classic question of a sociological nature of the relationship between socioeconomic context and urban culture and politics, and 2) the consideration of this process as influenced by local and national history and its connections. It emphasizes the political experience of citizens as independent variable in relation to political culture and that presents a causation between the cross-institutional framework and the assumption by which agents formulate their preferences.

Keywords: political culture; the metropolitan region of São Paulo; citizenship; association; political action

Apresentação

O objetivo deste artigo é sistematizar os resultados da pesquisa “Cidade, Cidadão e Cidadania”, realizada pelo “Observatório das Metrôpoles”, para o caso da Região Metropolitana de São Paulo, apresentando uma caracterização da *cultura política* de seus habitantes, suas atitudes e percepções em torno do sistema político; suas representações sobre as formas de exercício de cidadania e sobre a sua disponibilidade para o associativismo e a ação política. Persegue-se aqui a reflexão em torno de duas hipóteses concorrentes, mas não excludentes, a saber, 1) a clássica interrogação de natureza sociológica da relação entre o contexto do desenvolvimento socioeconômico e de urbanização e a cultura política e 2) a consideração que tal processo é fortemente influenciado pela história política local e sua conexão com a nacional. Privilegia, nesse caso, a *experiência política* dos cidadãos como variável independente em relação à cultura política e que, no processo, apresenta-se uma causação cruzada entre o marco institucional no qual os agentes realizam suas escolhas e seus pressupostos valorativos, cognitivos e afetivos a partir dos quais formulam suas preferências (MOISÉS, 2008). O pressuposto a ser testado é o de que a emergência de uma *nova cultura política*¹, associada ao tamanho e complexidade da Metrópole, bem como ao papel que desempenha num sistema mundializado, é realizada através de determinações locais, configurando até certo ponto um devir *sui generis*, onde o novo reatualiza o experimentado sem excluí-lo.

A pesquisa materializa-se foi realizada através de *survey* em uma amostra aleatória do universo da população adulta de habitantes de municípios selecionados da Região Metropolitana, mas adverte-se, desde já para a potência analítica da técnica e seu limite, pois presta-se sobretudo à análise das grandes tendências agregadas, abstraindo-se grupos empíricos específicos. Assim fenômenos localizados tendem a desaparecer das estatísticas, embora nelas compareçam seus impactos nos resultados agregados. Da mesma forma, embora seja evidente a grande heterogeneidade da Metrópole e dos municípios que a conformam - internamente e entre si - clivagens de natureza ecológica como “centro e periferia”, local de moradia etc. ou de processos diacrônicos de transformação urbana, como

¹ Ver CABRAL e SILVA (2006). Em contrapartida, a literatura é virtualmente omissa – com a importante mas recente exceção de Robert Putnam (2000) – quanto ao efeito-metrópole, isto é, o eventual impacto da vida metropolitana sobre o efectivo exercício dos direitos da cidadania política e das suas modalidades concretas. Mas se Putnam procura na recente tendência para o “urban sprawl” e a suburbanização uma das explicações para a crescente erosão do capital social nos Estados Unidos (2000, p.204-215), outros houve que fizeram o percurso inverso. Com efeito, Terry N. Clark e os participantes no projecto FAUI têm monitorizado durante os últimos trinta anos a evolução da cultura política a nível local, concluindo que as tendências de emergência de uma Nova Cultura Política têm vindo a consolidar-se e até a alcançar o nível nacional dos sistemas políticos. Como é que estas duas teses se ligam?”.

a dinâmica demográfica, da violência, da exclusão não são consideradas no presente trabalho. Por tal razão, o artigo exime-se de diálogo aprofundado com a bibliografia que trata de experiência extremamente inovadoras para a cultura política de segmentos determinados da sociedade. Por outro lado, o *survey* permite a avaliação comparativa das principais características da cultura política da Região Metropolitana com as demais congêneres do Brasil e de outros países. Se a análise pode parecer excessivamente generalizante, tal é o preço da escolha metodológica em sua ênfase na comparabilidade dos dados; os conhecimentos que a pesquisa propicia são assumidos como complementares e não excludentes aos de outras abordagens teórico-metodológicas, cada qual com seus devidos termos de validade.

Breve caracterização da experiência política em São Paulo A Região Metropolitana de São Paulo

“São Paulo, grande metrópole nacional, tem projeção em todo o País, e sua rede abrange o estado de São Paulo, parte do Triângulo Mineiro e do sul de Minas, estendendo-se para Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Concentra, nos municípios que a compõem, cerca de 28,0% da população brasileira e 40,5% do Produto Interno Bruto PIB de 2005. A alta concentração/primazia se reflete no PIB per capita, que é de R\$ 21,6 mil para São Paulo, e R\$ 14,2 mil para os demais municípios do conjunto” (IBGE, 2008)².

Com o texto acima, o IBGE caracteriza a maior Região Metropolitana do Brasil que congrega 19,5 milhões de pessoas, das quais mais de dez milhões concentram-se no município de São Paulo. Sua dinâmica socioeconômica é intensa, propiciando terreno fértil para empreendimentos, serviços e iniciativas. A guisa de exemplo, detém, em março de 2005, 243.927 domínios na Internet, o que representa cerca de 33% do total no país. Tal desempenho, contudo e como sobejamente conhecido, não elide disparidades de renda e oportunidades de vida para seus cidadãos. Como é explicado adiante, à sua especificidade no contexto das redes de cidades brasileiras corresponde também marcadas diferenças na cultura política.

² “The study *Areas of Influence of Cities* shows the networks formed by the main urban centers in the country, based on the presence of institutions under executive, legislative and judiciary powers, as well as big companies, higher education institutions, healthcare services and web directories. These networks sometimes overcome the official territory division, strongly affecting even cities located in different federative units”. IBGE. *Areas of Influence of Cities*. Social. Communication. October, 10, 2008.

São Paulo: especificidades em suas características regionais e dinâmica política

Simon Schwartzman, em “Bases do Autoritarismo Brasileiro” discute a singularidade do estado de São Paulo no processo político, como um centro que sempre se destacou por se opor ao centralismo do governo federal. Os ímpetus de autonomia, de independência e, principalmente, de pressões populares, marcaram a sua relação com o poder centralizado. O estado nunca desempenhou “*um papel correspondente à sua importância econômica e demográfica no contexto nacional*” (SCHWARTZMAN, 1988, p.64). Desde o início do século XX, constitui a região mais industrializada e moderna do país; no entanto esse desenvolvimento não é acompanhado por um fortalecimento político, o que pode ser demonstrado pela diminuta expressão e força eleitoral no estado dos três partidos políticos nacionais de 1946 a 1964, PTB, UDN e PSD em São Paulo. Sequer a eleição do paulista Jânio da Silva Quadros à Presidência da República, em 1960, pode ser considerada uma exceção à regra; figura idiossincrática, personalista e autoritária, sempre desdenhou a importância dos partidos políticos, os quais utilizava oportunisticamente como ferramentas descartáveis para se chegar ao poder.

A cidade de São Paulo se desenvolveu, comparativamente com Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de forma mais independente e isolada. “Desde o início da história do país, a antiga Capitania de São Vicente se desenvolveu independente de sua administração central” (SCHWARTZMAN, 1988, p.68). A província de São Paulo só começou a se projetar nacionalmente com a expansão do café no século XIX. Com o censo de 1940, São Paulo já era o estado com a maior população do país, que mais arrecadava impostos para União e com maior índice de industrialização. Assim sendo, a história da ocupação e formação econômica e política de São Paulo aponta alguns momentos de insubordinação e confronto com a Coroa Portuguesa e, posteriormente, com o Governo Central após a Proclamação da República³.

Quando foi adotada uma política de centralização das decisões econômicas por parte do Estado pós 1930, a elite paulista se movimentou, pressionou o governo para preservar-se dessa nova política aplicada. “Os paulistas queriam, no entanto, era outra coisa. Eles tinham seus próprios patrimônios, e estavam interessados em controlar os mecanismos de decisão, em poder influenciar as ações governamentais no sentido de facilitar e ajudar na consecução de seus objetivos econômicos próprios e privados. Para os paulistas, a política era uma forma de melhorar seus negócios: para quase todos os outros, a política era o seu negócio. E é nisto que reside a diferença e, em última análise a marginalidade política daquele estado” (SCHWARTZMAN, 1988, p.69).

³ Ver também Laura de Mello e Souza (2006) sobre as especificidades da política paulista no séc. XVIII.

O maior colégio eleitoral não é correspondente ao peso que os partidos políticos nacionais tiveram em São Paulo no período de 1946 a 1964. O PTB, a UDN e o PSD eram partidos fracos e, em contraposição a esta debilidade política de São Paulo no contexto nacional surgiram lideranças políticas que expressam o chamado “populismo paulista”. Fernando Henrique Cardoso considera a formação desse populismo paulista como uma “perversão do sistema representativo”, que teria se originado a partir das limitações do próprio sistema democrático representativo imposto pós 1947 com a exclusão do PCB (CARDOSO, 1975). Por sua vez, Schwartzman sugere que o fundamental na explicação da fragilidade do PTB paulista não é oriundo do controle absoluto de Getúlio Vargas e de João Goulart sobre o trabalhismo, mas a necessidade de se ter uma seção paulista fraca, principalmente devido ao fato de que essa medida de controle impedia a incorporação do setor operário sindicalizado e estruturado, que rompesse com o predomínio do sistema de cooptação na esfera da política desenvolvida em termos nacionais. Conjugada a essa explicação, Maria Vitória Benevides (BENEVIDES, 1981) afirma que a concorrência de outros partidos políticos trabalhistas também era importante no estado de São Paulo, pois coexistiam com o PTB, o PTN (Partido Trabalhista Nacional), o PST (Partido Social Trabalhista), o MTR (Movimento Trabalhista Renovador), o PRT (Partido Rural Trabalhista).

Schwartzman comenta que os partidos não se desenvolveram em São Paulo, em decorrência do fato de que os interesses econômicos das elites ou das organizações sindicais eram atendidos em termos específicos, negociando-se diretamente com o poder central e não necessitando das mediações feitas pelos partidos políticos. A elite paulista considerava as interferências governamentais prejudiciais e ineficientes.

Depois de 1962, o sistema de alianças descaracterizou o sistema partidário, ocasionando a quebra da hegemonia da aliança PSD-PTB em termos nacionais, refletindo em São Paulo, onde o PSP (Partido Social Progressista) e outros partidos políticos menores se destacaram eleitoralmente. O PSP, criado por Adhemar de Barros, surgiu seguindo os moldes do PSD nacional criado a partir do aparelho estatal, e constituiu-se mais como uma estrutura partidária clientelística. Adhemar criou seu partido baseado nas alianças e acordos que angariou enquanto Interventor do estado de São Paulo durante o “Estado Novo”, no período de 1938 a 1941. Regina Sampaio considera que o PSP assumiu mais uma característica regional, mas apesar dessa característica “*suplantou os grandes partidos nacionais em São Paulo e, ... foi um fator de bloqueio ao acesso e estruturação desses partidos no contexto paulista*” (SAMPAIO, 1982, p.98).

Para Lucia Hippólito, o PSD viveu todo o período de sua existência (1946-1965) comprimido entre as duas lideranças paulistas que se projetavam nacionalmente, Adhemar de Barros e Jânio Quadros: “*Havia até uma frase muito*

citada naquela ocasião, atribuída a Tancredo Neves, que dizia que o PSD de São Paulo era tão importante que cabia todo na sala de visitas do Cirilo Júnior, conta Pacheco e Chaves” (HIPOLITO, 1985, p.96). Na avaliação de Schwartzman: “Tanto Adhemar quanto Jânio são pessoas que visam diretamente ao sistema político nacional, mas esta ‘nacionalização’ da política paulista tem como resultado, precisamente, a destruição do sistema político-partidário nacional sem a criação de um outro sistema alternativo” (SCHWARTZMAN, 1988, p.75). Para Fernando Henrique “Não houve em São Paulo outro líder, senão Jânio Quadros, cuja aversão aos partidos tornava-o incapaz para criá-los, que fosse capaz de agregar estes interesses diversos. E nenhum partido quis ou foi capaz de fazê-lo” (CARDOSO, 1975: 85).

Exemplos mais recentes de políticos paulistas marcantes que guardam características semelhantes são Paulo Maluf e Orestes Quécia. O primeiro foi prefeito e governador em ambos os casos nomeado pelo governo militar, e tornou-se prefeito da cidade de São Paulo (1993 a 1997) pelo voto popular. Orestes Quécia foi político ligado ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), responsável pelo crescimento da legenda em todo o país enquanto presidente do partido. Foi governador do estado de São Paulo (1986 – 1990) e ainda mantém, sob seu comando, uma parcela significativa do PMDB, partido reorganizado pós reforma do sistema brasileiro em 1979.

A grande São Paulo foi palco dos movimentos sociais de 1978-79, que surgem como resposta à atuação dos governos militares. As greves trabalhistas e o surgimento do Novo Sindicalismo é produto deste período e fez emergir a liderança política de Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República entre 2002 -2006 e 2006-2010. São Paulo também foi palco do surgimento do PT (Partido dos Trabalhadores) em 1979 e do PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro) em 1988, partidos hegemônicos no momento político atual da sociedade brasileira e que disputam pleitos eleitorais nos últimos anos na cidade e no estado de São Paulo. Considerar que a reprodução em São Paulo da mesma clivagem presente nas últimas disputas para a Presidência da República signifique um abandono da tradição paulista de não alinhamento partidário parece apressada. A emergência do PSDB como a principal força eleitoral nas disputas para o governo do estado é caudatária do desgaste do “malufismo” e da liderança de Quécia. Apenas a exclusão do PMDB e a relativa inexpressividade do PFL/DEM já são indícios comparativos da especificidade da política paulista. Se é lícito generalizar a análise para a cidade de São Paulo ao conjunto da Região, assiste-se a um trânsito entre a antiga polarização esquerda-direita para uma nova caracterizada pela oposição entre esquerda e centro, com um fortalecimento deste último (LIMONGI e MESQUITA, 2008). Conforme os dados da pesquisa, a Metrópole paulista apresenta cerca de 30% da população auto-declarados “de esquerda”, com a grande maioria declarando-se “de centro” e com a quase ausência dos que se consideram “de

direita”. Há coerência, portanto, entre o desempenho eleitoral e o posicionamento, ressalvada a observação dos autores supra-citados sobre as flutuações e perturbações possíveis no eleitorado de educação mediana capazes de desfazer o equilíbrio.

Em particular, o surgimento do PT e de movimentos sociais veio agregar alguns elementos peculiares que merecem atenção ao se debater os aspectos mais significativos da cultura política da cidade (SADER, 1988). A emergência do PT na política paulistana e nacional coincide com o crescimento do associativismo como reflexo das mudanças ocorridas no país com a redemocratização (CALDEIRA, 2000) e que introduziram mudanças importantes nas formas de representação e de ação política na sociedade (DOIMO, 1995). Essas alterações nas formas de articulação do poder e da sociedade têm levado estudiosos da cultura política a falar em “sanfona participativa” (AVRITZER, VENTURI & RECAMAN, 2004) para tentar captar o impacto dos ciclos mais recentes da política paulistana. O associativismo e a participação dos cidadãos aparecem assim como variável sensível às conjunturas políticas e estratégias específicas dos chefes dos executivos municipais da Região e do estado e de suas respectivas oposições na disputa pelo poder.

Parte da bibliografia analítica aponta também, de forma mais radical, a emergência de um traço da cultura política, a saber, uma nova noção de cidadania fundada no “direito a ter direitos” (DAGNINO, 1996; TELLES, 1996). Tal postulação, com forte teor normativo e pertinente a um “projeto político” de uma “(re)criação da própria República”, supõe uma livre interpretação do princípio da legalidade, a produção de uma legalidade informal e com jurisdição própria e localizada. Tratar-se-ia, portanto, da invenção de uma nova noção de cidadania já não mais fundada no pertencimento a uma comunidade cívica (nacional) mas em redes de sociabilidade significativamente marcadas pelos desdobramentos da economia, da política (sobretudo a macroeconomia dita neo-liberal) e das tensões geradas nas “tramas urbanas” (TELLES e CABANES, 2006).

Haveria pelo menos três importantes tradições culturais participativas presentes na cidade de São Paulo, o comunitarismo cristão, a tradição socialista-democrática e a cultura popular (GUIMARÃES, 2004). “O potencial de crescimento do núcleo associativo dependeria das práticas internas às associações civis e das políticas participativas feitas pelo estado. Os seus momentos de expansão e de contração são definidos em grande parte pelo sistema político” (AVRITZER, 2004; AVRITZER, RECAMAN & VENTURI, 2004). Seja pela relativa novidade dessas práticas, seja por outras vicissitudes da política paulistana, seu impacto na cultura política ainda parece modesto quando comparado às médias que representam a maioria dos cidadãos da metrópole.

Indicadores sócio-demográficos da amostra

A amostra para a Região Metropolitana de São Paulo é formada por 768 entrevistados, sendo a metade deles, ou 384, localizados no município de São Paulo e a outra metade em municípios selecionados da Região metropolitana, um procedimento que nos impede de fazer inferências para o total da Região. Fizeram parte da amostra os seguintes municípios: Barueri, Carapicuíba, Diadema, Guarulhos, Itapevi, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Osasco, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Contudo, dado o tamanho dos casos escolhidos e sua importância socioeconômica, a pesquisa recobre uma parcela significativa da população regional⁴.

Do total dos entrevistados, 54,7% são mulheres e 45,3%, homens, todos maiores de 18 anos, distribuídos nas seguintes faixas etárias: i) 32,3% entre 18 e 29 anos; ii) 31,9% entre 30 e 44 anos; iii) 23,6% entre 45 e 59 anos; iv) 10,5% entre 60 e 74 anos e v) 1,7% com 75 anos ou mais. A amostra é composta predominantemente pela faixa etária de 18 a 44 anos, perfazendo 64,2 %, faixa essa supostamente mais receptível a novas formas de sociabilidade e interessada em novos aprendizados. Quanto ao estado civil, mais da metade é de casados (50,5%); pouco mais de um terço de solteiros (35,7%); 6,7% são viúvos e o restante, 7,1%, são de pessoas separadas ou divorciadas.

Prevalece baixo nível de instrução na população amostrada, o que de resto espelha a situação de escolaridade no país; cerca de 2/3 não completaram o nível médio, que corresponderia aos primeiros onze anos de escolarização. Deve-se notar, contudo, que a Região apresenta um percentual significativo de pessoas que concluem o superior (10,2%) em relação ao resto do país. No caso do município de São Paulo este percentual eleva-se para 13,5%, configurando a melhor situação entre as sedes de regiões metropolitanas do país.

A prática religiosa do morador da Região Metropolitana de São Paulo está abaixo da média do conjunto da amostra nacional, sendo que o índice para o município ao inferior da Região como um todo. De fato, a soma daqueles que praticam atos religiosos pelo menos três vezes ao mês (prática religiosa regular e irregular) perfaz apenas 50,6% na cidade de São Paulo, pouco mais da metade, 55,5%. O dado, além de sua importância intrínseca, descreve como dito adiante,

⁴ A pesquisa *Cidade, Cidadão e Cidadania* foi desenvolvida também em seis países: Canadá; Estados Unidos; França; Suécia; Espanha e Portugal. Para o *survey* realizado no Brasil em 2008 foram entrevistadas 3.304 pessoas nas Regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Natal e Goiânia. O observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) vêm desenvolvendo um projeto comparativo sobre a análise das atitudes sociais e políticas dos brasileiros no marco das redes do Internacional Survey Research Programme (ISRP) e do European Social Survey (ESS). No Brasil, o projeto contou com participação do IUPERJ (AZEVEDO, SANTOS e RIBEIRO, 2009, p.362).

poderoso condicionante do associativismo já que igrejas ou organismos religiosos conformam a mais importante alternativa de participação na Metrópole e, com menor intensidade, no país. A prática religiosa apresenta correlação significativa com i) sexo, sendo as mulheres mais propensas que os homens (teste: $p=0,001$; significativo a $p < \text{ou} = a 0,05$); ii) idade, os mais velhos, mais praticantes ($p=0,04$) e renda em proporção inversa ($p=0,055$).

A amostra paulista apresenta elevada renda quando comparada com a média nacional, sendo que mais da metade possui rendimentos mensais familiares superiores a cinco salários mínimos. A tendência é mais acentuada no caso do município de São Paulo onde este número engloba 59,1%. Contudo, é também a Região Metropolitana de São Paulo que apresenta o mais expressivo índice de rendimentos iguais ou inferiores a meio salário mínimo; nas extremidades da distribuição a Região praticamente dobra as respectivas médias nacionais, sendo que a diferença, no caso daqueles de menor rendimento concentra-se nos demais municípios. Note-se que o segmento inferior na cidade de São Paulo é apenas ligeiramente superior à média nacional. Os dados refletem, assim, maior polarização social que congrega extremos de riqueza e de pobreza, sendo esta última concentrada nos municípios periféricos à capital.

No tocante às classes sociais a amostra pesquisada é caracterizada pela presença de uma classe média expressiva na metrópole e pelo destaque de uma classe alta em alguns municípios da região metropolitana, principalmente em Barueri, cidade que possui vários condomínios de luxo. A autoidentificação dos entrevistados em seu pertencimento na classe média (43,8%), pode significar uma inclusão subjetiva em um segmento 'genérico', que não se diferencia da média da população. Portanto, nem sempre existe uma correlação entre o enquadramento subjetivo dos pesquisados em determinadas classes sociais e o nível de renda da amostra (Tabela 1).

Tabela 1
Renda familiar mensal e classe social subjetiva
Região Metropolitana de São Paulo (%)
2008

Renda familiar mensal(%)			
	Região Metropolitana de São Paulo.	município de São Paulo	Média Nacional
Até 1/2 salário mínimo	9,9	4,9	4,7
De 1/2 a 2 salários mínimos	8,2	5,2	40,6
De 2 a 5 salários mínimos	31,6	30,7	30,7
Acima de 5 salários mínimos	50,3	59,1	24,1
Total	100	100	100
N	768	384	2000
Classe Social Subjetiva (%)			
	Região Metropolitana de São Paulo.	município de São Paulo	Média Nacional
Classe baixa	14,2	12,5	23,2
Classe média baixa	25,4	23,0	30,7
Classe média	43,8	47,0	32,2
Classe média alta	13,5	15,4	10,7
Classe alta	3,1	2,1	3,2
Total	100	100	100
N	765	380	1916

Fonte: Observatório das Metrôpoles: Pesquisa “Cidade, Cidadão e Cidadania”, 2008.

Pode parecer curioso que a percepção da posição social do entrevistado não apresente correspondência com seus rendimentos. O indicador de “classe social subjetiva” é construído a partir da demanda aos entrevistados sobre como vê sua posição na escala social, indicando em série de 1 a 10 sua localização. Assim, quanto menor o valor atribuído, maior é a consideração do respondente quanto ao lugar que ocupa na estratificação social; considera-se aqui “classe baixa” os valores 9 e 10; “classe média baixa” entre 7 e 8; “classe média” 5 e 6, “classe média alta”

entre 3 e 4 e “classe alta”, 1 e 2; considera-se pertencendo à classe alta apenas 3,1% e 2,1% da amostra, respectivamente para a Região Metropolitana e a capital. Note-se desde já que há mais indivíduos propensos a se colocar em tal patamar nos demais municípios do que no de São Paulo. A mesma observação pode ser feita em relação à classe baixa, onde também o índice da capital é menor. Assim, enquanto a renda familiar tende para polarização, a subjetividade tende para a média; é neste ponto da escala que comparecem as maiores frequências: 43,8% para a Região e 47,0% para o município. Mais uma vez, ainda que em gradação suave, a cidade de São Paulo apresenta tendência a se representar longe dos extremos da estratificação: vê a si mesma como uma sociedade de classe média; 60,5% dos entrevistados colocam-se nas classes média e média-alta.

A distribuição contrasta fortemente com a média nacional que apresenta mais da metade dos casos (53,9%) nos dois estratos inferiores, o que poderia estar associado à maior renda dos paulistas. Contudo, o resultado do cruzamento das variáveis “renda familiar mensal” e “classe social subjetiva” revela que quanto maior o rendimento, menor a propensão a se colocar no topo da escala. A Tabela 2 simplifica a anterior por simples agrupamento de valores e dispõe o cruzamento das duas variáveis. Para a Região Metropolitana de São Paulo é clara a relação inversamente proporcional entre renda familiar e auto-imagem de posição social; quanto mais cresce a renda, mais pessoas se declaram pertencer à classe baixa e menor número se posiciona na alta. Note-se que mais de um terço dos entrevistados com renda de até dois salários mínimos (37,3%) vêem-se pertencer ao topo da pirâmide; no grupo de maior renda, apenas 8,6%! Fenômeno inverso caracteriza os que se declaram na base da sociedade; somente 3,8% dos entrevistados que ganham até 2 salários mínimos colocam-se na classe baixa; os de maior renda que se entendem dessa maneira somam 12,1%. Mais uma vez a mesma tendência é observada quanto a acentuação destas características em relação à capital. Pode-se concluir que a percepção de pertencimento aos estratos médios da sociedade associa-se diretamente à variável renda e também à variável ecológica do município de residência.

Tabela 2
Renda familiar mensal x Classe social subjetiva
Região Metropolitana de São Paulo (%)
2008

	Região Metropolitana de São Paulo.			Município de São Paulo			Outros municípios		
	até 2 s. m.	de 2 a 4 s. m.	mais de 5 s. m.	até 2 s. m.	de 2 a 4 s. m.	mais de 5 s. m.	até 2 s. m.	de 2 a 4 s. m.	mais de 5 s. m.
baixa	3,8	7,5	12,1	2,1	4,1	14,3	5,2	10,9	6,3
média	59,0	75,9	79,3	64,6	79,6	78,6	54,3	72,3	81,3
alta	37,3	16,6	8,6	33,3	16,3	7,1	40,5	16,8	12,5
total	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N									

Fonte: Observatório das Metrôpoles: Pesquisa “Cidade, Cidadão e Cidadania”, 2008.

Finalmente, relacionando-se a “classe social subjetiva” ao “nível de instrução” obtém-se resultados gerais análogos ao caso da renda familiar; quanto maior a escolarização, pior é a auto-imagem quanto à inserção na estratificação social. Enquanto 34,5% dos metropolitanos com baixa instrução posicionam-se na classe alta, somente 14,5% dos que possuem nível superior o fazem. O mesmo não ocorre no caso da “classe baixa”, sendo que seu número tende a decrescer quanto maior escolaridade até o nível médio (correspondentes aos 11 primeiros anos escolares), voltando a crescer entre os que possuem nível superior. O conjunto das observações novamente é mais nítido no município de São Paulo. Conclui-se daí que o ensino, de forma mais importante que a renda, impacta fortemente a “auto-estima” do cidadão da Região, reiterando o aspecto democratizador da escola. O crescimento dos que se dizem pertencer à classe baixa dentre os de nível educacional superior provavelmente pode ser explicado a partir de evidências bastante conhecidas: i) maior informação e conseqüentemente maior exposição ao “efeito demonstração” do modo de vida das classes dominantes em contraste com o próprio; ii) sentimento mais agudo de “incongruência de status”, isto é, do julgamento de que a sociedade não lhes premia segundo o status (diploma superior) merecido e iii) identidade político-ideológica com as classes menos favorecidas (é fato sabido que o sistema de ensino universitário é locus privilegiado de recrutamento de partidos de esquerda ou identificados com o movimento “dos trabalhadores”). Porém, mesmo considerando este aspecto, a tendência geral é reiterada; persistente proporção direta entre a autoatribuição nos setores médios e a escolarização formal.

A compreensão do aparente paradoxo apontado acima, da relação inversa entre renda e escolaridade, por um lado, e classe subjetiva, por outro, supõe a consideração de que a “realidade social” deve ser interiorizada pelos indivíduos nos processos de socialização. Contudo, não se trata aqui de mera reprodução do mundo exterior de maneira passiva: como todo conhecimento, o da realidade social e do lugar que cada qual se percebe nela é uma construção. As representações que daí resultam dependem por certo do contexto social de cada um, das relações materiais nas quais está imerso. Mas, além disso, também dependem de peculiaridades das biografias; dos “outros significativos” presentes nas “socializações primária e secundária”; do conhecimento de “mundos discrepantes” na realidade social, isto é, da possibilidade de vivências bastante distintas de suas próprias. De um modo geral, tais representações são compreendidas na peculiar dialética entre a “*divisão social do trabalho (com suas consequências para a estrutura social) e a distribuição social do conhecimento (com suas consequências para a objetivação social da realidade)*” (BERGER & LUCKMANN, 1973). Isso significa que quanto maior a complexidade da sociedade, maior a probabilidade da ocorrência de constelações particulares da realidade e das identidades subjetivas. As sociedades abertas, em uma base de mercado, supõem um pluralismo da apreensão da realidade e de processos identitários próprios da modernidade. Em outro diapasão, de valores, carências e modos de vida⁵. O ponto importante aqui é que em tal contexto é mais frequente a assimetria entre a realidade objetiva e a subjetiva, (o que Berger & Luckmann chamam de socialização mal sucedida). A gradação resultante da relação inversa entre renda e escolaridade, e classe subjetiva - Brasil; municípios da Região Metropolitana de São Paulo; município de São Paulo - parece confirmar a hipótese sociológica do insucesso de parte das socializações.

Dos breves apontamentos teóricos acima delineados pode-se depreender que as variáveis sócio-demográficas determinam um aspecto crucial da cultura política, relativo ao lugar que cada um enxerga pertencer na sociedade. Tal determinação é, contudo, mediatizada pelos “outros significativos” que aparecem nas respectivas biografias dos cidadãos em seus processos de socialização. É prudente lembrar que, dentre estes “outros” que comparecem, sobretudo nos processos secundários, encontram-se lideranças e ativistas políticos; religiosos e professores; pessoal de organizações não-governamentais e lideranças dos movimentos sociais, enfim todo um grupo de pessoas que, de alguma forma, esforçam-se por conquistar o aparato governamental ou influenciar suas decisões. Em palavras curtas: a cultura política, em permanente movimento, é o que se

⁵ Agnes Heller discute o mesmo problema, com conclusões gerais análogas às de Berger & Luckmann, na perspectiva marxista da “Escola de Budapeste”, em termos da formação da “consciência de nós” em processos com possibilidade de escolhas pessoais de pertencimento a grupos sociais (HELLER, 1981) e dos processos de urbanização, capitalização e modernidade (HELLER, 1985).

disputa na política quando se busca a modificação dos comportamentos através da sedução de “corações e mentes” dos membros do corpo social. Não espanta, portanto, que as variáveis relativas à compreensão política, associativismo, mobilização correlacionam-se mais frequentemente com a classe subjetiva do que com a renda, como discutido a seguir.

Indicadores de atitudes e percepções dos deveres do cidadão em torno do sistema político

A definição clássica de cidadania é a de um *status* ao qual associa-se direitos e deveres congruentes ao pertencimento à uma comunidade política (MARSHALL). As percepções sobre esta matéria são, pois, estratégicas para a determinação da cultura política de determinado povo, já que evidenciam a valoração subjetiva da inserção no sistema político e social. Examina-se primeiramente o grau de concordância dos respondentes da Região Metropolitana de São Paulo com deveres do cidadão selecionados: 1-“votar sempre nas eleições”; 2-“nunca tentar fugir os impostos”; 3-“obedecer sempre às leis e regulamentos”; 4-“manter-se atento à atividade do governo”; 5-“participar nas organizações sociais ou políticas”; 6-“tentar compreender diferentes opiniões”; 7-“usar produtos bons para a natureza, mesmo que caros”; 8-“ajudar pessoas do país, que vivem pior”; 9-“ajudar pessoas do resto do Mundo, que vivem pior” e 10-“disposto a prestar serviço militar”. Nota-se que a Metrôpole apresenta os menores valores, na média das respostas, dentre as localidades avaliadas nesta pesquisa: em escala de zero a sete, a região atribui 5,36 de concordância com as “virtudes cívicas”.

O conjunto dos “deveres” aqui considerados pode ser dividido em blocos de acordo com o grau de compulsoriedade com o qual o sistema político os trata. Nesse sentido, aqueles deveres cujo descumprimento possui sanção prevista em leis e respectivos mecanismos de controle formam um primeiro grupo. Nele estão as obrigações de votar, pagar impostos, obedecer às leis e regulamentos e prestar serviço militar. No segundo conjunto, o ônus do descumprimento não comparece na forma de coação direta, mas apenas em provável preterimento dos próprios interesses como consequência; tais são os deveres relativos à fiscalização dos poderes públicos e de participação cidadã, bem como a compreensão dos diversos pontos de vista. Finalmente, um terceiro grupo reúne as obrigações cujos beneficiários são imediatamente distintos do agente e cujo descumprimento acarreta, se alguma, apenas sanção moral; tal é o caso do “ajudar pessoas que vivem pior”. Nesse caso, remete-se a valores relativos à “solidariedade” e “fraternidade”.

Em que pese a obrigatoriedade do voto no Brasil, o que logicamente deveria reforçar este dever, a Região Metropolitana de São Paulo atribui apenas 5,62 ao seu

grau de importância, sendo que na capital declina ligeiramente; 5,56. À guisa de comparação, países como Suécia, Estados Unidos e Canadá exibem médias entre 6,27 e 6,15, sendo a média brasileira 5,68. Dentre as localidades estudadas apenas o Rio de Janeiro apresenta índice ligeiramente menor do que o paulista – 5,40. De fato, a observação deste caso repete-se em relação a honrar os compromissos fiscais - 5,89; obedecer leis e regulamentos - 5,98 e prestar serviço militar - 4,33. Consistentemente a Região mostra índices mais baixos, próximos apenas, mais uma vez, ao Rio de Janeiro. Dentre esses índices, o relativo ao serviço militar, assim como o voto compulsório no Brasil, é o que apresenta maior discrepância em relação ao conjunto da amostra brasileira - 4,33 e 5,05, respectivamente.

Sobre aqueles deveres cujo descumprimento acarreta provável ônus ao agente pela sua consequência, ausente a sanção legal, relativos à vigilância das autoridades e à participação - a Região Metropolitana de São Paulo mantém-se com valores abaixo da média nacional. Uma menor diferença é encontrada no item “tentar compreender diferentes opiniões”: com o valor de 5,65, a Região apresenta o 6º menor índice em sete casos; o mesmo se repete para “manter-se atento às atividades do governo”, com um valor de 5,57. Diversamente desses dois primeiros casos, “participar nas organizações sociais ou políticas” e “usar produtos bons para a natureza, mesmo que caros” distancia os paulistas dos demais de forma significativa, seus índices - 4,04 e 4,12 respectivamente - são bastante inferiores dos demais. Parte da explicação para tal comportamento pode ser verificada no fato de que as duas primeiras perguntas referem-se a “valores passivos”, de tipo cognitivo apenas, ao passo que as últimas referem-se ao reino da atividade e implica fazer ou omitir algo. Note-se que o custo destas atividades é, via de regra, maior do que os dos casos anteriores e os benefícios correlatos podem ser atingidos muitas vezes sem que se tenha de pagar seu preço. Recorde-se aqui a célebre situação do “free-rider”, ou *caroneiro*, que sabe que, mesmo sem sua participação, receberá seu prêmio de qualquer forma. Reforça a interpretação o fato de que somente no que se refere à vigilância sobre o governo e a compreensão das opiniões distintas, ambos valores de natureza cognitiva, é que o cidadão paulistano supera os demais da Região em suas valorações médias.

Finalmente, a diferença entre São Paulo e os demais casos brasileiros praticamente desaparece no que se refere ao valor da “solidariedade” - “ajudar pessoas do país, que vivem pior”; “ajudar pessoas do resto do Mundo, que vivem pior”. O cidadão da Grande São Paulo é ligeiramente mais generoso com os habitantes do próprio país do que com os de outros países. As questões referentes ao auxílio a necessitados dentro e fora do Brasil, induz a que a resposta seja a ‘politicamente correta’, já que todos devem ajudar ao próximo.

Tabela 3
Opiniões sobre os Deveres de Cidadania (médias)
Região Metropolitana de São Paulo; município de São Paulo e média nacional
2008

	RMSP	N	Capital	N	Brasil (a)	N
1-votar sempre nas eleições	5,62	768	5,56	384	5,68	1946
2-nunca tentar fugir os impostos	5,89	765	5,76	383	5,71	1924
3-obedecer sempre às leis e regulamentos	5,98	768	5,93	384	6,12	1952
4-manter-se atento às atividades do governo	5,57	768	5,64	384	5,68	1926
5-participar nas organizações sociais ou políticas	4,04	765	3,98	382	4,61	1916
6-tentar compreender diferentes opiniões	5,65	768	5,74	384	5,74	1935
7-usar produtos bons para a natureza, mesmo que caros	4,12	767	4,04	383	4,36	1864
8-ajudar pessoas do país, que vivem pior	6,37	768	6,30	384	6,46	1957
9-ajudar pessoas do resto do Mundo, que vivem pior	6,04	768	6,06	384	6,23	1947
10-disposto a prestar serviço militar	4,33	767	4,23	384	5,05	1884
Virtudes cívicas - médias	5,36	768	5,32	384	.	.
Observações: Escala: 1- nada importante a 7 - muito importante. (a) Inclui grupos estatisticamente diferentes entre si; inclui a RMSP						

Fonte: Observatório das Metrôpoles: Pesquisa "Cidade, Cidadão e Cidadania", 2008.

Uma primeira conclusão que se pode extrair dos dados é a de que o paulista tende a valorar os deveres cívicos, pelo menos em parte, considerando uma análise de seus custos e benefícios respectivos, quando comparados com seus concidadãos das demais metrópoles estudadas. A tendência é mais acentuada no caso dos paulistanos. Em outras palavras, tende a considerar mais intensamente a "racionalidade com relação a fins" em perspectiva egoísta-maximizadora, valorizando em menor intensidade o dever de contribuir para a coletividade. Tal dado é consistente com uma sociedade cética em suas relações interpessoais e nas

instituições, como discutido. A exceção notável diz respeito aos valores de solidariedade com os mais necessitados. Somente quando a ênfase da pergunta recai na desigualdade, isto é, naquilo que se coloca como antinômico à idéia fundamental de cidadania, quando o outro considerado não pode ser visto como um par e, portanto, nada ameaçador nos esquemas competitivos da sociedade moderna, a Região Metropolitana de São Paulo une-se à excepcional generosidade do brasileiro⁶. Por isso mesmo, talvez se deva pensar que a motivação valorativa expressa-se melhor com o termo “caridade” e, como hipótese, talvez parte do comportamento possa ser atribuído à influência do catolicismo na formação do povo brasileiro.

Dos direitos dos cidadãos

Para detectar a valoração dos direitos pelo cidadão da metrópole paulista, pergunta-se sobre a importância que atribui a cada um desses itens: 1-“nível de vida digno”; 2-“autoridades respeitarem direitos das minorias”; 3-“autoridades tratarem todas as pessoas por igual”; 4-“políticos escutarem os cidadãos”; 5-“ter mais oportunidades de participar nas decisões de interesse público”; 6-“participar em ações de desobediência civil quando se está contra ações governamentais”. Tais questões recobrem dimensões centrais da cidadania, a saber, a igualdade material mínima que capacita o gozo dos demais direitos, fulcro dos “direitos sociais” na clássica divisão de Marshall, materializados por políticas públicas; as garantias da extensão igualitária dos direitos, pelo respeito ao minoritário e pela isonomia, a própria salvaguarda dos direitos civis; a responsabilidade governamental conjugada com mecanismos de *accountability* através dos quais os governados posam ser ouvidos e possam ter seus interesses e opiniões considerados nos processos de tomada de decisão públicos e o direito a delas participar. Trata-se, nesse caso, da cidadania política. Finalmente avalia-se também a importância do direito de divergência e desobediência por objeção de consciência.

O comportamento dos dados sobre os direitos apresenta alguma similitude com os referentes aos deveres. A média da Região é a menor dentre os casos analisados. Contudo, deve-se notar inicialmente que, salvo no que se refere à desobediência civil, trata-se de médias bastante elevadas e congruentes com casos de democracias consolidadas e prósperas, denotando grande importância na

⁶ Comparação entre oito países - Canadá; Espanha; França; Hungria; Portugal; Suécia; Estados Unidos e Brasil - realizada pelo Observatório das Metrópoles, 2008, no bojo da pesquisa “cidade, cidadão e cidadania”, aponta o Brasil com as maiores médias quanto a valoração de -“ajudar pessoas do país, que vivem pior” (6,46 em escala de 1 a 7) e “ajudar pessoas do resto do Mundo, que vivem pior” (6,23 na mesma escala). No segundo caso, quanto aos habitantes de países estrangeiros, a discrepância é notável.

apreciação dos direitos de cidadania⁷. Uma segunda observação é que a importância dos “direitos”, aqui apurados, é consistentemente maior que a dos “deveres”, como se não existisse íntima conexão entre ambos. Em terceiro lugar, do direito mais valorizado - “nível de vida digno” - ao menos - “ter mais oportunidades de participar nas decisões de interesse público” a variação observada é relativamente pequena: 6,54 a 6,24, lembrando mais uma vez que o valor máximo da escala é 7. Finalmente, dentro desta margem, pode-se ranquear os direitos, por ordem decrescente de importância, iniciando-se com os direitos sociais, seguido pelo tratamento isonômico dos cidadãos e minorias por parte das autoridades, enfim os direitos civis, e finalmente os políticos representados nos direitos relativos à opinião e participação. No caso da apreciação dos “direitos” não se nota sensível diferença entre a cidade de São Paulo e a Região sendo tendência ligeira do paulistano valorizar mais a igualdade de tratamento dos cidadãos pelas autoridades e, com menor intensidade, dos direitos sociais. Note-se que a racionalidade subjacente parece obedecer ao que foi observado em relação aos deveres: foco maior nos resultados do que nos processos, maximização de benefícios com minimização de custos.

⁷Conforme Observatório das Metrôpoles, “Cidade, cidadão e cidadania”, 2008.

Tabela 4
Opiniões sobre os Direitos de Cidadania (médias)
Região Metropolitana de São Paulo; município de São Paulo e média nacional
2008

	RMSP	N	Capital	N	Brasil (1)	N
1. Nível de vida digno	6,54	767	6,55	384	6,64	1955
2. Autoridades respeitarem direitos das minorias	6,46	767	6,45	384	6,46	1926
3. Autoridades tratarem todas as pessoas por igual	6,51	767	6,57	384	6,66	1940
4. Políticos escutarem os cidadãos	6,39	767	6,38	384	6,55	1930
5. Ter mais oportunidades de participar nas decisões de interesse público	6,24	766	6,23	384	6,46	1929
6. Participar em ações de desobediência civil quando se está contra ações governamentais	4,34	766	4,16	383	3,98	1436
direitos dos cidadãos – médias	6,08	767	6,06	384	.	.
Escala: 1 - nada importante a 7 - muito importante.						
2. inclui grupos estatisticamente diferentes entre si						

Fonte: Observatório das Metrôpoles: Pesquisa “Cidade, Cidadão e Cidadania”, 2008.

Quanto a “participar em ações de desobediência civil quando se está contra as ações governamentais”, São Paulo apresenta a segunda menor média dentre os casos brasileiros: 4,34, sendo o dado para o município de São Paulo, 4,16. Destaca-se dentre estes direitos a baixa importância em relação aos outros itens da possibilidade de participação em ações de desobediência civil, o que denota a relativa acomodação dos entrevistados, que esperam sempre que seus direitos sejam atendidos, sem a necessidade de ‘brigarem’ por estes. Deve-se notar, contudo, que a “objeção de consciência” aplica-se somente a casos excepcionalíssimos, não comparecendo no rol dos direitos básicos de cidadania. Os entrevistados parecem assim entender, posto que valorizam, como visto acima, “obedecer sempre às leis e regulamentos” em patamar bastante mais elevado que o relativo à desobediência.

A avaliação das autoridades: eficácia e confiança

Contrasta com os valores relativamente elevados de avaliação dos direitos e deveres os minúsculos índices sobre a “eficácia política” e “confiança política”. Entende-se aqui por *eficácia* o grau com que os entrevistados percebem que o governo considera as preferências dos cidadãos em suas escolhas e englobam respostas denotando a intensidade da concordância com as seguintes afirmações: i) “eu não tenho nada a dizer sobre o que o governo faz” e ii) “eu acho que o governo não liga muito para o que pessoas como eu pensam”. A concordância é estabelecida em escala de 1 a 5. A Região Metropolitana de São Paulo apresenta o menor valor deste indicador dentre as cidades brasileiras enfocadas (2,62), correspondendo aos paulistanos a média ligeiramente superior (2,64), mas ainda abaixo da nacional (2,75). Considerando-se que a média brasileira é bastante baixa quando comparada com as de outros países, pode-se afirmar que o habitante de São Paulo concebe-se precariamente representado no sistema político, sendo bastante cético sobre as motivações dos representantes. Há, portanto, uma consciência de certa alienação política. Considerando-se que o direito a “ter mais oportunidades de participar nas decisões de interesse público” e o dos “políticos escutarem os cidadãos” é bastante valorizado, como se viu acima, pode-se aventar a hipótese de uma “demanda reprimida” por participação e representação políticas.

Entende-se por “*confiança política*” o índice pelo qual o cidadão avalia o grau de interesse pessoal dos líderes políticos. Denota a intensidade da concordância com as seguintes afirmações: i) “em geral, pode-se confiar que as pessoas no governo farão o que é certo” e ii) “a maior parte dos políticos está na política para obter vantagens pessoais”, expressa também em escala de 1 (concorda totalmente) a 5 (discorda totalmente). Aqui, São Paulo apresenta uma média levemente superior a do país (1,95) e do que as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro (1,92) e de Natal (1,79), alcançando o índice de, apenas 1,97, sendo o cidadão da capital pouco menos cético (2,05)⁸. A representação resultante é a de que os governantes, bem como os políticos em geral, não são proclives ao bem comum e além disso venais! Parte de tal resultado pode ser explicada pelas reiteradas notícias de escândalos políticos, abrangendo praticamente todos os níveis de governo, propaladas pela imprensa. Porém, deve-se também considerar a possibilidade desses dados refletirem a distância entre uma apreciação normativa e outra prática dos problemas políticos. Assim, o regime democrático e as instituições podem ter uma valoração expressiva no plano do “dever ser”, bastante afastadas de uma avaliação de sua operação real e presente a depender não apenas

⁸Note-se a congruência de tal dado com a menor valoração dada pelo paulistano, vis-a-vis a Região Metropolitana de São Paulo, aos deveres e direitos relativos à participação; sua tendência a delegar (observando mais atentamente o governo) é ligeiramente maior.

da vigência da democracia, mas de sua qualidade. Moisés (2008) conclui, precisamente apontando este 'gap', sobre importante "desprezo ou descrédito" de componentes fundamentais da democracia, como o parlamento e partidos no Brasil. A maneira como a própria experiência é interpretada pelo cidadão, sua peculiar vivência de "apartamento" do sistema político e governamental, reatualiza a "incongruência existente entre a oferta institucional de democracia e a demanda cultural dos cidadãos".

Para as hipóteses concorrentes da presente pesquisa cumpre notar que: i) a posição relativa da Região Metropolitana de São Paulo no Brasil pode ser parcialmente explicada pelo tamanho da metrópole (o município de São Paulo possui quase 11 milhões de habitantes; a Região Metropolitana cerca de 19,5 milhões). A suposição aqui, de inspiração em Rousseau, é a da relação inversamente proporcional entre o tamanho do corpo político e a apreciação pessoal da importância que cada qual desempenha no Estado. Em termos mais prosaicos, o que está em discussão é a menor probabilidade de que o cidadão da Grande São Paulo conheça pessoalmente as lideranças políticas, mantendo com elas mais amígdas relações mediatizadas. No caso de contatos pessoais, o mais provável em termos de assiduidade é o momento onde há busca inequívoca de benefício por parte do "político", como no período eleitoral; nos esquemas paroquiais de clientela etc. ii) a peculiar experiência política de São Paulo que, como se viu anteriormente, mantém certa insistência ao não se mostrarem terreno fértil para o arraigamento do sistema nacional de partidos.

Tabela 5
Eficácia Política e Confiança Política (médias)
Região Metropolitana de São Paulo; município de São Paulo e média nacional
2008

	RMSP	N	Capital	N	Brasil	N
Eficácia Política - médias	2,62	765	2,64	383	2,75	1944
Confiança política - médias	1,97	763	2,05	382	1,95	1951

Escala: 1 - baixa a 5 - elevada. 2. inclui grupos estatisticamente diferentes entre si; inclui a RMSP.

Fonte: Observatório das Metrôpoles: Pesquisa "Cidade, Cidadão e Cidadania", 2008.

Os dados acima são reiterados pelas avaliações dos entrevistados sobre a administração pública e do funcionamento atual da democracia. O primeiro indicador reúne as respostas sobre i) a crença no comprometimento do serviço público em servir as pessoas; ii) sobre o montante de órgãos presumivelmente envolvidos com a corrupção no país e iii) a opinião sobre a probabilidade de

correção de erros cometidos pela administração. A heterogeneidade do índice inclui, portanto, três dimensões fundamentais ao serviço público; o empenho em cumprir suas funções manifestas; a probidade administrativa e a capacidade do sistema corrigir seus próprios erros (como se sabe, é base para o tratamento isonômico dos administrados). Novamente a média de São Paulo (2,16 em escala de 1 a 4) é inferior à brasileira, sendo a do município pouco mais elevada (2,20). Não espanta, pois, o baixo valor atribuído à democracia experienciada⁹.

A partir de dados do Latinobarômetro, trabalho recente de Moisés (2008) apura um alto grau de insatisfação com a democracia para o conjunto da América Latina, mais ainda para o caso brasileiro, respectivamente 67,6% e 73,2%, imputando a “baixa qualidade da democracia” no país. Os dados desta pesquisa vão na mesma direção: em uma escala de 1 a 10 em série proporcional à avaliação positiva, o Brasil é pontuado com modestos 5,15; A Região Metropolitana de São Paulo com 4,66 e 4,52 para o município de São Paulo. Note-se que, tanto a “insatisfação com a democracia” como sua baixa avaliação não dizem diretamente respeito ao apego normativo que supõe ser a democracia sempre a melhor forma de governo, mas ao julgamento de seu desempenho atual. Acrescente-se, finalmente, que o índice de avaliação aqui proposto inclui expectativas futuras para os próximos dez anos, afiançando certo ceticismo dos brasileiros em geral, particularmente dos paulistas e paulistanos, em seu aperfeiçoamento.

Tabela 6
Avaliação da administração pública e da democracia (médias)
Região Metropolitana de São Paulo; Município de São Paulo e média nacional
2008

	RMSP	N	Capital	N	Brasil	N
avaliação da administração pública 1	2,16	766	2,20	384	2,28	2000
avaliação da democracia 2	4,66	760	4,52	380	5,15	2000

1) Escala: 1 - muito desfavorável a 4 - muito favorável. **2)** Escala: 1 - muito ruim a 10 - muito bom.

Fonte: Observatório das Metrôpoles: Pesquisa “Cidade, Cidadão e Cidadania”, 2008.

⁹ O indicador é estabelecido a partir das respostas às seguintes perguntas: i) “Como avalia o funcionamento da democracia hoje no Brasil?” e ii) “E daqui a dez anos, como pensa que vai ser o funcionamento da democracia no Brasil”.

Posicionamento político esquerda-direita

Os cidadãos da Região Metropolitana de São Paulo declaram-se majoritariamente de centro (56,6%), seguidos por aqueles que colocam-se à esquerda (30,3%), restando às posições direitistas apenas 13,1%. O perfil é bastante semelhante no caso do município de São Paulo, onde é ligeiramente menor a percentagem daqueles que se declaram à esquerda e à direita: a MetrÓpole posiciona-se mais à esquerda quando comparada às suas congêneres nacionais, enquanto à direita verifica-se o menor resultado. Na ausência de uma direita expressiva, São Paulo parece polarizar-se, diferentemente do resto do país, entre a esquerda e o centro do espectro político ideológico. Tal índice reflete a peculiaridade de sua história política e, em particular, pela Região ter sido palco do surgimento do Partido dos Trabalhadores. Quanto à essa observação, vale notar que os dois últimos pleitos eleitorais para prefeito do município de São Paulo apresentaram uma votação na coligação de esquerda bastante próxima da distribuição apurada na pesquisa. Na última delas, 2008, o eleitorado comportou-se polarizando a esquerda e o centro, não votando coerentemente a uma clivagem partidária, mas sim por coalizão tÓpica.

Tabela 7
Posicionamento político esquerda/direita
Região Metropolitana de São Paulo; município de São Paulo e média nacional
2008

	Região Metropolitana de São Paulo	município de São Paulo	média nacional
Esquerda	30,3	28,3	20,6
Centro	56,6	58,6	52,5
Direita	13,1	13,0	27,0
Total	100	100	100
N	710	384	1569

Fonte: Observatório das MetrÓpoles: Pesquisa "Cidade, Cidadão e Cidadania", 2008.

Indicadores sobre formas de exercício de cidadania

Comparado a outros países, o Brasil é um país com baixo grau de associativismo e a Região Metropolitana de São Paulo não foge desse padrão, apesar de superar a média nacional. O índice de associativismo para a Região, em escala de 0 a 3, é 0,65; sendo o da amostra nacional, somente 0,52!. A forma de organização predominante é a "Igreja ou organismo religioso", com o valor de 1,46.

Chama atenção também o fato de que os partidos políticos apresentam a mais baixa pontuação, 0,31. O dado corrobora a tese de um fraco arraigamento partidário em São Paulo. Para os demais casos, a cidade de São Paulo participa mais do que os municípios selecionados da região, porém de forma não significativa.

Conforme apontado anteriormente, na história política de São Paulo, em que pesem períodos de grande mobilização, como os representados pelo surgimento do Novo Sindicalismo e a criação do PT, observa-se pouco interesse e pouco engajamento nas diferentes formas de associativismo. O padrão parece ser aquele histórico das antigas oligarquias paulistas, agora incorporado na cultura política das majorias: de costas às questões coletivas (e ao Estado) desde que seus interesses particulares sejam considerados.

Tabela 8
Associativismo por tipo de organização
Região Metropolitana de São Paulo; município de São Paulo e média nacional
2008

	RMSP	N	Capital	N	Brasil	N
1. Partido Político	0,31	768	0,31	384	0,23	1982
2. Sindicato, grêmio ou associação profissional	0,53	768	0,59	384	0,46	1994
3. Igreja ou organismo religioso	1,46	766	1,33	384	1,18	1995
4. Grupo desportivo, recreativo ou cultural	0,52	766	0,62	384	0,43	1987
5. Outra associação voluntária	0,43	737	0,47	369	0,27	1953
Índice de Associativismo – médias	0,65	768	0,66	384	0,52	1998
Escala: 0- nunca pertenceu; 1- já pertenceu; 2 - pertence, mas não participa ativamente e 3 – participa ativamente.						

Fonte: Observatório das Metrôpoles: Pesquisa “Cidade, Cidadão e Cidadania”, 2008.

O associativismo é impactado por três variáveis elementares na Região Metropolitana de São Paulo: sexo, idade e renda. No geral, os homens são mais propensos à associação do que as mulheres ($p= 0,001$, significativo a $p < 0,05$).

0,05); os mais velhos em relação aos mais jovens¹⁰ ($p=0,000$), embora com pequeno declínio na faixa superior a 50 anos, e os de maior renda sobre os de mais modestos ingressos ($p=0,000$), também apresentando pequeno declínio entre os que auferem mais de 5 salários mínimos de renda familiar ao mês, apenas no caso do município de São Paulo. Tais dados são coerentes com o que se sabe sobre cultura política, sobretudo a relação bem estabelecida entre renda, associativismo e participação. Pesquisa sobre participação na cidade de São Paulo (LAVALLE & HOUTZAGER & ACHARYA, 2004, p.355) chega, contudo, a conclusões contrastantes ao tomar como universo, não o conjunto dos indivíduos da população, mas atores coletivos. Nesse caso, “atores ricos e pobres da sociedade civil parecem igualmente propensos a participar”. Tal contraste não implica na informação de nenhuma das teses: tratam de objetos distintos. Assim, o que é verdadeiro para o conjunto das opiniões e comportamentos dos indivíduos de toda a sociedade, pode não ser para uma de suas partes e, ademais, que “atores coletivos pobres” participem igualmente, nada diz sobre a posição na estratificação social dos indivíduos que participam nestas instituições, suas origens sociais etc. Aparentemente trata-se, então, da presença de uma “sub-cultura política” (ALMOND & POWELL, 1972) própria aos setores sociais que participam em instituições *selecionadas* (“orçamento participativo” e conselhos gestores, por exemplo) ou da formação de uma “elite sócio-política” com representações, interesses e atitudes, algo distinto do conjunto da sociedade. Há elementos nas conclusões de Lavalle, Houtzager e Acharya nesta última direção: “Surpreendentemente a existência de vínculos com instituições tradicionais da esfera política revelou-se o fator mais influente na participação; os resultados são eloquentes: vínculos com o Partido dos Trabalhadores ou com o governo mediante convênios de prestação de serviços são - juntamente com o fato de um ator da sociedade civil ser coordenadora - os melhores preditores de participação em todos os três tipos de espaços de participação” (Orçamento Participativo; conselhos de políticas e participação em geral).

A Região Metropolitana e o município de São Paulo apresentam índices de “mobilização” também muito baixos (0,86 e 0,91), respectivamente, em escala de 0 a 3), quando comparados com a experiência internacional, embora superior à média total da amostra brasileira (0,70). De fato, o único tipo de ação em que o valor paulista é inferior ao nacional é o “comício político”. A distribuição de preferências quanto às formas de ação privilegia um elemento básico do sistema representativo, a saber, a petição¹¹ (na forma de abaixo-assinado). O índice

¹⁰ Adverte-se o leitor a tomar este dado com cautela. Como a escala das respostas pontua generosamente ações pretéritas (“fez em anos anteriores”) é provável que o peso da extensa biografia contribua a inflar artificialmente o resultado.

¹¹ Utiliza-se, na Tabela 9, o termo “petição” e não “abaixo assinado” por necessidade de normalização em pesquisa comparativa também aplicada em Portugal. Contudo, cabe esclarecer que os questionários aplicados no Brasil trazem a pergunta com a vocalização brasileira.

apresenta os valores 1,15; 1,56 e 1,49, respectivamente para o Brasil, a Região e a capital, o que significa um número considerável de pessoas que praticam ou praticaram essa forma de ação pelo menos uma vez na vida. O contraste entre “assinar uma petição” (1,56), por um lado, “Participar num comício” (0,91) e “Contactar político ou alto funcionário do estado” (0,78), por outro - todos diretamente conectados às instituições da democracia representativa - estabelece uma relação associada ao custo pessoal de cada um destes tipos de ação, reatualizando o que está dito acima a propósito dos direitos e deveres de cidadania. O paulista parece fazer um cálculo econômico minimizando o ônus necessário à aquisição de benefícios inerentes à ação política e social, o que, em si, constitui valor. Contudo, deve-se atentar ao fato de que a valorização da ação menos onerosa nada diz imediatamente dos aspectos substantivos das preferências, os benefícios pretendidos podem ser “egoístas” ou “altruístas”.

Tabela 9
Mobilização, ação política e social - Formas de ação (médias)
Região Metropolitana de São Paulo, município de São Paulo e média nacional
2008

	RMSP	N	Capital	N	Brasil	N
Assinar uma petição	1,56	754	1,49	381	1,15	1958
Boicotar produtos por razões políticas, éticas e ambientais	0,99	758	1,04	380	0,51	1901
Participar numa manifestação	0,84	765	0,92	383	0,76	1950
Participar num comício	0,91	765	0,92	382	1,07	1953
Contactar político ou alto funcionário do estado	0,78	766	0,86	383	0,60	1934
Dar dinheiro ou recolher fundo para causas públicas	0,70	763	0,78	382	0,61	1966
Contactar/aparecer na mídia	0,52	765	0,58	383	0,45	1929
Participar num fórum através da Internet	0,62	765	0,67	384	0,44	1934
Índice de Mobilização – médias	0,86	767	0,91	384	0,70	1993
Escala: 0 - nunca o faria; 1 - nunca fez, mas podia fazer; 2 - fez em anos anteriores e 3 - fez no último ano.						

Fonte: Observatório das Metrôpoles: Pesquisa “Cidade, Cidadão e Cidadania”, 2008.

Ao contrário do que se verifica para o associativismo, a “mobilização” não é influenciada pelo sexo nem na capital, nem nos demais municípios. O índice de mobilização é impactado pela variável renda na Região Metropolitana (teste $p=0,001$, significativo para $p>$ ou $=$ a $0,05$) e idade ($0,000$) de forma que quanto maior seus valores, maior o índice. A isenção importante é que o município de São Paulo não apresenta correlação entre mobilização e renda. Caberia a pergunta do quanto dessa dissociação deve-se às características metropolitanas da cidade. A mobilização é também significativa para a variável “classe social subjetiva” ($0,000$) que concentra seus valores mais altos entre aqueles que declaram pertencer às camadas médias (como verificado acima, há moderada relação inversamente proporcional entre as médias de renda e as de pertinência à estratificação, de modo que, paradoxalmente, um bom número dos que se dizem pertencer à classe alta, percebe os menores níveis de rendimentos e vice-versa).

A mobilização paulista também destaca-se em outro aspecto importante, apresenta valores consistentemente maiores no que se refere a formas de ação comumente atribuídas à formação de uma nova cultura política: “Boicotar produtos por razões políticas, éticas e ambientais”, com valores para a Região Metropolitana e para a capital de respectivamente $0,99$ e $1,04$; “Participar num fórum através da Internet”, $0,62$ e $0,67$ e “Contactar/aparecer na mídia”, $0,52$ e $0,58$. Em tais casos, os números aproximam-se daqueles obtidos em países como Espanha, Portugal, França, Suécia e EUA. O dado parece corroborar a tese de Vllaverde & Silva (2006) do “efeito metrópole”: “o eventual impacto da vida metropolitana sobre o efetivo exercício dos direitos da cidadania política e das suas modalidades concretas”, como nenhum outro nesta pesquisa.

Indicadores de predisposição para a ação política

Assume-se aqui que as práticas de associação e mobilização são variáveis que sofrem uma influência recíproca da “cultura política” de seus participantes e da população em geral. Isso quer dizer que a propensão para seu exercício é impactada pelo “padrão de atitudes e orientações individuais com relação à política compartilhadas por membros de um sistema político” (AMOND&POWELL, 1972). Por outro lado, tais padrões também são influenciados pela vivência das instituições, da presença de “outros significativos” na vida quotidiana. Pode-se dividir analiticamente o conjunto em i) orientações cognitivas, ou o conhecimento de assuntos e crenças, precisos ou não, certos ou não; ii) orientações afetivas, isto é, sentimentos em relação aos outros e a assuntos políticos e iii) orientações avaliativas, os juízos sobre questões e fatos políticos, o que pressupõe sempre a referência à valores. Ocupa-se, nesta seção, apenas das orientações cognitivas; sobre as avaliativas algo já está dito nas precedentes.

Orientações cognitivas

O repertório de informações sobre a política de cada um é naturalmente mobilizado quando de suas escolhas e deliberações pertinentes, afetando sua disposição para associar-se, julgar, agir e mobilizar-se. A aquisição básica desse conjunto de saberes ocorre nos processos de socialização, “*a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela*” (BERGER & LUCKMANN, 1973, p.175), permitindo interiorizar os dados da realidade objetiva e compreender os sentidos subjacentes às atitudes dos outros e aos próprios fatos. Seu início naturalmente se dá na infância, quando adquire o desenvolvimento elementar que o torna membro da sociedade, normalmente no seio da “família”, em situação carregada de emoções; esta é a socialização primária. O processo continua sobre tal base introduzindo o indivíduo a novos setores da sociedade (socialização secundária). Para fins desta pesquisa, trabalhasse com um “índice de socialização política primária”¹² que busca a frequência com que assuntos políticos são ou foram discutidos na família e na escola, com a participação do depoente e de “socialização política secundária”, que recolhe a mesma medida para encontros ocorridos em outras esferas como local de trabalho; amigos; sua própria residência ou de familiares; reuniões associativas, ou ainda conversas com vizinhos. Os resultados são bastante baixos, ainda considerando que o seu valor mínimo é 1, que corresponde a nunca conversar sobre política. Quanto à “socialização primária”, resulta em 2,06 (escala de 1 a 4) para a média nacional, 2,30 para o conjunto da Região Metropolitana de São Paulo e 2,38 para a capital paulista. Os valores da “socialização secundária” obedecem a mesma graduação sendo, respectivamente na mesma ordem, 2,06; 2,13 e 2,26. Duas observações podem ser estabelecidas; i) o hábito de falar sobre política é mais frequente no município de São Paulo, seguido pela Região, que também possui médias superiores às brasileiras; ii) no caso paulista - município e Região - a família e a escola são espaços que apresentam maior frequência que os demais (média de “socialização primária” superior à “secundária”).

A socialização primária não é afetada pela renda familiar nem em São Paulo, nem nos demais municípios da região e tampouco o é pela “classe social subjetiva”. O resultado contrasta com o obtido para a “socialização secundária”, correlação significativa para ambos os indicadores. Sob tal evidência pode-se dizer que a família e a escola são fatores de homogeneização ou democratização da troca de informações políticas, ao passo que os demais espaços sociais considerados

¹² O “índice de socialização política primária” corresponde à média obtida em duas perguntas: i) “Quando o Sr. tinha 14/15 anos, com que frequência falava de política em sua casa?” e ii) “E na escola/universidade, com que frequência se fala, ou se falava, de política?” A Escala varia de 1 - nunca; 2 - raramente; 3 - algumas vezes a 4 - frequentemente.

tendem a hierarquizar esta oportunidade. Exclusivamente para o caso do município de São Paulo, o mesmo vale para “sexo”, tendo a diferença em favor dos homens somente no caso da socialização secundária. Quanto à idade, em nada afeta o índice de “socialização secundária”, porém fato auspicioso para a democracia brasileira, mantém correlação perfeita ($p=0,000$) com a primária; isto significa que as famílias e instituições de ensino da Região são palcos cada vez mais de conversas sobre política. Pode-se mais uma vez afirmar a importância da escolarização na distribuição de oportunidades, minorando os efeitos da hierarquização das estruturas e estratificações da sociedade.

Coerentemente, o grau de interesse pela política, apurado pela pergunta direta em escala de 1-nenhum interesse a 4-muito interesse (valor mínimo=1) também apresenta-se baixo no município e na Região (2,29 e 2,20 respectivamente), porém bastante acima de média nacional. Somente no caso da capital associa-se à renda familiar ($p=0,013$) e à “classe subjetiva” para o total da Região, para o município e para os demais. Conclui-se que o interesse por questões políticas tende a ser maior consistentemente entre os que se julgam pertencer aos setores médios da sociedade. O interesse pela política é maior entre os homens do que entre as mulheres, uma correlação apenas significativa para a capital. Para a Região, o índice também é significativo em relação à “idade” ($p=0,001$) formando uma curva cujo pico situa-se na faixa de 25 a 39 anos.

O índice de “compreensão política” reflete a pontuação auto-atribuída pelos entrevistados projetada em escala onde 1 representa baixa compreensão e 5 elevada. O cidadão metropolitano “médio” atribui-se valor de 3,14, indiferentemente se reside ou não na capital; valor bastante superior à média nacional, 2,98. Todos estes valores são considerados baixos em comparação internacional; cumpre notar, contudo, que sistematicamente mais elevados que o grau de interesse pela política. Difícil explicar como pode haver conhecimento daquilo pelo que não se tem interesse! De tal discrepância pode-se aventar a hipótese de que boa parte do “conhecimento da política”, disseminado na população, liga-se às representações e valores que fundamentam a insatisfação com as instituições e a democracia, tal como experimentadas e, conseqüentemente com sua “qualidade”, como dito acima. Novamente é a “classe média” a apresentar os mais elevados índices; os de maior renda, o que é acentuado no caso da capital; os homens mais que as mulheres. Quanto à idade, os que têm mais de 40 anos em relação aos mais jovens.

Tabela 10
Indicadores selecionados de predisposição para a ação política (médias)
Região Metropolitana de São Paulo; município de São Paulo e média nacional
2008

	RMSP	N	capital	N	Brasil	N
Compreensão política-1	3,14	765	3,14	383	2,98	1935
Socialização primária-2	2,30	756	2,38	380	2,06	1979
Socialização secundária-2	2,13	762	2,26	382	2,06	1979
Confiança Interpessoal-2	1,97	765	1,93	383	1,93	1973
Grau de Interesse pela Política-3	2,20	760	2,29	381	1,88	1954
1. Escala: 1 - baixa a 5 - elevada. 2. Escala: 1 - nunca a 4 - frequentemente. 3. Escala: 1 - nenhum interesse a 4 - muito interesse.						

Fonte: Observatório das Metrôpoles: Pesquisa “Cidade, Cidadão e Cidadania”, 2008.

A “confiança interpessoal” é uma variável importante na avaliação da cultura política, relacionada muitas vezes na bibliografia como fundamental na formação de uma “cultura cívica”, ou seja, aquela pressuposta para o funcionamento adequado das instituições democráticas. Entende-se que o “agir em comum” necessita de confiança mútua entre os participantes já que, sem ela, não haveria garantia racional nos resultados dos esforços cooperativos. Invoca-se amiúde o modelo do “dilema do prisioneiro” para demonstrar que a desconfiança tende a produzir ou a solução sub-ótima ou a deserção ex-ante do engajamento. Espera-se, portanto, uma relação direta entre a confiança interpessoal e os níveis de associativismo e mobilização, como resultado da integralidade de tais comportamentos no plano macro-social. Associa-se também a “confiança interpessoal” ao desenvolvimento econômico. Putnam (1996, p.180) chega a afirmar que “boa parte do atraso econômico do mundo se deve à falta de confiança” posto que inerente a qualquer transação comercial. Chega inclusive a explicar a diferença de desenvolvimento entre o Norte e o Sul da Itália com base no assim chamado “capital social” que inclui “confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, P.177).

Para avaliar a “confiança interpessoal” dos cidadãos da Região Metropolitana, formula-se aqui um indicador com base nas médias das respostas a duas perguntas: i) “em geral o sr. acha que as pessoas tentarão tirar vantagem do sr. quando puderem ou tentarão ser justas algumas vezes?” (cuja escala é 1 - tentarão tirar vantagem sempre; 2 - tentarão tirar vantagem algumas vezes; 3 - tentarão ser justas algumas vezes e 4 - tentarão ser justas sempre; e ii) “em geral, o sr acha que pode confiar nas pessoas ou, pelo contrário, todo cuidado é pouco?”

(Escala: 1 - “quase sempre todo cuidado é pouco”; 2 - “algumas vezes todo cuidado é pouco”; 3 - “as pessoas algumas vezes são de confiança” e 4 - “as pessoas quase sempre são de confiança”). O resultado, como esperado, apresenta-se baixo (1,97), porém ligeiramente superior à média nacional e a da cidade de São Paulo (1,93). Na comparação internacional, é, na verdade, baixíssimo. O ceticismo dissemina-se entre todas as idades e classes sociais subjetivas; significativo em relação ao sexo somente na capital ($p=0,009$), sendo as mulheres ligeiramente menos desconfiadas, e à renda em toda a Região ($p=0,031$), de modo que a confiança cresce com a renda; mas, mesmo nesse caso, mantendo valores comparativamente baixos. Ao contrário, para o verificado para “confiança política”, onde a capital apresenta indicador mais elevado que os demais municípios da Região, a confiança interpessoal exibe situação oposta.

Os dados corroboram a relação entre confiança, associativismo e mobilização: são todos baixos na cidade de São Paulo e na Metrópole; também coerentes com índices igualmente baixos de “eficácia política”; “confiança política”; “avaliação da administração” e a insatisfação com a democracia. Contrasta, contudo, de sua vinculação ao desenvolvimento econômico. Deve-se, então, questionar a validade universal de que o “capital social”, possa ser tomado como causa do desenvolvimento econômico, pelo menos em seu componente “confiança”. De fato, a Região Metropolitana de São Paulo, e em particular a capital, destaca-se precisamente pelo seu desenvolvimento, mas não destoa do ceticismo geral da nação. Talvez seja muito provável a coexistência de alta desconfiança e cooperação capaz de gerar crescimento sob certas condições. Deve-se atentar em primeiro lugar a um sutil deslocamento teórico encapsulado no trabalho de Putnam. A confiança requerida para a cooperação pressupõe a expectativa de conhecimento do que o outro fará e não se, sendo-lhe interessante e possível, tentará “tirar vantagem”, “ser injusto”. A hipótese aqui é que uma situação de equilíbrio maximizadora das utilidades possa ser obtida, mesmo no interior do “dilema do prisioneiro”, se houver um grau razoável de segurança que o outro tentará tirar a máxima vantagem sempre! Nesse caso, certamente, o limite da “vantagem” que se pode obter está condicionado pela capacidade do outro em reciprocitar com o mal. Por outro lado, o vínculo de cooperação está garantido no benefício auferido que cada um é capaz de aceitar. O que se sugere então é que as características próprias da cultura política de São Paulo podem preencher, de forma paradoxal, o hiato comunicativo suposto no modelo de racionalidade do “dilema do prisioneiro”, permitindo a segurança nas relações entre parceiros que sabem que reciprocamente agirão, se puderem, de maneira injusta.

A extensão da digressão acima justifica-se por tocar em um questionamento importante da cultura política brasileira: a de saber se é possível a prevalência da “ação racional orientada com relação a fins”, isto é, “um sistema normativo

moderno” pela conhecida tipologia de Weber, sob “relações de poder não contratuais” (absolutas). Como se sabe, esta é a base do conceito de “neopatrimonialismo” desenvolvido por SCHWARTZMAN (1988, p.46 e segs.). Em estados onde prevalece tal tipo de dominação, por certo pode haver desenvolvimento do aparelho estatal, racionalização da burocracia pública e privada e desenvolvimento econômico. Também é possível aí a participação política de setores da sociedade, contudo, embricadas em sistemas de “cooptação”, em estruturas débeis, sem consistência interna e capacidade organizacional próprias. O conflito político em tal caso é limitado em seu escopo, ao estabelecer monopólios de privilégios. Tal sistema pode ser eficaz, sobretudo em relações já dadas e experienciadas onde, a despeito da “desconfiança interpessoal” que embute, fornece a garantia necessária aos parceiros. Todavia há que ceder a Putnam pelo menos nisto: é refratário à inovação quando a solução implicar em preterimento de interesses daqueles que controlam os pontos de imputação de privilégios. Em tal caso, o consenso sobre a mudança dificilmente será alcançado, posto que o imponderável sobre o comportamento do outro joga todos de volta ao “dilema do prisioneiro”, sendo a solução sub-ótima a manutenção do status quo, mesmo que com pesadas externalidades para os próprios agentes e a sociedade em geral¹³. Tal mirada corresponde aos índices de associativismo e mobilização aqui apurados, ao grau de desconfiança interpessoal, política e na própria democracia e, finalmente ao achado de Lavalle, Houtzager e Achaya (2004) da dependência da participação em instituições selecionadas na cidade de São Paulo em relação a vínculos com determinado partido político ou com o governo mediante convênios de prestação de serviços.

Finalmente, dentre os aspectos cognitivos relacionados à cultura política, está o hábito de recorrer à mídia para obter informações políticas. Consistentemente, em quase todos os quesitos pesquisados (jornais, televisão, e internet) o município de São Paulo apresenta valores superiores aos da Região, cuja média é o “índice de exposição à mídia informativa”, e esta, por sua vez, bem mais elevados que a média nacional. A exceção cabe ao rádio. Os valores são consistentes com os dados acima expostos, que sistematicamente destacam a capital da amostra nacional e, muitas vezes da própria Região Metropolitana.

¹³ O fato de a maioria dos parlamentares brasileiros considerarem que é necessária uma “reforma política”, contrasta com a incapacidade do Legislativo em realizá-la. Sugere-se aqui que este é um exemplo da racionalidade acima descrita, cada um e o conjunto optando pelo custo das externalidades da omissão.

Tabela 11
Exposição à mídia informativa (médias)
Região Metropolitana de São Paulo; município de São Paulo e média nacional
2008

	RMSP	N	capital	N	Brasil	N
1. Lê assuntos políticos nos jornais	2,67	767	2,84	384	2,22	2000
2. Vê noticiários da televisão	4,44	765	4,50	383	4,10	2000
3. Ouve noticiários da rádio	2,79	767	2,92	384	2,95	2000
4. Utiliza Internet para saber notícias e informação política	1,81	764	1,95	383	1,37	2000
Índice de Exposição à mídia informativa – médias	2,93	767	3,05	384	2,66	1986

Escala: 1 – nula a 5 – total.

Fonte: Observatório das Metrôpoles: Pesquisa “Cidade, Cidadão e Cidadania”, 2008.

A estrutura da cultura política em São Paulo

A análise fatorial permite algumas considerações finais sobre as hipóteses testadas. A primeira evidência é a dissociação, em fator à parte, da “tendência partidária” (fator 5) que responde por 8,5% da variância explicada. Posto que a distribuição não acompanha o conjunto do país, no qual a posição política aparece associada à “confiança interpessoal”, resta como explicação a variável local, em particular a experiência de longa data do relativo desenraizamento dos partidos políticos em São Paulo, tendo seu lugar ocupado historicamente por movimentos em torno de lideranças determinadas. Assim, apesar do marco institucional dos municípios brasileiros serem semelhantes, por força dos dispositivos constitucionais, os dados apontam para o fato de que há especificidades ecológicamente determinadas na cultura política, em outras palavras, que esta produz modos específicos de vivência diferencial de instituições análogas.

A distribuição entre os fatores parece sugerir a sedimentação de uma cultura política estruturada vis-a-vis padrões societários modernos, marcados pelo individualismo, por relações impessoais e racionalizadas. O fator 1 associa com boa resolução as variáveis “mobilização cognitiva”; “mobilização”; “exposição á mídia”; “interesse na política”; e “associativismo”, este último de forma menos significativa; explica 20,5% da variância. O dado indica, de modo geral, a correlação entre fatores responsáveis pela formação de opinião pessoal, como a informação, seja, esta midiática ou interpessoal, e predisposição à mobilização. Assim, o relativamente alto interesse pela política (2,2 numa escala de 0 a 4, bastante

superior à média nacional, 1,88) e a compreensão política (na média, 3,14 numa escala de 0 a 5 - 2,98 para o conjunto do país), embora favoreçam o associativismo, não implicam necessariamente no engajamento em ações coletivas.

Por outro lado, o dado indica que a população ou encontra canais para expressar suas demandas no sistema institucional, ou a sociedade em sentido amplo fornece mecanismos de resolução de problemas eficazes em caráter individual, ou ainda, que a cidadania esteja convencida de que simplesmente não há curso de ação possível para a resolução de necessidades e anseios, configurando uma espécie de demanda reprimida. É possível que as três alternativas anteriores operem simultaneamente, tendo seus pesos relativos impactados por clivagens sociais diversas. De qualquer maneira, esta hipótese descarta de antemão a correlação de tais diferenciações exclusivamente pensadas em termos de estratos socioeconômicos. Renda, classe social subjetiva, confiança interpessoal e “iniciativa e resposta política” conformam o fator 2, com pouca resolução e explicando 11,3% de variância. Ademais, como anteriormente dito, embora vários dos indicadores sejam sensíveis às variáveis renda e classe subjetiva, não o são sempre conjuntamente e em todos os casos. O que o dado realmente reitera é a relação entre renda mais elevada, autopertencimento às camadas médias, bons preditores de iniciativa política, aliás, segundo as hipóteses mais clássicas sobre participação.

Finalmente, o associativismo aparece conjuntamente com a prática religiosa (boa resolução) com 9,6% da variância explicada. Note-se que semelhante análise para o total da amostra nacional a coloca lado-a-lado com a posição política, evidência adicional do não enraizamento dos partidos políticos na cultura política de São Paulo.

Tabela 12
Análise Fatorial das variáveis sócio-demográficas e de cultura política (*Rotação Varimax*)

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5
Mobilização cognitiva	0,750	0,014	0,010	0,001	0,090
Mobilização	0,748	-0,155	0,134	0,121	-0,093
Exposição à mídia informativa	0,733	0,235	0,126	-0,056	0,007
Interesse na política	0,725	-0,062	0,035	-0,024	-0,145
Renda individual mensal	0,075	0,698	-0,188	-0,182	-0,140
Iniciativa e resposta política	0,339	-0,614	0,054	0,073	-0,108
Confiança interpessoal	0,057	0,514	0,169	0,372	-0,298
Classe social subjetiva	0,121	0,445	0,297	0,014	0,213
Faixas de idade	0,040	0,103	-0,790	0,109	0,249
Escolaridade	0,261	0,067	0,727	0,014	0,214
Frequência religiosa	-0,095	-0,037	-0,105	0,848	0,012
Associativismo	0,500	-0,204	0,004	0,564	0,098
Tendência partidária	-0,093	-0,023	-0,006	0,032	0,888
Variância explicada	20,5%	11,3%	10,4%	9,6%	8,5%
(Total = 60,3%)					
Notas: Critério de Extração: Keiser – componente com valores próprios superiores a 1.					
KMO = 0,726 (boa solução)					
Teste de esfericidade de Bartlett = 760,835; p = 0,000					

Fonte: Observatório das Metrópoles: Pesquisa “Cidade, Cidadão e Cidadania”, 2008.

Conclusão

O quanto a centralidade metropolitana responde pela cultura política em São Paulo é algo que não se pode medir ao certo a partir desta pesquisa. Porém, a análise precedente *sugere* pistas importantes na direção de um “efeito metrópole”. Primeiramente, níveis mais elevados de socialização, interesse pela política, associativismo, mobilização, exposição à mídia e similares, inclusive quando comparados ao Rio de Janeiro, dizem algo sobre o acesso dos cidadãos aos recursos necessários, coerentes com a posição de São Paulo no contexto do desenvolvimento nacional. Em segundo lugar, mas não menos importante, o paulista é mais inclinado ao uso de formas de mobilização associadas a uma “nova cultura política”: “boicotar produtos por razões políticas, éticas e ambientais”;

“contactar/aparecer na mídia” e “participar num fórum através da Internet”. Em terceiro lugar, tais tendências são exponenciadas no município de São Paulo; algo se deve, portanto, à centralidade.

A “nova cultura política” emergente, pelo menos relativamente ao objeto deste estudo, guarda íntima relação com aspectos tradicionais dos correlativos hábitos dos paulistas e paulistanos, considerando uma mostra representativa dos indivíduos da Região; é eloquente nesse caso o paradoxo de o associativismo político de formas tradicionais, especialmente os partidos políticos, apresentar índices baixíssimos ao mesmo tempo em que outra pesquisa, desta vez considerando atores coletivos, constata alta correlação entre participação e vínculos com o Partido dos Trabalhadores. Do ponto de vista das representações que as pessoas fazem dos objetos políticos, esta pesquisa deixa como conclusão uma pergunta: até que ponto o conjunto de relações - redes, associações vinculadas e movimentos populares – não vivenciam a experiência partidária em São Paulo como um movimento social, a fórmula com a qual desde sua integração, no chamado período populista, faz penetrar suas reivindicações ao estado, reconhecendo-se como povo?

Referências Bibliográficas

ALMOND, G. A. & POWELL, G. B. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

AVRITZER, L. (org). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Edunesp, 2004.

AVRITZER, RECAMAN & VENTURI. “O associativismo paulistano” In: AVRITZER, L. (org). *A participação em São Paulo*, São Paulo. Edunesp, 2004.

AZEVEDO, S.; SANTOS, O.; RIBEIRO, L. C. “Metrópoles, Cultura Política e Cidadania no Brasil” *Cadernos Metrópole*, v.11, nº 22, São Paulo: EDUC, jun./dez, 2009.

BENEVIDES, M. V. M. *A UDN e o Udenismo – ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *O velho PTB paulista – Partido, sindicato e Governo em São Paulo: 1945-1964*. CEDEC, 1988.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

CABRAL, M. V. e SILVA, F. C. *CIDADE & CIDADANIA: O “efeito-metrópole” sobre o exercício da cidadania política*, Lisboa, 2006 (não publicado).

CARDOSO, F. H. & LAMOUNIER, B. (orgs.). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBRAP/Paz e Terra, 1975.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90. Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DOIMO, A. M. *A vez e voz do popular*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

GUIMARÃES, J. *As culturas brasileiras da participação democrática*. São Paulo: Edunesp, 2004.

HELLER, A. *Sociologia della vita quotidiana*. Roma: Editori Riuniti, 1981.

_____. *Il potere della vergogna*. Roma: Editori Riuniti, 1985.

HIPPOLITO, L. *PSD de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IBGE. 2008. Areas of Influence of Cities. Social Communication, Oct. 10, 2008

LAVALLE & HOUTZAGER & ACHARYA. Lugares e atores da democracia: arranjos institucionais participativos e sociedade civil em São Paulo. In: COELHO, V. S. P. & NOBRE, M. (orgs.). *Participação e deliberação. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Ed. 34, 2004.

LIMONGI, F. e MESQUITA, L. "Estratégia partidária e preferência dos eleitores. As eleições municipais em São paulo entre 1985 e 2004". *Novos Estudos CEBRAP*, nº. 81, jul. 2008.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1999.

PIERUCCI, A. F. O. Janistas e Malufistas em São Paulo (1985-1986): a direita mora no outro lado da cidade, XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, out. 1988.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SAMPAIO, R. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora, 1982.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

SOARES, G. A. D. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, L. M. *O sol e a sombra*. Política e administração na América Portuguesa do Século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, M. C. C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

TELLES, V. S. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90*. Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

TELLES, V. S. e CABANES, R. *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.

Edison Nunes - edison.nunes@uol.com.br

Félix Sanches - frsanche@uol.com.br

Vera Chaia - vmchaia@pucsp.br

Recebido para publicação em julho de 2010.
Aprovado para publicação em outubro de 2010.

Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006

Jairo Tadeu Pires Pimentel Junior
Programa de Doutorado em Ciência Política
Universidade de São Paulo

Resumo: Este artigo tem como proposta analisar o papel dos sentimentos na estruturação das escolhas eleitorais durante a eleição presidencial brasileira de 2006. Especificamente, analisa de que forma as emoções dos eleitores em relação aos candidatos afetam e estimulam a avaliação e o voto nos mesmos. Primeiramente, buscamos demonstrar formas de mensuração das emoções em termos quantitativos através de surveys realizados durante o período eleitoral. Em segundo lugar, buscamos evidenciar que a avaliação retrospectiva pode ser mais bem entendida se compreendermos como a avaliação de governo interage com os estados emocionais dos eleitores. Destarte, negando a longa tradição que contrapõe razão e emoção dentro da política, salientamos a tese de que os sentimentos constituem uma importante variável no processamento de informações e, conseqüentemente, na decisão do voto.

Palavras-chave: comportamento eleitoral; voto racional; voto emocional; psicologia política

Abstract: This article analyzes the role of emotion in the electoral choices during the 2006 Brazilian presidential election. Specifically, it analyzes in which way the emotions of the voters in relation to the candidates affect and stimulates the evaluation and the vote for them. In the first place, we demonstrate forms of measuring emotions in quantitative terms through surveys conducted during the electoral period. Second, we demonstrate that the retrospective evaluation government's can better be understood if we comprehend in which way the government's evaluation interacts with emotional states of the voters. Thus, denying the long tradition that opposes reason and emotion in politics, we point out the thesis that feelings constitute an important variable in the information processing and, consequently, in the vote decision.

Keywords: electoral behavior; rational vote; emotional vote; political psychology

Introdução¹

A ideia de que as emoções estimulam comportamentos políticos não é nova. Já na Antiguidade, tal como argumenta Aristóteles (1959), os oradores sensibilizavam as multidões utilizando um tipo de retórica carregada de sentimentos, denominada *pathos*. No século XV, Maquiavel (2001) buscou demonstrar aos príncipes não somente a importância de ser amado pelos súditos, mas principalmente temê-los. Weber (1991) chamou de carisma a capacidade de dominação política por meio de atributos inerentes e excepcionais que estimulam a adoração às lideranças políticas. Mais recentemente, na era da mídia eletrônica, vários trabalhos emergiram com a intenção de demonstrar o impacto dos apelos afetivos inerentes às campanhas políticas (SCHWARTZENBERG, 1979; SULLIVAN & MASTER, 1987, SILVEIRA, 2000; WESTEN, 2007; BRADER, 2007).

Apesar da inegável importância das emoções dentro da história do pensamento político, causa estranheza o fato de elas serem relegadas ao segundo plano na análise empírica da tomada de decisão. Isso pode ser explicado, tal como sustenta Marcus (2003), devido à crença de que as emoções são antagônicas à racionalidade. Trata-se, segundo esse autor, de uma longa tradição normativa dentro do pensamento ocidental que demoniza os impulsos emotivos e busca execrá-los do mundo político por conta de seu potencial destrutivo na tomada de decisões lúcidas, dada a crença em um papel depreciativo dos sentimentos na construção de decisões racionais dentro da esfera pública.

Não obstante essa depreciação dos sentimentos, uma considerável parcela da psicologia política vem tratando de analisar de maneira parcimoniosa o impacto das emoções dentro do processo de tomada de decisão. Tal literatura está particularmente interessada em entender como as emoções estão entrelaçadas com a razão e, nesse sentido, compreender de que forma a convergência entre esses dois fatores produz comportamentos políticos. Nessa literatura, portanto, as emoções não estão separadas da mente, mas sim constituem um importante arranjo no processo cognitivo.

O objetivo deste artigo é analisar o impacto das emoções no voto do eleitor brasileiro, tema muito salientado pelo meio acadêmico, marketing e jornalismo, mas pouco analisado por instrumentos empíricos em nosso contexto. Com este artigo, busca-se trazer à discussão dois elementos para fomentar o debate sobre esse tema no Brasil: em primeiro lugar, demonstrar como as emoções são

¹ Este artigo é uma versão de minha Dissertação de Mestrado: *Razão e Emoção no Voto, o caso da eleição presidencial de 2006*, defendida no Departamento de Ciência Política da USP em 2007 e que recebeu menção honrosa no concurso de teses da ANPOCS em 2008. Ele foi orientado pela Prof.^a Maria D'Alva Kinzo, um exemplo de acadêmica e de pessoa, a quem agradeço pelo acolhimento, dedicação e confiança.

estruturadas e como podem ser mensuradas através de pesquisas de *surveys*. Trata-se basicamente de validar as ferramentas quantitativas utilizadas para mensurar as emoções dos eleitores no Brasil, tendo como parâmetro aquelas utilizadas por estudos contemporâneos feitos nos Estados Unidos, de forma a replicar os resultados das medidas emocionais feitas originalmente por pesquisas acadêmicas americanas.

Em segundo lugar, através dos dados coletados, demonstrar a validade de um modelo teórico que versa sobre a relação entre emoção e razão. Em ambos os casos, a principal obra de referência será o livro de Marcus et al, (2000).

Baseado na psicologia das emoções e em aspectos da neurociência, o modelo de Inteligência Afetiva argumenta que o comportamento dos eleitores é guiado por dois tipos de sistemas emocionais que atuam de maneira independente. O primeiro deles, o sistema de predisposição, engendra sentimentos de entusiasmo, e o segundo, o sistema de vigilância, engendra sentimentos de ansiedade. Segundo o argumento desse modelo, esses sentimentos regulam a motivação dos eleitores e servem para indicar quando eles devem manter determinada predisposição em votar em determinado candidato e quando eles devem refletir melhor sobre em quem votar.

Seguindo a tese de Inteligência Afetiva de que razão e emoção se entrelaçam no processamento de informações, este artigo demonstra como os sentimentos engendrados pelos candidatos podem afetar certas considerações racionais e para isso, analisa dois aspectos da decisão eleitoral: ***o tempo dessa decisão e a mudança no voto.***

As hipóteses aventadas são de que eleitores mais entusiasmados pelo governante tendem a decidir mais cedo em quem votar, enquanto que eleitores mais ansiosos tendem a decidir mais tardiamente. Além disso, aponta que fatores de curto prazo que geram ansiedade nos eleitores comprometem a disposição dos eleitores em votarem no governante e podem fazê-los mudar seu voto.

O foco da análise é o caso específico da eleição presidencial de 2006. Essa eleição é marcada tanto pela boa avaliação do governo do presidente Lula (PT) quanto pelas denúncias de corrupção dentro de seu partido e dos partidos da base aliada de seu governo. Por conta disso, esse constitui um bom caso para se testar essas hipóteses derivadas do modelo de Inteligência Afetiva, pois, assim como, de um lado, seu governo gerou entusiasmo, por outro, provocou ansiedade nos eleitores.

Com esse estudo, nosso principal objetivo é demonstrar que a clássica antítese entre razão e emoção pode representar uma falácia e que a assimilação de teorias que incorporem as emoções para explicar o comportamento eleitoral pode ser bastante elucidativa para se entender a racionalidade do voto.

O modelo de Inteligência Afetiva

O modelo de Inteligência Afetiva tem como pressuposto básico a ideia de que as emoções surgem anterior e independentemente da atividade cognitiva. Segundo Marcus et al, (2000), isso ocorre porque o processamento das informações é feito primeiramente por regiões do cérebro ligadas, dentre outras coisas, à ativação de estados emocionais².

Esse modelo advoga que as emoções possuem duas dimensões distintas: uma dimensão positiva, denominada entusiasmo, e outra negativa, chamada ansiedade. Tais emoções não possuem apenas uma função avaliativa, no sentido de que se o sentimento é negativo, as considerações cognitivas em relação ao objeto que engendra tal sentimento também serão, ou se positivo, que tenderemos a avaliá-lo melhor. A função das emoções dentro desse modelo é um pouco mais complexa: por um lado, regulam comportamentos rotineiros e, por outro, a atenção consciente. Nesse sentido, essa teoria estabelece a existência de dois sistemas afetivos independentes e pré-conscientes que afetam tanto o pensamento quanto o comportamento humano: o sistema de predisposição (*disposition system*) e o sistema de vigilância (*surveillance system*).

O sistema de predisposição corresponde à dimensão afetiva do entusiasmo. Trata-se de um sistema afetivo que possui duas principais funções: engajar os comportamentos em hábitos apreendidos pela memória procedimental e adquirir novas rotinas comportamentais. Nesse sentido, quanto maior o sentimento de entusiasmo, mais o comportamento corrente é reforçado. Ao contrário, quando falhamos ou nossas ações não atingem o fim esperado, esse entusiasmo diminui e tendemos a nos manter complacentes e desinteressados em continuar com dadas ações.

Ele é também um sistema de aprendizado e, nesse sentido, na medida em que adquirimos conhecimento rotineiro conseguimos, por exemplo, dirigir sem pensar quando devemos trocar a marcha, ou como dançar sem lembrar os passos a cada momento, ou ainda como devemos nos comportar em cada contexto social.

² Segundo os autores, pesquisas na área de neurociência demonstram haver duas trilhas pelas quais as informações sensoriais - ou seja, as informações obtidas pelos sentidos humanos - e somáticas são processadas pelo cérebro humano. Primeiramente o fluxo de informações segue para a região límbica do cérebro, onde os estados emocionais são ativados, e posteriormente para as demais regiões do córtex que processam essas informações de acordo com suas respectivas funções fisiológicas (motora, visão, audição, etc.), inclusive regiões do cérebro ligadas à consciência. Nesse sentido, a principal diferença entre essas duas trilhas é de que a trilha para a região límbica alcança uma avaliação da informação sensorial e somática em menos da metade do tempo que tal informação leva para se tornar consciente. Dessa forma, "o produto da trilha que leva à região límbica, a trilha que dentre outras capacidades produz estados emocionais, está bem posicionada para influenciar a atenção consciente, assim como o comportamento" (MARCUS, MACKUEN & NEUMAN, 2000, p.38).

Para situações corriqueiras, o sistema de predisposição é quem oferece o viés para o comportamento humano. Entretanto, situações inesperadas são colocadas a todo o momento para as pessoas e, conseqüentemente, o repertório de tal sistema se torna insuficiente para lidar com elas. Nesse momento o sistema de vigilância é ativado.

Já o sistema de vigilância corresponde ao sentimento de ansiedade. Ele busca vigiar o ambiente contra ameaças repentinas, gerando esse tipo de sentimento negativo na medida em que nos defrontamos com elas, e um sentimento de calma, quando não existe ameaça alguma. Este segundo sistema emocional possui a propriedade de interromper comportamentos rotineiros e orientar a atenção para o objeto que engendra uma resposta afetiva desse sistema.

Quando comportamentos rotineiros falham (por exemplo, ao se falar errado ou tropeçar), as emoções se tornam manifestas, bem como as considerações racionais em relação ao objeto que a desperta. Nesse sentido, a principal característica do sistema de vigilância reside na sua capacidade de levar as pessoas a pensarem. Na medida em que circunstâncias novas emergem, as pessoas buscam entender o que acontece e passam a questionar se o comportamento corrente é adequado. Nesse momento, o sistema de predisposição “evoca grande atenção, grande cuidado, e aumenta a motivação pelo aprendizado naquelas situações que demandam grande consideração” (MARCUS et al, 2000, p. 57).

Basicamente, como as pessoas comumente não pensam em política, o argumento dos autores é de que o sistema de predisposição guia o comportamento político humano, sendo tal comportamento governado pelos hábitos dos indivíduos. Isso ocorre por que os comportamentos rotineiros são desempenhados em ambientes já conhecidos, fato que desonera a atenção consciente, levando os eleitores a aderirem a comportamentos eleitorais intuitivos.

Entretanto, tais hábitos podem ser interrompidos na medida em que o sentimento de ansiedade aumenta. Eleitores com alto grau de ansiedade tendem a deixar suas predisposições de lado e passam a comparar os candidatos para decidir a direção de seu voto.

A revisão dos hábitos, estimulada pelo sentimento de ansiedade, aumenta o interesse dos eleitores pelos fatos correntes e, dessa forma, estimula o aprendizado político. Eleitores ansiosos tendem a ser mais atentos às notícias políticas, buscando informações que permitam a tomada de decisão. Nesse sentido: “pessoas ansiosas demonstram maior conformidade [...] com os requisitos formais do modelo da teoria da escolha racional: consideração consciente explícita das utilidades comparadas de cada escolha disponível, investida da melhor informação corrente, e diminuição da motivação em utilizar heurística e atalhos habituais” (MARCUS et al, 2000, p.58).

Em suma, o modelo de Inteligência Afetiva estabelece que quando os sentimentos são de entusiasmo, os eleitores tendem a se guiar por suas predisposições. Entretanto, quando a ansiedade aumenta, considerações sobre os elementos que engendram tal sentimento são levadas à consciência e os eleitores passam a indagar se vale à pena ou não continuar a se pautar por seus hábitos. Dessa forma,

“A principal hipótese do modelo de inteligência afetiva é de que o sistema de vigilância dita para as pessoas quando elas podem seguramente contar com as habilidades irrefletidas do sistema de predisposição para iniciar e manejar hábitos regulares de nossas vidas. Ela também dita para as pessoas quando elas devem deixar seus hábitos de lado para engajar em uma consideração mais explícita e atenta da melhor coisa a ser feita” (MARCUS et al, 2001,p.58).

A mensuração e a estrutura das emoções

Do ponto de vista da precisão metodológica, a mensuração de emoções em pesquisas de *survey* possui uma grande vantagem em relação à mensuração de aspectos cognitivos: as emoções são mais permanentes na subjetividade humana do que impressões cognitivas de um dado evento. As pessoas podem não se lembrar muito bem o que aconteceu ou foi dito numa situação específica, mas as emoções despertadas por um dado discurso ou evento permanecem na subjetividade (ZANJOC, 1980; 1984). Por conta disso, medidas emocionais oferecem uma forma mais precisa de mensurar aspectos subjetivos do que muitas outras que buscam, por exemplo, reconstruir memórias dos entrevistados em relação a situações específicas (TORANGEAU et al, 2000).

Medidas emocionais em *survey* são utilizadas nos Estados Unidos desde meados da década de 1980, tanto através de perguntas abertas (“como você se sente em relação a X”) quanto através de perguntas fechadas, principalmente termômetros afetivos (por exemplo, escalas de 0-100) e baterias de termos afetivos (em que é requisitado aos entrevistados responderem se possuem dados sentimentos em relação a determinado candidato ou o quanto e com que frequência possuem esses sentimentos).

Neste artigo, utilizamos medidas emocionais derivadas de perguntas fechadas, com baterias de termos afetivos, extraídas de um *survey* nacional

realizado em outubro de 2006³. Nele a seguinte questão foi apresentada aos entrevistados:

“Agora eu gostaria de saber sobre seus sentimentos em relação aos candidatos a presidente. Não existe resposta certa ou errada, eu quero saber sua primeira impressão. Em relação a (NOME DO CANDIDATO), pela pessoa que ele é, ou por algo ele já tenha feito, ele te faz sentir (LER CADA SENTIMENTO) - SIM OU NÃO? (COMPLEMENTE: SIM - muito(a) ou pouco(a)? / NÃO : pouco(a) ou nenhum(a)?): Empolgação; Aflição; Ódio; Esperança; Medo; Desprezo; Orgulho; Amargura; Angústia; Ressentimento; Decepção; Felicidade.”

Segundo Marcus (2003), as abordagens teóricas sobre as emoções dentro da psicologia se concentram em torno da problemática da redução de termos. Esse autor argumenta que existe dentro da cultura anglo-saxã uma variedade de vocábulos que se referem aos sentimentos: raiva, amor, amargura, entusiasmo, inquietude, etc. Todos eles são conceitos de estados emocionais que, de alguma forma, diferem um do outro. Nesse sentido, a grande questão dos estudos de psicologia que versam sobre esse tema é buscar entender como a estrutura dos sentimentos se dispõe, ou seja, se os termos afetivos são todos distintos ou se há alguma forma de equivalência entre eles. Em face dessa questão, esse autor argumenta que as abordagens sobre a estrutura das emoções podem ser divididas em três tipos: a teoria discreta, a de valência e a teoria dimensional.

A teoria que mais busca encontrar equivalência entre conceitos e reduzir o número de termos afetivos é a chamada teoria de valência emocional. Essa teoria argumenta que a estrutura das emoções é disposta em um plano unidimensional e bipolar. Ela afirma, portanto, que a avaliação emocional ocorre através de uma estrutura binária, sendo que em um extremo dessa dimensão se encontra uma valência positiva de sentimentos e de outro uma valência negativa, tal como “bom-mal”, “gosto - detesto” ou “amor-ódio”. Dessa forma, a teoria de valência coloca a existência de uma relação de exclusão entre sentimentos negativos e positivos: quanto maior for um sentimento positivo em relação a um objeto, menor será o sentimento negativo em relação a ele.

A teoria discreta por sua vez é a que mais busca demonstrar como os sentimentos possuem vários significados. Ela rejeita claramente a teoria de valência e argumenta que os sentimentos são derivados de situações cognitivas específicas. Para essa teoria “é a interpretação dos eventos, mais do que os eventos por si só,

³ Trata-se de um survey nacional com amostra 2400 entrevistas, divididas através de cotas socioeconômicas e demográficas representativas do eleitorado brasileiro. Foram feitos dois *splits* nesse survey, sendo que as emoções dos eleitores foram mensuradas apenas em um split com cerca de 1200 entrevistas. Agradeço a Orjan Olsen, da Analítica Consultoria, pelo espaço em suas pesquisas para incluir as questões emocionais e pelo apoio no desenvolvimento deste artigo.

que determinam qual emoção será sentida” (ROSEMAN, 1984, p.14 *apud* MARCUS, 2003). Assim, tal teoria argumenta que diferentes combinações entre estados emocionais e fatores contextuais produzem distintas interpretações que ativam emoções consoantes a elas.

Marcus (2003) argumenta que as diferentes teorias discretas existentes reduzem os sentimentos para um número entre 8 a 16 sentimentos básicos, todos eles relacionados com considerações contextuais. Tais considerações iniciam com a avaliação de que tipo de sentimento é despertado: negativo ou positivo. Porém esse sentimento é apenas definido posteriormente por uma avaliação cognitiva do contexto em que esse sentimento é ativado. Nesse sentido, por exemplo, uma situação percebida como punitiva será prontamente experimentada com um sentimento negativo, mas esse sentimento será experimentado, por exemplo, com resignação se a responsabilidade dessa situação vivida for atribuída a si mesmo, ou de raiva ou medo se essa responsabilidade for atribuída à outra pessoa. Colocando em termos mais concretos, se um indivíduo perde sua carteira, ele pode sentir medo de que seus pertences sejam mal utilizados por outrem, ou angustiado por ter sido desleixado; mas se sua carteira é roubada seu sentimento pode ser de ódio e raiva pelo assaltante que a roubou. Nessa teoria, portanto os sentimentos dependem da forma como as situações são entendidas cognitivamente pelas pessoas.

Por fim, a teoria dimensional argumenta que a estrutura das emoções é composta por duas dimensões, uma negativa e outra positiva. Diferentemente da teoria de valência e da teoria discreta, essa teoria argumenta que a relação entre sentimentos negativos e positivos não é mutuamente excludente (trata-se de duas dimensões unipolares), mas que é possível identificar simultaneamente sentimentos positivos e negativos em relação a um mesmo objeto. Nesse sentido, saber qual é o impacto emocional positivo de um dado objeto não é o mesmo que saber o impacto inverso das emoções negativas derivadas desse mesmo objeto.

Seguindo essa lógica, a teoria dimensional também argumenta que a estrutura das emoções se dispõe em um plano ortogonal, ou seja, a interação entre a dimensão positiva e negativa produz um ângulo reto (90°). Isso significa dizer que o índice de correlação entre essas dimensões tende a zero e que existe uma independência entre elas, fato que explica por que um sentimento negativo não representa o inverso de um sentimento positivo dentro dessa teoria.

O modelo de Inteligência Afetiva se baseia nessa última teoria da estrutura das emoções e busca demonstrar de que forma as dimensões positiva e negativa interagem na produção de raciocínios em relação ao universo político. Nesse sentido, para verificar a adequação dos dados pesquisados ao teste do modelo teórico de Inteligência Afetiva são necessários dois critérios: demonstrar que essas

medidas apreendem duas dimensões emocionais, e que a relação entre essas dimensões apontam para uma solução geométrica ortogonal.

Em relação ao primeiro critério, e seguindo os trabalhos de Marcus e seus vários colaboradores, a análise da estrutura das emoções pode ser empreendida através de uma análise fatorial. Para a análise da estrutura das emoções a lógica aplicada é a seguinte: se a teoria discreta estiver correta, o número de fatores da análise fatorial será tão grande quanto possível e, em último caso, cada um dos termos definirá um componente fatorial. Caso a teoria de valência emocional seja adequada, o número de fatores será apenas um na análise fatorial, definindo uma unidimensionalidade bipolar das emoções. Por fim, se a teoria dimensional for de fato a que melhor define a estrutura das emoções, devemos encontrar dois componentes fatoriais.

Para replicar os resultados obtidos pelos trabalhos de Marcus e colaboradores, foi adotado o método de análise de componentes principais⁴ e a rotação varimax⁵. A Tabela 1 mostra os resultados⁶. Valores acima de 0,5 (marcados em negrito) denotam que a variável pertence a um determinado componente fatorial, enquanto valores abaixo desse valor demonstram seu não pertencimento.

Dessa forma, observa-se a existência de dois componentes fatoriais derivados desse formato de mensuração dos sentimentos dos eleitores em relação aos candidatos. Além disso, pode-se perceber que todos os sentimentos positivos possuem pertencimento ao mesmo componente fatorial, enquanto os sentimentos negativos formam outra dimensão distinta.

⁴ A análise das componentes principais busca explicar a estrutura da variância e da covariância através de poucas combinações lineares das variáveis originais. Segundo Pereira (2004), nessa forma de análise “primeiro identifica-se a dimensão que melhor distingue os objetos, em seguida, a função ortogonal a ela; não estando os objetos perfeitamente discriminados, um novo componente discriminador será buscado, a função ortogonal derivada e assim por diante” (PEREIRA, 2004, p.118).

⁵ Segundo Hair et al (2005), a rotação varimax é um dos métodos de rotação ortogonal (onde os eixos dos fatores são mantidos a 90° e são mantidos não correlacionados) mais populares. Ela se caracteriza pelo fato de oferecer uma solução mais simples das colunas de matriz fatorial e apresentar uma separação mais clara dos fatores. Ela assim o faz através da geração de cargas fatoriais mais próximas de 1, indicando uma clara associação positiva entre as variáveis, ou mais próximas de 0, sinalizando a ausência de associação.

⁶ Nesta e nas demais tabelas de análise fatorial foi utilizado o método pairwise e, dessa forma, excluídos os *missing cases* e a categoria não sabe/não respondeu (NS/NR).

Tabela 1
Análise Fatorial Varimax dos termos emocionais utilizados para descrever os sentimentos por Geraldo Alckmin e Lula

Alckmin	Componentes		Lula	Componentes	
	1	2		1	2
Amargura	0,866	0,027	Angústia	0,852	-0,095
Angústia	0,861	0,003	Amargura	0,837	-0,043
Desprezo	0,855	-0,017	Desprezo	0,795	-0,060
Ressentimento	0,833	0,049	Ressentimento	0,780	-0,117
Decepção	0,783	-0,113	Ódio	0,716	-0,090
Ódio	0,753	0,028	Medo	0,699	-0,170
Aflição	0,709	-0,014	Aflição	0,698	-0,080
Medo	0,708	-0,139	Decepção	0,590	-0,457
Empolgação	-0,103	0,841	Felicidade	-0,077	0,855
Felicidade	0,010	0,831	Esperança	-0,257	0,820
Esperança	-0,173	0,821	Orgulho	-0,003	0,809
Orgulho	0,169	0,791	Empolgação	-0,094	0,803

Fonte: Analítica Consultoria, outubro de 2006.

Entretanto, não basta apenas que existam dois componentes fatoriais para que a teoria dimensional seja corroborada. É preciso também demonstrar a existência de uma relação ortogonal entre elas. Uma forma de analisarmos esse segundo critério é através da visualização gráfica *scatterplot* da análise fatorial varimax. Nesse caso, a lógica é a seguinte: para se constatar uma relação ortogonal entre os componentes fatoriais é necessário que os termos afetivos de um dos componentes fatoriais se concentrem próximos ao eixo das abscissas e os termos afetivos do outro componente se encontrem junto ao eixo das ordenadas, formando um ângulo de 90°.

Nos Gráficos 1.1 e 1.2 pode-se observar essa relação ortogonal entre os sentimentos positivos, que se encontram junto ao eixo da abscissa, e os sentimentos negativos, que se localizam junto ao eixo da ordenada. Nelas observa-se que essa mensuração oferece o tipo de disposição geométrica requerida para que se constate a independência dessas duas dimensões, pressuposto obrigatório para que pudéssemos testar as hipóteses derivadas do modelo de Inteligência Afetiva.

Gráfico 1.1- Análise Fatorial Varimax dos termos emocionais dicotômicos utilizados para descrever os sentimentos por Alckmin (outubro).

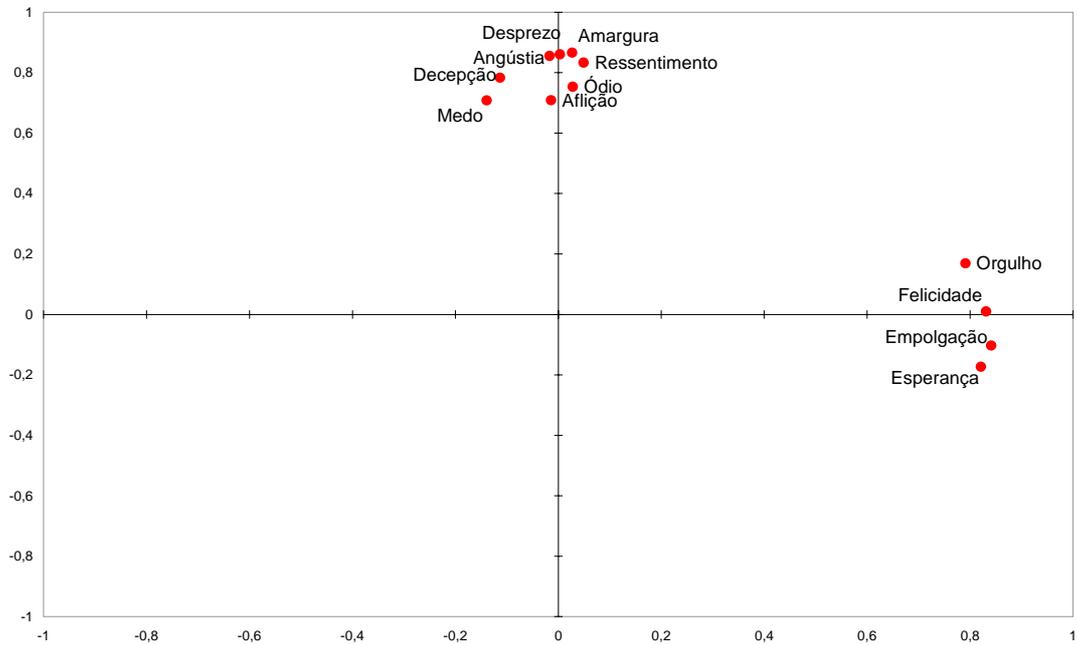
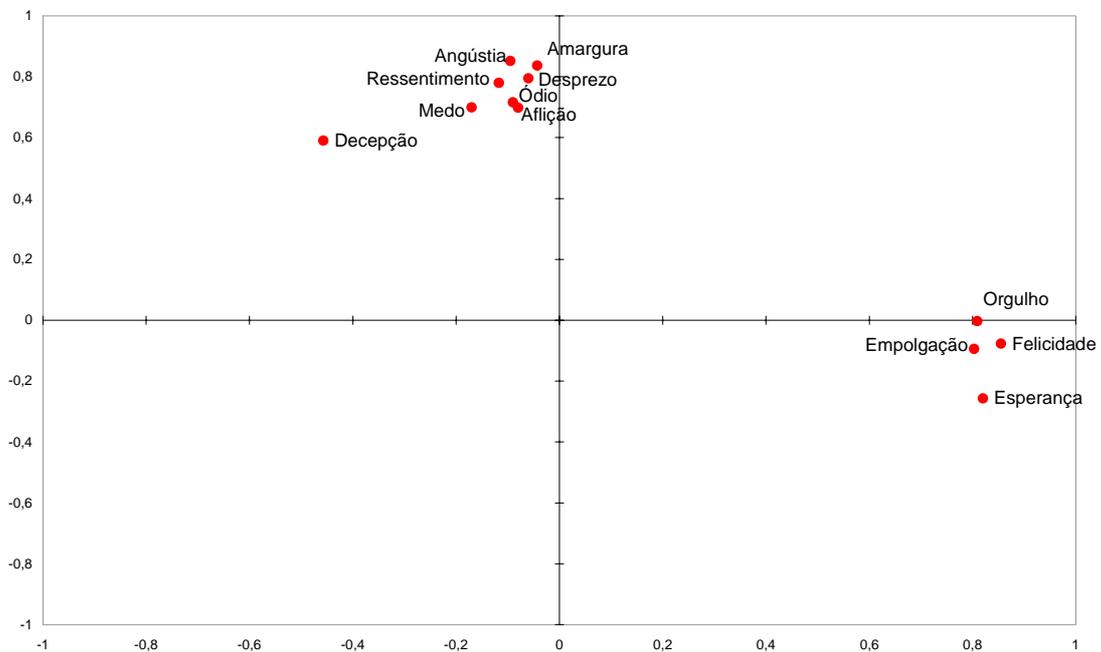


Gráfico 1.2- Análise Fatorial Varimax dos termos emocionais dicotômicos utilizados para descrever os sentimentos por Lula (Outubro).



Esses dados possibilitaram construir duas escalas⁷ para mensurar as emoções pelos candidatos, uma escala de entusiasmo e outra de ansiedade para cada um dos candidatos, formando o seguinte quadro de distribuição de intensidade de entusiasmo e ansiedade para Lula e Alckmin:

Tabela 2
Intensidade de sentimentos por Lula e Alckmin

	Entusiasmo Lula	Ansiedade Lula	Entusiasmo Alckmin	Ansiedade Alckmin
Nenhum	24	33	27	51
Não pouco	20	32	27	28
Sim- pouco	23	20	24	12
Sim- Muito	32	14	19	5
NS/NR	1	1	3	3

Pode-se observar que, do ponto de vista emocional, Lula levava clara vantagem em relação a Alckmin. Os eleitores possuíam um grau de entusiasmo maior em relação à Lula do que em relação a Alckmin, com 55% dos eleitores declarando esse entusiasmo pelo presidente e 34% para o candidato da oposição. Se levarmos em consideração a interpretação de Westen (2007) de que a batalha pelo voto é basicamente uma batalha para se ganhar as emoções dos eleitores, podemos entender melhor por que naquele contexto Lula levou a melhor sobre Alckmin.

Hipóteses e análise dos dados

No modelo de Inteligência Afetiva existem três fatores que podem engendrar sentimentos nos eleitores: “os candidatos, as questões políticas [issues] ou os tempos em que eles [os eleitores] vivem” (MARCUS et al, 2000, p.63-4). A avaliação retrospectiva de governo se encaixa nesse último tipo.

Sem dúvida, a mais óbvia realidade contextual que determina “os tempos” (ou as condições) em que os eleitores vivem é a situação da economia nacional. O argumento dos autores do modelo de Inteligência Afetiva é que o estado da economia é uma das variáveis que mais gera ansiedade e entusiasmo no eleitorado. Dessa forma, situações em que a economia vai mal, onde existe grande

⁷ As escalas de ansiedade e entusiasmo foram feitas através do cálculo da soma da média dos sentimentos ligados a cada uma dessas dimensões. Dessa forma, o entusiasmo corresponde à soma da média das variáveis Empolgação, Orgulho, Esperança e Felicidade, enquanto a ansiedade foi resultado da soma da média das variáveis Aflição, Decepção, Angústia, Medo, formando-se assim duas escalas das emoções para cada um dos candidatos.

desemprego, baixos salários e pouca atividade comercial, levam os eleitores a se tornarem mais ansiosos. Ao contrário, se existe prosperidade econômica, os empregos e salários aumentam, os eleitores tendem a ficar mais entusiasmados com os governantes e a direcionar-lhes o voto.

O que esse modelo argumenta portanto que é a avaliação retrospectiva não é puramente racional. Eleitores não precisam estar conscientes das realizações do governo para compreender que a situação do país é melhor ou pior e nem verbalizar as razões disso. Esse comportamento pode se dar meramente por uma intuição afetiva, de modo que, se a situação vai bem, sentimentos de entusiasmos são engendrados, enquanto que se a situação vai mal, o sentimento de ansiedade aumenta.

Tendo em conta a teoria do voto retrospectivo, nossos dados revelam que a maioria dos eleitores aprovou o governo Lula. A avaliação desse governo foi considerada boa ou muito boa por 47%, e somente 13% consideraram o governo ruim ou muito ruim. Tal como estabelece o modelo de Inteligência Afetiva, a avaliação retrospectiva de governo é uma das variáveis independentes que explica os sentimentos dos eleitores em relação aos candidatos.

A Tabela 3 mostra os valores de correlação gama⁸ entre a avaliação do governo Lula e os sentimentos dos eleitores em relação a Lula e Alckmin. Nela observa-se que o sentimento mais correlacionados com a avaliação de governo é o entusiasmo em relação a Lula, com índice de 0,705. Observa-se também uma correlação negativa entre o sentimento de ansiedade em relação a Lula e a avaliação de seu governo de -0,514. Essa tabela denota ainda uma relação de exclusão mútua no eleitorado: eleitores que avaliam bem o governo Lula tendem a ter sentimentos de ansiedade em relação a Alckmin (uma correlação positiva de 0,360) enquanto que eleitores que avaliam bem esse governo tendem a possuir menos sentimento de entusiasmo em relação ao candidato do PSDB (uma correlação negativa de -0,493).

⁸ Segundo Babbie (2005), o índice de correlação gama é o mais adequado para se tratar variáveis ordinais. Como nossas variáveis que mensuram as emoções são ordinais utilizamos esse índice com o intuito de analisar a força de associação entre essas variáveis e as variáveis dependentes.

Tabela 3
Avaliação do Governo Lula e as Emoções

	Avaliação Governo Lula
Entusiasmo Lula	0,705*
Ansiedade Lula	-0,514*
Entusiasmo Alckmin	-0,493*
Ansiedade Alckmin	0,360*

*Correlações significativas a 0,001

Fonte: Analítica Consultoria, outubro de 2006

Não obstante o bom desempenho do governo Lula, as crises de corrupção foram outra marca deixada por esse governo. As três principais foram o caso da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, o “Mensalão” e o caso do dossiê.

Em março de 2006, o caseiro Francenildo Costa foi ouvido pela CPI dos Bingos e declarou ter visto o Ministro Antonio Palloci em uma mansão utilizada em Brasília por lobistas para fechar negócios suspeitos e promover festas com prostitutas. O ministro havia negado várias vezes na CPI ter frequentado essa casa, conhecida como “República de Ribeirão Preto”⁹. Poucos dias depois dessa declaração de Francenildo, os dados de movimentação de sua conta bancária foram divulgados pela imprensa, denunciando que o caseiro havia recebido cerca de 35 mil reais em depósitos, valor incompatível com sua renda mensal de 700 reais. Essa denúncia tinha como intuito desqualificar as declarações do caseiro, aventando-se a hipótese de que ele teria recebido esse dinheiro para mentir na CPI e prejudicar Palloci¹⁰.

Soube-se, no entanto, que tais depósitos teriam sido feitos por Eurípedes Soares da Silva, empresário do setor de transporte do Piauí e pai biológico de Francenildo. Embora negasse a paternidade, decorrente de uma relação extraconjugal, Eurípedes confirmou ter feito o depósito. Esclarecida essa situação, o foco passou a ser a quebra do sigilo bancário de Francenildo, ato ilegal já que havia sido feito sem o aval da justiça. O nome de Palloci foi logo envolvido nesse processo, o que levou a queda de uma das figuras mais fortes do governo.

Em junho de 2005, outro escândalo irrompeu dentro do governo Lula. Mais uma vez a prova foi uma fita de vídeo que mostrava o ex-funcionário dos Correios, Maurício Marinho, negociando propina com empresários interessados em uma

⁹ Inquérito sobre a violação do sigilo do caseiro vai para STF. Folha de São Paulo, 08 fev. 2007.

¹⁰ Marinho afirma que caseiro foi “treinado” e “inventado”, Folha de São Paulo, 20 mar. 2006.

licitação. Nesse vídeo, Marinho dizia ter respaldo do Deputado Roberto Jefferson (PTB) para promover essa negociação ilícita.

Acuado, Roberto Jefferson¹¹ passou a denunciar deputados da base governista de receberem um “mensalão” de 30 mil reais do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Segundo Jefferson afirmou à época, o dinheiro do mensalão vinha de empresas estatais e privadas e era entregue aos parlamentares por operadores como o publicitário Marcos Valério e o líder do PP na câmara, José Janene. A partir disso foi deflagrada a CPI dos Correios para investigar o envolvimento de empresas estatais para alimentar os recursos do “mensalão”¹².

As denúncias de Jefferson atingiram diretamente a cúpula do PT e nomes como o chefe da Casa Civil, José Dirceu, o então presidente do PT, José Genoíno, o secretário geral do PT, Sílvio Pereira, além do já mencionado Delúbio Soares. Os desgastes provocados por essas denúncias levaram à queda de José Dirceu, até então principal figura do governo Lula, e de José Genoíno, umas das principais lideranças históricas do PT.

As revelações de Jefferson envolviam indiretamente também o presidente Lula, pois, segundo o ex-deputado, desde o começo de 2005 o presidente tinha ciência dos fatos ocorridos, mas até então não tinha tomado nenhuma providência. Mas, neste caso, o impacto foi quase nulo. Para a população, parece ter sido suficiente a declaração do presidente de que “não sabia de nada” do que estava acontecendo e que se soubesse teria tomado as atitudes cabíveis.

Já durante a campanha, quase a quinze dias do primeiro turno, outro escândalo surgiu. Trata-se do caso da tentativa de compra de um dossiê pelos petistas Gedimar Passos e Valdebram Padilha das mãos de Paulo Trevisan e Luis Antonio Vedoin, sócios da empresa Planan, que já haviam sido envolvidos em outro escândalo de corrupção deflagrada pela “operação sanguessuga”¹³. A polícia federal prendeu os envolvidos em um hotel em São Paulo antes de essa transação ter sido realizada e apreendeu cerca de 1,75 milhões de reais em dinheiro com os petistas. Posteriormente, às vésperas do primeiro turno, as fotos do dinheiro apreendido vazaram na mídia.

¹¹ Roberto Jefferson teve seu mandato cassado pelo congresso por quebra do decoro parlamentar por não conseguir provar que o mensalão existia, ironicamente a CPI do mensalão concluiu posteriormente que o mensalão de fato existiu. Segundo o relatório dessa CPI: “houve recebimento de vantagens indevidas por parlamentares e dirigentes partidários com periodicidade variável, mas constante em 2002 e 2003. Chama-se isso mensalão quem quiser; chame-se isso quinzenão quem quiser; chama-se se isso semanão quem quiser”. Por 23 assinaturas, CPI do mensalão chega ao fim”. *Folha de São Paulo*, 18 nov. 2005.

¹² Caso do Mensalão teve início com a denúncia de Roberto Jefferson, *Folha de São Paulo*, 02 jul. 2005.

¹³ A “operação sanguessuga” da polícia federal desmontou a quadrilha que fraudava a venda de ambulâncias para vários estados do Brasil, através de emendas de parlamentares que superfaturavam seus preços. Foram indicados como chefes dessa quadrilha membros da família Trevisan Vedoin, cabendo a Planan a montagem e a entrega das ambulâncias.

Supostamente, o conteúdo desse dossiê traria provas de que alguns políticos, dentre eles o candidato ao governo do estado de São Paulo e ex-ministro da saúde José Serra, estariam envolvidos na liberação de verbas orçamentárias para a compra de ambulâncias superfaturadas. O conteúdo desse dossiê, portanto, poderia comprometer a candidatura de Serra e, teoricamente, poderia favorecer o candidato petista Aloísio Mercadante. Porém, a ação da polícia federal gerou um resultado adverso às intenções dos petistas envolvidos nesse caso.

Ao final da campanha presidencial no primeiro turno, a ausência de Lula do debate entre candidatos na Rede Globo de Televisão no primeiro turno, logo após esses escândalos somente serviu para piorar a situação do então Presidente da República. Esta seria uma ótima oportunidade para que o presidente se defendesse das acusações de forma que seus eleitores pudessem ouvir do próprio candidato sua versão dos fatos, mas sua atitude acabou gerando a oportunidade para que os seus opositores o criticassem. Nessa oportunidade, Geraldo Alckmin atacou o presidente da seguinte forma: "*O Lula, com sua ausência aqui nesse debate, mandou um recado aos brasileiros: 'Eu não estou interessado em sua opinião, eu não preciso prestar contas para ninguém'. Domingo, mande um recado para ele e mude de presidente*¹⁴".

O modelo de Inteligência Afetiva advoga que o entusiasmo atua de maneira a predispor os indivíduos a votarem em determinado candidato. Assim, eleitores entusiasmados com o governante estão muito mais propensos a decidirem seu voto em etapas iniciais das campanhas, ou até mesmo antes delas, do que eleitores que possuam pouco entusiasmo. Da mesma forma, eleitores ansiosos em relação ao governante, por conta da incerteza gerada por fatores de curto prazo, tendem a decidir mais tardiamente. Tendo isso em conta, as hipóteses aventadas por esse artigo são de que os eleitores mais entusiasmados por Lula tenderam a decidir mais cedo em quem votar, enquanto que eleitores mais ansiosos em relação a ele tenderam a decidir posteriormente aos fatores de curto prazo relacionados ao caso do dossiê.

De fato, os dados que possuímos corroboram essas duas hipóteses, tal como pode ser observado na Tabela 4. O primeiro ponto a observar é o percentual de pessoas que já haviam decidido há muito tempo, 82%, indicando que boa parte dos eleitores não foi afetada por fatores de curtíssimo prazo postos na campanha¹⁵.

¹⁴ Ausência de Lula e corrupção dominam debate entre presidenciais, *Folha Online*, 29/09/2006.

¹⁵ Na Tabela 3, a pergunta utilizada para mensurar o tempo de decisão do voto foi a seguinte: "Em que momento o(a) Sr(a) decidiu a escolha do seu voto para presidente no primeiro turno?" Sendo oferecida as seguintes categorias de estímulo: Depois do escândalo do dossiê, depois do debate da globo, depois da divulgação das fotos, no dia da eleição ou já havida decidido há muito tempo. A resposta era única. Como se trata de uma variável nominal, com a finalidade de analisar a correlação gamma entre sentimentos e o tempo da decisão do voto, cada categoria foi transformada em uma variável *dummy*, totalizando cinco variáveis distintas, com o valor 1 sendo assumido pela categoria analisada, o valor 0 para as demais categorias e NS/NR como *missing cases*.

Nessa mesma tabela, a variável com maior nível de correlação com o tempo de decisão do voto é o sentimento de ansiedade em relação à Lula. Tal como já descrito anteriormente, o modelo de Inteligência Afetiva prevê que os sentimentos em relação ao governante influenciam muito mais no processo de decisão dos eleitores do que os sentimentos em relação ao desafiante. De fato, todas as correlações com a ansiedade em relação à Alckmin não demonstram ter significância estatística, indicando a desimportância desse sentimento para o tempo de decisão do voto quando se trata de um desafiante pouco conhecido.

Por esses índices, observa-se também que a divulgação das fotos e a decisão no dia da eleição não possuem correlação com os sentimentos dos eleitores. Por outro lado, existe a tendência de que quanto maior o entusiasmo por Lula, mais cedo havia sido feita a decisão do voto e que, quanto maior a ansiedade, mais tarde os eleitores decidiram em quem votar.

Esses dados mostram que os eleitores mais entusiasmados por Lula tenderam a seguir sua predisposição em votar nele, enquanto eleitores mais ansiosos em relação a ele tenderam a decidir mais tarde, principalmente após o caso do dossiê e da sua ausência no debate televisivo.

Já a correlação entre o tempo de decisão do voto dos eleitores e entusiasmo por Alckmin apresentou um padrão diferente. Como candidato da oposição e pouco conhecido nacionalmente, Alckmin conseguiu gerar entusiasmo no eleitorado no curto prazo e por isso esse sentimento estava positivamente correlacionado com os eventos relacionados ao escândalo do dossiê, e negativamente associada com a categoria “já havia decidido há muito tempo”. Eleitores entusiasmados por Alckmin não tenderam a decidir muito tempo antes devido ao fato dele se apresentar nacionalmente aos eleitores somente durante campanha.

Tabela 4
Tempo da decisão e os sentimentos pelos candidatos

Quando decidiu o voto:	%	Entusiasmo Lula	Ansiedade Lula	Entusiasmo Alckmin	Ansiedade Alckmin
Depois do Escândalo do Dossiê	6	-0,386*	0,433*	0,203*	-0,198**
Depois do Debate da Globo	6	-0,149*	0,400*	0,211*	0,024**
Depois da Divulgação da Foto do Dinheiro	1	-0,350**	0,317**	0,347**	-0,273**
No dia da Eleição	5	-0,144**	0,089**	-0,091**	0,109**
Já Havia decidido há muito tempo	82	0,265*	-0,271*	-0,100*	0,034**

* Significativo a 0,001.

** Não significativo.

Fonte: Analítica Consultoria, outubro de 2006.

Além de ajudar a entender em que momento os eleitores decidiram o voto, o modelo de Inteligência Afetiva nos ajuda também a entender a mudança de voto¹⁶ durante a campanha. Tal como pode ser visto na Tabela 5, depois do escândalo do dossiê e da ausência de Lula nos debates e da divulgação das fotos, cerca de 20% dos eleitores, em média, declararam ter deixado de votar no candidato governista. Novamente, o sentimento de ansiedade em relação a Lula é a principal variável que explica essa mudança. Eleitores mais ansiosos por Lula foram os que mais tenderam a deixar de votar nesse candidato após esses eventos; não obstante, quanto maior o entusiasmo por Lula, menor foi essa tendência.

O entusiasmo por Alckmin também é responsável pela mudança no voto por Lula. Do ponto de vista do modelo de Inteligência Afetiva a razão disso é clara: não basta que haja ansiedade em relação ao governante para que os eleitores decidam mudar o voto, é preciso também que haja entusiasmo em relação aos desafiantes.

¹⁶ Na Tabela 4, para mensurar a mudança de voto foram utilizadas as seguintes questões:

Lula não compareceu a nenhum debate entre os candidatos a presidente. A ausência de Lula nesses debates fez o(a) Sr(a) mudar seu voto, desistindo de votar em Lula?

O envolvimento de petistas e assessores ligados ao presidente Lula no escândalo da compra do dossiê contra os seus adversários fez o(a) Sr(a) mudar seu voto, desistindo de votar em Lula?

A divulgação da foto do dinheiro apreendido com os petistas no escândalo do dossiê contra os seus adversários fez o(a) Sr(a) mudar seu voto, desistindo de votar em Lula? Todas essas variáveis eram nominais e as categorias de estímulos foram Sim ou Não. Essas variáveis dummies foram utilizadas na correlação gamma com Sim assumindo o valor 1, Não assumindo o valor 0 e NS/NR como missing cases.

Tabela 5
Mudança de voto e sentimentos pelos candidatos

Deixou de votar em Lula depois do:	%	Entusiasmo Lula	Ansiedade Lula	Entusiasmo Alckmin	Ansiedade Alckmin
Debate	19	-0,300*	0,436*	0,369*	-0,074
Dossiê	21	-0,373*	0,497*	0,372*	-0,075
Fotos	20	-0,400*	0,459*	0,342*	-0,082

A análise dessas duas tabelas corrobora a ideia de que o entusiasmo está correlacionado à disposição em votar em Lula, enquanto a ansiedade está correlacionada com a indecisão (ou postergação da decisão) e a tendência de mudança dessa disposição. Dessa forma, a hipótese que pode ser formulada para testar o efeito das emoções sobre a avaliação retrospectiva de governo é a seguinte: quanto mais positivamente avaliado for o governo e maior ansiedade houver em relação a ele, maior a tendência de que os eleitores tenham decidido o voto após os eventos ligados ao caso do dossiê. Da mesma forma, quanto mais bem avaliado for o governo e maior o entusiasmo em relação a ele, maior a tendência de que os eleitores tenham decidido há mais tempo em quem votar.

A lógica dessa hipótese é de que os eleitores que avaliam melhor dado governante (ou seja, aqueles que possuem maior predisposição em votar nele) quando são tomados pelo sentimento de ansiedade em relação ao candidato governista tendem a ficar mais confusos se devem ou não manter o voto nele e, a partir disso, postergam essa decisão. Isso ocorre, segundo o modelo de Inteligência Afetiva, porque o sentimento de ansiedade engendra o questionamento das predisposições e engaja os eleitores em considerações mais conscientes sobre em quem votar.

A ideia, portanto, é que a correlação entre a predisposição dos eleitores votarem em Lula, dada pela boa avaliação de seu governo, é quebrada pelo sentimento de ansiedade que os eventos de corrupção postos em curto prazo possam ter trazido, e são exatamente aqueles que melhor avaliam esse governo os que possuem maior chance de serem afetados por esse sentimento. Por outro lado, eleitores mais entusiasmados tendem a ignorar esses fatos e a manter sua predisposição em votar em Lula, caso considerem que ele tenha feito um bom governo.

De fato, os dados da Tabela 6 mostram que essas hipóteses estão corretas. Tal como pode se observar pelos índices de correlação gama, foram os eleitores mais ansiosos por Lula os mais propensos a decidir o voto depois do caso do Dossiê e do debate da TV Globo. Entretanto, observa-se também que são, sobretudo, os

eleitores que mais positivamente avaliam o governo Lula aqueles que mais tenderam a decidir o voto após esses eventos. Nesse sentido, por exemplo, enquanto a correlação entre ansiedade e decisão após o caso dossiê foi de 0,359 para os eleitores que avaliam o governo Lula como regular, esse índice passa para 0,527 para os eleitores que avaliam o governo Lula como “Muito Bom” ou “Bom”.

Da mesma forma, eleitores ansiosos por Lula mostram uma tendência maior de não terem decidido seu voto há mais tempo e essa tendência é tanto maior quanto melhor os eleitores avaliam o governo desse candidato (sendo -0,209 para quem avalia como regular e -0,289 para quem avalia o governo Lula como Bom ou Muito Bom). Além disso, pode-se perceber que eleitores mais entusiasmados por Lula e que avaliam positivamente seu governo tenderam a decidir o voto há mais tempo (0,491).

Tabela 6
Avaliação do governo Lula,
sentimentos por Lula e tempo de decisão do voto

Avaliação Governo Lula	Sentimentos em relação a Lula	Quando decidiu o voto				
		Depois do Dossiê	Depois do Debate na Globo	Depois das Fotos	No dia da Eleição	Já havia decidido há muito tempo
Ruim/ Muito Ruim	Ansiedade Lula	0,009	0,508	0,025	-0,243	0,196**
	Entusiasmo Lula	0,153	0,768	0,759	-0,542*	-0,405
Regular	Ansiedade Lula	0,359*	0,324*	-0,089	0,032	-0,209*
	Entusiasmo Lula	-0,172	0,058	-0,024	0,264	-0,068
Boa/Muito Boa	Ansiedade Lula	0,527*	0,393*	0,612	0,132	-0,289**
	Entusiasmo Lula	-0,480*	-0,364*	-1,000	-0,363*	0,491*

* correlação significativas até o nível de 0,01.

** correlação significativas até o nível de 0,05.

Fonte: Analítica Consultoria, Outubro de 2006.

Essas correlações podem ser explicadas pelo fato de que são os eleitores com maior disposição em votar no presidente, por conta de seu bom governo, os mais afetados pelo sentimento de que algo não vai bem. Eleitores que avaliam mal o governo são os primeiros a destinar o voto para a oposição, por isso, não faz de fato sentido esse segmento alegar que deixou de votar em Lula após esses eventos de corrupção (possivelmente essa predisposição em votar na oposição foi apenas reforçada com esses eventos). Porém, eleitores que avaliam bem o governo Lula são

os que mais sentem o impacto desses eventos e tendem a ficar mais ansiosos após eles, fato que explica porque a decisão desse segmento tendeu a ser mais tardia ou motivada por esses fatores de curto prazo.

Entretanto, observa-se também nessa tabela uma correlação significativa entre ansiedade por Lula e a tendência de ter decidido o voto há muito tempo, dentro do segmento dos eleitores que avaliam mal seu governo (0,196). Essa correlação, que parece contradizer nossas hipóteses, na verdade a reforça. Se pensarmos bem, eleitores que avaliam mal o governo Lula e possuem ansiedade em relação a esse candidato na verdade decidiram seu voto há muito tempo justamente por já terem decidido em votar na oposição desde muito cedo, por conta da predisposição negativa gerada por esse governo.

De fato, tal como podemos ver na Tabela 7, eleitores entusiasmados com Alckmin já haviam decidido seu voto há muito mais tempo, principalmente se eles avaliaram o governo Lula como sendo “Ruim” ou “Muito ruim”. Ao contrário, pode-se perceber que, dentro desse segmento de avaliação de governo, quanto maior a ansiedade por Alckmin mais os eleitores tenderam a postergar a decisão. Além disso, nesse segmento de eleitores que avaliam negativamente o governo, observa-se a existência de uma correlação positiva entre a decisão no dia da eleição e ansiedade por Alckmin.

Tabela 7
Avaliação do governo Lula,
sentimentos por Alckmin e tempo de decisão do voto

Avaliação Governo Lula	Sentimentos em relação a Alckmin	Quando decidiu o voto				
		Depois do Dossiê	Depois do Debate na Globo	Depois das Fotos	No dia da Eleição	Já havia decidido há muito tempo
Ruim/ Muito Ruim	Ansiedade Alckmin	0,202	0,132	0,547	0,646*	-0,542*
	Entusiasmo Alckmin	-0,192	-0,266	-0,142	-	0,480*
Regular	Ansiedade Alckmin	-0,151	0,248	-1,000	0,265	-0,080
	Entusiasmo Alckmin	-0,039	0,084	0,426	-	0,056
Boa/Muito Boa	Ansiedade Alckmin	-0,146	-0,323	-1,000	-0,217	0,199**
	Entusiasmo Alckmin	0,343	0,312	-1,000	0,321	-0,185

* correlação significativas até o nível de 0,01.

** correlação significativas até o nível de 0,05.

Fonte: Analítica Consultoria, Outubro de 2006.

Essa correlação pode ser explicada pelo fato de os eleitores sofrerem uma dupla pressão negativa para a tomada de decisão: a má avaliação do governo Lula não criou qualquer predisposição de voto nesse candidato e, ao mesmo tempo, os eleitores também se sentiram ansiosos em relação a Alckmin. O resultado disso é um processo mais minucioso sobre a decisão do voto que os levaram a postergar essa decisão até o último minuto. Ainda dentro desse mesmo segmento da Tabela 6, percebe-se a existência de uma correlação negativa entre o entusiasmo por Alckmin e essa data de decisão, o que reforça a ideia de que eleitores entusiasmados por esse candidato e que avaliaram mal o governo Lula não deixaram para decidir o voto na última hora. Pelo contrário, pelo fato dessas variáveis estarem correlacionadas no segmento de eleitores que avaliam o governo Lula de maneira negativa, estima-se que a decisão de votar na oposição já tenha sido construída ao longo dos vários anos de atuação do governante.

Essas hipóteses aplicadas para explicar o tempo da decisão também se aplicam para explicar a mudança no voto. Tal como se pode observar na Tabela 8, eleitores ansiosos por Lula tenderam a deixar de votar nesse candidato depois dos eventos de curto prazo que geraram ansiedade e essa tendência foi tanto maior quanto mais positivamente foi avaliado o governo Lula. Ao contrário, observa-se que eleitores mais entusiasmados por Lula tenderam a manter seu voto (dada a correlação negativa) e essa tendência também foi tanto maior quanto mais positiva a avaliação do governo.

Além disso, da mesma forma que na Tabela 7, percebe-se que no segmento de eleitores que avaliam o governo Lula negativamente não existe qualquer correlação significativa entre os sentimentos por Lula e a mudança de voto. Esse fato denota aquilo já constatado em relação ao tempo de decisão do voto: eleitores que avaliam negativamente o governo Lula tendem desde muito antes a votar na oposição. Por isso mesmo não faz qualquer sentido a ideia de que nesse segmento os eleitores tenham deixado de votar em Lula. O fato é que no modelo de Inteligência Afetiva, a ansiedade serve como um contrapeso à tendência dos eleitores votarem sem nenhuma consideração consciente e indica em que momento eles devem passar a prestar atenção aos acontecimentos políticos, sendo que faz muito mais sentido para os eleitores que avaliam bem o governante.

Tabela 8
Avaliação do governo Lula,
sentimentos por Lula e mudança no voto em Lula

Avaliação Governo Lula:	Sentimentos em relação a Lula:	Deixou de votar em Lula:		
		Depois do Debate	Depois do Dossiê	Depois das Fotos
Ruim/ Muito Ruim	Ansiedade Lula	0,008	0,128	-0,011
	Entusiasmo Lula	0,380	0,322	0,293
Regular	Ansiedade Lula	0,317*	0,421*	0,384*
	Entusiasmo Lula	-0,085	-0,191**	-0,198**
Boa/Muito Boa	Ansiedade Lula	0,640*	0,676*	0,618*
	Entusiasmo Lula	-0,525*	-0,533*	-0,632*

* correlação significativas até o nível de 0,01.

Fonte: Analítica Consultoria, Outubro de 2006.

** correlação significativas até o nível de 0,05.

Esse modelo estabelece ainda que o sentimento de ansiedade atua de maneira indireta no voto. Nesse sentido, apesar de uma condição necessária para que haja uma mudança de voto, fatos que geram ansiedade no eleitorado não são determinantes para que governos bem avaliados percam a eleição. É necessário também que o(s) candidato(s) de oposição gere(m) entusiasmo para que eleitores que avaliem bem determinado governo, mas que por algum motivo também são ansiosos em relação a ele, passem a votar nesse(s) candidato(s).

Assim, tal como mostra a Tabela 8, existem correlações positivas entre o sentimento de entusiasmo por Alckmin e o fato de os eleitores deixarem de votar em Lula depois dos eventos de curto prazo que geraram ansiedade. Além disso, observa-se que essas correlações são tão maiores quanto mais positiva a avaliação do governo Lula, o que denota que o sentimento de entusiasmo por Alckmin também é fundamental para explicar essa mudança no voto.

Tabela 9
Avaliação do governo Lula, sentimentos por Alckmin e mudança no voto em Lula

Avaliação Governo Lula	Sentimentos em relação a Alckmin:	Deixou de votar em Lula:		
		Depois do Debate	Depois do Dossiê	Depois das Fotos
Ruim/ Muito Ruim	Ansiedade Alckmin	0,254	0,371	0,267
	Entusiasmo Alckmin	-0,235	-0,161	-0,226
Regular	Ansiedade Alckmin	0,105	0,117	0,123
	Entusiasmo Alckmin	0,214*	0,279*	0,263*
Boa/Muito Boa	Ansiedade Alckmin	-0,196	-0,208	-0,196
	Entusiasmo Alckmin	0,549*	0,569*	0,443*

* correlação significativas até o nível de 0,01.
Fonte: Analítica Consultoria, Outubro de 2006.

Os dados mostram que os sentimentos positivos parecem estar correlacionados com a predisposição em votar em determinado candidato, enquanto a ansiedade afeta essa predisposição. Além disso, observou-se que o impacto da ansiedade no tempo de decisão e na mudança do voto é tanto maior quanto mais positiva é a avaliação do governo Lula.

A corroboração de nossas hipóteses nos leva a concluir que a aparente e clássica antítese entre razão e emoção pode constituir uma falácia, e aponta ainda para o fato de que o entendimento de um comportamento eleitoral considerado racional pela teoria econômica (mais especificamente, a teoria de voto retrospectivo) pode ser muito enriquecido pela consideração de que as emoções possuem um importante papel no processamento de informações políticas.

Conclusões

Partindo da ideia de interação entre razão e emoção, este artigo buscou demonstrar como as emoções podem ser tratadas teórica e empiricamente para se analisar comportamentos racionais. A partir do teste de hipóteses derivadas do modelo de Inteligência Afetiva pudemos observar que razão e emoção interagem na produção do comportamento eleitoral dos brasileiros.

O modelo de Inteligência Afetiva sugere que as emoções são anteriores a cognição dentro do processo de tomada de decisão e que dois sistemas afetivos engendram comportamentos racionais dos eleitores. O primeiro, o sistema de predisposição, ativa sentimentos de entusiasmo e leva os eleitores a se engajarem em seus hábitos ou aprenderem novos hábitos para a tomada de decisão. Já o segundo, o sistema de vigilância, ativa sentimentos de ansiedade que quebra essa

tendência dos eleitores seguirem suas predisposições e ditam quando eles devem possuir considerações mais conscientes para a tomada de decisão.

O teste de nossas hipóteses mostrou que os sentimentos de entusiasmo estão correlacionados com a predisposição em votar em determinado candidato, enquanto a ansiedade afeta essa predisposição. Além disso, ficou demonstrado que os eleitores mais ansiosos possuem uma tendência em postergar a decisão eleitoral, refletindo melhor sobre sua predisposição em votar em dado candidato, e a mudar sua orientação de voto face a comportamentos reprováveis do governante, principalmente se acreditar que esse candidato à reeleição esteja desempenhando um bom governo.

Nossa análise possibilita entender melhor como a predisposição dos eleitores de votarem em Lula foi quebrada pelo sentimento de ansiedade gerado por fatores de curto prazo durante a campanha, mais especificamente pelo caso da compra do dossiê e seus desdobramentos, e aponta que é mais elucidativo explicar o comportamento eleitoral a partir da interação entre razão e emoção do que se os entendêssemos enquanto elementos antitéticos.

O estudo das emoções no comportamento eleitoral é fundamental para que possamos entender como os eleitores brasileiros decidem em quem votar. Este artigo buscou oferecer indícios disso e dar mais um passo nessa direção. Se através dele conseguirmos estabelecer um debate sobre o voto emocional, teremos alcançado esse objetivo.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1959.

BABBIE, E. *Métodos de Pesquisa em Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
BRADER, T. *Campaigning for hearts and minds*. The University of Chicago Press, 2007.

HAIR, J. et al. *Análise Multivariada de Dados*. Ed. Bookman, 2005.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Martins fontes, 2001.

MARCUS, G. The Psychology of Emotions and Politics. In: D., SEARS, D.; HUDDY, L.; JERVIS, R. (orgs.) *Oxford Handbook of Political Psychology*, Oxford, Oxford Univ. Press, 2003.

_____.et al. *Affective Intelligence and Political Judgment*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

PEREIRA, J. C. R. *Análise de Dados Qualitativos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

ROSEMAN, I. J. "Cognitive Determinants of Emotions: A Structural Theory". In: P. SHAVER (Ed.). *Review of Personality and Social Psychology* (vol. 5), 11-36, Beverly Hills, CA: Sage, 1984.

SCHWARTZENBERG, R. *O Estado espetáculo*. Rio de Janeiro: Difusão, 1978.

SILVEIRA, F. E. *A Decisão do Voto no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SULLIVAN, D. & MASTER, R. "Gut Reactions and the Political Effects of the Media", *PS*, vol. 20, nº. 04, 1987.

TORANGEAU, R. et al. *The Psychology of Survey Response*. New York: Cambridge University Press, 2000.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. vol. 1, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1991.

WESTEN, D. *The Political Brain*. Public Affairs, 2007.

ZAJONC, R. B. "Feeling and thinking. Preferences need no inferences." *American Psychologist*, 35 (2), p.151-175, 1980.

_____. "On the Primacy of Affect". *American Psychologist*, vol. 39, p.117-23, 1984.

Jairo Tadeu Pires Pimentel Junior – jairopimentel@usp.br

Recebido para publicação em julho 2009.
Aprovado para publicação em julho 2010.

O PT e o impeachment de Collor

Danilo Enrico Martuscelli

Universidade Federal da Fronteira Sul

Resumo: Este artigo analisa a tática política adotada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na conjuntura de crise do governo Collor (1990-1992). Considera-se que o PT não tenha fugido à tendência dominante do movimento *pró-impeachment*, vindo a aderir à campanha pela ética na política e a atacar o presidente Collor a partir de um discurso de cunho moralista que menosprezou a crítica e a denúncia do caráter de classe da política neoliberal, satisfazendo-se apenas com a denúncia da política recessiva do governo. Essa tática se inscreve na luta contra os efeitos da política neoliberal e não propriamente contra essa política, e esse comportamento político pode ser considerado um indicador do processo de aceitação passiva, por parte do PT, das medidas neoliberais.

Palavras-Chave: governo Collor; neoliberalismo; crise de governo; Partido dos Trabalhadores

Abstract: This paper analyzes Collor's government crisis and the political tactics of the Workers' Party (PT) at the juncture of Collor's government crisis. We consider that the Workers' Party didn't escape of the dominant trend of the pro-impeachment movement, adhering to the campaign for the ethics in politics and attacking president Collor from a moralist point of view, which relegated the critics and denouncement of the class character of the neoliberal politics to the second plan. The Party was limited to join the accusations about the recessionary trend of Collor's government, which meant a tactic inscribed in the fight against the effects of the neoliberal politics but not against its nature. This political behavior can be considered as an indicator of the process of passive acceptance of the neoliberal proposals from the PT.

Keywords: Collor government; neoliberalism, government crisis; Workers' Party

"Acho que o tempo do protesto como proposta política acabou. Ou superamos essa fase da política como negação e como denúncia, por uma política da afirmação, da construção e da alternância, ou dificilmente vamos encontrar uma resposta aos problemas da sociedade" (Aloizio Mercadante, *Exame*, 15 maio 1991).

Introdução¹

A conjuntura de implantação da política neoliberal no Brasil, iniciada com o governo Collor (1990-1992), conduziu o país a um período de forte recessão econômica, ao crescimento das taxas de desemprego, à elevação dos índices inflacionários, à deterioração dos serviços e infraestrutura públicos – principalmente da área de educação e de saúde –, à desindustrialização e ao arrocho salarial. Apesar de os efeitos produzidos pela política neoliberal terem repercutido de maneira desigual nos rendimentos das classes médias, do operariado e das frações do bloco no poder, de modo geral, foram bastante prejudiciais aos rendimentos dos estratos inferiores desses setores sociais (MINELLA, 1993; POCHMANN, 1999; BIANCHI MENDEZ, 2004; COLETTI, 2006).

O descontentamento social gerado pela implementação da política neoliberal nesse período configurou-se como pressões ao ritmo de aplicação dessa política e aos seus efeitos. Enquanto setores vinculados ao grande capital industrial reclamavam do acelerado processo de abertura comercial, o grande capital bancário e financeiro mostrava-se insatisfeito com a morosidade do governo federal para aprovar as medidas de desregulamentação da economia. No plano do movimento popular e sindical, as reivindicações relacionavam-se, sobretudo, à desvalorização salarial e à queda do número de empregos. Isso significa que essas insatisfações criadas pelo início da implantação do modelo neoliberal no Brasil manifestaram-se, com mais intensidade, como lutas econômico-corporativas.

As insatisfações provocadas pela aplicação da política neoliberal repercutiram não só no plano da ação econômico-corporativa, mas também no terreno dos partidos políticos, resultando no surgimento de conflitos localizados entre o executivo e o legislativo durante o governo Collor. A centralização do poder na esfera do executivo e a concentração de poderes na área econômica foram aspectos importantes que contribuíram para elevar o grau de descontentamento

¹ Este artigo sintetiza parte de minha pesquisa de mestrado, intitulada *A crise do governo Collor e a tática do PT*, defendida na Unicamp, em 2005, com auxílio financeiro da Fapesp.

dos partidos do bloco no poder em relação ao governo federal. Esse descontentamento pode ser evidenciado nas insistentes pressões desses partidos políticos por maior participação na elaboração e na implementação da política econômica e social. Ao longo dessa conjuntura, tais pressões foram acumulando-se e intensificando-se. Todavia, o governo dificultava a abertura de espaços de participação política para os partidos do bloco no poder, o que o conduziu progressivamente ao isolamento político.

Essas condições foram propícias para o aparecimento de uma crise de governo no sistema presidencialista brasileiro. De acordo com Saes (1998), quando se projeta a ausência de apoio parlamentar à presidência, tornam-se mais favoráveis as condições para o surgimento de crises de governo “positivas”. Isso significa que

"o processo de resolução da crise de governo tende a ser longo e difícil, pois depende da utilização de um instrumento excepcional: o impeachment. Esse tipo de crise, pelo seu caráter diluído e desconcentrado, tende a produzir efeitos modestos no plano da mobilização popular e abre um reduzido espaço institucional para a crítica popular à orientação de classe da política estatal" (SAES, 1998, p. 141).

Nesse sentido, é possível afirmar que a crise política ocorrida durante o mandato do primeiro governo neoliberal no país configurou-se como uma crise de governo e não uma crise da política neoliberal.

Por paradoxal que possa parecer, com o progressivo acirramento da crise política no Brasil, as críticas feitas à política econômica e social implementada pelo governo federal perderam fôlego. Em contrapartida, a aposta no avanço das investigações de corrupção na base governamental, a defesa da ética na política e o chamado do *impeachment* de Collor passaram a ser a tônica da luta das forças sociais de oposição ao governo.

A despeito de a luta contra a corrupção no governo ter sido o discurso hegemônico das mobilizações pelo *impeachment* do presidente da República, consideramos que não tenha sido esta o principal elemento ativador das insatisfações dos manifestantes que ocuparam as ruas contra o governo. As denúncias de corrupção aceleraram um processo em curso, pelo qual a tolerância de diversos segmentos sociais ao modo de implementar a política econômica e aos efeitos políticos e sociais desta havia atingido níveis bastante reduzidos. Assim, para fins de análise, parece-nos questionável superestimar a tese de que a disposição para luta contra a corrupção teria sido o mais importante elemento ativador das manifestações de massa pró-*impeachment*. Entendemos, de outro modo, que o discurso hegemônico da ética na política foi uma manifestação da

insatisfação *difusa* com os efeitos da política neoliberal. Vejamos algumas evidências que corroboram nosso argumento.

Ao analisar o comportamento político da Central Única dos Trabalhadores, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Plano Nacional de Bases Empresariais e da Conferência Nacional de Bispos do Brasil, que faziam parte do Movimento pela Ética na Política, Tatagiba (1998) observa que, embora houvesse um consenso entre essas entidades quanto ao “princípio articulatório” da ética na política, a forma como tratavam a política econômica implementada pelo governo era diferenciada. Assim, enquanto o PNBE defendia a política de privatização e de abertura comercial, as outras três organizações teciam críticas ao programa neoliberal, sendo que a CUT enfatizava a questão do “direito dos trabalhadores”, a OAB defendia a “soberania nacional” e a CNBB a “dignidade da pessoa humana”. O problema central da análise de Tatagiba (1998) é a superestimação do lugar ocupado pelo discurso da ética na política no movimento *pró-impeachment*. Ocorre, no entanto, que os próprios argumentos dessa autora levam à constatação de que havia questões de fundo que ativavam tais entidades para a luta contra o governo, sendo que essas questões não se correlacionavam necessariamente à luta contra a corrupção, antes sendo concernentes à forma de aplicação e aos efeitos da política econômica do governo Collor.

As pesquisas de opinião parecem também aludir ao fato de que não foi apenas a corrupção no governo que despertou as manifestações de massa contra o presidente Collor. Em pesquisa realizada com 5.484 eleitores de dez capitais brasileiras, no início de julho de 1992, inquiridos sobre o que fazer diante de uma suposta renúncia ou *impeachment* de Collor, 54% dos eleitores defenderam o estabelecimento de eleições gerais para presidente da República e apenas 19% apoiaram a posse do vice-presidente Itamar Franco. Esse quadro se inverteu entre os 439 congressistas entrevistados: apenas 8% deles foram favoráveis à proposta de eleições gerais, sendo que a ampla maioria, formada por 77% dos entrevistados, defendeu a posse de Itamar Franco². Depreende-se desses dados que, para a maioria dos parlamentares, cujos vínculos mais estreitos se davam com os partidos do bloco no poder, não interessava colocar em risco a continuidade da política neoliberal. No caso dos eleitores, essa questão é mais complexa, já que a defesa de eleições gerais poderia representar tanto insatisfações em relação à corrupção no governo quanto aos efeitos da política econômica neoliberal. Se os dados apresentados não permitem classificar uma ou outra postura como a mais representativa, parece-nos também não ser procedente adotar a abordagem simplista de que tudo se resumia à luta contra a corrupção, uma vez que a defesa

² Esses dados referem-se à pesquisa do Datafolha (*apud* SOUZA, 2000).

de novas eleições gerais parecia exprimir uma insatisfação difusa com a política governamental vigente.

A vitória de Paulo Maluf – o candidato do “rouba, mas faz” –, por larga margem de votos nas eleições para prefeito de São Paulo em 1992 (polo de concentração das maiores manifestações pró-*impeachment*), é outra evidência de que a luta contra a corrupção não era, a rigor, a principal motivação dos manifestantes que pediam o *impeachment* do presidente Collor³. É interessante lembrar também que Maluf foi eleito com o discurso contra a recessão, o desemprego, contrariando, portanto, os efeitos da política econômica implementada pelo presidente Collor. Se esse presidente “roubasse, mas fizesse”, ou melhor, se a corrupção fosse denunciada num período de crescimento econômico, de queda das taxas de desemprego, de constituição de sólida base política no Congresso Nacional, é provável que as manifestações contra o governo não tivessem o mesmo caráter massivo que lograram obter no segundo semestre de 1992. No entanto, o quadro recessivo no qual ingressou a economia brasileira durante a sua gestão e o modo centralizador de governar alimentaram mais insatisfações que contentamentos, não permitindo a continuidade de Collor no poder.

Indagando-se sobre o caráter das críticas à corrupção e da luta pela ética na política, presentes nas manifestações a favor do *impeachment* de Collor, MARRACH faz os seguintes apontamentos:

"Parecia, então, que no Brasil todos eram democratas, todos acreditavam na necessidade de se respeitar a ética relativa e defendiam as leis iguais para todos.

Mas as reações aos fatos posteriores – o massacre na Casa de Detenção [do Carandiru] apoiado por 60% da população e a vitória de Maluf em São Paulo com 52% dos votos – mostram que as massas também aprenderam a simular" (MARRACH, 1993, p. 50).

Esses aspectos parecem indicar a fragilidade da tese segundo a qual a luta contra a corrupção teria sido inquestionavelmente a motivação de fundo das mobilizações pró-*impeachment*.

Se o discurso hegemônico das mobilizações pró-*impeachment* não exigiu a realização de eleições gerais e a implementação de uma nova política econômica e

³ Para Pierucci e Lima (1993), as eleições de 1992 representaram uma escalada das forças sociais conservadoras na cidade de São Paulo. Ainda que tenha tido maior dificuldade de penetração entre o eleitorado da periferia paulistana, Maluf foi o mais votado entre os mais “ricos” e os mais “pobres” - de acordo com os conceitos usados por esses autores. Esse dado parece, no mínimo, problematizar a ideia de que a necessidade de “moralização da política” haveria “tomado a cabeça” da população paulistana com o surgimento das manifestações pró-*impeachment*.

social, isso não significou que as manifestações não tenham produzido efeito qualquer sobre o “arranjo institucional”. Parece-nos inegável a pressão exercida pelas manifestações de massa pelo afastamento de Collor do poder federal. A proximidade das eleições municipais, o grande número de manifestações com até mesmo centenas de milhares de participantes nas ruas contra o presidente e o avanço das investigações de corrupção no governo foram elementos que se conjugaram, tornando irreversível a aprovação do *impeachment*.

Cabe-nos ainda analisar a polêmica interna travada entre as tendências do PT, bem como caracterizar as posições oficiais tomadas por esse partido nessa conjuntura política. Tais questões são importantes como objeto de investigação, uma vez que remetem diretamente aos problemas e desafios encontrados pela esquerda brasileira em geral e pelo principal partido de esquerda do Brasil, na fase inicial de ofensiva político-ideológica do neoliberalismo no país. A predominância da bandeira da ética na política no movimento pelo impedimento de Collor evidencia essa questão. A despeito de o discurso da ética na política remeter, não raro, a descontentamentos específicos e diversos provocados em diferentes setores sociais, pelo início da implantação do programa neoliberal, mesmo quando tais descontentamentos não eram verbalizados pelos agentes, o discurso hegemônico no movimento pelo *impeachment* de Fernando Collor foi um discurso moralista contra a corrupção, deixando de lado a crítica à política estatal em vigência.

Esse discurso hegemônico da ética na política parece-nos justamente ser um dos indicadores do impacto ideológico do neoliberalismo na sociedade brasileira. No processo de agudização da crise do governo Collor, setores organizados vinculados às classes trabalhadoras foram progressivamente adotando um comportamento defensivo diante do processo de ofensiva neoliberal. Cabe-nos observar que as explicações para o abrandamento das propostas políticas das entidades representativas dos trabalhadores não encontraram solo firme apenas nos fatores endógenos - que dizem respeito especificamente às relações de classes vigentes na sociedade brasileira -, mas também nos fatores de ordem exógena - que se referem à dinâmica da luta de classes no plano internacional. Quanto a esse aspecto, não podemos deixar de mencionar os seguintes fatos como sinais do refluxo do movimento dos trabalhadores no plano internacional: a crise do socialismo real e a desagregação da URSS, o arrefecimento das lutas de libertação nacional, a *recentragem*⁴ dos partidos social-democratas, o efeito de desarticulação da luta sindical provocado pelo desemprego em massa.

⁴ Aplicamos aqui um neologismo. Na verdade, apropriamo-nos da expressão francesa “recentrage” para designar, em termos políticos, a ideia de deslocamento para o centro, fenômeno esse recorrente na prática política dos partidos social-democratas europeus, principalmente, a partir de meados dos anos 1980.

Essas alterações da correlação de forças sociais que se consubstanciaram na sociedade brasileira, principalmente, a partir dos anos 90, repercutiram direta e indiretamente no interior do PT. Como observaremos mais adiante, esse partido político não fugiu à tendência dominante do movimento *pró-impeachment*, vindo a aderir à campanha pela ética na política e a atacar o presidente Collor a partir de um discurso moralista que relegou a segundo plano a crítica ao caráter de classe da política neoliberal, satisfazendo-se apenas com a denúncia da política recessiva do governo Collor - tática que se inscreve na luta contra os efeitos da política neoliberal e não, propriamente contra essa política.

Esse comportamento político pode ser considerado como um indicador do processo de aceitação passiva, por parte do PT, das propostas neoliberais, mas isso não significa que o partido tenha se manifestado favoravelmente à implementação das políticas de abertura comercial e financeira, de privatização de empresas estatais e de serviços públicos, de desregulamentação do mercado de trabalho ou de redução de direitos e gastos sociais: os pilares da política neoliberal. Não se trata, portanto, de uma adesão ativa ao neoliberalismo. Ocorre que a tática petista de priorizar a luta pela ética na política em detrimento da luta contra o neoliberalismo, visando, com isso, consolidar e fortalecer a oposição ao governo Collor, teve consequências políticas, tais como: a) provocar o esvaziamento político do debate sobre o conteúdo e o caráter de classe da política estatal; b) abrir espaço para a difusão de um posicionamento pragmático supostamente neutro, com o objetivo principal, talvez o único, de viabilizar-se eleitoralmente; c) não apresentar alternativa política concreta ao neoliberalismo, uma vez que circunscreve a tática à luta contra os efeitos da política neoliberal – e não, contra as causas - ou mesmo, não leva a cabo nem a luta contra os efeitos dessa política, preferindo aderir a uma luta moralista contra o governo, ou ainda, promover a despolitização do debate em questão.

O mote “Feliz 94”, defendido pela tendência Articulação, a assunção da ideia de que “O PT é bom de governo” nas eleições de 1992 e a aceitação, a despeito das divergências internas, do Plano Real por parte da candidatura Lula em 1994, são aspectos que atestam o início do processo de acomodação passiva do PT ao neoliberalismo, inserindo-o, assim, no rol de partidos socialistas e social-democratas que se aburguesaram e abandonaram gradualmente os objetivos revolucionários - fenômeno analisado por Przeworski na obra *Capitalismo e social-democracia* (PRZEWORSKI, 1989).

Feitas essas observações iniciais, trataremos de analisar mais sistematicamente o comportamento político do PT na conjuntura de crise do governo Collor.

O PT e o governo Collor

Desde o final das eleições de 1989, o PT colocou-se na oposição ao governo Collor. Essa tática de oposição articulou-se em duas frentes principais: ao modo como esse governo implementava a sua política econômica e aos efeitos dessa política.

Nos debates ocorridos no 7º Encontro Nacional em 1990, o PT apontava para o fato de que o governo Collor estava implementando a sua política econômica de “cima para baixo” sem nenhuma negociação, seja com as instâncias legislativas, seja com os setores organizados da sociedade brasileira, o que contribuía, segundo o partido, para ampliar o processo de “privatização da coisa pública”.⁵ Para o PT, “a ação do Governo Collor [ia] no sentido de violar a Constituição, passar por cima dos partidos políticos e anestesiar os movimentos sociais”. Assim, esse partido sustentava que não poderia aceitar de forma alguma “os atos ilegais do governo e a utilização das Medidas Provisórias como decretos-leis” (PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Nacional, 1998, p. 463).

Caracterizando o governo Collor como centralizador e autoritário na condução da política econômica, o PT propunha que as forças de oposição ao governo enfatizassem a questão democrática, “tomando a defesa intransigente do estado de direito e das liberdades democráticas e políticas, individuais e coletivas da sociedade” (PARTIDO DOS TRABALHADORES. DN, 1998, p. 457). Essa proposta foi reforçada, durante o 1º Congresso Nacional, em dezembro de 1991, quando o PT colocou-se como “um aliado de todos aqueles que [...] querem dar um basta à corrupção, à impunidade, à violência e à espoliação”, vindo a assumir a defesa da antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo, como maneira de fomentar a mobilização contra o governo Collor, e a apoiar condicionalmente o *impeachment* desse presidente, isto é, desde que as investigações comprovassem jurídica e politicamente o envolvimento de Collor em negócios escusos (PARTIDO DOS TRABALHADORES. DN, 1998, p. 540-541).

As resoluções aprovadas no 1º Congresso, em certa medida, colocaram o PT na ofensiva em relação ao governo Collor, visto que, em outubro de 1991, temendo os “riscos institucionais” que as propostas de antecipação do plebiscito e de pedido condicional do *impeachment* ofereciam, o Diretório Nacional do partido havia aprovado a seguinte resolução:

⁵ O combate à “privatização da coisa pública” foi uma ideia que começou a ser difundida nas resoluções petistas, com mais intensidade, durante os anos 1990. Essa ideia está diretamente vinculada à concepção de democracia como “meio e fim” defendida pelo PT, vindo a sugerir, dessa maneira, que, no capitalismo, não haveria obstáculos estruturais para a ampliação e expansão da democracia.

"Propor antecipação do parlamentarismo ou "impeachment" ao governo Collor, sem termos resolvido o problema da correlação de forças e da hegemonia no campo dos movimentos sociais e da disputa política na sociedade, é na verdade abrir a possibilidade de golpes de direita, de soluções institucionais que favoreçam a direita" (PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Nacional, 1998, p. 10).

O temor de um novo golpe político dos setores de direita no Brasil era um fator que levava o campo majoritário do PT a adotar uma posição moderada em relação ao governo Collor. Cabe-nos observar neste ponto que, se houve uma radicalização do discurso no 1º Congresso Nacional em relação ao documento aprovado no Diretório Nacional, isso não significou a adesão desse partido a uma proposta que visasse romper com o bloco no poder neoliberal nem mesmo representou a negação dos procedimentos previstos pela Constituição de 1988 para a deposição do presidente da República. De outro modo, assinalou a posição favorável ao enquadramento constitucional da oposição ao governo Collor. Isto é, o PT visava pressionar o Congresso Nacional para que fossem cumpridas as normas constitucionais estabelecidas para os casos em que o presidente da República se envolvesse em crimes de responsabilidade.

Quanto ao debate em torno da política econômica do governo, o PT procurou situá-lo em termos da denúncia dos efeitos sociais produzidos por essa política. Para esse partido, a política neoliberal implementada pelo governo Collor havia conduzido a economia brasileira a um quadro calamitoso, pois

"Desorganizou a economia, destruiu a credibilidade do sistema financeiro, impôs, especialmente aos trabalhadores e pequenos produtores, perdas salariais e de renda, além de imobilizar novamente o governo, já que inviabilizou sua política fiscal e monetária. A tendência recessiva manifestou-se pela queda do nível de emprego, diminuição do consumo, arrocho salarial, criando um círculo vicioso que, somado ao seqüestro da liquidez, desorganizou e paralisou parte do sistema produtivo" (PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Nacional, 1998, p. 455.).

Como proposta para superar os efeitos deletérios dessa política, o PT arrolava uma série de medidas a serem tomadas pelo próprio governo Collor, em caráter emergencial, destacando as seguintes:

- escalada móvel dos salários;
- controle dos fundos sociais e seu redirecionamento para investimentos - sociais e seguro-desemprego;
- instituição do imposto-solidariedade e sobre grandes fortunas;
- política agrícola de emergência;
- realização da reforma agrária com um plano imediato de assentamento, voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade;
- combate à corrupção;
- garantia de preços estáveis para a cesta básica, com isenção dos impostos diretos e abastecimento diretamente do produtor ao consumidor, sem intermediários. (PARTIDO DOS TRABALHADORES. DN, 1998, p. 540)

Propunha ainda uma alternativa de governo a ser negociada com a sociedade, condensada nas seguintes propostas:

"a) Reforma do Estado, incluindo o saneamento, desprivatização e democratização das empresas estatais; b) Reforma tributária, com forte caráter progressivo e taxação das grandes fortunas; c) Reforma financeira e monetária, combatendo duramente a especulação e a sonegação; d) Implantação imediata da reforma agrária e de uma política agrícola que assegure o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade; e) Política salarial, que assegure a reposição da inflação para os salários e o controle efetivo dos preços. Garantia da elevação progressiva do salário mínimo; f) Combate à corrupção e fim da impunidade dos crimes de colarinho branco; g) Definição de uma política de defesa do emprego e proteção dos trabalhadores desempregados; h) Centralização do câmbio, suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa e prioridade da política econômica para a estabilidade e retomada dos serviços públicos; i) Combate à recessão – crescimento econômico com distribuição de renda; j) Amplas reformas políticas democráticas no sistema eleitoral partidário, representação proporcional dos estados na Câmara dos Deputados, redefinição do papel do Senado; k) Política educacional que assegure uma escola pública de qualidade, democrática e para todos; l) Instituição de um programa de garantia de renda mínima." (PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Nacional, 1998, p. 540-541)

Essa divisão existente entre as medidas de emergência, que seriam apresentadas ao governo Collor, e o programa do eventual novo governo, que seria implementado por um futuro governo do PT, tiveram origem com a criação do Governo Paralelo do PT, após a derrota eleitoral da candidatura petista nas eleições para a presidência da República em 1989. Os objetivos centrais que fomentaram a criação dessa instância política eram avaliar e fiscalizar a política do governo Collor, bem como apresentar propostas a este.

A separação entre políticas a serem apresentadas ao governo Collor e programa de governo para a sociedade brasileira levou o PT a adotar uma política ambígua em relação a esse governo e ao bloco no poder neoliberal. Ora o PT aceitava negociar com o governo federal, alimentando as mesmas ilusões que o sindicalismo propositivo vinha criando nos trabalhadores através da participação no “entendimento nacional” e nas câmaras setoriais; ora o PT orientava sua linha política para o cronograma das atividades eleitorais previstas para 1994, quando lançaria novamente uma candidatura presidencial⁶. Nessas duas orientações táticas, a despeito de sustentar genericamente que a política neoliberal interessava ao “conjunto dos capitalistas”, o PT parecia descartar a existência de um bloco no poder neoliberal, o que o levava a sugerir que a mudança da política econômica aplicada pelo governo Collor poderia ocorrer, seja através de pressões pela alteração da conduta do presidente da República e de sua equipe de governo, como indicavam os objetivos do Governo Paralelo; seja a partir da troca da equipe governamental, como apontava a proposta voltada para as eleições presidenciais de 1994.

Enfim, a ênfase na crítica ao modo como o governo federal implementava sua política e aos efeitos desta levou o PT a adotar uma tática que não o confrontava com o bloco no poder neoliberal. Isso, possivelmente, conduziu esse partido a desarmar-se para a luta contra o projeto hegemônico das classes dominantes quando ocorreu a crise do governo Collor em 1992.

⁶ A metáfora utilizada por um dos membros da direção do PT, Aloizio Mercadante, estabelecendo semelhanças entre o prazo de garantia de cinco anos que uma conhecida marca de televisores oferecia a seus clientes e o prazo que o PT dava ao governo Collor para que este continuasse no poder, exprimiria os limites da tática de oposição do PT a esse governo. Ressaltamos ainda que o 1º Congresso Nacional do PT, realizado no final de 1991, também foi palco de ferrenhos debates entre as tendências internas no que diz respeito às políticas a serem adotadas diante do governo Collor. A tendência hegemônica desse partido, a Articulação, defendeu a antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo, vinculando-a à realização de amplas reformas democráticas no Estado. Não descartou a tese do *impeachment* de Collor, mas também não colocou em questão a redução do mandato desse governo. Prova disso é lema de campanha, “Feliz 94”, adotado pela corrente Articulação, aludindo às expectativas de uma possível vitória do PT nas eleições presidenciais de 1994 (GIANNOTTI, 1993).

O PT na crise do governo Collor

Em linhas gerais, é possível distinguir três fases principais na tática política do PT⁷ na conjuntura de crise do governo Collor:

A primeira delas se evidenciaria nos debates do 1º Congresso Nacional, realizado em dezembro de 1991, quando o PT mostrou-se disposto a analisar os casos de corrupção no governo, reivindicou a antecipação do plebiscito sobre sistema de governo e conferiu apoio condicional ao *impeachment* - que só seria encampado pelo partido caso o processo de investigação do governo caracterizasse crime de responsabilidade do presidente da República. O PT não adotou a defesa do *impeachment* como política oficial, alegando os riscos institucionais que essa proposta poderia oferecer, isto é, a proposta de estimular “atitudes golpistas” por parte dos setores conservadores. Essa fase foi marcada por intensa polarização entre as tendências internas do PT. Enquanto as tendências da esquerda socialista, em especial, a Convergência Socialista e O Trabalho, defendiam, nesse momento, o *impeachment* do presidente, o campo majoritário do PT preferia aguardar os processos de investigação contra o governo.

A segunda fase se iniciaria em maio de 1992, após a expulsão da tendência Convergência Socialista do PT e as denúncias de Pedro Collor na revista *Veja*, quando o PT apoiou a abertura de CPI do caso PC Farias e descartou a defesa da antecipação do plebiscito sobre sistema de governo, mantendo, no entanto, a mesma postura em relação ao pedido de *impeachment* do presidente Collor.

A terceira fase começaria com a eclosão das diversas manifestações de massa contra o governo Collor, no começo de julho de 1992, quando o PT avaliou a necessidade de aprofundar as investigações na CPI, defender o *impeachment* de Collor e descartar qualquer possibilidade de convocação de eleições gerais. O PT apoiou a posse do vice-presidente Itamar Franco, mas recusou-se a participar desse governo. Nessa fase, parece-nos haver uma reedição do acirramento das discussões internas, mas com intensidade e abrangência menores que as da primeira fase. O PT abriu, para discussão interna, a questão do futuro pós-Collor. Vejamos com mais detalhes os desenvolvimentos de cada uma dessas fases.

7 Para uma análise da estratégia política adotada pelo PT no início dos anos 1990, vejam-se GUTIERREZ, MARTUSCELLI, CORRÊA (2002) e MARTUSCELLI (2007).

a) 1ª fase: o temor ao golpismo e a necessidade do acúmulo de forças

Até o final de 1991, a convocação do *impeachment* de Collor, traduzida no lema “Fora Collor”, era entendida pelo campo majoritário do partido como uma política de risco institucional, uma vez que as atividades de mobilização social estavam em descenso naquele momento e que, portanto, estava aberta a possibilidade de golpes políticos por parte dos setores dominantes. Nesse sentido, os petistas avaliavam que o acúmulo de forças do campo popular era insuficiente para pedir o afastamento do presidente.

Esse posicionamento, no entanto, não era consensual no interior do partido. As correntes trotskistas, Convergência Socialista e O Trabalho, orientadas por uma crítica rígida ao capitalismo, fomentavam oposição à orientação de classe da política econômica do governo Collor, propondo a convocação do *impeachment* já naquele momento, mas de modo a superar o enquadramento constitucional da crise do governo, defendido pelo campo majoritário do PT. Tal política chocava-se diretamente com a posição dominante no interior do PT, e culminou, meses mais tarde, com o processo de expulsão da Convergência Socialista das fileiras do partido.

Via de regra, até o surgimento das denúncias de Pedro Collor – irmão do então Presidente –, quanto ao envolvimento de PC Farias e do presidente da República em casos de corrupção, no final de maio de 1992, o PT havia mantido a postura de não defender o *impeachment* de Collor. Na reunião realizada pelo Diretório Nacional (DN) em 2 de fevereiro, estabeleceu-se um “Plano de mobilização para os meses de fevereiro e março”, prevendo a realização de atos públicos em todo Brasil, no dia do aniversário de posse de Collor (15 de março), com o objetivo de denunciar o apoio do governo à recessão e ao fisiologismo, e a ligação de Collor com os casos de corrupção no Planalto (PARTIDO DOS TRABALHADORES. DN, 1992a). Além disso, nessa mesma reunião, o PT reafirmou não assumir a proposta de *impeachment* como sua política oficial, não desvalorizando, porém, as iniciativas dos setores organizados de oposição ao governo os quais questionavam a conduta do presidente (PARTIDO DOS TRABALHADORES. Comissão Executiva Nacional, 1992a).

Posteriormente, a Comissão Executiva Nacional (CEN), reunida em 17 de fevereiro, orientou a Bancada Federal do PT para que convocasse o plebiscito sobre sistema de governo. Nessa resolução, estabeleceu-se o seguinte: “O PT é favorável à antecipação da data do plebiscito sobre Parlamentarismo. Assim votará pela antecipação, mas com a ressalva de que as eleições gerais devem acompanhar o plebiscito” (PARTIDO DOS TRABALHADORES. CEN, 1992b, p. 2). O PT avançava, então, na luta contra o governo, sustentando a defesa da antecipação do plebiscito e do parlamentarismo. No entanto, essa proposta restringia-se às resoluções dessa

reunião da CEN, não aparecendo mais entre as propostas apresentadas pelo campo majoritário do partido. Ademais, posteriormente, o partido rejeitou a proposta do parlamentarismo, entendendo que devia levar essa questão para uma discussão interna mais aprofundada. Nas deliberações da reunião do Diretório Nacional, ocorrida nos dias 14 e 15 de março, o PT apontava para a necessidade de realizar um debate sobre sistema de governo. Percebe-se aqui que a defesa do parlamentarismo já não aparecia mais de forma tão incisiva:

“o DN estabeleceu que o nosso Partido defenderia em princípio o parlamentarismo, [...] desde que fossem implementadas reformas democráticas no sistema institucional implantado a partir da Carta de 88, [...]”

Logo, o PT pode ficar com o presidencialismo, se a proposta do parlamentarismo for uma manobra das elites ou, pior, um agravamento do caráter oligárquico e anti-democrático do sistema de governo brasileiro” (PARTIDO DOS TRABALHADORES. DN, 1992b, p. 1-2).

Em março, o Diretório Nacional autorizou a Bancada Federal a constituir a CPI para apurar os casos de corrupção do governo, com o objetivo de consolidar uma base política para o pedido de *impeachment* do presidente Collor por crime de responsabilidade (PARTIDO DOS TRABALHADORES. DN, 1992c). O PT entrava na ofensiva contra o governo, focalizando suas críticas no combate à corrupção, mas não deixando de remeter duras censuras aos efeitos da política econômica de Collor que, segundo os petistas:

“sucateou serviços públicos e infra-estrutura, desmantelou [o] processo de desenvolvimento tecnológico, expôs [a] indústria à competição internacional sem nenhuma política compensatória, lançou milhões ao desemprego, aumentou como nunca os problemas sociais e a miséria” (PARTIDO DOS TRABALHADORES. DN, 1992d, p. 2).

Nessa perspectiva, o partido articulou sua tática eleitoral, visando às eleições municipais de 1992, em torno de alianças com partidos que se opunham ao governo Collor e apoiavam o programa democrático-popular. O PT tomou, nesse momento, o PSDB como um importante aliado, mas entendeu que esse partido poderia vir a alinhar-se ao governo, criando obstáculos para formar alianças

eleitorais com o PT (PARTIDO DOS TRABALHADORES. CEN, 1992c)⁸. Tratava-se de minar as forças políticas de Collor nessas eleições, visando fortalecer, portanto, a oposição institucional a esse governo.

Nesse mesmo período, a polêmica interna do PT intensificou-se. Em abril de 1992, a CEN aprovou o texto de José Dirceu - na época, Secretário Geral do PT e membro da Articulação - solicitando ao Diretório Nacional um prazo para a Convergência Socialista adequar-se às resoluções do 1º Congresso Nacional. O cunho desse texto é ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que busca alicerçar uma política de negociação com a Convergência Socialista (CS), estabelecendo prazos para que a tendência reconsidere o seu posicionamento político de crítica à direção, deixa claro que não interessa mais ao PT a permanência da CS dentro do partido:

"A justificativa para a presente proposta é a realidade, e o que é público e notório dispensa provas, como dizem o direito das gentes, a tradição, os costumes e a própria lei. A prática da CS é um escárnio à democracia petista e afronta à militância. Não só a existência de um partido dentro do PT, com direção, instâncias e disciplinas próprias, finanças, relações internacionais, sedes próprias em número declarado de 30 (esse número já foi de 140); jornal com 4 mil exemplares (já foi de 10 mil), atos públicos e manifestações próprias, política e palavras de ordem própria e ultimamente oposição pública e declarada à política do PT e ao próprio PT.

A permanecer essa política, teremos inclusive duas campanhas eleitorais, a do PT e a da CS; portanto, é urgente para a convivência democrática e civilizada que a CS se constitua como partido político e mantenha uma relação com o PT como tal⁹" (DIRCEU, 1992).

Em carta redigida por Arcary, a Convergência Socialista manifestava que não renunciaria à sua política de disputar por propostas dentro do PT:

⁸ Em abril de 1992, a Executiva do PSDB decidiu não participar do governo Collor. Essa questão foi resolvida em meio a uma forte polarização interna. De um lado, estava o grupo liderado por Mario Covas, que defendeu a não participação no governo e contou com oito votos dos membros da direção; de outro lado, estava o grupo encabeçado por Fernando Henrique Cardoso, que foi favorável à participação e também recebeu oito votos. A decisão coube ao voto de minerva do presidente do PSDB, Tasso Jereissati, que preferiu aliar-se aos simpatizantes da proposta de não participação no governo. Veja-se Giannotti (1993).

⁹ Ficava estabelecido que a Comissão Executiva Nacional promoveria uma discussão com a Convergência Socialista e que levaria a discussão para a reunião do Diretório Nacional, a realizar-se nos dias 8 e 9 de maio de 1992. Nessa reunião, ficou definido que a CS perdia o seu direito de tendência interna do PT e que teria até o dia 25 de maio como prazo para adequar-se à regulamentação de tendências.

"A CS está convencida que a crise no PT é política [...] A CS sabe que esta crise do PT não se resolverá com a sua exclusão. Apelamos à CEN para que reconheça nossa corrente como tendência interna do PT para que possamos continuar ocupando nosso lugar, dentro do Partido, no combate por um PT socialista, democrático e revolucionário" (ARCARY, 1992).

No entanto, na reunião extraordinária da CEN, em 25 de maio, as decisões do DN foram ratificadas, cancelando-se, assim, o registro da Convergência Socialista como tendência interna. A CEN, recorrendo às decisões da última reunião do DN, estabeleceu a cessão da legenda a candidatos da tendência trotskista que teriam sido escolhidos em Encontros anteriores à reunião do DN, para concorrerem às eleições municipais do ano de 1992 (PARTIDO DOS TRABALHADORES, CEN, 1992c).

b) 2ª. fase: apoio à abertura da CPI do caso PC Farias e a luta contra a corrupção no governo Collor

Após a expulsão da Convergência Socialista e as denúncias de Pedro Collor, no final de maio de 1992, o PT fortaleceu seu posicionamento a favor da instauração de uma CPI para apurar os casos de corrupção que envolviam o governo. Nesse momento, o PT foi o único partido favorável à abertura da CPI do caso PC Farias, reunindo suas bancadas e apresentando, por meio de seus líderes no Senado e na Câmara Federal, Eduardo Suplicy e José Dirceu, um projeto com o objetivo de instaurar o inquérito que era evitado ou combatido pela maioria dos parlamentares. Os petistas entendiam que a CPI poderia se transformar num grande trunfo político para o partido imprimir oposição ao governo Collor e afastá-lo do poder federal sem riscos institucionais. Assim, orientavam-se todas as suas direções a trabalharem com abaixo-assinados e a realizarem manifestações "exigindo a CPI, o fim da corrupção e, sempre que possível, o 'impeachment' de Collor" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, CEN, 1992d, p. 2-3). As deliberações tomadas nessa mesma reunião constituem-se como evidências de que o PT, progressivamente, somou seus esforços na luta contra a corrupção no governo Collor, em detrimento da luta contra a política econômica aplicada por esse governo:

“O PT entende que o presidente Collor deveria renunciar, frente à gravidade das denúncias; se não o fizer, e, comprovadas as acusações, consideramos imperativo ético e político do PT propor o “impeachment” do presidente da República” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, CEN, 1992d, p. 1).

Apenas no início de julho, após o depoimento de Francisco Eriberto Freire França, que relatou os depósitos feitos por empresas de PC Farias na conta bancária da secretária particular de Collor, Ana Acioli, as investigações tomaram novo impulso, e o PT decidiu colocar o *impeachment* como questão de ordem do dia. Nesse contexto político, o Diretório Nacional do partido definia as seguintes orientações políticas:

1. O PT considera fundamental a apuração rigorosa das denúncias de corrupção pela CPI do Congresso, e pela punição dos responsáveis. Para tanto, é essencial um amplo arco de alianças, que não pode submeter-se às imposições particulares de quaisquer das suas forças componentes.
2. Politicamente, já temos condições de defender o impeachment do Presidente.
3. A tradução do impeachment em palavras de ordem para a sociedade expressa-se em “Fora Collor”, que, constitucionalmente, significa impeachment ou renúncia.
4. O afastamento e a sucessão do presidente devem dar-se nos marcos da Constituição.
5. A luta pelo impeachment pode desaguar na renúncia de Collor, renúncia que – se vier – será o resultado da mobilização popular pelo afastamento.
6. Fortalecer a vigília nacional com apoio popular através de um amplo movimento social de apoio à CPI e sua atuação (PARTIDO DOS TRABALHADORES. DN, 1992e, p. 1).

No decorrer do mês de julho, uma série de manifestações pró-*impeachment* propagou-se em diversas capitais do Brasil e, no dia final desse mês, o depoimento do assessor de Collor, Cláudio Vieira, revelou que a campanha eleitoral fora beneficiada pelo empréstimo, vindo do Uruguai, no valor de US\$ 3,73 milhões. Esse caso ficou conhecido pela CPI como *Operação Uruguai*. Diante dessa situação, o PT iniciou, em agosto, a discussão sobre a constituição do novo governo, no período pós-Collor.

É possível observar, nessas duas primeiras fases, um progressivo esvaziamento do debate em torno da política econômica do governo Collor, em

proveito do discurso contra a corrupção nesse governo e da defesa da ética na política. Essa postura alinha-se ao discurso hegemônico do movimento pelo *impeachment* de Collor, cujo potencial de mudança dos rumos da política brasileira era bastante reduzido, à medida em que não atacava o bloco no poder neoliberal.

c) 3ª fase: a polêmica interna do PT e a decisão sobre a conjuntura pós-Collor

No mês de agosto, a polêmica interna sobre as tarefas a serem empreendidas na conjuntura reanimou-se. A proposta que recebeu maior adesão dos membros das instâncias de direção do PT foi a de que esse partido não deveria participar do novo governo, caso ocorresse o *impeachment* de Collor. Apesar disso, havia, entre os membros da Comissão Executiva Nacional do PT,¹⁰ aqueles que consideravam precipitado optar pela não participação desde o início - entre eles, Eduardo Jorge e Ozeas Duarte¹¹. Jorge chegou a sustentar que o PT pudesse “participar de um governo que incluía a Esquerda, o Centro-esquerda e até o Centro-direita” (PARTIDO DOS TRABALHADORES. CEN, 1992e, p. 1).

Outros consideravam necessária a garantia da “governabilidade democrática”, mesmo não participando do governo, como foi a posição adotada por Aloizio Mercadante¹² - o que significava que a luta pelo *impeachment* deveria adequar-se aos trâmites constitucionais, que previa a substituição do presidente pelo vice. João Machado¹³ sustentou que o PT deveria obter o *impeachment* e convocar eleições gerais, confrontando-se, portanto, com a opinião de Mercadante e colocando a luta pelo afastamento de Collor para além dos limites previstos pela “normalidade constitucional”, isto é, questionava a legitimidade das eleições de 1989. Marco Aurélio Garcia¹⁴ opôs-se a Machado, arguindo que o PT não deveria dar ênfase à ilegitimidade dessas eleições. Aliou-se a José Genoíno¹⁵ em defesa da proposta do caráter suprapartidário do pedido de impedimento. A intenção, nesse caso, era a de descaracterizar a CPI e o *impeachment* como um posicionamento estritamente petista (PARTIDO DOS TRABALHADORES. CEN, 1992e). Nesse sentido, o campo hegemônico do PT tendeu a optar por soluções mais moderadas, como meio de não se afetar negativamente a votação desse partido nas eleições municipais que ocorreriam no final de 1992.

¹⁰ As intervenções dos membros da Comissão Executiva Nacional (Eduardo Jorge, Ozeas Duarte, Aloizio Mercadante, João Machado, Marco Aurélio Garcia), apresentadas a seguir, foram registradas sob a forma de ata da reunião realizada por essa instância política do PT entre os dias 1º e 3 de agosto de 1992.

¹¹ Ozeas Duarte era membro da tendência Democracia Radical; Eduardo Jorge, nesse momento, era líder da bancada do PT na Câmara Federal e membro da tendência Democracia Radical.

¹² Membro da tendência Articulação.

¹³ Membro da tendência Democracia Socialista.

¹⁴ Membro da tendência Articulação.

¹⁵ Membro da tendência Democracia Radical.

Conquanto a única decisão importante acertada nessa reunião tenha sido a de o PT pedir o *impeachment* - sendo a discussão do período pós-Collor postergada para outra reunião -, é possível traçar alguns delineamentos gerais da tática do partido. Ou seja, a proposta de eleições gerais fora descartada, e o movimento pró-*impeachment* deveria ter um caráter suprapartidário. Em regra, o PT não tinha como horizonte transformar a crise do governo numa crise do bloco no poder. Esse partido acenava para uma transição de governo sem rupturas com o modelo econômico que começara a ser implantado no Brasil.

No período marcado pela ampliação das manifestações pró-*impeachment*, que levou milhares de pessoas às ruas para protestar, a Comissão Executiva Nacional, em reunião realizada em meados de agosto, debateu quatro propostas e assumiu posição sobre a tática política petista para o período pós-Collor. Essas quatro propostas podem ser divididas em dois grupos: o primeiro grupo, constituído pelas teses apresentadas por José Genoíno e por Eduardo Jorge; e o segundo grupo, composto pelas teses sustentadas por Joaquim Soriano e João Machado, e por Jorge Almeida¹⁶.

A proposta apresentada por Genoíno tinha como objetivo requerer o impedimento de Collor nos termos estabelecidos constitucionalmente, não comprometendo o país com riscos de golpes institucionais, isto é, o afastamento do Presidente pela via constitucional seria a antítese da tradição golpista no Brasil. Para Genoíno, o processo de afastamento do presidente da República deveria dar-se nos termos previstos pelo regime político democrático, resultando automaticamente na posse do vice, Itamar Franco. Dessa forma, assegurando a posse de Itamar Franco, o partido manteria uma relação amistosa com o novo governo, negociando alguns pontos programáticos, mas não chegando a formar com este um governo de "união nacional". Assim, Genoíno propunha que o PT não participasse do novo governo, mas que realizasse negociações com amplos setores da sociedade, visando o fortalecimento da democracia no Brasil, e incluísse o combate à corrupção e a garantia de mudanças institucionais que respondessem a alguns problemas imediatos dos trabalhadores, tais como recessão, desemprego e inflação. Resumindo-se as suas posições:

"o PT não integrará o novo governo, mas se recusa a comportar-se como quem lava as mãos diante da nova realidade estabelecida pela posse de Itamar. A sua posição, nesta medida, será substancialmente distinta daquela que praticou até agora em face do governo" (GENOÍNO, 1992, p. 2).

¹⁶ Joaquim Soriano era membro da tendência Democracia Socialista; Jorge Almeida, da tendência Força Socialista.

Já Eduardo Jorge (1992) via na destituição constitucional do presidente o melhor caminho para solucionar aquele processo de crise, não colocando em risco, portanto, a “consolidação democrática” no Brasil. Desse modo, Jorge defendia a posse “incondicional” do vice de Collor, mas negava a ideia de governo de “união nacional”, alegando que o PT deveria participar apenas do processo de discussão sobre o “governo de transição”. Jorge apontava, ainda, três problemas gravíssimos que o novo governo teria que enfrentar - corrupção, sonegação e clientelismo - e sustentava que o enfrentamento desses problemas levaria à solução dos problemas econômicos no país. Isso significava que a luta pela ética na política seria a maneira de sanar os efeitos gerados pela política econômica de Collor, ou ainda, estariam dadas as condições para o estabelecimento de uma “verdadeira revolução cultural e ética no Brasil”.

Ambas as propostas limitavam o significado político do *impeachment* de Collor a uma crise ética. Bastaria combater a corrupção e o fisiologismo para que o neoliberalismo fosse derrotado, ou, como Genoíno observava, a “saída de Collor é um golpe de morte no neoliberalismo. Tirar Collor e fazer assumir o Itamar é um grande passo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES. CN, 1992f, p. 4).

Tudo se passava como se as raízes profundas dos problemas sociais existentes no Brasil pudessem ser solucionadas a partir da luta moralista contra a corrupção no governo. No entanto, ao se enfatizar o combate moralista contra o governo, conferia-se uma suposta universalidade a essa luta e, com isso, mascarava-se o conteúdo de classe das propostas em confronto. Ocorre que, no capitalismo, não há espaço para a constituição de uma moral em geral, universal, porque a sociedade capitalista é cindida por conflitos de classe. Ou seja, pelo fato de os membros dessa sociedade ocuparem posições desiguais no processo de produção, estabelecem-se valores diferenciados no processo social. Nesse sentido, o uso do discurso contra a corrupção como meio de combater o neoliberalismo pode ser concebido como um discurso ideológico, uma vez que escamoteia as relações de dominação política e social que estão vinculadas à implementação da política neoliberal no Brasil. Enfim, as propostas acima mencionadas tinham como alcance máximo uma “correção de rota” do governo brasileiro, mas não a mudança de sua “direção fundamental”.

A proposta apresentada por Soriano e Machado (1992) distinguia-se bastante das duas acima mencionadas. Eles recusavam-se a aceitar a tese da “governabilidade democrática”. Assim, a saída de Collor dependeria da mobilização popular para transformar-se numa saída positiva para a luta democrática. Soriano e Machado viam a necessidade de articular a luta pelo *impeachment* com a luta contra o projeto neoliberal:

"Só poderemos nos credenciar como alternativa de governo caso fique evidente que temos também uma alternativa de orientação global para o país; que temos um projeto de nação distinto daquele hoje amplamente hegemônico entre as classes dominantes (mesmo nas facções anti-Collor). Este processo permite-nos mostrar todo o vínculo umbilical entre neoliberalismo, privatizações e corrupção, sair da defensiva e sustentar que Collor é o produto mais acabado do projeto neoliberal. [...] A luta pelo impeachment deve ser também a luta contra o projeto neoliberal" (SORIANO e MACHADO, 1992, p. 1).

Para esses membros da tendência Democracia Socialista, não havia sentido fazer concessões ao neoliberalismo nem à ideia de "governabilidade democrática", ou mesmo, de "governo de união nacional". Como eles sustentam: "Aprofundar a crise de governo até o afastamento de Collor e a transformação do atual processo em uma crise de regime é o rumo que buscamos" (p. 2).

Com isso, ao contrário de Genoíno e Jorge, Soriano e Machado defendiam a articulação entre a luta pelo *impeachment*, a luta contra o neoliberalismo e a luta contra a corrupção. Propunham como solução para o desfecho do impedimento de Collor, a convocação de eleições gerais, acompanhada de amplas reformas políticas. E colocavam a luta do partido para além dos regimentos constitucionais - daí advindo a importância da mobilização popular para alavancar esse processo rumo a uma alternativa política de governo.

Jorge Almeida expôs também uma proposta bem distinta das arroladas por Genoíno e Jorge, aproximando-se do eixo político da última tese acima apresentada. Almeida (1992) manifestou apoio ao *impeachment*, à convocação de eleições gerais e à negação de alianças com Itamar Franco, caso prevalecesse a sua posse, salientando, ainda, que apoiar a posse de Itamar não era aceitável nem do ponto de vista político, nem do ponto de vista ético, sendo necessário o partido levar até as últimas consequências a luta pelo *impeachment*. O que diferencia essa proposta da anterior é o alcance do objetivo proposto, isto é, Almeida restringia-se a tratar de tarefas emergenciais. Nesse sentido, essa proposta não discorre sobre os objetivos de longo prazo.

Após a discussão interna das quatro propostas apresentadas acima, a resolução aprovada pela Comissão Executiva Nacional incorporou basicamente as propostas arroladas por Genoíno e Jorge. O PT apoiaria, assim, a ação da CPI e do Congresso Nacional e, em havendo provas suficientes para pedir o impedimento de Collor, deveria desenvolvê-lo de acordo com a Constituição - que prevê a posse do vice-presidente da República. A resolução aprovada ainda assegurava que a "necessidade de concentrar esforços para concretizar o 'Fora Collor' - etapa ainda

não vencida – tornava inoportunas outras palavras de ordem como as de ‘eleições gerais’ ou definições mais específicas a respeito do futuro pós-Collor” (PARTIDO DOS TRABALHADORES. CN, 1992g, p. 1). Com isso, o PT definia-se pela defesa do *impeachment*, dando sustentação à “normalidade constitucional”, omitindo-se frente ao modelo econômico neoliberal e defendendo a “governabilidade” de Itamar Franco, ao mesmo tempo em que definia a não participação nesse governo.

Os petistas não articularam uma proposta que se opusesse diretamente ao programa neoliberal. Essa oposição era entendida como uma consequência do combate à corrupção, o que resultou na difusão, em suas proposições políticas, do discurso de defesa de um “bom relatório da CPI”, da dignidade, da ética na política, da revolução cultural e ética, em vez da crítica aos efeitos da política neoliberal, a essa política ela própria e à sua orientação de classe. Esse posicionamento parece-nos ter comprometido o PT com a forma de política dominante no capitalismo, podendo ser tomado como um indicador do processo de aceitação passiva do programa neoliberal, à medida em que esse não era colocado no centro das preocupações desse partido.

Posteriormente, a Comissão Executiva Nacional aprovou uma resolução que reafirmava a não participação do PT no governo Itamar e impedia seus filiados a participar, sob pena de sanções disciplinares (PARTIDO DOS TRABALHADORES. CN, 1992h).

Apenas em 24 de outubro, em reunião realizada pelo Diretório Nacional, o PT conseguiu aprovar um conjunto de reivindicações imediatas a serem apresentadas ao governo Itamar. O documento intitulava-se “O Partido dos Trabalhadores, o *Impeachment* de Collor de Mello e o governo Itamar Franco”. O texto desse documento foi construído com o objetivo de realizar um balanço do processo de *impeachment* e da atuação do partido nesse processo, além de propor alternativas para o governo Itamar (PARTIDO DOS TRABALHADORES. DN, 1992f).

No tocante ao balanço político realizado, o PT nada acrescentou ao que já expusemos neste artigo. A novidade desse documento adviria da plataforma de reivindicações imediatas. Havia aqui uma retomada da discussão da política econômica do governo, mas num momento de refluxo das mobilizações sociais e quando o novo governo já estava constituído¹⁷. Ademais, o PT, enquanto uma das principais forças de oposição a Collor, através de sua tática, colaborou para restringir o radicalismo do movimento *pró-impeachment*, circunscrevendo-o nos limites de uma crise política funcional para as classes dominantes, ou seja,

¹⁷ Como afirma Tatagiba (1998), o auge do Movimento pela Ética na Política ocorreu, sobretudo, entre os meses de junho e setembro, perdendo o fôlego posteriormente, quando a votação do impedimento de Collor foi para o Senado. Após a aprovação do afastamento do Presidente, na Câmara Federal, em 29 de setembro, as manifestações de rua declinaram.

substituíam-se o presidente, mas deixava-se “intacto” o poder político do bloco no poder.

Logo, os pontos programáticos que se revelam, nesse documento, através da crítica ao neoliberalismo, parecem perder a operacionalidade nesse cenário político, visto que a correlação de forças políticas, engendrada pelo próprio movimento pró-*impeachment*, limitou a ação das lutas sociais à sustentação da legalidade burguesa, não impondo nenhuma crítica à orientação de classe da política governamental:

"Rechaça [...] o sucateamento de nossa indústria [brasileira], o programa de privatizações que abriga corrupção, afeta setores estratégicos e utiliza "moedas podres", a abertura indiscriminada para a economia internacional e o tipo de negociação levado a cabo sobre a dívida externa." (PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Nacional, 1992f, p.4)

O quadro a seguir resume as principais propostas do PT:

Reivindicações imediatas	Objetivos	Modo de execução
Política anti-inflacionária	Estimular o crescimento econômico, a criação de emprego e forçar a queda dos preços nos setores altamente oligopolizados.	Controle social da inflação com negociação de preços nas câmaras setoriais e adoção de políticas protecionistas combinadas com políticas de abertura externa.
Política de juros	Retomada de investimentos nas grandes, médias e pequenas empresas.	Medidas de penalização ao capital financeiro.
Reforma fiscal	Combate à miséria e retomada de investimentos sociais nas áreas de saúde, educação, habitação e transporte.	Impostos diretos e progressividade tributária; combate à sonegação; impostos sobre o patrimônio e sobre grandes fortunas.
Dívida externa	Combate à inflação e à recessão.	Revisão do acordo.
Empresas estatais	Redefinição do papel do Estado na economia a partir da formulação de uma política industrial e do controle democrático das empresas estatais.	Suspensão e revisão do programa de privatizações; e eliminação de mecanismos de corrupção, envolvidos na venda das estatais.
Programas sociais	Desmonte da máquina fisiológica vinculada a esses programas.	Descentralização da aplicação de recursos às áreas sociais.
Política salarial	Conter a erosão salarial e iniciar plano de reposição das perdas salariais geradas no	Vincular a reposição ao crescimento da economia e garantir mecanismos de

	governo Collor.	indexação permanente do salário mínimo.
Política de emprego	Combate ao desemprego.	Investimentos públicos nas áreas capazes de absorver mão de obra; redução da jornada de trabalho; programas de capacitação e recapacitação da força de trabalho; programas de estímulo à criação de postos de trabalho nas pequenas e médias empresas; adoção de medidas de proteção ao desempregado.
Contrato coletivo de trabalho	Defesa efetiva dos salários e do emprego.	Adoção e generalização desses contratos.
Política de segurança alimentar	Combate à fome e redução do custo de vida da população.	Estímulo à produção de alimentos; recuperação da estrutura pública de armazenagem de alimentos e criação de canais de distribuição de alimentos.
Política de reforma agrária	Resolução dos conflitos mais agudos no campo.	Assentamentos de populações em áreas de litígio ou de confronto aberto; abertura de negociações com as partes envolvidas.
Política científica e tecnológica	Desenvolvimento tecnológico e científico com retomada do ritmo de pesquisa.	Elaboração de um projeto de desenvolvimento juntamente com a comunidade universitária e científica.
Economia informal e política agrícola	Fomentar o desenvolvimento, com regularização das atividades do setor informal; estimular a produção e o abastecimento interno de produtos agrícolas com formação de estoques.	Adoção de programas de incentivo fiscal e creditício.

Ao apresentar essas propostas, os petistas procuravam articular uma política intervencionista do Estado na economia, por meio dos incentivos fiscais oferecidos às empresas brasileiras, da criação de emprego, da criação de políticas sociais, visando à superação das desigualdades mais agudas no país. Havia nessas propostas, em certo sentido, um questionamento das medidas neoliberais, mas a tática do PT parecia responder apenas aos seus efeitos. Além disso, durante boa parte do processo de investigações de corrupção no governo, a defesa da moralização da política foi a questão central assumida pelo PT, o que o levou a

ocultar a existência de um bloco no poder neoliberal. Tratava-se, dessa forma, de combater o fisiologismo, as irregularidades que se contrapunham aos termos previstos pela Constituição de 1988, e não, à política neoliberal e à orientação de classe desta.

Com o enquadramento constitucional da oposição ao governo federal e a crítica restrita aos efeitos da política neoliberal - e não, às suas causas - o PT deixava mostras de que a “política como negação” ou “como denúncia”, que defendeu durante os anos 1980, começava a perder fôlego, em proveito da “política da construção” ou “da alternância”.

Referências Bibliográficas

BIANCHI M. A. G. *O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas. [Tese (doutorado)]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em:

<<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000316930>>. Acesso em: [3 jul.2010]

COLETTI, C. “Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil.” *Lutas & Resistências*, Londrina, nº1, p.131-145, set. 2006. Disponível em: < <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedicao/lr131-145.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2010.

GIANNOTTI, V. *Collor, a CUT e a pizza*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

GUTIERREZ, A. C. G.; MARTUSCELLI, D. E.; CORRÊA, F. F. “PT, PCdoB e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil.” *Ideias*, Campinas, nº 9 (1), p. 245-296, 2002.

MARRACH, S. “O caso Collor ou a política na era dos meios de comunicação de massa.” *Educação & Sociedade*, Campinas, nº 44, p. 135-52, 1993.

MARTUSCELLI, D. E. “Ruptura sem precedentes, pluralismo irrestrito e democratismo: as três faces ideológicas da identidade petista.” *Lutas & Resistências*, Londrina, vol. 2, nº 3, p.22-35, 2º sem. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista3aedicao/lr3-2-danilo.pdf>>. Acesso em: [3 jul. 2010].

MINELLA, A. C. Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90. In: DINIZ, E. (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: Ed. UFSC, IDACON, 1993.

PIERUCCI, A. F. & LIMA, M. C. “São Paulo 92, a vitória da direita.” *Novos Estudos - CEBRAP*. São Paulo, nº 35, p. 94-99, mar. 1993.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.* São Paulo: Contexto, 1999.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia.* São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SAES, D. "A esquerda e a questão dos sistemas de governo no Estado democrático-burguês". In: SAES, D. *Estado e democracia: ensaios teóricos.* 2. ed. Campinas: IFCH-Unicamp, 1998.

SOUZA, A. de. *O impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil.* In: ROSENN, K. S. e DOWNES, R. (orgs.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto político do impeachment de Collor.* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TATAGIBA, L. F. *Dos significados da "ética na política": articulação e discurso no contexto pró-impeachment.* 1998. [Dissertação (Mestrado)]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000128911>>. Acesso em: 3 jul. 2010.

Documentos:

ALMEIDA, J. *Eleições diretas. Nenhum tipo de apoio a Itamar* (R/CEN – Anexo 3: proposta apresentada). São Paulo, 17 ago. 1992. Mimeografado.

ARCARY, V. *À CEN do PT.* São Paulo, 24 maio 1992. Mimeografado.

DIRCEU, J. *Representação ao DN do PT* (R/CEN – Anexo 4: Aprovada como proposta da CEN ao DN). São Paulo, 6 abr. 1992. Mimeo.

GENOÍNO, J. *O PT em face do desdobramento da crise* (R/CEN - Anexo 1: proposta apresentada). São Paulo, 17 ago. 1992. Mimeo.

JORGE, E. *Tirar o Collor é uma revolução cultural e ética e depende em grande parte da consequência da posição do PT* (R/CEN – Anexo 4: proposta apresentada). São Paulo, 17 ago. 1992. Mimeo.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Comissão Executiva Nacional. *Circ. CEN/007/92 – Informes e decisões do Diretório Nacional* (reunião de 31 jan., 1º e 2 fev. 1992). São Paulo, 4 fev. 1992a. Mimeo.

_____. *Circ. CEN/008/92 – Informes e decisões da Comissão Executiva Nacional* (reunião de 17 fev. 1992). São Paulo, 24 fev. 1992b. Mimeografado.

_____. *Resolução sobre o Governo Collor e o PSDB* (R/CEN – Anexo 1). São Paulo, 6 abr. 1992c. Mimeo.

___ *Circ. 047/CEN/92* – Decisões e informes de reunião extraordinária. São Paulo, 25 maio 1992d. Mimeo.

___ *Circ. CEN/060/92* – Decisões e informes da Comissão Executiva Nacional (reuniões extraordinárias realizadas entre os dias 1º e 3 ago. 1992). São Paulo, 3 ago. 1992e. Mimeo.

___ *Circ. CEN/064/92* – Decisões e informações da Comissão Executiva Nacional (reunião de 17 ago. 1992). São Paulo, 19 ago. 1992f. Mimeo.

___ *Nota sobre apoio à CPI contra a corrupção (R/CEN – Anexo 5: resolução aprovada)*. São Paulo, 17 ago. 1992g. Mimeo.

___ *Circ. CEN/080/92* — Informes e decisões da Comissão Executiva Nacional (reunião de 9 out. 1992). São Paulo, 13 out. 1992h. Mimeo.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Nacional. *Plano de mobilização para os meses de fevereiro e março*. São Paulo, 2 fev. 1992a. Mimeo.

___ *Debate organizado sobre sistema de governo: presidencialismo ou parlamentarismo* (Deliberações da R/DN de 14 e 15 mar. 1992 – Anexo 5). São Paulo, 15 mar. 1992b. Mimeo.

___ *Resolução sobre o momento político* (Deliberações da R/DN de 14 e 15 mar. 1992 – Anexo 3). São Paulo, 15 mar. 1992c. Mimeo.

___ *O momento político e as eleições de 92* (Deliberações da R/DN de 14 e 15 mar. 1992 – Anexo 4). São Paulo, 1992d. Mimeo.

___ *Resolução sobre a CPI da corrupção* (Deliberações da R/DN 4 e 5 jul. 1992 – Anexo 1). São Paulo, 5 jul. 1992e. Mimeo.

___ *Programa mínimo (R/DN)*. São Paulo, 24 out. 1992f. Mimeografado.

___ *A transição e a crise*. São Paulo, 14 out. 1991. Mimeo.

___ *Resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

SORIANO, J. e MACHADO, J. *Notas sobre a CPI e as perspectivas da conjuntura (R/CEN – Anexo 2: Proposta apresentada)*. São Paulo, 17 ago. 1992. Mimeo.

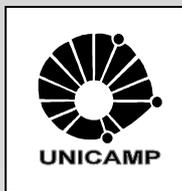
Danilo Enrico Martuscelli: daniloenrico@yahoo.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2009.
Aprovado para publicação em julho de 2010.

TENDÊNCIAS

Ano 16, nº 2

ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP



Este Encarte *Tendências* aborda um dos temas centrais desenvolvidos nas pesquisas de opinião - o da representação política.

A primeira seção, resgata dados das primeiras pesquisas políticas realizadas pelo IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística -, entre as décadas de 1940 a 1960. Esses dados, pertencentes ao Acervo Histórico do instituto doado à UNICAMP, são registros únicos da relação dos eleitores das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro com a política, os políticos e as instituições representativas. Nesta seção, constam opiniões sobre o trabalho parlamentar, o desempenho dos políticos e das instâncias parlamentares. Constam, inclusive, dados de pesquisa realizada durante o regime militar, em 1968, sobre a percepção das atividades parlamentares, e apresentados aqui com as devidas ressalvas que a leitura desses dados deve levar em conta.

A segunda seção, apresenta informações sistematizadas sobre a avaliação do Congresso Nacional e identificação partidária para as décadas de 1990 e 2000, além de um conjunto de dados sobre a relação dos eleitores com os partidos políticos, neste caso, extraídos da pesquisa “A Desconfiança dos cidadãos das instituições democráticas”, realizada em 2006.

A terceira seção traz informações específicas sobre o voto: a memória do voto entre eleições e as opiniões sobre o voto obrigatório. No primeiro caso, os dados provêm das duas ondas do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002 e 2006 e mostram os vínculos distintos que o eleitor estabelece na escolha dos representantes dos poderes legislativo e executivo.

A última seção traz dados sobre aspectos associados aos temas da reforma política e sistema eleitoral. As opiniões dos eleitores sobre dispositivos de regulação do sistema partidário e da competição, como a cláusula de barreira, o número de partidos e a reeleição, estão apresentadas ao lado da percepção da importância da reforma.

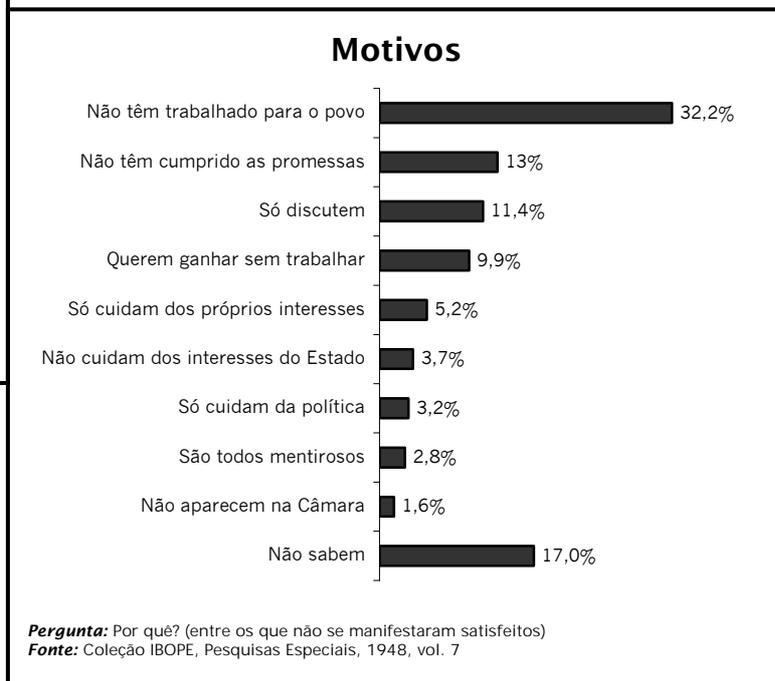
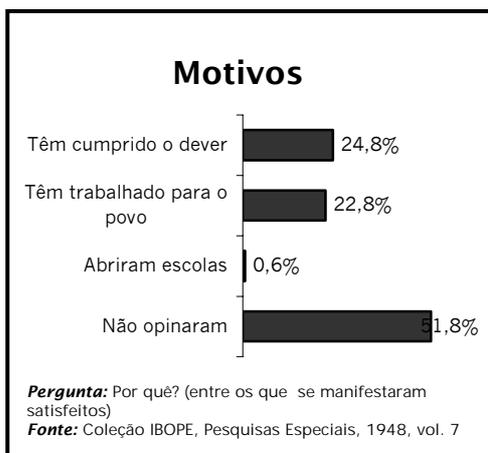
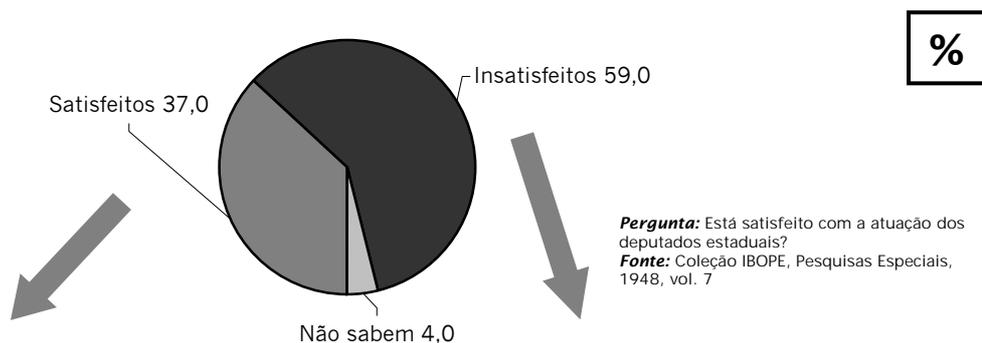
Editores de OP

Série Histórica IBOPE I

As primeiras pesquisas políticas conduzidas pelo IBOPE foram realizadas ainda na década de 1940, nos principais centros urbanos do país, São Paulo e Rio de Janeiro.

Na pesquisa ilustrada abaixo, estão divulgadas as primeiras manifestações de insatisfação com o trabalho parlamentar. Os eleitores da cidade de São Paulo que se afirmaram insatisfeitos com a atuação dos deputados estaduais apontaram para o distanciamento dos políticos dos problemas do povo e para as próprias promessas políticas como principais causas da avaliação negativa.

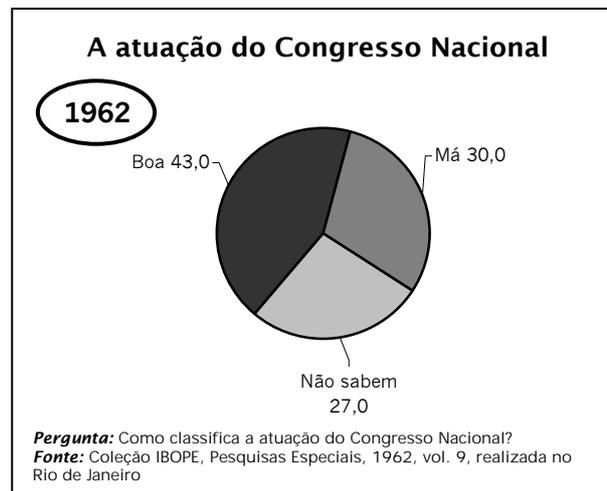
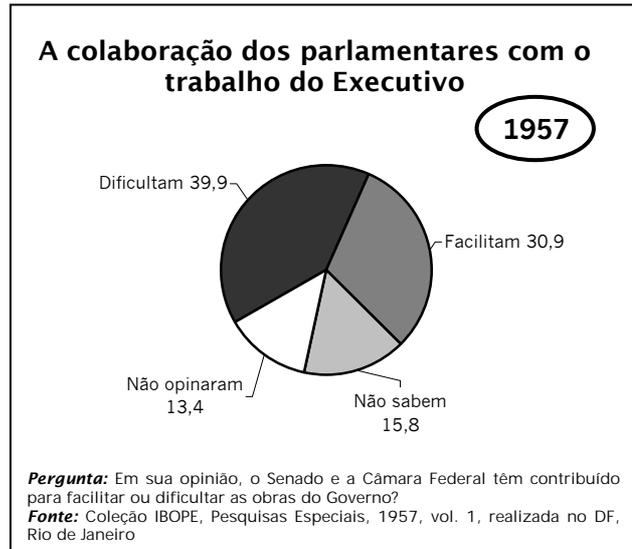
Satisfação com a atuação dos deputados estaduais Cidade de São Paulo - 1948



%

Série Histórica IBOPE II

Primeiras avaliações de desempenho do Congresso Nacional



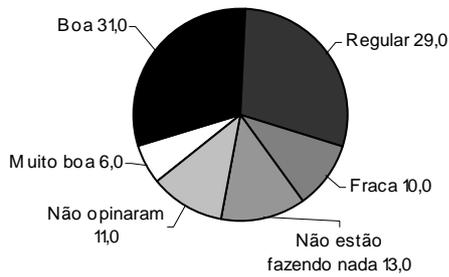
As primeiras avaliações do parlamento brasileiro, realizadas quando o Distrito Federal ainda estava estabelecido no Rio de Janeiro, em 1957, mostraram porcentagens significativas de percepções negativas da população: em torno de 1/3, apenas, dos entrevistados apontavam que os parlamentares cumpriam seus deveres e colaboravam com as ações do poder executivo. Diferentemente, a avaliação do Congresso coletada pela pesquisa de 1962, com o Distrito Federal já estabelecido em Brasília e a dois anos do golpe militar de 1964, mostra uma percepção mais positiva dos parlamentares.

Série Histórica IBOPE III

1968

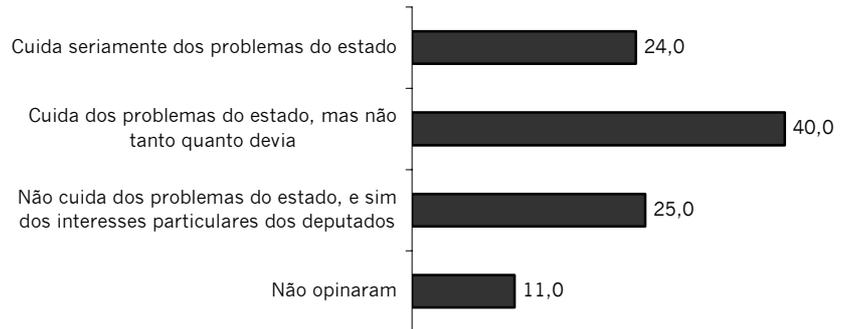
%

A atuação dos deputados federais



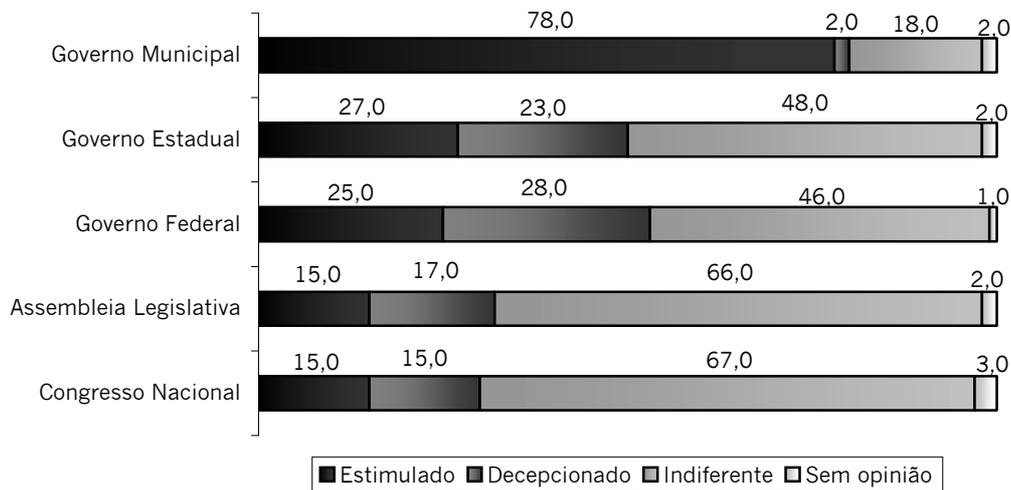
Pergunta: E de maneira geral, o que vem achando da atuação dos Deputados Federais?
Fonte: Coleção IBOPE, Pesquisas Especiais, 1968, vol. 6, realizada no Rio de Janeiro

A atuação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro



Pergunta: O que o Sr. vem achando da atuação da Assembleia Legislativa?
Fonte: Coleção IBOPE, Pesquisas Especiais, 1968, vol. 6, realizada no Rio de Janeiro

Motivação com relação às atividades do Legislativo e do Executivo Cidade de São Paulo



Pergunta: Como o senhor se sente no que refere às seguintes atividades políticas?
Fonte: Coleção IBOPE, Pesquisas Especiais, 1968, vol. 5, realizada em São Paulo

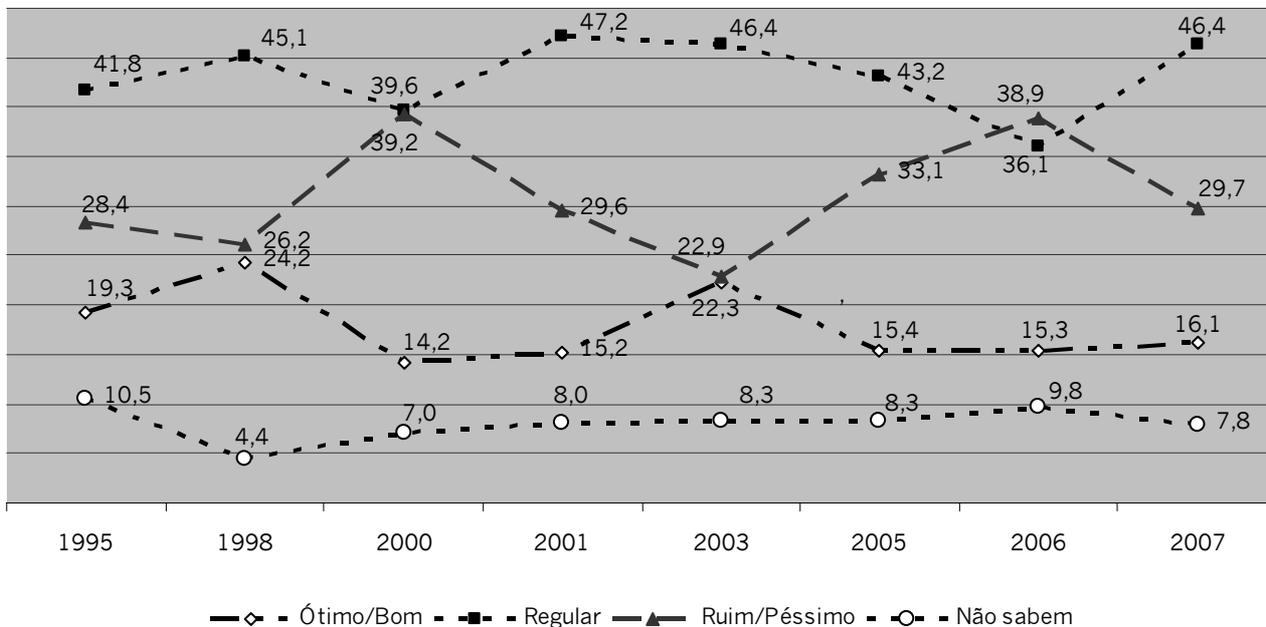
Os dados para 1968 sobre o posicionamento dos indivíduos em relação às atividades do Legislativo e do Executivo devem ser observados com cautela. Sob vigência do regime militar instaurado em 1964, é possível supor a conjuntura adversa para a expressão de opiniões políticas. O predomínio das afirmações de indiferença com relação ao Parlamento nos níveis federal e estadual, e com relação ao poder executivo também nesses dois níveis, tem boa parte de sua explicação nas limitações da opinião pública em regimes fechados, não democráticos. Destaca-se, entretanto, o envolvimento com a política de nível local, provavelmente devido à realização de eleições municipais naquele ano.



O período democrático pós-1985 mostra a manutenção no tempo das percepções negativas sobre o Congresso Nacional, tal como ilustram os dados avaliativos entre 1995 e 2007.

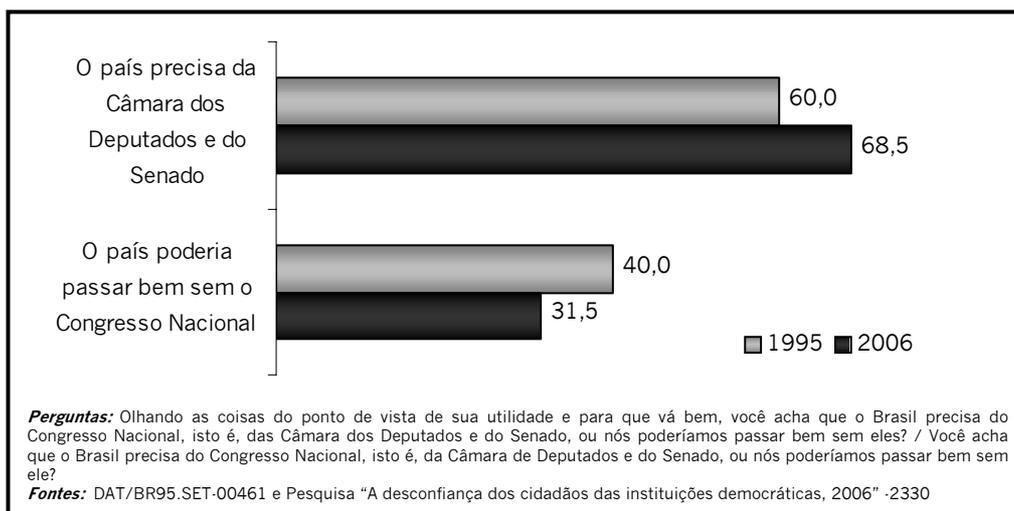
Não obstante, ao longo desse período, aumenta a percepção de que o Congresso é importante para o país.

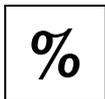
Avaliação dos parlamentares do Congresso Nacional, 1995-2007



Pergunta: Você diria que os senadores e deputados federais que estão atualmente no Congresso estão tendo um desempenho:
Fontes: DAT/BR95.DEZ-000475; DAT/DF98.DEZ-00934; DAT/BR00.JUN-1045; DAT/BR01.DEZ-01599; DAT/BR03.DEZ-02502; DAT/BR05.JAN-02493; DAT/BR06.AGO-02539; DAT/BR07.MAR-02491
 *Pesquisa realizada apenas no Distrito Federal.

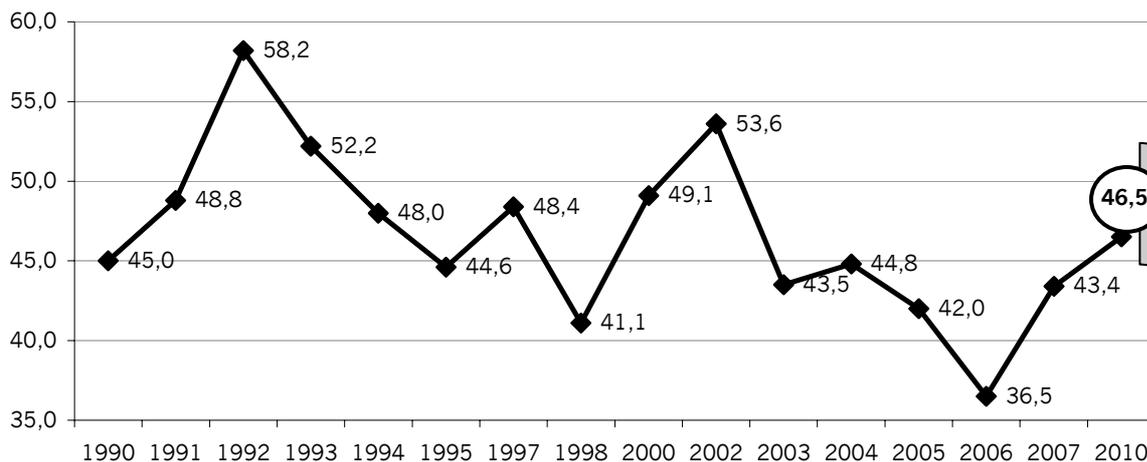
Percepção da Importância do Congresso, 1995-2006





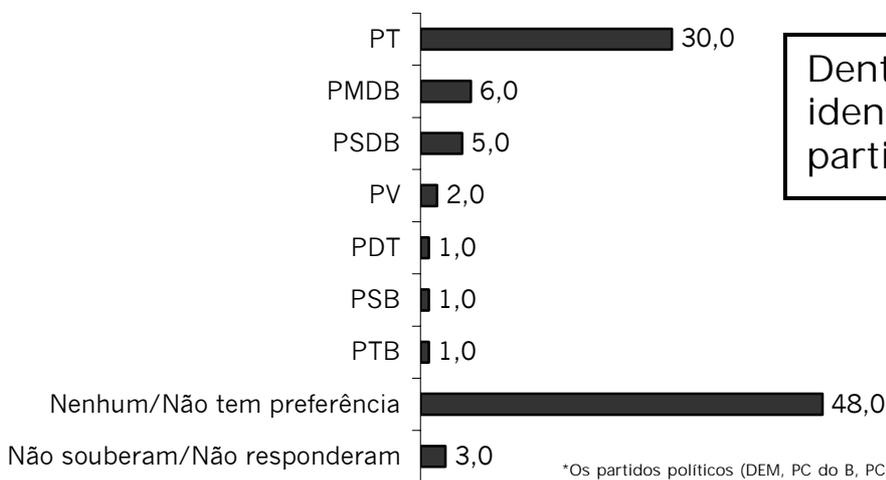
Os vinte anos entre 1990 e 2010 mostram uma grande oscilação nos índices de identificação partidária. Os pontos altos dessa tendência respondem, em parte, ao envolvimento com a política em períodos eleitorais. Os dados mostram ainda que o PT concentra o maior número de identificados.

Identificados com partidos, 1990-2010



Fonte: Pesquisas nacionais realizadas pelos Institutos Datafolha e IBOPE, Banco de Dados do CESOP/Unicamp, e IBO/BR10-jun-2633

Identificação Partidária 2010*



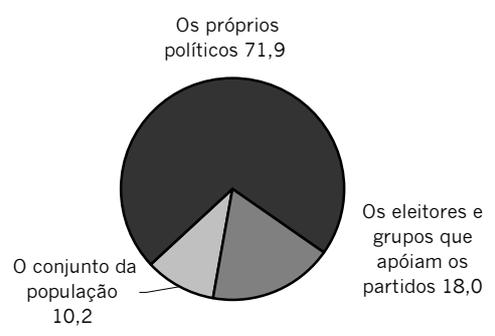
Dentre os que se identificam com partidos...

*Os partidos políticos (DEM, PC do B, PCB, PCO, PP, PPS, PR, PRB, PSC, PSDC, PSL, PSOL, PSTU, PT do B e PTN) tiveram percentual de preferência ou simpatia inferior a 0,5%
 Fonte: IBO/BR10-jun -02633

A fluida identificação partidária se reflete na percepção negativa da atuação dos partidos. Entretanto, partidos são considerados necessários para o funcionamento da democracia.

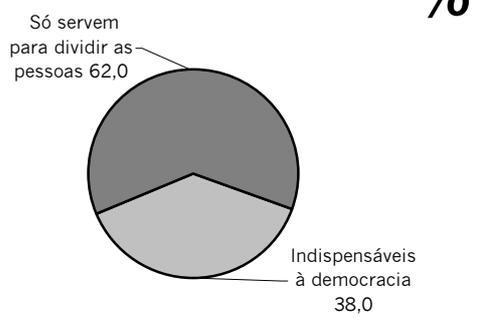
2006

Os partidos representam



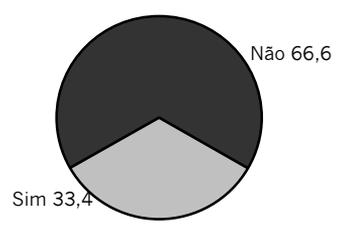
Pergunta: Na sua opinião, os partidos representam mais:
Fonte: Pesquisa "A desconfiança dos cidadãos das instituições democráticas, 2006" - Banco de Dados Cesop-02330

Os partidos...



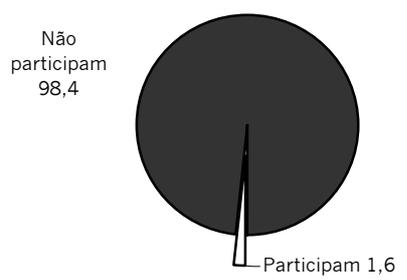
Pergunta: Na sua opinião, os partidos são:
Fonte: Pesquisa "A desconfiança dos cidadãos das instituições democráticas, 2006" - Banco de Dados Cesop-02330

A democracia pode funcionar sem partidos?



Pergunta: Tem gente que acha que sem partidos políticos não pode haver democracia, outras pessoas acham que a democracia pode funcionar sem partidos políticos. O que você acha?
Fonte: Pesquisa "A desconfiança dos cidadãos das instituições democráticas, 2006"-Banco de Dados Cesop-02330

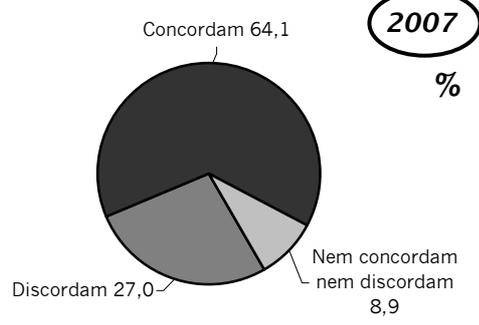
Participação em Partidos



Pergunta: Vou citar algumas organizações e gostaria que você me dissesse se participa ou não de cada uma delas: Partido Político
Fonte: Pesquisa "A desconfiança dos cidadãos das instituições democráticas, 2006"-Banco de Dados Cesop-02330

É fácil escolher um candidato a deputado federal ou estadual quando se sabe em que partido votar

Pergunta: Gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se discorda, discorda muito, concorda, ou concorda muito com essas afirmações: É fácil escolher um candidato a deputado federal ou estadual quando se sabe em que partido votar.
Fonte: Lapop, 2007-Banco de Dados CESOP-02632
 Obs: Soma das respostas "concorda muito" e "concorda"; "discorda muito" e "discorda".

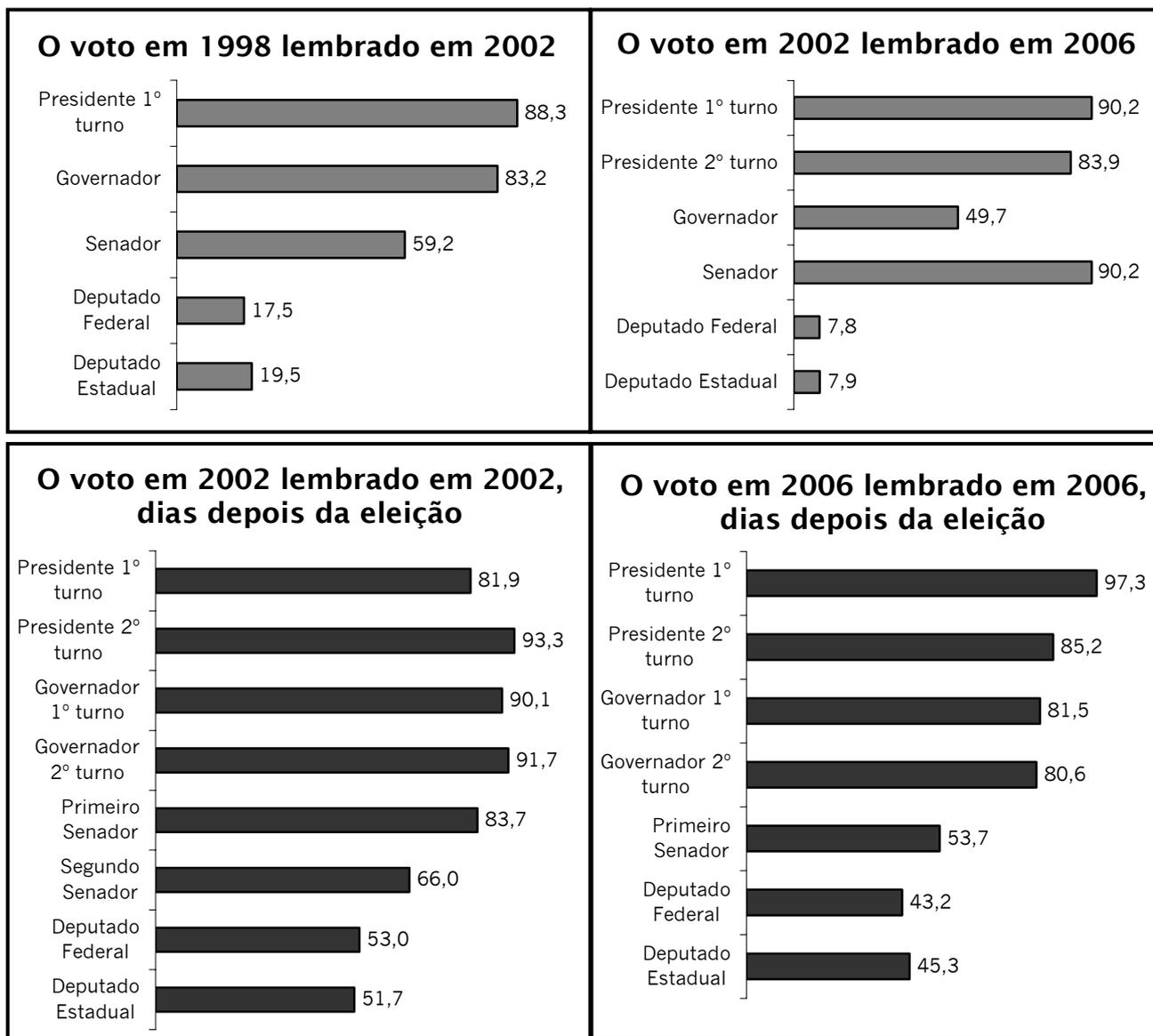


2007



Ao lado da fluida identificação partidária caminha a memória do voto do eleitor. As ondas do Estudo Eleitoral Brasileiro para 2002 e 2006 mostram que, à exceção dos votos dirigidos aos cargos de Presidente e governador, o voto para os cargos legislativos não se constituem por vínculos mais sólidos.

Assim, destaca-se que, dias após a eleição de 2002 e 2006, respectivamente, a metade dos entrevistados e menos da metade, lembravam seu voto para deputados estadual e federal.



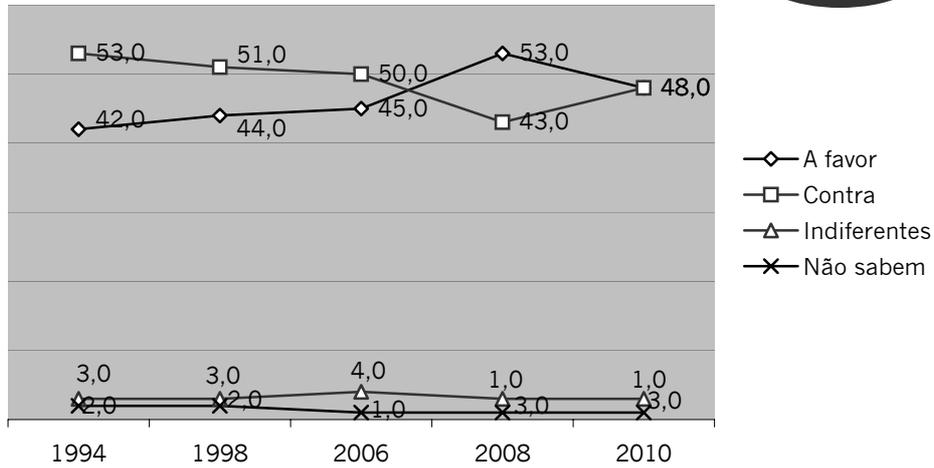
Fontes: CESOP-FGV/BR02.DEZ-01838 e CESOP-IPSOS/BR06.DEZ-02489



A relação frágil com os partidos afeta parcialmente a disposição dos eleitores em votar. As séries temporais chegam em 2010 com 48% de eleitores favoráveis ao voto obrigatório e 55% dispostos a votar se o voto fosse facultativo.

Opinião sobre o voto obrigatório

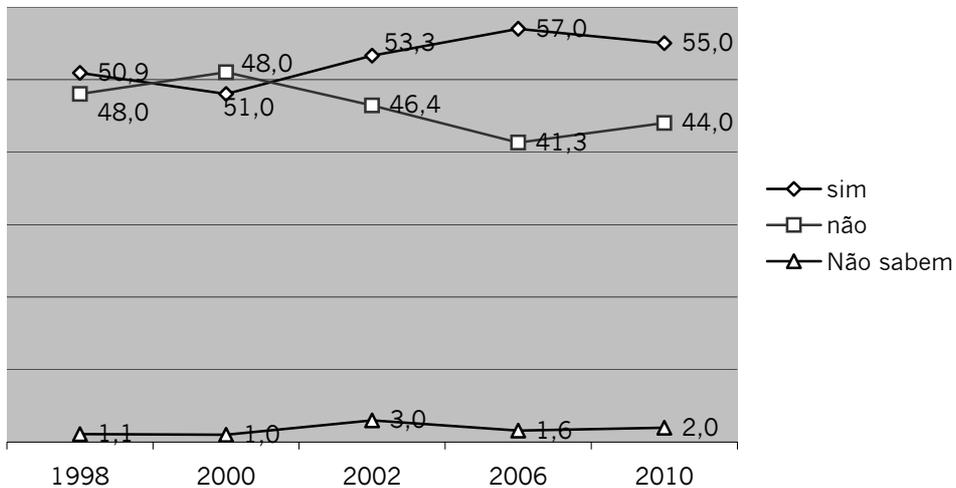
1994-2010



Pergunta: No Brasil o voto é obrigatório por lei. Você é a favor ou contra o voto obrigatório?
 Fontes: DAT/BR94-AGO.0364; DAT/BR98-AGO.0864; DAT/BR06.AGO-02539; DAT/BR10-02634

Votaria se não fosse obrigatório?

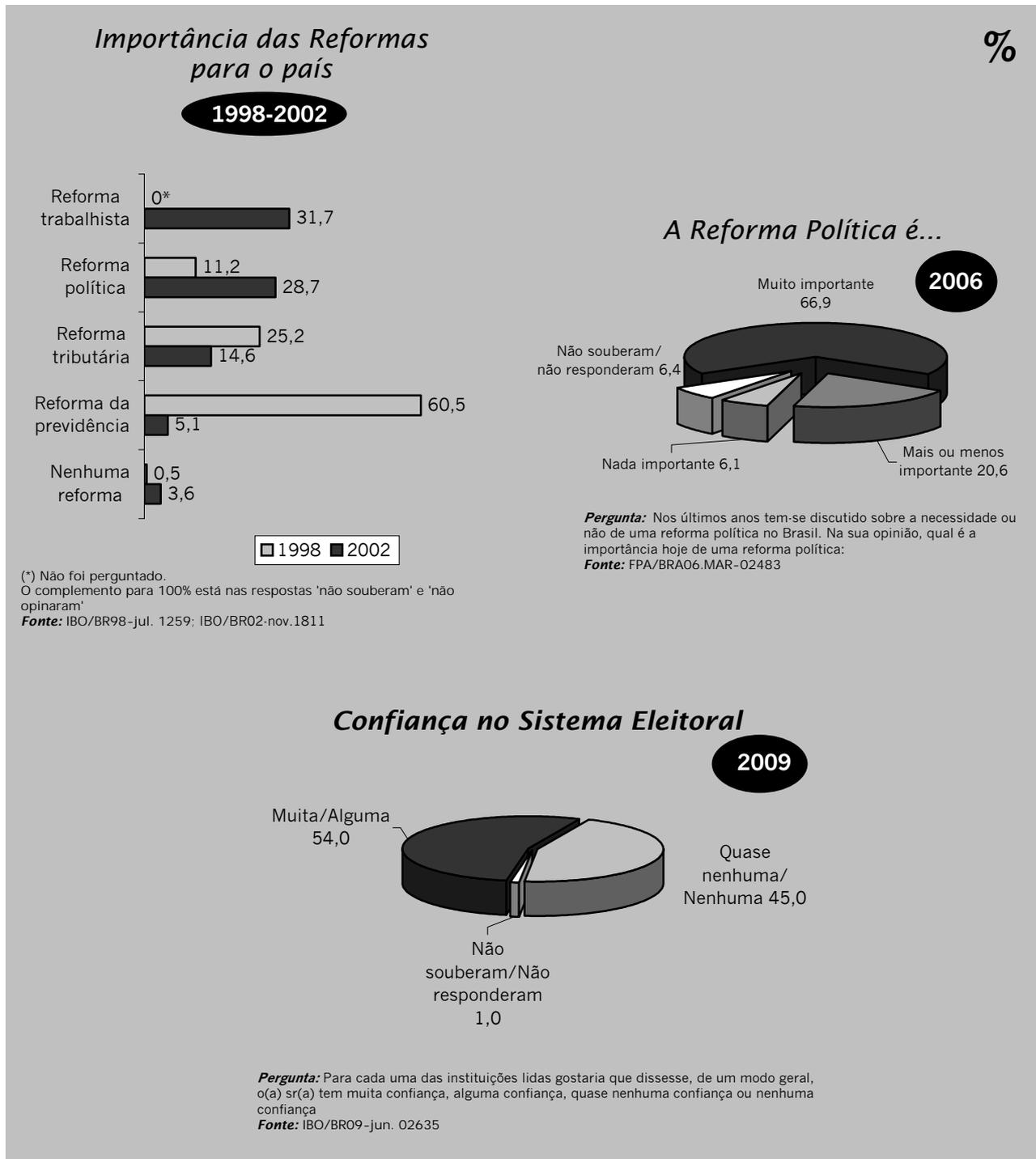
1998-2010



Pergunta: Se o voto não fosse obrigatório, você iria votar?
 Fontes: DAT/BR98-AGO.0864; IBO/BR00JUL; DAT/BR06.AGO-02539; DAT/BR10-02634

Reforma Política

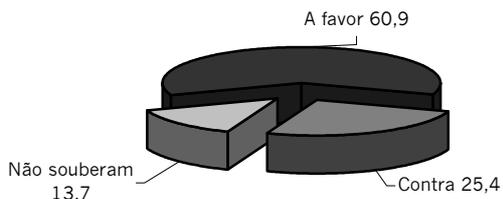
O tema da Reforma Política esteve presente no debate público brasileiro em várias conjunturas entre as décadas de 1990 e 2000. A percepção de sua necessidade frente a outros temas do país é comparativamente menor, como mostram as pesquisas de 1998 e 2002. Em 2006, no entanto, a percepção de sua importância aumentou entre os brasileiros.



Opiniões sobre...

Fidelidade Partidária

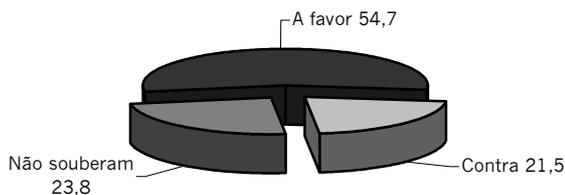
1999



Pergunta: A reforma política prevê a adoção da fidelidade partidária, isto é, os políticos eleitos por um partido não podem trocar de partido durante o mandato e, além disso, no caso dos Deputados, Senadores e Vereadores, devem votar conforme a opinião do partido como um todo, e não mais isoladamente. De OPP 017/ 99 Página 6 de 6 uma maneira geral, o(a) sr(a) é a favor ou contra a fidelidade partidária ?

Fonte: IBO/BR99-MAR1261

Cláusula de barreira



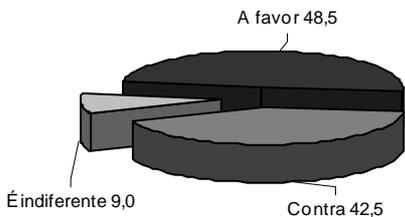
Pergunta: A reforma política deve estabelecer ainda a cláusula da barreira, isto é, um partido, para ter representantes no Congresso Nacional, deve ter um certo número de votos em vários Estados do país. De uma maneira geral, o(a) sr(a) é a favor ou contra a cláusula da barreira ?

Fonte: IBO/BR99-MAR1261

%

2002

‘Verticalização’ das candidaturas



Pergunta: Hoje em dia os partidos políticos podem fazer alianças com outros partidos nas eleições para governadores, senadores e deputados, diferentes das alianças feitas para a eleição do presidente. Algumas pessoas acham que os partidos deveriam ser obrigados a se aliarem, nas eleições para governadores, senadores e deputados, aos mesmos partidos aos quais se aliaram para a eleição presidencial. Você é a favor ou contra que os partidos sejam obrigados a se aliarem, nas eleições para governadores, senadores e deputados, aos mesmos partidos aos quais se aliaram para a eleição presidencial?

Fonte: DAT/BR02.FEV-01601

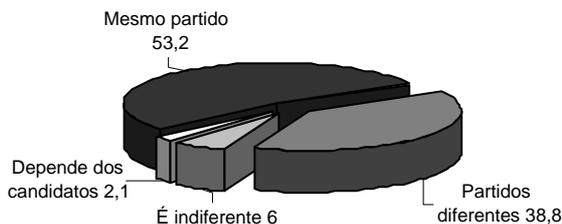
Voto ‘verticalizado’



Pergunta: Este ano, nas eleições para presidente da República, governador do estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais, você pretende votar em candidatos de um partido só ou combinar candidatos de partidos diferentes?

Fonte: DAT/BR02.FEV-01601

Eleger de candidatos de partidos diferentes



Pergunta: Na sua opinião, para os cargos de presidente e de governadores o que é melhor: eleger candidatos de um mesmo partido ou de partidos diferentes?

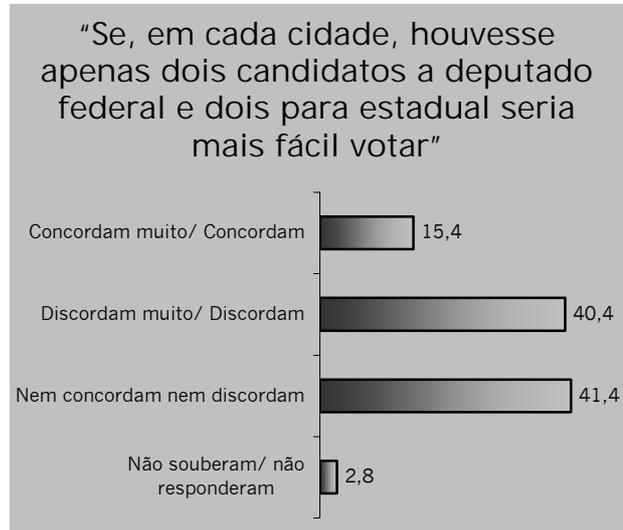
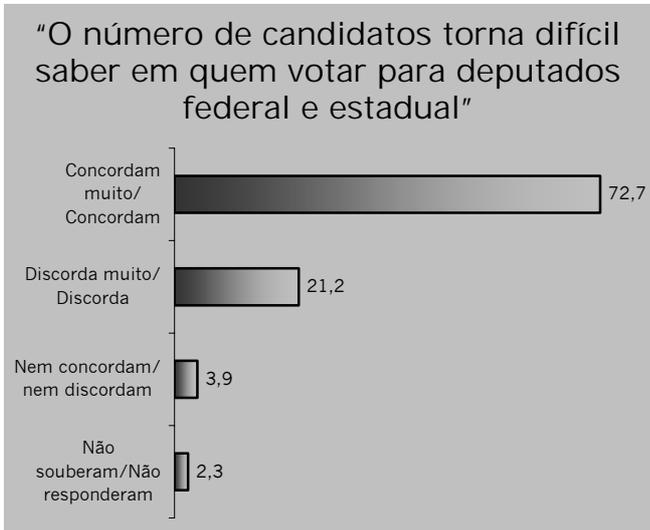
Fonte: DATAFOLHA/BR02.FEV-01601

Sobre as regras para candidaturas

%

O sistema eleitoral tem sido apontado como um dos âmbitos que concentram as dificuldades do eleitor frente ao sistema representativo, e as regras para definição de candidatos se destacam.

2007

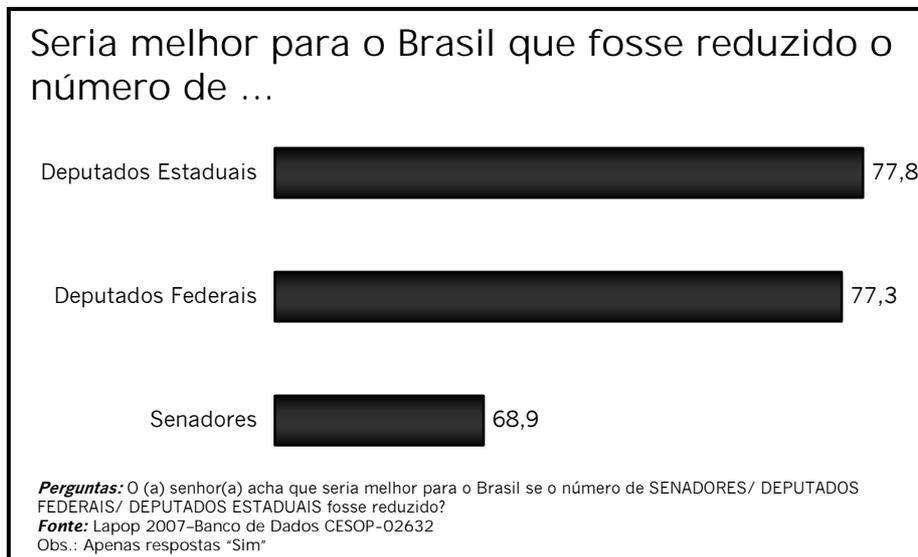


Pergunta: Gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se discorda, discorda muito, concorda, ou concorda muito com essas afirmações: O número de candidatos torna difícil saber em quem votar para deputado federal e estadual:

Fonte: Lapop 2007–Banco de Dados CESOP-02632

Pergunta: Gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se discorda, discorda muito, concorda, ou concorda muito: Se, em cada cidade, houvesse apenas dois candidatos a deputado federal e dois para estadual seria mais fácil votar:

Fonte: Lapop 2007–Banco de Dados CESOP-02632

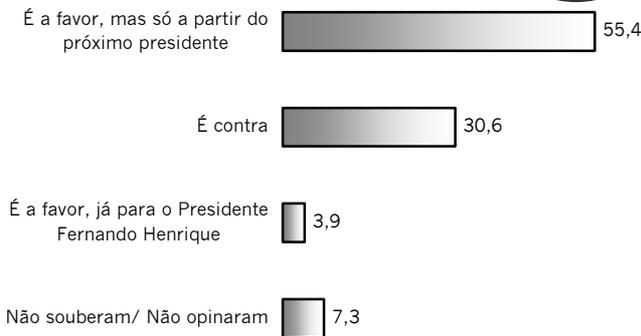


%

A reeleição para cargos executivos foi tema recorrente nos governos FHC e Lula. Embora em 1996 a maioria da população fosse favorável à reeleição do presidente da República apenas a partir do seguinte presidente eleito, a Constituição foi alterada e viabilizou um novo mandato de Fernando Henrique. Em 2007, ao contrário, a discussão sobre um terceiro mandato tinha recusa de mais de 60% da população. Para este ano os dados mostram ainda que os brasileiros apóiam a reeleição para presidente, governador e prefeito, mas apenas para mais um mandato, mantendo a legislação atual.

Posição quanto à reeleição do presidente da República

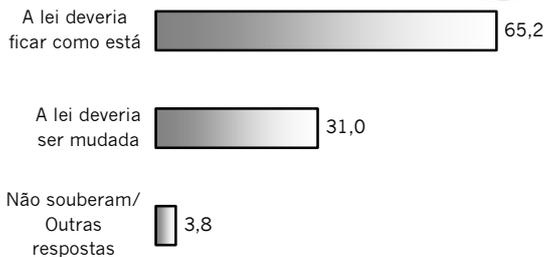
1996



Pergunta: Quanto a reeleição do presidente da República, qual a sua posição:
Fonte: IBO/BR96.SET-00556

Opinião sobre mudança de lei para permitir que Lula concorresse a um terceiro mandato em 2010

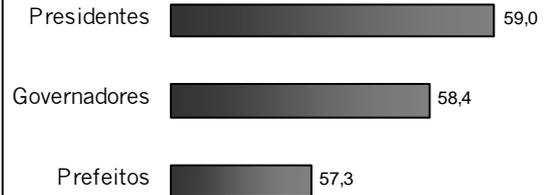
2007



Pergunta: O atual presidente, Lula, está em seu segundo mandato. Algumas pessoas defendem que a lei atual seja mudada para permitir que Lula concorra a um terceiro mandato em 2010. Outras pessoas dizem que não seria correto mudar a lei para beneficiar o atual ocupante do cargo. Na sua opinião:
Fonte: DAT/BR07.NOV-02557

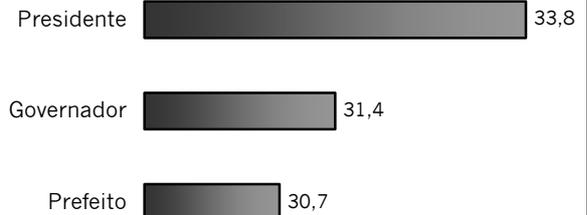
2007 Os governantes devem...

... devem ter direito a reeleição



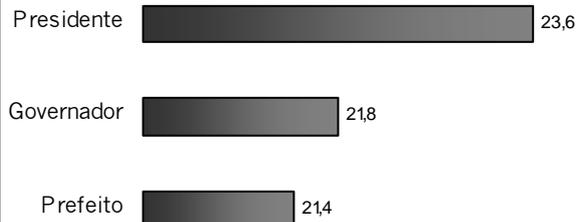
Pergunta: A lei atual permite a reeleição dos governantes no Brasil, isto é, terminados os mandatos, os prefeitos, governadores e o presidente da República podem concorrer novamente ao cargo para um novo mandato de quatro anos. Na sua opinião, os prefeitos devem ou não ter o direito de concorrer à reeleição? E os governadores, devem ou não ter esse direito? E os presidentes da República, devem ou não ter o direito de concorrer à reeleição?
Fonte: DATAFOLHA/BRASIL07.NOV-02557

... devem ter o direito ao terceiro mandato



Pergunta: Algumas pessoas acham que além de uma reeleição os governantes deveriam ter o direito de concorrer a um terceiro mandato. Para isso é necessário mudar a lei atual. Na sua opinião, os prefeitos deveriam ou não ter o direito de ao final do segundo mandato concorrer a um terceiro mandato de mais quatro anos? E os governadores, deveriam ou não ter esse direito? E os presidentes da República, deveriam ou não ter o direito de concorrer a um terceiro mandato?
Fonte: DAT/BR07.NOV-02557

... devem ter direito de concorrer a quantos mandatos quiserem



Pergunta: E na sua opinião, os prefeitos deveriam ou não ter o direito de concorrer a quantos mandatos quiserem? E os governadores, deveriam ou não ter esse direito? E os presidentes da República, deveriam ou não ter o direito de concorrer a quantos mandatos quiserem?
Fonte: DAT/BR07.NOV-02557

Fichas Técnicas

Volume	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Observação
Coleção IBOPE, Pesquisas Especiais				
Volume 7	Set/1948	600	São Paulo	Os relatórios originais da Coleção Ibope, Pesquisas Especiais estão depositados no Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp
Volume 7	Jan/1957	800	Rio de Janeiro	
Volume 9	Jan/Fev/1962	502	Brasília	
Volume 5	Set/1968	800	São Paulo	
Volume 6	Set/1968	1835	Rio de Janeiro	

Nº da pesquisa (CESOP)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
IBOPE				
0556	15/9/1996	2.000	População acima de 16 anos do Brasil	<p>O modelo de amostragem utilizado é o de conglomerados em 3 estágios.</p> <p>No primeiro estágio os municípios são selecionados probabilisticamente através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), com base na população de 16 anos ou mais de cada município.</p> <p>No segundo estágio são selecionados os conglomerados: setores censitários, com PPT (Probabilidade Proporcional ao tamanho) sistemático. A medida de tamanho é a população de 16 anos ou mais residente nos setores.</p> <p>Finalmente, no terceiro estágio é selecionado em cada conglomerado um número fixo de habitantes segundo cotas de variáveis.</p>
01259	18/9/1998	3.000	População adulta do Brasil	
01261	3/1999	2.000	População adulta do Brasil	
01811	17/11/2002	2.000	Eleitores do Brasil	
02635	De 17 a 22/06/2009	2002 entrevistas em 142 municípios	<p>A pesquisa é realizada com habitantes de 16 anos ou mais da área em estudo.</p> <p>O universo de habitantes é estratificado. Com exceção dos estados do Acre, Amapá e Roraima que juntos constituem apenas um estrato, cada um dos demais estratos é composto por apenas um estado brasileiro.</p>	
02633	De 18 a 21/06/2010	2002 entrevistas em 140 municípios	<p>Uma vez que este Estado possui Região Metropolitana, o seu universo é estratificado em Região Metropolitana e Interior.</p>	

Fichas Técnicas

Nº da pesquisa (CESOP)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
DATAFOLHA				
0364	09/08/1994	2.0610	Eleitores do Brasil	A pesquisa do Datafolha é um levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados.
0461	15/12/1995	2.921	População adulta do Brasil	
0475	15/12/1995	12.495	Eleitores do Brasil	
0864	12/8/1998	10290	População adulta do Brasil	
0934	11/12/1998	638	População adulta do Distrito Federal	
01045	20/6/2000	11534	Eleitores do Brasil	
01601	02/2002	3.857	População acima de 16 anos do país	
02539	08/2006	6.279	Eleitores com 16 anos ou mais	
02557	11/2007	11741	Eleitores com 16 anos ou mais	
02634	20 e 21/05/2005	2.660 em 162 municípios	Eleitores com 16 anos ou mais	

Nº da pesquisa (CESOP)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo
Fundação Perseu Abramo			
02483	03/2006	2.379	Eleitorado Brasileiro com 16 anos de idade ou mais, residente nas áreas urbana e rural

Fichas Técnicas

Nº da pesquisa (CESOP)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
ESEB				
01838	28/12/2002	2513	População brasileira maior de 16 anos	<p>As características do plano amostral são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Probabilística sem substituição; - Três (3) estágios de seleção: <ul style="list-style-type: none"> • Município (unidade primária de amostragem) • Setor censitário (Unidade Secundária de Amostragem) • Domicílio (Unidade terciária de amostragem) <p>Para sorteio dos municípios foram consideradas a divisão político-administrativa das regiões do Brasil: Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Também foram consideradas 27 capitais como auto-representativas.</p> <p>Desse modo, o ESEB conta com 6 estratos geográficos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Região Norte; - Região Centro-Oeste; - Região Nordeste; - Região Sudeste; - Região Sul e - As Capitais. <p>Margem de erro: 3 pontos percentuais Intervalo confiança: 95% Entrevistas Domiciliares</p>
02489	17 a 27/12/2006	1000	População brasileira maior de 16 anos	<p>A pesquisa ESEB 2006 foi feita com uma amostra representativa nacional, realizada em 70 municípios. Estratificada por Região Administrativa. Os municípios escolhidos para a amostra foram divididos em dois grupos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. os municípios grandes ou auto-representativos estão na amostra devido a sua grande população; são compostos por praticamente todas as capitais dos estados. 2. os municípios menores sorteados através de amostra sistemática, com estratificação por Região Administrativa; cada município teve probabilidade de ser sorteado proporcional a sua população. <p>Estágios de amostra:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Os municípios constituem o primeiro estágio da amostra. 2) O segundo estágio consiste no sorteio de setores de setores censitários dentro dos municípios, tendo também probabilidade de serem sorteados proporcional á sua população. 3) Dentro dos setores foi realizada a amostra por cotas, definidas de acordo com perfil de Idade, Escolaridade e PEA encontrado a partir da PNAD 2003. <p>A pesquisa tem representatividade nacional Margem de erro: aproximadamente 3,2%</p>

Fichas Técnicas

Nº da pesquisa (CESOP)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
A Desconfiança dos Cidadãos Brasileiros nas Instituições Democráticas				
02330	Junho de 2006	2.004	População brasileira acima de 16 anos	<p>Amostra representativa nacional com 2.004 entrevistas pessoais, de tipo probabilística em 3 estágios:</p> <ul style="list-style-type: none"> primeiro estágio - seleção de 146 unidades primárias ou municípios segundo região e grupos de IDH, proporcionais ao tamanho; 30 desses municípios foram auto-representativos, 19 capitais de estado e 11 áreas metropolitanas; 116 municípios foram selecionados aleatoriamente. segundo estágio - seleção de setores censitários terceiro estágio - seleção de domicílios dentro dos setores censitários baseados em quotas de sexo, idade, escolaridade e PEA/não PEA, tal como definido na PNAD2004 (IBGE)
Coordenação: José Álvaro Moisés (NUPPS/USP) e Rachel Meneguello (CESOP/UNICAMP) Projeto Temático FAPESP Processo nº04/07952-8				
LAPOP 2007 - Brasil				
02632	12 de julho a 26 de agosto de 2007	1500	População brasileira acima de 16 anos	<p>A pesquisa baseou-se em uma amostra representativa nacional de 1500 entrevistas. O método utilizado foi quantitativo domiciliar e probabilístico e a amostra foi estratificada por sexo e idade (com sorteio aleatório dos entrevistados). Foram realizados sorteios sucessivos de cidades, clusters, bairros, domicílios e indivíduos e a distribuição da amostra foi feita de acordo com a densidade populacional das cidades sorteadas.</p> <p>Margem de erro: aproximadamente 2,5%</p>
Coordenação: Denise Paiva (UFG) e Simone Bohn (York University), com a participação de Yan de Souza Carreirão (UFSC) e Rachel Meneguello CESOP/UNICAMP). Esta pesquisa teve apoio do CNPq e do Projeto LAPOP da Vanderbilt University.				

Pareceristas Colaboradores da Revista OPINIÃO
PÚBLICA entre 2004 e 2010

Alan Freire de Lacerda (UFRN)
Alessandra Aldé (UERJ)
Álvaro Bianchi (Unicamp)
Ana Amélia Camarano (IPEA)
Ana Maria Nicolaci da Costa (PUC-RJ)
André Freire (ISCTE-Lisbon University Institute)
André Marengo dos Santos (UFRGS)
André Vitor Singer (USP)
Aníbal S. Pérez-Liñan (University of Pittsburgh – EUA)
Ângela Vieira Neves (UFF)
Antonio Albino Canelas Rubim (UFBA)
Antonio Carlos Hohlfeldt (PUC-RS)
Antonio Jorge Fonseca de Almeida (UFBA)
Araceli Mateos Diaz (Universidad de Salamanca - Espanha)
Bruno Speck (Unicamp)
Carlos Ranulfo Félix de Melo (UFMG)
Celi Regina Jardim Pinto (UFRGS)
Celso Ricardo Roma CEDEC
Cícero Araújo (USP)
Claudia Feres Faria (UFMG)
Claudio Beato Filho (UFMG)
Clécio da Silva Ferreira (UFJF)
Constanza Moreira Viñas (Universidad de La Republica – Uruguai)
David Samuels (University of Minnesota – EUA)
Denise Lopes Salles (IUPERJ)
Denilde Holz hacker (Faculdades Integradas Rio Branco)
Elizabeth Balbachevsky (USP)
Fernando Azevedo (Universidade Federal de São Carlos)
Fernando Lattman-Weltmann (FGV)
Fernando Lourenço (Unicamp)
Fernando Limongi (USP)
Flávio Eduardo Silveira (Meta – Pesquisas de Opinião)
Gabriel de Santis Feltran (Universidade Federal de São Carlos)
Gabriel Vitullo (UFRN)
Gabriela Piquet Carneiro (USP)
Heloisa Buarque de Almeida (USP)
Heloisa Dias Bezerra (UFG)
Heloiza Matos (USP)
Henrique Carlos de Oliveira Castro (UnB)
Iara Beleli (Unicamp)
Ingrid Sarti (UFRJ)
Jairo Nicolau (IESP)-UERJ)
João Feres Junior (IESP)-UERJ)
Jorge Zaverucha (UFPE)
José Eisenberg (UFRJ)
Juan Pablo Luna (Universidad Católica de Chile)
Julian Borba (UFSC)
Leandro Piquet Carneiro (USP)
Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)
Lúcia Avelar (UnB)
Luciana Fernandes Veiga (UFPR)
Luciana Tatagiba (Unicamp)
Lúcio Rennó (UnB)

Luis Antonio Francisco de Souza (USP)
Luis Felipe Miguel (UnB)
Luiz Carlos de Freitas (Unicamp)
Magna Inácio (UFMG)
Marcello Baquero (UFRGS)
Márcia Ribeiro Dias (PUC-RS)
Marcos César Alvarez (USP)
Maria Aparecida Machado Pereira (Cepeqcs)/ UFMG)
Maria Beatriz Bilac (Unimep)
Maria do Socorro Sousa Braga (Universidade Federal de São Carlos)
Maria Helena Weber (UFRGS)
Maria Izabel Saraiva Noll (UFRGS)
Maria Teresa Gonzaga Alves (Universidade de Ouro Preto)
Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)
Marília Sposito (USP)
Mario Fuks (UFMG)
Marlise Matos (UFMG)
Matthew Taylor (USP)
Mauro Porto (Tulane University – EUA)
Miguel Chaia (PUC-SP)
Miguel Serna (Universidad de La Republica - Uruguai)
Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)
Nelson Valle Silva (IESP-UERJ))
Nuno Coimbra Mesquita (NUPPS-USP)
Octavio Amorim Neto (FGV)
Patrícia Otero Felipe (Universidad de Salamanca - Espanha)
Paula Jung Rocha (PUC-RS)
Paulo de Mesquita Neto (NEV/USP)
Paulo Krischke (UFSC)
Paulo Roberto Neves Costa (UFPR)
Paulo Sérgio Peres (UFRGS)
Pedro Floriano Ribeiro (Universidade Federal de São Carlos)
Plínio Dentzien (UNICAMP)
Renato Monseff Perissinotto (UFPR)
Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho (UFC)
Renato Sérgio de Lima (FBSP e Fundação SEADE)
Rita de Cássia Bason (UNESP)
Rousiley Celi Moreira Maia (UFMG)
Rubens Figueiredo (CEPAC)
Rute Baquero (Unisinos)
Scott Mainwaring (Univ. of Notre Dame-EUA)
Sergei Suarez Dillon Soares (IPEA)
Sérgio Soares Braga (UFPR)
Silvana Krause (UFG)
Simone Bohn (York University- Canadá)
Suzeley Kalil Mathias (Unesp)
Sylvia Moretzsohn (UFF)
Telma Menicucci (UFMG)
Timothy Power (University of Oxford-UK)
Valeriano Mendes Ferreira Costa (Unicamp)
Venício Lima (UnB)
Vera Chaia (PUC-SP)
Vera Schattan Pereira Coelho (CEBRAP)
Walquíria Leão Rego (Unicamp)
Wendy Hunter (University of Texas, Austin – EUA)
Vladimir Lombardo Jorge (PUC-RJ)
Yan de Souza Carreirão (UFSC)

OPINIÃO PÚBLICA

November 2010

Vol. 16, nº 2

ISSN 0104-6276

CONTENTS

<i>The meanings of democracy according to Brazilians</i>	269
<i>José Álvaro Moisés</i>	
<i>The electoral bases of Lula and the PT: from distancing to “divorce”</i>	310
<i>Sonia Luiza Terron</i>	
<i>Gláucio Ary Dillon Soares</i>	
<i>The role of State and political culture in Argentina and Brazil</i>	338
<i>Daniel Jaime Capistrano</i>	
<i>Henrique Carlos de O. Castro</i>	
<i>Why money matters: the dynamics of electoral donators for the Chamber of Deputies in 2002 and 2006 elections</i>	366
<i>Leany Barreiro Lemos</i>	
<i>João Henrique Pederiva</i>	
<i>Daniel Marcelino</i>	
<i>A model to measure the press coverage effect in votting: the 2002 and 2006 Presidential Elections</i>	394
<i>Pedro Santos Mundim</i>	
<i>Campaigns online: the formation of issues and problems in the literatura between 1992 and 2009</i>	426
<i>Camilo Aggio</i>	
<i>Participation and deliberation on the internet: the Digital Participative Budget of Belo Horizonte</i>	446
<i>Rafael Cardoso Sampaio</i>	
<i>Rousiley Celi Moreira Maia</i>	
<i>Francisco Paulo Jamil Almeida Marques</i>	
<i>Political culture and citizen’s values in the São Paulo Metropolitan Area</i>	478
<i>Edison Nunes</i>	
<i>Félix Sanches</i>	
<i>Vera Chaia</i>	
<i>Reasoning and emotion: the 2006 Presidential Elections</i>	516
<i>Jairo Pimentel Jr.</i>	
<i>The Worker’s Party and the President Collor’s impeachment</i>	542
<i>Danilo Enrico Martuscelli</i>	
<i>TENDÊNCIAS Data Report</i>	569
<i>Editors of “Opinião Pública”</i>	



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. 16, nº2 - p. 269-586
2010 November
ISSN 0104-6276





ISSN 0104-6276